

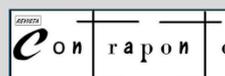
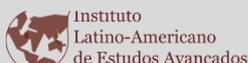
**VIII Seminário Discente  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
2019**

**Anais do evento  
Resumos expandidos**

**EMERGÊNCIAS SOCIOLÓGICAS  
construindo horizontes  
e epistemes**



**APOIO:**



VIII Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

PPGS-UFRGS

Anais do evento

**Emergências Sociológicas:**  
construindo horizontes e epistemes  
Resumos expandidos

Porto Alegre - RS  
UFRGS  
2019

# EXPEDIENTE

## Organização dos Anais

Aline Radaelli  
Gabriela Scapini  
Débora Fogliatto  
Paulo Niederle  
Melissa de Mattos Pimenta

## Revisão e Editoração

Débora Fogliatto  
Gabriela Scapini  
Aline Radaelli

## Projeto visual do evento e capa

Débora Fogliatto

## Fotografias

Bruna Kern Graziuso

## Comissão Organizadora

Aline Radaelli  
Anne Brandalise  
Bruna Kern Graziuso  
Caroline Finger Stresser  
Cláudio Renato Souza  
Daniela Damion  
David Ávalos  
Dayanne Santos  
Débora Fogliatto  
Gabriela Scapini  
Haroldo Misunaga  
Júlia Menin  
Juliano Lobato Colla  
Marieta Reis

### DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S471e Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (8. : 2019 : Porto Alegre, RS)

Emergências sociológicas : construindo horizontes e epistemes : resumos expandidos [recurso eletrônico] / Aline Radaelli [et al.] (org.) — Dados eletrônicos. — Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFRGS, 2019.  
259 p.

Requisitos do sistema: Adobe Reader.

ISBN: 978-65-86232-81-3

1. Sociologia. 2. Sociedade e conhecimento. 3. Participação social. 4. Políticas Públicas. 5. Minorias sociais. 6. Cidadania. I. Radaelli, Aline.

CDD 300

Catálogo na publicação: Aline da Silva Argenta – CRB 10/1725

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a colaboração da Profa. Melissa de Mattos Pimenta, coordenadora do Departamento de Ciências Sociais, e do Prof. Paulo Niederle, coordenador do PPGS. Além disso, do apoio dos técnicos da secretaria de PPG do IFCH-UFRGS, da Biblioteca da UFRGS, do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados – ILEA, e da parceria com a lanchonete Ponto Campus e com a equipe editorial da Revista Contraponto, revista discente do PPG em Sociologia da UFRGS.

Por último, mas não menos importante, agradecemos aos que estiveram presentes, aos mais de 200 inscritos, aos convidados a mediação de GTs e composição de Mesas Redondas que tanto contribuíram para profícuas reflexões ao longo dos quatro dias de evento. Nossos sinceros agradecimentos!

# SUMÁRIO

Conforme Grupos de Trabalho

GT 1 – Sociedade e Conhecimento .....	8
GT 2 – Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas .....	46
GT 3 – Sociedade, Ruralidade e Ambiente .....	76
GT 4 – Minorias Sociais: estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência .....	103
GT 5 – Trabalho e Sociedade .....	156
GT 6 – Violência, Conflitualidade, Direito e Cidadania .....	164
GT 7 – Sociedade e Economia .....	193

# CARTA ABERTA DA ORGANIZAÇÃO

VIII Seminário Discente  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS



**EMERGÊNCIAS SOCIOLOGICAS**  
CONSTRUINDO HORIZONTES E EPISTEMES

De 8 a 11 de outubro de 2019  
Porto Alegre, RS

Foto: Marcello Casal Jr./ABR

Vivemos um momento crítico. A crise das instituições democráticas, no mundo todo, e especialmente das brasileiras assombra as perspectivas pós-golpe de Estado ocorrido no ano de 2016. Em termos econômicos, o fortalecimento do neoliberalismo e o desmanche das propostas de bem-estar social aumentam as feridas da pobreza e das desigualdades. Ambientalmente, nos vemos diante de uma crise ecológica sem precedentes por uma promessa de desenvolvimento que é visivelmente inalcançável. Nas áreas de fronteira, o fluxo de pessoas, migrantes e refugiados, buscando novos horizontes e possibilidades de existência se vêem interrompidos pelo levantamento de muros e aprisionamento de crianças. A violência materializada nas suas piores formas, com a xenofobia, o racismo, o machismo e a homofobia, tirando a vida da nossa juventude e destruindo famílias.

As crises que vivenciamos são muitas. Mas as resistências e emergências também.

É a partir dessa perspectiva que nós, discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lançamos a proposta de realização do VIII Seminário Discente. Buscamos proporcionar um espaço de encontros, trocas e diálogos que permitam às pessoas de dentro e de fora da Universidade refletirem sobre os desafios que nos deparamos cotidianamente na atual conjuntura, assim como fortalecer as propostas de enfrentamento, resistência e superação destas múltiplas crises resultando na construção de horizontes e epistemes. Organizamos o Seminário com base nos princípios de horizontalidade dos diálogos, respeito à diversidade e de valorização dos saberes plurais que transcendem os limites acadêmicos.

Neste sentido, buscamos agregar as experiências teóricas e práticas de movimentos sociais, de ativistas por direitos humanos e ecológicos, enfim, de mulheres e homens que estão lutando para resistir diante das crises e transformar o mundo em que vivemos – ou até mesmo construir novos mundos. Não queremos nos deixar assolar por uma onda de pessimismo conformista frente às dificuldades emergentes, mas sim buscar saídas, reentrâncias e novos caminhos.

Destacamos, a importância do papel da Sociologia enquanto campo do conhecimento e espaço agregador de uma vasta multiplicidade de olhares, assim como o nosso posicionamento como sociólogas/os em constante formação diante de tais eventos críticos.

Além dos tradicionais Grupos de Trabalho (GTs) inspirados nas linhas de pesquisa do programa, que geraram os trabalhos que compõem este Anais, o evento buscou oferecer um espaço que permitiu a troca entre estudantes acerca do processo e resultados de suas pesquisas e o intercâmbio entre universidade e sociedade, sobretudo por meio das Mesas Redondas propostas que visam integrar ativistas, militantes, acadêmicas/os, pesquisadoras/es, estudantes e pessoas interessadas em discutir as emergências sociológicas.

Para reiterar nossos votos de que tenhamos um fecundo evento, bradamos: NÃO aos cortes de recursos das universidades públicas! NÃO ao desmonte da ciência no Brasil! NÃO aos ataques disferidos contra as Ciências Humanas! Por uma sociedade com educação pública, acessível, gratuita e de qualidade para todas e todos.

Boa leitura e até o IX Seminário Discente do  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

# Grupo de Trabalho 1

## Sociedade e Conhecimento

### **Súmula do GT**

O conhecimento, em sua relação com a sociedade, possui diversos aspectos que o tornam um objeto central da sociologia: o caráter social de sua formação, as maneiras com que se produz e reproduz, bem como suas configurações no mundo contemporâneo. A partir destes propósitos, são contemplados os seguintes campos: sociologia da educação (pesquisas sobre educação, políticas educacionais, educação superior); sociologia da ciência e da tecnologia (ciência, reflexividade, papel da tecnologia e da inovação); teoria sociológica (epistemologia, teoria clássica e contemporânea); sociologia da moral e da religião (análises teóricas e empíricas dos fenômenos morais, dos fenômenos religiosos e da relação entre ambos); sociologia da cultura (pesquisas sobre cultura e conhecimento).

Sessão 1 – Sociologia da educação

Sessão 2 – Cultura, política e sociedade

Sessão 3 – Debates teóricos

**Discente(s) Coordenadores:** Caroline Finger Stresser e Carlos Fabris

**Discentes convidadas/os:** Julio Souto Salom (doutorando PPGS-UFRGS)

**Professora convidada:** Clarissa Eckert Baeta Neves (PPGS-UFRGS)

# As Faces Tautológicas da Moral Escolar: Treinamento dos Corpos Individuados e a Produção de Subjetividades

Alexandre Manzoni<sup>1</sup>

## Resumo

A comunicação discorre a respeito de uma ocorrência observada no interior da instituição escolar no espaço-tempo presente: os processos de subjetivação discente. Trata-se de um artefato científico originado pela monografia *A instituição escolar e os processos de subjetivação discente: discursos, práticas e relações de poder*, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 2018, e sua complexificação a partir do desenvolvimento da pesquisa de dissertação vinculada à linha de pesquisa Sociedade e Conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFRGS. Constitui-se num empenho empírico que aborda as interações de estudantes com os demais agentes da educação em uma escola pública de ensino médio, localizada em Porto Alegre, que recebeu o nome fictício de *Escola Heterotopia*. Em seu desenvolvimento, são analisados os discursos, práticas e relações de poder como elementos que possibilitam a emergência de uma pluralidade de formas subjetivas mediadas por engrenagens institucionais objetivadas nas práticas docentes e, principalmente, nos documentos regulatórios que expressam as intencionalidades oficiais escolares. Por conseguinte, a socioanálise levada a cabo, pormenoriza os efeitos que acomodam os corpos discentes individuados a modelos comportamentais, relacionais etc. e, o mais importante: a esfera dos possíveis cristalizada pelo pensamento e as visões de si e do outro. A elaboração do material de análise teve origem nos dados produzidos a partir da *Escola Heterotopia*, em um período de 6 meses de inserção de campo. A submissão analítica dos dados foi realizada de modo qualitativo. Para operacionalizar os objetos foram adotadas no percurso metodológico a análise documental, o estudo de caso e a observação participante.

**Palavras-chave:** Processos de Subjetivação; Instituição Escolar; Discurso.

## Introdução

De imediato convido-o, caro leitor, a participar da eclosão de sentidos que podem proliferar a partir da mais simples nomeação como, por exemplo, o nome fictício atribuído a uma instituição num esforço socioanalítico. Neste caso, a forma como decidi nomear a escola que foi o palco e, junto aos discentes, protagonista na constituição de um esforço intelectual.

O conceito de heterotopia, originado na teoria social foucaultiana, nos permite pensar a construção de lugares sem fim. A maneira pela qual se utilizou o conceito tornaram-no uma figura de linguagem para pensarmos “a escola como um lugar que não acaba” (PÉREZ, 2007,

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em sociologia (PPGS) da UFRGS, vinculado a linha de pesquisa Sociedade e Conhecimento. E-mail: [xandy.manzoni@gmail.com](mailto:xandy.manzoni@gmail.com).

P. 129). Como uma instituição onde operam atravessamentos que negam, que ressignificam, que se rebelam a partir dos espaços marginais – no sentido de margens – de uma cartografia.

Assim, a significação atribuída ao conceito de heterotopia foi o que me permitiu olhar para o interior da escola e ver aquilo que ela possui de acontecimentos singulares, de movimentos, de experiências e experimentações. Suas potências, suas belezas, bem como suas brutalidades e violências. Portanto, observei. Observei os mecanismos escolares no espaço e no tempo saturados de agora, saturados de hoje, saturados do presente (PÉREZ, 2007).

Admitindo que trabalhar dessa maneira significava atribuir enorme importância às rupturas e emergências sociais, vos digo que os efeitos das continuidades históricas são insistentes e persistentes. Independente das nossas artimanhas e expectativas, as continuidades projetam seu brilho visível no modo pelo qual estão encrustadas nas fundações que estruturam uma instituição que atravessa os séculos. E, se nosso esforço é uma intervenção político-epistêmica ética, as continuidades são incontornáveis e, mais do que isso, elementares quando perguntamos sobre como nos tornamos isso que somos, ou melhor, o que fizemos de nós?

Ao falar de treinamento dos corpos individuados reconheço que estava consciente da possibilidade de me referir similarmente ao fenômeno utilizando o termo *socialização secundária*, conceito já enraizado no horizonte sociológico, e cuja literatura constituída é extensa e consistente. Porém, por aspectos sutis, a palavra treinamento pareceu mais apropriada, quando me dei conta da forma específica pela qual a escola exerce sua socialização.

Contrastando com uma instituição como a família, que nos remete ao processo de *socialização primária*, a escola e seu modelo de operação prepara o corpo discente para a vida pública, como parte do seu “compromisso” explícito com a “cidadania”. Portanto, para evitar qualquer assimilação da socialização escolar como extensão da socialização familiar, é que a palavra treinamento foi mobilizada.

Tive a pretensão de extrair de uma instituição rigorosamente estudada por muitos outros sociólogos, historiadores, teóricos sociais, entre outros pensadores e cientistas, uma análise criativa. Trata-se não de ver o que ninguém viu, mas de expressar diferentemente do modo pelo qual nos habituamos. E, portanto, permitir diferentes atribuições de sentidos ao processo de escolarização segundo uma estética distinta de identificação dos fenômenos observados.

Sobre o corpo individuado, ele é entendido como o corpo em que se buscou o apagamento das cisões e contradições. A individuação é uma tentativa latente por meio de um processo, que pode ser pedagógico, de provocar a unicidade do eu, de transmutar o eu numa

unidade, treinado atômicamente para as relações e estruturas sociais, como se o sujeito não tivesse conflitos internos, disposições contraditórias e larga dependência do mundo social.

Por último, uma tautologia significa a transformação de alguma coisa em objeto autoexplicativo. A tautologia produz uma mensagem que comunica, em resumo: as coisas são como são. Ou seja, as coisas são imutáveis. E, se a escola transforma alguns elementos em objetos imutáveis, ela passa a conformar os corpos as “coisas como elas são”. A escola produz, então, uma natureza fictícia naquilo que dissimula. Aquilo que é produto das circunstâncias, das relações assimétricas de poder, das relações de dominação, dos contextos etc., após uma decomposição tautológica, passa a ser mero produto do acaso natural.

Deste modo, precisamos olhar com desconfiança para as narrativas da instituição sobre si mesma, pois a escola ultrapassa a mera competência de educar formalmente por meio de suas bases curriculares. Ela é uma instituição, dentre outras coisas, moral. A escola, mesmo que silencie sobre o fato, é uma instituição política capaz de manter ou alterar as visões de si, do outro e do mundo, a partir dos seus mecanismos de treinamento corporal. Tal ato, ela exerce sobre os processos de subjetivação discente ao negar o corpo como lugar de potencialidade.

O que nos interessa nisso é tanto o processo quanto o produto, ou nos termos deste trabalho: os modos de subjetivação e as subjetividades. Um processo de subjetivação é um modo de fazer uma experiência de si, é a construção de modos de viver articulados com o tempo (CARDOSO JUNIOR, 2005). Sem desconsiderar outras formulações acerca do conceito de subjetividade, neste empenho a subjetividade é entendida como aquilo que em nós se relaciona com o mundo e as coisas (CARDOSO JUNIOR, 2005).

A subjetividade, portanto, não é imutável, mas passível de mudanças contínuas, abruptas ou não, pelo elo que estabelece com o tempo e com o corpo. Não se trata de mobilizar o corpo enquanto correlato, ou sinônimo, de corpo orgânico. Mas também como corpo de acontecimentos que maculam as trajetórias dos sujeitos. Dito de forma direta: o corpo é o mediador de nossas relações, de nossos encontros com as coisas e com o mundo. Sendo assim, a subjetividade também se faz presente de forma corporificada, na medida em que o tempo faz mudar os corpos.

A fantasia produzida pela escolarização é a da escola como lugar de encontro das mentes e não dos corpos. A escola suspende a corporalidade como um dos elementos centrais na formação dos discentes, promovendo a crença de que as ideias são o núcleo das transformações, e não os corpos. Aprendemos com a carne, não aprendemos com as ideias. Aprendemos desde a primeira infância quando nos dizem na escola “você vai ficar sentado e não vai sair” ou “você

não pode ir ao banheiro”. Aprendemos a conviver com o insuportável no nosso corpo. Passamos quatro, cinco, seis horas sentados diante de um quadro levando o desconforto ao limite.

Referente à *Escola Heterotopia*, a costura dos atos escolares se deu pela ligação sociologicamente estabelecida entre as intencionalidades do projeto escolar, expressas nos documentos regulatórios (Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar), as práticas professorais, e as regularidades nos gestos corporais e comportamentais dos discentes. Iniciamos pelos documentos regulatórios, que estabeleciam em seus marcos a “visão escolar” como indispensável para o ensino-aprendizagem, disposta nos seguintes termos:

Tem, portanto, uma **visão de homem** que seja capaz de construir a própria felicidade e de contribuir para a efetivação da cidadania plena, necessária para a felicidade coletiva. Estes atributos que constituem as finalidades do seu projeto educativo são: criticidade, criatividade, ética, relacionamento humano, cidadania e conhecimento – trecho extraído do Plano Político Pedagógico – (MANZONI, 2018, p. 19, **grifo nosso**).

Num primeiro momento, poderíamos assimilar o pronome e substantivo masculino “homem” como sinônimo de pessoa, indivíduo, ser humano etc. No entanto, como a sequência informa o que é “vetado aos alunos”, expondo as proibições que versavam sobre vestimentas censuradas, exclusivamente relacionadas no senso comum ao gênero e sexo feminino, como “[...] roupas curtas, transparentes e indecentes<sup>2</sup> (minissaia, miniblusa e shorts)” (MANZONI, 2018, p. 23), percebemos que sob os mecanismos escolares a hierarquia que organiza a distribuição dos “papéis de gênero” é implicitamente uma operação tautológica.

Portanto, a escolarização abstrai as bases de reprodução dos comportamentos masculinos e femininos permitindo que sejam tomados enquanto naturais. Os processos de subjetivação possíveis a partir disso não se dão pela transposição mecânica das ideias-força que compõem os documentos regulatórios, mas pelos movimentos iniciados em práticas professorais. O espelho de classe é um exemplo notório na Escola Heterotopia, em que recortes de sexo e gênero conformam as salas de aula, distribuindo o corpo discente em colunas compostas de um lado por meninos e de outro por meninas (MANZONI, 2018).

Do mesmo modo, ao interpelar um dos alunos que havia trocado de roupa na sala de aula, uma professora de maneira discreta comunicou ao aluno que “a camisa é para trocar no banheiro” (MANZONI, 2018, p. 44). Quando, simultaneamente, uma menina que estivesse em ambiente escolar com roupas proibidas e tomadas como “indecentes” sofreria com advertências ou, sequer poderia transitar pela instituição. Ou seja, o que existe nos exemplos citados é uma distribuição assimétrica de possibilidades no jogo dos poderes, que incide sobre os modos como as subjetividades discentes podem ser produzidas.

Estas problemáticas, por si, talvez não ocupassem em minhas análises um lugar tão central, caso fossem apenas modos de ambientar possíveis subjetividades. Contudo, no mesmo parágrafo que proíbe certas vestimentas, mobilizado como o que é “vetado aos alunos”, estão censuradas uma série de práticas como “[...] dormir, ler revista não orientada pelo professor, jogar, alimentar-se e namorar (namorar não será permitido em nenhuma das dependências do colégio)” (MANZONI, 2018, p. 37).

Em todos os momentos de observação, nenhum discente transpareceu preocupações com penalidades que poderiam ser impostas pelas normas burladas. Exceto quando passei com o diário de campo pelo pátio da escola, e uma das meninas disse: “Eu acho que o professor está estudando o namoro adolescente” (MANZONI, 2018, p. 43). A frase, no entanto, impactou somente as demais meninas que estavam presentes e mantinham contatos físicos e afetivos com outras meninas e meninos. Enquanto as meninas mudaram seu semblante, constrangidas e, notadamente preocupadas com as possíveis sanções, os meninos seguiram despreocupados como se fosse uma ruptura diante das regras como qualquer outra (MANZONI, 2018).

Isto mostrou o quanto expressões da sexualidade, como parte vital da constituição subjetiva, coloca os distintos gêneros e sexos em diferentes possibilidades de se relacionarem consigo e com o outro. Quando se trata de gênero e sexualidade, o treinamento corporal se mostra fortemente moralizado pelos atos escolares, como cúmplices de uma estrutura de alteridade binária amplamente difundida no universo social.

Disposto o cenário, pode ser dito que a generificação escolar é nada mais nada menos que uma das engrenagens de subjetivação pela crença sobre “o que podem os homens e o que podem as mulheres”. Basicamente, o jogo das regulamentações produz incessantemente a ossificação de falsas ontologias pelas quais se estruturam as relações e identidades de gênero. Portanto, é crucial que estejamos dispostos enquanto cientistas a fazer um trabalho difícil: decompor as máquinas produtoras de enunciados. E, quem sabe, possamos contribuir com a potencialidade dos processos de subjetivação, para que escapem das forças repressivas do campo social, que exigem sangue, suor e lágrimas, a fim de evitar que os sujeitos sejam devir.

## Referências

BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1982.

BOURDIEU, Pierre. As categorias do juízo professoral. In: \_\_\_\_\_. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, p. 185-216, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARDOSO JUNIOR., Hélio Rebello. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. **Psicologia: reflexão e crítica**, 18(3), p. 343-349, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GORE, Jennifer M. Foucault e educação: fascinantes desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da educação**. Estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-20.

KRÜGER Jr., Dirceu Arno Foucault: a heterotopia como alternativa para pensar o espaço social. Pelotas: **Enciclopédia**, vol. 05, Inverno 2016, pp 22-37.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis.: Vozes, 2002.

MANZONI, A. S. **A instituição escolar e os processos de subjetivação discente: discursos práticos e relações de poder**. 2018 f. 51. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Ciências Sociais - UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/189121>. Acesso em: 20/01/2020.

OLIVEIRA, Glycia Melo de; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira; FREITAS, Clara Maria Silvestre Monteiro de. Relações de convivência e princípios de justiça: a educação moral na escola. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 261-270, Dec. 2010.

PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. A lógica e o sentido da formação: heterotopias, acontecimentos e sujeitos. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 19 - n. 1, p. 127-144, jan./jun. 2007.

POLICARPO JUNIOR, José; RODRIGUES, Maria Lucicleide Falcão de Melo. Princípios orientadores da formação humana: dimensão normativa da educação. Ribeirão Preto: **Paidéia**, v. 20, n. 45, p. 95-103, Apr. 2010.

SANTOS, Gabriel Nascimento da Silva; SILVEIRA, Ederson Luis; SILVA, João Paulo de Lorena. (Des)naturalizando Sujeitos e Práticas na Escola: Foucault para além de vigiar e punir. Porto Alegre: **Educação & Realidade**, v. 41, n. 4, p. 1275-1287, out./dez. 2016.

# Interseccionalidade nas relações de ensino-aprendizagem: desafios e perspectivas

Camila Santos Pereira<sup>1</sup>

## Resumo

Este trabalho integra os estudos realizados no Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais, no primeiro semestre de 2019. A proposta era investigar as abordagens de professoras/es de Sociologia e as possíveis articulações entre suas metodologias de ensino e a interseccionalidade. Sendo assim, o objetivo era compreender como as discussões acerca das relações de gênero, sexualidade, raça e classe se interseccionam na prática docente. A retomada histórica da Sociologia no Ensino Médio, os estudos das Ciências Sociais para embasar as discussões sobre identidade e marcadores sociais também são apresentados. Reconhecer o longo caminho de lutas e produções de mulheres negras anteriores à criação do termo interseccionalidade, autoria de Kimberlé Crenshaw (1989), se constituiu como parte fundamental do trabalho. Por meio da aplicação de questionários que visavam identificar o perfil socioeconômico das/os docentes e entrevistas semi-estruturadas, a análise crítica das práticas em relação à interseccionalidade foram realizadas. Duas professoras e um professor de Sociologia do município de Alvorada foram entrevistadas/o. Mesmo em tempos retrógrados nas discussões de direitos humanos e vigilância nas salas de aula, é importante salientar que foi reconhecida a relevância de tratar da LGBTQIfobia, do racismo e machismo em sala de aula. No entanto, a percepção de como eles reverberam nas turmas é distinta. Para as docentes e o docente participantes, ao falarem sobre gênero e sexualidade as barreiras eram maiores por parte das/os estudantes do que ao debater sobre o racismo. Essa e outras constatações permitiram perceber que mesmo com os retrocessos e censuras, essas questões continuam efervescentes em sala de aula e que a abordagem interseccional permite potencializar essas discussões e as relações de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade, Ensino de Sociologia, Didática.

## Introdução

Este trabalho busca apresentar as possibilidades de um pensamento interseccional no ensino de Sociologia<sup>2</sup>. Sendo assim, situar o momento político atual e as conflitualidades que a disciplina enfrenta integram a análise, em conjunto com as contribuições da perspectiva interseccional. O objetivo é instigar novas práticas de ensino em tempos retrógrados.

A trajetória da disciplina de Sociologia nos currículos da Educação Básica e profissional perpassa caminhos descontínuos até a implementação da disciplina em nível nacional. Atualmente, a Sociologia volta a ter seu espaço ameaçado nos currículos escolares pelas novas configurações políticas conservadoras do país. Sua descontinuidade no ensino básico brasileiro

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais - Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Formada no Magistério/Curso Normal. Integra o grupo de pesquisa GEETRANS - Grupo de Estudos em Educação e Transgressão. E-mail: fycamila@gmail.com.

causa algumas defasagens, principalmente nas contribuições em relação às metodologias e didáticas. Em um novo ambiente político extremamente conservador, não é novidade na história de países que passaram e passam por esses governos que as disciplinas escolares que propõem discutir e analisar a realidade social são os primeiros alvos de censura. Com isso, a Sociologia dificilmente passaria ilesa. A partir da exigência de utilidade no mercado de trabalho, a disciplina é vista e divulgada pelos interessados como desnecessária.

As perspectivas didáticas, teóricas e metodológicas adotadas por docentes direcionam o planejamento das aulas. Por isso, é importante salientar que as escolhas docentes são intrinsecamente políticas. Nelas se fazem presentes as vivências e o lugar de fala docente. Sendo assim, discutir esses saberes localizados e experiências são elementos fundamentais para uma abordagem científica atual e relevante.

O reconhecimento da falta de representatividade no meio acadêmico mesmo com uma crescente visibilidade ainda carece de diversidade nos referenciais utilizados e no compromisso sério das instituições de ensino. Ao tratar um conteúdo como o mercado de trabalho, por exemplo, majoritariamente, teóricas/os negras/os e teorias feministas não são utilizadas. Isso acontece pela tradicional separação entre essas abordagens. Desse modo, as diversas formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho só serão abordadas quando o conteúdo da aula for gênero ou feminismo. O mesmo equivale para as abordagens sobre as relações raciais, geralmente, esse assunto será apresentado quando a temática de raça ou racismo forem propostas.

A interseccionalidade propõe um novo tratamento a essas problemáticas. Ela apresenta uma análise em que esses marcadores sociais da diferença não sejam separados e isolados uns dos outros. Além de ressaltar a representatividade de intelectuais muitas vezes negligenciadas/os pelo espaço científico eurocêntrico, branco e patriarcal, a teoria interseccional é fundamentada na compreensão da não existência de hierarquias de opressão entre gênero, classe e raça. Portanto, não seria possível optar por uma identificação mais proeminente quando as pessoas são atravessadas por diversos marcadores que sinalizam as disparidades introduzidas pelo meio social em que vivem.

Diversas mulheres negras ao longo da história, antes do termo ser criado, já alertavam para os silenciamentos que a divisão e a generalização das identidades causavam. Utilizada por muitas como ponto de partida para compreender a primeira onda do feminismo<sup>3</sup>, temos a ativista Sojourner Truth. Uma mulher afro-americana, abolicionista, escritora, que na primeira metade do século XIX, também era militante pela causa dos direitos das mulheres. Com a

crescente luta pelo sufrágio e posicionamento das mulheres brancas na esfera política, questionou na Convenção de Mulheres em 1851: “Não sou eu uma mulher?” Por meio do seu discurso questionou o poder hegemônico e os privilégios observados. No Brasil, já no século XX, Carolina Maria de Jesus, escritora brasileira, em seu livro “Quarto de despejo: o diário de uma favelada” (1960) descreve a realidade de um país a partir das suas próprias vivências. Já autora caribenha-americana Audre Lorde exemplifica essa realidade ao expressar as discriminações vivenciadas nos coletivos negros enquanto mulher lésbica e nos coletivos lésbicos enquanto mulher negra. Para a intelectual, o racismo deveria ser um problema abordado por ambas comunidades, já que existem mulheres negras e lésbicas. O mesmo estaria posto para os coletivos negros: a LGBTQIfobia também seria uma pauta para os movimentos, pois pessoas negras também são LGBTQI’s (LORDE, 2009). Sendo assim, a interseccionalidade introduz uma nova concepção para tratar das desigualdades sociais no âmbito político:

A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna de onde saem. (AKOTIRENE, 2018, p.33)

O termo foi criado pelas movimentações do feminismo negro das décadas de 70 e 80. Kimberle Crenshaw, ativista negra estadunidense, ficou conhecida por denominar as ideias sobre a interseccionalidade no seu artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics* (1989).

A interseccionalidade é uma teoria potente e transformadora. Um campo cheio de possibilidades para estudos em educação e para as aulas de Sociologia. Principalmente, para pensar como

(...) gênero, raça/etnia e sexualidade (entre outros marcadores sociais) se constituem como elementos importantes na manutenção e (re)invenção dos jogos de verdade que estabelecem o que é possível ou não em termos de corpo, mas também aquilo que define ou não uma sociedade democrática. (POCAHY, 2011, p.21)

No entanto, antes de projetar essas práticas, é essencial descrever e localizar as compreensões dos marcadores sociais de raça, relações de gênero, sexualidade e classe social. Nos discursos docentes da pesquisa observamos a preocupação em tratar desses temas. A retomada de aplicar a interseccionalidade com a desnaturalização e o estranhamento como uma das formas didáticas das aulas de Sociologia é um dos caminhos possíveis para trabalhar em uma sala de aula com estudantes do século XXI.

O público de interesse para aplicação da pesquisa foram professores e professoras de Sociologia de escolas públicas do município de Alvorada, Rio Grande do Sul. Através de entrevistas e aplicação de um questionário sobre características dos docentes de Sociologia as informações foram comparadas e analisadas.

Ao questionar os docentes sobre a importância de trabalhar com as temáticas de gênero e sexualidade na escola, todos concordaram acerca da sua relevância. Como diz a professora B:

Prof B: É muito importante tu trabalhar com esses temas, faz com que lá no futuro tu não tenha o preconceito hoje tão enraizado. (...) Há quinze anos atrás, que era a época que eu estava no ensino fundamental dois, tu não tinha esse assunto, era um tabu muito grande. (...) Eu, enquanto mulher heterossexual, não conhecia. E tem o outro lado de quem já se identificava com alguma questão de gênero ficava perdido, ficava na deriva.

A importância de tratar das relações raciais nas aulas de Sociologia também foi reconhecida. Para o docente C, esse tema não geraria tanto conflito quanto tratar de gênero e sexualidade, e um dos grandes motivos para isso seria a utilização de estatísticas pela Sociologia para desconstruir os argumentos de uma democracia racial:

Prof. C: Eu costumo perguntar para eles: quantos professores vocês acham que têm aqui na nossa escola? [...] Daí eu digo, nós temos cerca de oitenta professores, vocês sabem quantos são negros? Daí eles começam a contar, chegam um número de cinco, seis [...] Eles começam a partir daí pensar nessas questões. A grande maioria tem consciência disso, um ou outro que não concorda.

As estatísticas referentes às desigualdades provocadas pela discriminação racial são potentes para serem tratadas com um viés sociológico. No entanto, um outro desafio precisa ser enfrentado, trabalhar sobre o racismo visibilizando as formas de resistência e agência das pessoas negras, indígenas e asiáticas no Brasil. A reprodução do lugar de inferioridade, mesmo que para análise, também precisa ser revisto para que não esteja repercutindo um discurso de subalternidade sem reconhecer as ações realizadas em todo país para que essa realidade mude.

Nos exemplos citados sobre a possibilidade de trazer a interseccionalidade para o planejamento de aula, os conteúdos relacionados ao mercado e divisão do trabalho foram citados, conforme citado pela professora A:

Prof. A: Se estou desenvolvendo o conceito de trabalho, uma categoria que a gente usa, tu tens que abordar que não é igual a questão salarial, por exemplo. Historicamente o salário da mulher é inferior ao do homem. As posições na sociedade agora a gente tem vivido uma

melhora, mas uma melhora muito mais de dar uma resposta ao mercado, porque o mercado quer a mulher agora. Começou com a revolução industrial, por isso que a mão-de-obra foi se integrando. Não no nosso caso que somos mulheres negras, que a gente já convive com isso e isso também é trabalho. O trabalho da mulher negra sempre existiu, ela sempre trabalhou. A mulher branca começou depois a ter uma vida mais pública do que privada. Então quando tu tens um conceito como o trabalho, tu consegues englobar as questões de desigualdade, gênero e étnico racial também [...]. Eu vou por essa linha, porque eu tento atrelar os conceitos que estou trabalhando.

A interseccionalidade surge para exibir que os marcadores sociais da diferença transitam e evidenciam as explorações interligadas geradas pela lógica branca, colonizadora e hegemônica. Dessa forma, o entendimento docente expressado nessa pesquisa é promissor para uma Sociologia transformadora.

## Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

LORDE, AUDRE. **I am your sister: collected and unpublished writings of Audre Lorde.** Oxford: Oxford University Press, 2009.

PEREIRA, Camila Santos. **Entre didáticas e resistências: interseccionalidade no ensino de Sociologia**. 2019. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em Ciências Sociais, Porto Alegre, 2019.

POCAHY, Fernando Altair. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. Canoas: **Revista Textura**, n. 23, p. 18-30, jan./jun. 2011b. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/984/766>>. Acesso em: 19 de jan. 2020.

# **A origem social e a escola: as teorias desenvolvidas por Paul Willis e Pierre Bourdieu**

Caroline Finger Stresser<sup>1</sup>

## **Resumo**

O objetivo do presente trabalho foi analisar comparativamente as teorias que Paul Willis e Pierre Bourdieu desenvolveram sobre a relação entre produção e reprodução das desigualdades sociais e a escola. A escolha de tais autores se deve ao fato de que ambos realizaram suas pesquisas na segunda metade do século XX na Europa, o que possibilita uma comparação entre as pesquisas e seus resultados. Para tal comparação, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica dos textos dos dois autores e seus comentadores. Assim é possível concluirmos que: Willis, utilizando como metodologia a etnografia no ambiente escolar, depreende que o grupo de estudantes provenientes da classe operária inglesa da década de 1970 desenvolvem uma “contracultura escolar”, ou seja, esses alunos não aceitam sem conflito a ideologia dominante na escola. Eles reagem a ela, eventualmente abandonando a escola e ingressando precocemente no mercado de trabalho, assim eles acabam reproduzindo a própria estrutura de classes. Já Bourdieu também identifica a existência da prática de abandono da escola por parte dos estudantes provenientes da classe trabalhadora na França de segunda metade do século XX. Utilizando estudos qualitativos e quantitativos o autor chegara a conclusão de que o sucesso escolar está ligado a origem familiar dos estudantes. Ele argumenta que a escolaridade dos pais é um fator importante para o sucesso escolar dos filhos. Mas não é o diploma dos pais em si que leva ao êxito dos alunos e sim porque essa escolarização dos pais acarreta em um acúmulo de capital cultural. A escolha da comparação de tais teorias leva a apontamentos interessantes, pois, mesmo utilizando metodologias diferentes, dando destaques a pontos diferentes os autores chegam a algumas conclusões semelhantes como a existência de uma reprodução das desigualdades sociais ante a escola, sendo o foco dos autores a questão da reprodução de origem social.

**Palavras-chaves:** Bourdieu; Willis; Escola.

## **Resumo expandido**

O presente trabalho aborda a questão da produção e reprodução das desigualdades sociais no ambiente escolar comparando as teorias de dois autores: Pierre Bourdieu e Paul Willis. No texto serão abordadas as teorias dos dois autores, buscando refletir sobre as semelhanças e diferenças de tais explicações sociológicas.

Para construir essa comparação foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as obras e comentadores desses dois autores. No caso de Willis eu utilizei como fonte a obra “Aprendendo a ser trabalhador: Escola, resistência e reprodução social” (1991), que teve sua

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS - UFRGS). Graduada em licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: [carolinestresser@hotmail.com](mailto:carolinestresser@hotmail.com)

primeira versão lançada em 1977 em inglês. No caso de Bourdieu me baseei nas obras escritas em parceria com Passeron, são elas: “Os Herdeiros” de 1964 (2015) e “A reprodução” (1992) de 1970.

Willis desenvolve sua teoria observando o comportamento de estudantes do sexo masculino da classe trabalhadora inglesa dos de 1970. Willis fez sua etnografia dentro da escola, mas também acompanhou esses estudantes além dos muros dela. O autor não entrevistou só os estudantes, mas também as demais pessoas envolvidas na escolarização dos garotos, como seus pais e os professores, além de outros estudantes que possuíam formas de agir diferentes dos meninos do grupo pesquisado.

O principal ponto que constrói todo o trabalho de Willis é a contracultura escolar desse grupo de estudantes. O autor mostra como os alunos pertencentes à classe trabalhadora não aceitam sem conflito a ideologia dominante na escola. Eles reagem a ela, mas, como o autor mostra, com essa reação eles acabam reproduzindo a própria estrutura classes.

Willis mostra de forma detalhada como ocorre a contracultura escolar desses estudantes. Eles são totalmente avessos à autoridade escolar, desafiam os professores, se impõem, matam aula, ou seja, são indisciplinados perante a escola. Além disso, fazem parte de seus hábitos o uso da força física, também sabem enganar as autoridades e praticar pequenos furtos.

Na etnografia o autor percebe que, no desenvolvimento dessa cultura (contra a escola), os estudantes têm certa autonomia ao criar laços de sociabilidade com pares que se identificam com essa rebeldia em relação à escola. A socialização desses garotos acaba gerando um grupo.

A escola não é um espaço que esse grupo de garotos aprecia, o que faz com que eles se encontrem para além do muro das escolas. Eles acham que obedecer às regras escolares são para os fracos, os “CDFs”. Ao se aventurarem para além da escola os garotos sentem-se superiores a ela, pois conhecem “a vida como ela é”. Porém, logo começam a surgir pressões, por exemplo, por dinheiro. Aliando isso ao fato de os garotos não verem sentido na escola e terem um olhar de superioridade em relação a ela, faz com que eles acabam entrando precocemente no mundo do trabalho e repetindo a trajetória dos seus pais. Esses garotos têm orgulho de serem trabalhadores, aceitam essa tarefa e se enxergam como adultos por estarem no mundo do trabalho, com responsabilidades reais, veem o seu trabalho como algo que faz sentido e traz um resultado. Assim, eles tendem a perpetuar a posição social de seus pais ao inserirem-se preciosamente no mundo do trabalho, sem a qualificação necessária. A contracultura escolar acaba levando a reprodução da estrutura de classe. Os alunos não aceitam

de forma calada a escola, que reproduz a ideologia da classe dominante, mas ao se rebelarem contra ela acaba gerando a própria reprodução da desigualdade.

Pierre Bourdieu também identifica a existência da prática de abandono da escola por parte dos estudantes provenientes da classe trabalhadora. Por meio de estudos qualitativos e quantitativos o autor chegara à conclusão de que o sucesso escolar está ligado à origem familiar dos estudantes, algo parecido com que Willis também concluiu. Ele argumenta que a escolaridade dos pais é um fator importante para o sucesso escolar dos filhos. Mas não é o diploma dos pais em si que leva ao êxito dos filhos e sim o acúmulo de capital cultural acarretado por essa escolarização.

Essas crianças inseridas em famílias com alto ‘nível cultural global’, classificados como “quadros superiores” no livro *Os Herdeiros*, irão desenvolver atitudes que têm uma afinidade com o que se espera de um bom aluno, como: usar a norma culta da língua, ter familiaridade com o mundo acadêmico e ter uma inclinação estética condizente com a estética valorizada pela escola. Além disso, é provável que esse aluno tenha acesso a livros e obras de arte que são objetos que demonstram o alto nível de cultura global da família, ou seja, o capital cultural. Assim, não é apenas o pertencimento da classe dominante que auxilia o sucesso escolar da criança, mas também sua relação com a cultura que é valorizada pela escola. Ou seja, ‘dinheiro não é tudo’: além do capital econômico, o que leva à maior chance de sucesso escolar é o pertencimento à fração da classe dominante com alto capital cultural.

Já a pequena burguesia apresenta um médio acúmulo de capital cultural. Isso faz com que os alunos provenientes dessa camada desenvolvam atitudes de reverência e submissão à escola, que é a forma que esses alunos encontram de compensar o seu nível médio de capital cultural.

Do outro lado da moeda está a classe trabalhadora. Para essa classe a escolarização não é um processo tão tranquilo, o que pode ser percebido pela autoeliminação escolar, que em grande parte está ligado ao baixo volume de capital cultural das famílias dessa classe. O que é exigido na escola é algo diferente do que eles estão acostumados a viver em suas famílias. A linguagem na escola é diferente da linguagem da família, às vezes o que o professor fala é incompreensível para o aluno, que nunca teve acesso ao assunto abordado em sala de aula. Além do vocabulário utilizado na escola conter palavras que não são usadas no dia a dia da família desse aluno. Por esse e outros tantos desafios que a escola apresenta para esse aluno, uma longa trajetória escolar é vista como uma possibilidade remota, como algo que esse aluno não tem ‘capacidade’ de alcançar. Esse olhar pessimista faz com que os alunos provenientes da

classe trabalhadora acabem optando por trajetórias escolares mais curtas e voltando seus objetivos para sua inserção rápida no mundo do trabalho.

Assim, a fração da classe dominante que detém um alto acúmulo de capital cultural acaba tendo um maior desempenho escolar. Essa conclusão obtida pela teoria de Bourdieu é importante para refutar as afirmações de que o bom desempenho escolar é resultado único e exclusivamente do mérito do aluno.

Observando atentamente essa descrição rápida da obra dos autores é fácil encontrarmos as semelhanças. A primeira é que tais autores desenvolveram suas teorias a partir da segunda década do século XX na Europa. Porém, neste aspecto já encontramos também a primeira diferença: Willis pesquisa a realidade inglesa, enquanto Bourdieu pesquisa a realidade francesa.

Mas mesmo em países europeus diferentes, ambos os autores chegam a algumas conclusões semelhantes como a existência de uma produção e reprodução das desigualdades sociais perante a escola, com foco na questão da reprodução de origem social. Mas, ao mesmo tempo eles dão destaques a pontos diferentes e utilizam metodologias diferentes.

O ponto é refletirmos teoricamente sobre tal relação entre produção e reprodução das desigualdades sociais e a escola. Como podemos perceber pelas obras aqui citadas, através das mais diferentes metodologias, espaços e teorias, o resultado parece ser semelhante: existe uma conexão forte entre a reprodução e a escola.

### **Referências:**

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-claude. **Os Herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2015. 171 p. Tradução de: Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador**: escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

# **Sociologia e sua importância na formação da/para a cidadania de jovens do ensino médio**

Janaina Andretta Dieder<sup>1</sup>  
Gustavo Roesse Sanfelice<sup>2</sup>

## **Resumo**

O estudo teve como objetivo identificar e analisar os desdobramentos da cidadania na formação de jovens do ensino médio na disciplina de sociologia, enfatizando sua importância na educação básica. Caracteriza-se como qualitativo descritivo e interpretativo. Foram selecionadas duas escolas, uma da rede de ensino pública e uma da rede privada de uma cidade do Vale dos Sinos/RS, tendo como critério de escolha as escolas com maior número de alunos matriculados no Ensino Médio no ano de 2018. A imersão no campo empírico se constituiu através de observações (março a junho de 2018), registradas em diários de campo e realização de entrevistas com docentes de sociologia de ambas as escolas. No que diz respeito às características das escolas, a escola pública utilizava a abordagem e metodologia tradicional de ensino, empregando normas de conduta bem definidas e rígidas, que resultavam no enquadramento do comportamento social dos alunos. Enquanto que a escola privada, no ano de 2018, implementou metodologias ativas e colaborativas, trabalhando a partir de projetos e atividades de resolução de conflitos que promoviam a autonomia do aluno. Por meio das observações, constatou-se que a sociologia em ambas as escolas foi a disciplina mais sensível às questões que envolvem a cidadania, já que leva as discussões na perspectiva vivencial dos sujeitos sociais, através de uma constante autorreflexão de nosso contexto, dilemas e contradições, principalmente no período atual em que as posições políticas estão polarizadas. Salientamos, entretanto, que na escola pública há diferenças nas práticas e abordagens das três docentes dessa disciplina, implicando num menor ou maior desenvolvimento da cidadania. Portanto, entende-se que a sociologia, a partir de suas discussões e tensionamentos, auxilia a aperfeiçoar o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, que são essenciais na formação da/para a cidadania, reforçando a importância do retorno de sua obrigatoriedade no currículo do ensino médio.

**Palavras-chave:** Cidadão; Educação; Escola.

## **Introdução**

A disciplina de sociologia é de fundamental importância para a formação da/para a cidadania, já que contribui na “formação de uma consciência crítica e reflexiva dos alunos” e “ajuda a compreender melhor a sociedade em que vive reforçando assim, o seu papel social” (SOUSA; VIEIRA, 2017, p. 491). Deste modo, o presente estudo teve como objetivo identificar

---

<sup>1</sup>Doutoranda e Mestra em Diversidade Cultural e Inclusão Social - Universidade Feevale. Licenciada em Educação Física - Universidade Feevale. janaina.dieder@gmail.com

<sup>2</sup>Doutor em Ciências da Comunicação - UNISINOS. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social - Universidade Feevale. E-mail: sanfeliceg@feevale.br

e analisar os desdobramentos da cidadania na formação de jovens do ensino médio na disciplina de sociologia.

### **Metodologia**

Caracteriza-se como qualitativo descritivo e interpretativo. Foram selecionadas 2 escolas, uma da rede de ensino pública e uma da rede privada de uma cidade do Vale dos Sinos/RS, tendo como critério de escolha as escolas com maior número de alunos matriculados no ensino médio no ano de 2018. A imersão no campo empírico se constitui através de observações (13/03/2018 à 13/06 na escola pública e 21/03 à 14/06 na escola privada), diários de campo e entrevistas.

Foram entrevistados: o (único) professor de sociologia do ensino médio da escola privada (Leonel, 9/07/2018) e uma professora de sociologia da escola pública (Eliza, 10/07/2018). Vale destacar que a escola pública possui três docentes de sociologia, entretanto, a partir das observações se percebeu que a docente Eliza (entrevistada neste estudo) se destacou por trabalhar a cidadania para além de um conteúdo, mas como prática cotidiana.

A presente pesquisa segue os parâmetros éticos conforme Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, ciente sobre as obrigações éticas, preservando o respeito às pessoas. Foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Feevale, sob o número 81015617.1.0000.5348.

Para a análise e interpretação dos dados, utilizou-se a triangulação que, neste estudo, ocorreu através da triangulação por fontes, teórica e reflexiva (CAUDURO, 2004).

### **Resultados e discussão**

As escolas pesquisadas possuem características bem distintas e marcantes. A escola pública tem como base o ensino tradicional e conteudista, enquanto que a escola privada implementou no ano de 2018 metodologias ativas e colaborativas, trabalhando a autonomia do aluno. Dentro desses contextos, identificou-se a sociologia como a disciplina que é mais sensível às questões que envolvem a cidadania, seja por ter conteúdos aderentes a essa temática, mas, principalmente, por perceber que ela é desenvolvida como prática cotidiana.

Dessa forma, são apresentados alguns exemplos de atividades que foram observadas que promovem a formação da/para a cidadania em ambas as escolas. Na pública, a professora Eliza propôs: o texto “O animal” (CAFÉ COM SOCIOLOGIA, 2018) como atividade de simulação de julgamento. Ao longo da atividade, a professora mediava conforme necessário e disse aos alunos que “não existe o que falam ‘tem o sangue ruim, por isso fica ruim’, pois o que influencia

é o contexto externo” (DIÁRIO DE CAMPO, 18/04/2018). Consequentemente, a docente trazia para a “sala de aula exemplos de discriminações e preconceitos comuns na sociedade, a partir de situação-problema”, discutindo-as de forma a resolvê-las (BRASIL, 2013b, p. 48).

Promoveu a criação de partidos políticos, para que os alunos trouxessem propostas para um país melhor, buscando desenvolver a participação política na sociedade, pois, como disse a docente, “não tivemos uma construção política, sempre achamos chato. [...] Não temos cultura política, de se falar de política. Estão decidindo e debatendo sobre a nossa vida” (DIÁRIO DE CAMPO, 23/04/2018). Nesse sentido, Cabral Junior (2018, p. 72) contribui que a “pobreza política é o maior desafio da cidadania porque impede a obtenção de consciência crítica acerca da marginalização imposta e da oportunidade de uma história alternativa, caracterizando a injustiça social como destino inevitável”. Portanto, o que a professora Eliza propõe e faz em aula está em consonância com o que Lopes (2011) defende, que é formar uma cidadania ativa, não iniciando o jovem na vida política, mas sim dando a cultura e o gosto pela discussão, para que tenha capacidade de compreender os problemas, as políticas pretendidas e debater sobre essas questões.

Para as turmas dos 3º anos a professora trouxe 13 temas sociais que poderiam cair no Enem para que os alunos escrevessem uma redação sobre e debatessem, dentre eles: novas formas de família, mobilidade urbana, preconceito racial, humanização dos animais, consumo, avanço das tecnologias e homossexualidade (OBSERVAÇÃO, 10 e 23/04/2018). Esses temas fazem parte dos direitos humanos e da cidadania, que auxiliam na promoção da inclusão social, garantindo a diversidade humana, cultural, social e econômica dos grupos historicamente marginalizados e que começaram a ser considerados pelas políticas públicas (BRASIL, 2013a, p. 16), mas que hoje percebemos através dos discursos de ódio e do antipoliticamente correto sua exclusão, tendo em vista o contexto político-social do Brasil, tomado por uma onda conservadora. De qualquer forma, esses temas precisam e devem ser trabalhados no contexto escolar, já que é nesse contexto que o aluno poderá ter o contato com outros pontos de vista, confrontar com os seus e ressignificar suas práticas, tornando-o protagonista frente aos dilemas sociais.

Na escola privada o professor Leonel propôs outras atividades, expostas em seguida. Na observação do dia 26 de março, o docente comentou comigo que na semana anterior haviam discutido sobre o caso do assassinato da vereadora Marielle Franco (CANÔNICO, 2018), trazendo diferentes pontos de vista. Portanto, o professor faz o que apontam Maia e Pereira

(2014) e Rifiotis (2006), que é levar a discussão para um enfoque vivencial dos sujeitos sociais, através de uma contínua autorreflexão de nosso contexto, dilemas e contradições.

No dia 3 de maio o docente questionou os alunos se eles sabiam o que foi o Holocausto e perguntou se eles acreditavam que isso poderia acontecer em 2018. Então trouxe o vídeo *Charlottesville: Race and terror* (canal *Vice News*) e questões para os alunos refletirem e debaterem, sendo que os discentes não conseguiam acreditar que as cenas do vídeo eram atuais. Pensando nessa aula, ocorrida em maio de 2018, nós não esperávamos o que estaria por vir a acontecer no Brasil, com a ascendência de grupos radicais – como exemplo temos o deputado estadual eleito mais votado no Rio de Janeiro como um dos responsáveis por destruir a placa feita em homenagem à vereadora assassinada no início do ano, Marielle Franco (NOGUEIRA, 2018).

O professor também problematiza quanto vale uma vida, trazendo a frase conhecida: “bandido bom é bandido morto”. A partir disso, ele apresenta aos alunos os Direitos Humanos, que diz que nenhuma vida vale mais que a outra. Trouxe a foto do menino sírio morto e também a informação de que a guerra ao tráfico no Brasil mata muito mais que a guerra na Síria. Muitos alunos ficaram chocados com a informação, pois não tem noção da realidade (OBSERVAÇÃO, 3/04/2018).

Contribuindo com isso, o professor comenta em sua entrevista: “Isso eu acho que a [escola] cumpre bem, não disfarçar a realidade. Não dizer para os alunos que o mundo é o vestibular, não, no mundo cabe muitas outras coisas, dentre essas coisas é uma possibilidade” (LEONEL, 9/07/2018). Ou seja, essas muitas outras coisas que cabem no mundo que o professor cita são concernentes à cidadania, auxiliando na busca do entendimento da realidade, para que os alunos possam refletir e intervir na sociedade, tornando-se sensíveis ao que é diferente e distante do seu contexto. Já que a sociologia tem o “papel de refletir junto aos alunos sobre a realidade social, auxiliando a construírem as suas estruturas intelectuais” (SOUSA; VIEIRA, 2017. p. 492). Além disso, a disciplina envolve mais o aluno com o debate, com o compartilhamento de ideias e opiniões sobre a realidade que os cerca, ajudando a “entender e conhecer melhor os princípios e as leis da sociedade em que vivem”.

Portanto, fica evidente que os docentes entrevistados nesse estudo conseguem trabalhar a cidadania durante suas aulas não só como conteúdo pedagógico, mas também como prática cotidiana, por meio de reflexões constantes. Na escola pública, a professora entrevistada, Eliza, estava fora do padrão tradicional e conteudista, propondo atividades diferenciadas, que buscavam a contextualização e elementos do dia a dia da sociedade e dos alunos. Enquanto que,

na escola privada, o professor de sociologia também trabalhava nesse viés, mas por a escola se embasar em metodologias ativas e colaborativas, promovendo atividades interdisciplinares de resolução de conflitos, o trabalho desse docente, juntamente com os demais, permeava por diversas áreas, em uma via de mão dupla, significando esse aprendizado sob diversas óticas, no qual a sociologia apresentava a esses alunos a realidade social do Brasil e do mundo. Dessa forma, a sociologia se apresentou como importante no desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, que são essenciais na formação da/para a cidadania.

## Referências

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013a.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013b.

CABRAL JÚNIOR, L. R. G. Função política da educação: a reforma do ensino médio como instrumento contra a cidadania. São Paulo: **Revista Direito e Liberdade**, v. 20, n. 1, p. 67-85, jan./abr. 2018.

CAFÉ COM SOCIOLOGIA. **Texto “O animal”**. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/dica-de-simulacao-de-um-julgamento-e/>. Acesso em: 22 nov. 2018.

CANÔNICO, M. A. Da Maré, vereadora fazia parte do 'bonde de intelectuais da favela'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/feminista-negra-e-cria-da-mare-quem-foi-a-vereadora-marielle-franco.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2018.

CAUDURO, M. T. (Org.). **Investigação em Educação Física e Esportes: um olhar pela pesquisa qualitativa**. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

LOPES, S. F. **Como se educa o soberano para a democracia?** A formação cidadã na escola da rede particular de ensino (uma leitura contemporânea). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

MAIA, A. A. M.; PEREIRA, M. Z. C. Cidadania, Educação e Cotidiano. Porto Alegre: **Educação & Realidade**, v. 39, n. 2, p. 617-631, abr./jun. 2014.

NOGUEIRA, I. Candidato que quebrou placa em homenagem a Marielle é o mais votado para Alerj. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 8 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/candidato-que-quebrou-placa-em-homenagem-a-marielle-e-o-mais-votado-para-alerj.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2018.

RIFIOTIS, T. **Sujeito de direitos e direitos do sujeito**. In: SILVEIRA, R.M.G. et al. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa, Editora Universitária, 2007. p. 231-244.

SOUSA, M. D.; VIEIRA, M. A. B. Percursos da sociologia nos currículos do ensino médio no Brasil: o que dizem professores e alunos? Paraíba: **Rev. Espaço do Currículo (online)**, v.10, n.3, p. 484-493, set./dez. 2017.

# O Racionalismo e a Interiorização do Feminino e da Natureza

Jocieli Decol<sup>1</sup>

## Resumo

O conceito de racionalidade que se constrói no Ocidente, desde pensadores da Grécia antiga, e se expande por todo o mundo a partir da revolução científica e desenvolvimento do capitalismo moderno, é masculina, excludente e opressora. Essa concepção de racionalidade, que se torna então hegemônica, tem como base uma visão de mundo dualista, em que existências associadas ao feminino são vistas como irracionais e, portanto, inferiores. Essa concepção impulsionou projetos de domínio da natureza, de controle dos corpos e mentes das mulheres e subjugação de formas diferentes de ser e pensar. Este estudo pretende demonstrar as conexões que se estabelecem entre o racionalismo e a inferiorização do feminino e da natureza. Para tanto, apresentamos no texto como a natureza tem sido associada ao feminino ao longo do tempo, e que tal relação ocorreu caracterizando a terra como mãe carinhosa e gentil, mas também com o imaginário de uma mulher descontrolada, irracional e que necessitava de controle masculino. A imagem da natureza como uma mãe carinhosa também coexistiu com a ideia da natureza enquanto selvagem, incontrolável, causadora de tempestades, tormentas e destruição. As duas associações estiveram presentes na arte, na literatura e na filosofia do século XVI. Para além das construções imagéticas e obras literárias, a conexão das mulheres com a natureza também é perceptível quando retomamos a história da caça às bruxas. Historicamente, foram designadas bruxas as mulheres curandeiras, parteiras, detentoras de saber acerca da natureza e de seus próprios corpos e também aquelas consideradas libertinas, agressivas, rebeldes. Este imenso saber e a rebeldia relacionada às bruxas causavam medo nas estruturas de poder que emergiam na época. Isso porque não se adequavam à disciplina necessária ao novo sistema econômico que dava seus primeiros passos e ao modelo comportamental exigido por este: o capitalismo.

**Palavras-chave:** Racionalidade, Feminino, Natureza.

## Introdução

Algumas teóricas feministas vêm apontando que a construção da razão enquanto um substantivo estreitamente ligado ao masculino, a qual se estabelece por meio de uma relação dual, hierárquica e excludente do feminino e da natureza, tem seu início ainda na cultura grega antiga, sendo intensificada com o Iluminismo (GENEVIEVE LLOYD, 1993; VAL PLUMWOOD, 1993). Reavaliando as produções teóricas desse período podemos encontrar indícios do “casamento entre razão e dominação, o ponto de origem de muita coisa que é profundamente problemática na condição contemporânea” (VAL PLUMWOOD, 1993, p. 72). Neste sentido, Val Plumwood (1993) demonstra no pensamento de Platão a construção de uma

---

<sup>1</sup> Formada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), especialista em Epistemologias do Sul pela CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais), e mestranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

racionalidade masculina determinada através de múltiplas exclusões e da dominação sobre natureza, as mulheres, escravos e animais. Segundo a autora, cabe à tradição aristotélica a noção de separação entre a mente e corpo, sendo o primeiro considerado como superior, divino e imaterial, enquanto o segundo aparece como inferior e material, o qual estaria a serviço e deveria ser dominado pela mente (VAL PLUMWOOD, 1993). A tensão entre a parte racional e irracional do ser humano elaborada por Platão é mais tarde apropriada por pensadores judaicos e cristãos que a vinculam à dominação do homem sobre a mulher (GENEVIEVE LLOYD, 1993). A desvalorização do feminino em Platão ocorre simultaneamente com sua desvalorização da natureza, em que ambas são associadas com descontrole, com a ordem inferior da natureza, e as quais deveriam ser controladas e disciplinadas (VAL PLUMWOOD, 1993). Desta maneira,

a degradação das mulheres de Platão é muito mais profunda do que mero desgosto pelas mulheres como um sexo. [...] Não são as mulheres elas mesmas como um sexo, então, que são o problema tanto como o feminino: o comportamento, características e áreas da vida associadas com as mulheres. Tal comportamento é igualmente ou ainda mais problemático quando tolerado por homens. O feminino é explicitamente e repetidamente associado em Platão com a ordem inferior da natureza em oposição à razão, associada com matéria sem forma, indisciplinada ou caos primitivo (Timeu 50): com desordem e emoção desgovernada (República 605 D-E), com fofoca inútil e opinião (doxa) (República 304 C, 111, 395), com mal moral (Timaeus 91), incompetência (República 455D), natureza animal e distanciada da natureza superior (Timaeus 76), com natureza mais baixa, como a dos escravos, inadequada para a esfera pública (República 455D), e com um eu inferior e apetite corporal (Timeu 70). (VAL PLUMWOOD, 1993, p. 76-77).

Outro pensador que contribuiu para o entendimento da razão enquanto controle sobre natureza e o feminino foi Francis Bacon. Considerado um dos fundadores da ciência moderna, o pensamento de Bacon foi basilar à filosofia mecanicista. Uma mudança importante introduzida por ele foi a compreensão do mundo natural como estruturado a partir de leis mecânicas. Segundo Genevieve Lloyd (1993), nessa compreensão a natureza não é vista como um organismo detentor de suas próprias dinâmicas, mas como uma máquina, que formada segundo leis inteligíveis, pode ser controlada. Lloyd ressalta, que em seus escritos, Bacon estabeleceu diversas metáforas sexuais entre a noção do controle sobre a natureza e o controle sobre as mulheres. Nestes, ambas eram vistas como descontroladas e irracionais, e deveria ser objetivo da ciência estabelecer o domínio racional masculino sobre elas. Os homens teriam, portanto, o direito legítimo de controle do feminino (LLOYD, 1993).

Segundo Merchant (1990), Bacon desenvolveu seu método científico (indutivismo) a partir da observação de como ocorriam os interrogatórios das bruxas na Inquisição, um momento em que elas eram brutalmente torturadas. Merchant destaca que o próprio autor se referia à natureza como uma mulher a ser conquistada, explorada e estuprada. Deste modo, a maneira como os tribunais da Inquisição conduzia os interrogatórios e a tortura das bruxas para conter a desordem é visualizada como modelo para o controle da desordem do mundo natural (MERCHANT, 1990). Pois, “como o útero da mulher tinha simbolicamente se rendido aos aparelhos cirúrgicos para a retirada do bebê, o ventre da natureza abrigava segredos que através da tecnologia poderiam ser arrancados de seu alcance para uso na melhoria da condição humana” (p.169). Através deste enfoque, a filosofia mecanicista impulsionou a devastação da natureza e a inferiorização do feminino, fundamentando o conhecimento científico como campo de poder (MERCHANT, 1990). Deste modo, essa iminente conexão entre poder e conhecimento estabelecida por Bacon tem forte influência na consolidação de um pensamento hegemônico ocidental acerca da relação entre conhecimento e natureza (LLOYD, 1993).

Nós já tínhamos visto o tema do domínio da mente sobre a matéria na concepção de conhecimento de Platão como envolvendo a sujeição do corpo enquanto escravo à alma. E a personificação da natureza como mulher também não é inovação. Mas Bacon traz tudo isso junto em um poderoso novo modelo de conhecimento. A relação de dominação - em vez de se manter entre a mente e o corpo, ou dentro da mente entre os diferentes aspectos do mental funcionamento - agora se mantém entre a mente e a natureza como o objeto do conhecimento. Conhecimento é em si o domínio da natureza (GENEVIEVE LLOYD, 1993, p.13).

A convicção de que o controle e a instrumentalização do mundo natural eram necessários para o “progresso” da humanidade também é percebido no pensamento de René Descartes. Seguindo a linha mecanicista, Descartes compreende a natureza de forma homogênea, simples matéria não-pensante, inerte, passiva, como um campo vazio à espera da atividade humana. Essa concepção também serviu para o estabelecimento da noção de legitimidade da propriedade privada, na época de um novo sistema econômico nascente (VAL PLUMWOOD, 1993). Para além disso, segundo Val Plumwood (1993), Descartes é o responsável pela construção de um pensamento dualista hierárquico, que se articula por meio de uma exclusão radical. Plumwood explica que isso ocorre através do estabelecimento de uma definição relacional (definindo natureza como falta), e com a “criação das concepções polarizadas da mente descorporificada e do corpo sem mente” (p.112), que em conjunto, homogenizam e instrumentalizam a natureza.

Pensadores como Descartes e Bacon foram centrais à formação e consolidação da epistemologia racionalista moderna, a qual possui como marco simbólico a Revolução Científica do século XVI. A racionalidade masculina consolidada com este evento continua

delineando nossa concepção sobre conhecimento científico na contemporaneidade. O arcabouço teórico que sustenta essa racionalidade masculina é composto por dualismos, em que o lado humano, objetivo e racional faz referência aos homens e no outro lado, o corpo, a natureza, o subjetivo e o emocional, às mulheres. Esta visão dual e hierárquica se constrói em analogia às desigualdades de gênero, e passa a servir como instrumento para a legitimação “científica” ou “racional” de diversas opressões, como o machismo, o racismo e o colonialismo.

### **Referências**

BARBARA, Ehrenreich; DEIRDRE, English. **Witches, midwives, and nurses: A history of women healers.** 1973.

BERMAN, Ruth. Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista: a transformação feminista da ciência e da sociedade. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva.** São Paulo: Editora Elefante, 2017.

JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

LLOYD, Genevieve. **The man of reason: "Male" and "female" in western philosophy.** Londres: Routledge, 1993.

LONGINO, Helen. Epistemologia Feminista. In: GRECO, J.; SOSA, E. **Compêndio de Epistemologia.** Tradutores Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Loyola, 2012.

MERCHANT, Carolyn. **The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution.** San Francisco: Harper & Row Publishers, 1980.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the Mastery of Nature.** Londres: Routledge, 1993.

# O Crime em Durkheim: Uma Trajetória Descontínua

Maiara Corrêa<sup>1</sup>

## Resumo

Desde tempos imemoriais o crime tem sido objeto de reflexão e especulação, se constituindo também em um objeto das Ciências Sociais. Em *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim argumenta sobre o caráter útil do crime como um agente regular da vida social e antecipador da moral e o caracteriza como um fato social normal, não só pela sua existência em diversas sociedades, mas também pela sua recorrência e aumento significativo em alguns casos. O presente trabalho se propõe a apresentar as discussões atuais nas produções acadêmicas brasileiras que partem, de alguma forma, da ideia durkheimiana de crime, seja problematizando a teoria ou a mobilizando para o desenvolvimento de outras. Mais do que retomar um ponto chave na obra de um dos fundadores da sociologia, revisar tal discussão e reunir o trabalho daqueles que se debruçaram nessa perspectiva teórico-metodológica para indagar fenômenos das sociedades atuais, em seus diversos desdobramentos, significa atualizar um clássico e a própria disciplina científica. Para isso, foi feita uma busca aprofundada nos textos que contextualizam a recepção de Durkheim no Brasil e trabalhos sobre sociologia do crime e da violência. Conclui-se que interpretações equivocadas de que Durkheim estaria comprometido com a manutenção da ordem social são alguns fatores que estiveram implicados na recepção e continuidade de sua tradição. Aparentemente houve uma leitura prévia que deu as lentes para sua recepção, além do o recorrente mau-olhos ao positivismo que tendeu a ignorar sua explícita definição de crime e à colocá-lo na gama do paradigma positivista da criminologia, esquecendo que o seu discurso se atém ao crime enquanto fenômeno, não ao criminoso.

**Palavras-Chaves:** crime; Durkheim; sociologia da moral.

## Introdução

Na sua obra *As Regras do Método Sociológico*, mais especificamente no capítulo III, “Regras relativas à distinção entre normal e patológico”, Durkheim trata do crime argumentando a partir das analogias entre biologia e sociologia, espécies e sociedades, patologia e crime. Trata sobre o caráter útil do crime como um agente regular da vida social e antecipador da moral que está por vir e o caracteriza como um fato social normal, não só pela sua existência em diversas sociedades, mas também pela sua recorrência e aumento significativo em alguns casos.

O crime e a transgressão impulsionam rupturas na coerção social, estando diretamente ligadas à mudança do direito e da moral de uma sociedade, que por sua vez mudam conforme as condições de existência coletiva. Nisso reside seu caráter funcional e normal. Não seria certo

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: mayara-cnp@hotmail.com

dizer que um ato ofende a consciência comum porque é criminoso, mas sim que é criminoso porque ofende essa consciência. Não o condenamos porque é crime, é um crime porque o condenamos (DURKHEIM, 2007). Portanto, não há uma definição substantiva do crime: ele deve sempre ser entendido como relacional. O crime não é o que afeta negativamente a sociedade ou uma proporção de seus membros; é aquilo que a sociedade, ou uma proporção de seus membros, trata como ofensivo. A punição é uma chave essencial para entender não apenas o que é considerado criminoso, mas também o que forma a base das relações sociais. Assim sendo, “se o crime nada tem de mórbido, a pena não poderia ter por objetivo curá-lo e sua verdadeira função deve ser buscada em outra parte” (DURKHEIM, 2007, p.73). Com a preocupação inicial de compreender e responder a questão do porquê Durkheim é pouco utilizado na sociologia do crime, fui investigar sua recepção no Brasil.

No XV Encontro Brasileiro de Sociologia, José Benevides Queiroz (2011) discorre sobre isso ao discutir os “aspectos na obra e nas posições políticas e ideológicas de Durkheim que destoam das interpretações que por muito tempo preponderaram no interior da sociologia brasileira e que, de certo modo, ainda perduram por meio de sua recepção” (p.20), sendo essas as que o consideram como conservador e *establishment*. Um ponto importante citado pelo autor é a presença no Brasil de intelectuais que recusavam os parâmetros teóricos durkheimianos: Lévi-Strauss, Roger Bastide e Georges Gurvitch nos primeiros anos do curso de Ciências Sociais da USP. Sendo a mais relevante delas, a do autor de *Tristes Trópicos*.

Apesar de reconhecer posteriormente a contribuição de Durkheim para a antropologia, já em 1947, a posição de *Tristes Trópicos* foi reiterada em *De longe e de Perto*, em 1988. Neste livro-entrevista, ele declara: “fui para o Brasil porque queria ser etnólogo. E eu tinha sido conquistado pela etnologia em rebelião contra Durkheim, que não era um homem de campo, ao passo que eu descobria a etnologia de campo através dos ingleses e americanos. Eu estava, portanto, numa posição falsa. Chamaram-me para perpetuar a influência francesa, por um lado, e a tradição Comte-Durkheim, por outro. E eu chegava conquistado, naquele momento, por uma etnologia de inspiração anglo-saxônica” (QUEIROZ, 2011, p.21).

Entre os anos 1935 e 1938 Claude Lévi-Strauss faz parte do corpo docente da recém-criada Universidade de São Paulo, ministrando a disciplina de sociologia com amplas discussões sobre antropologia urbana, sociologia primitiva, linguística, etnolinguística e antropologia física (PEIXOTO, 1988). Mesmo *Les Formes Élémentaire de la Vie Religieuse* fazendo parte do seu programa, suas pesquisas pessoais e produções estavam mais centradas em conhecer os povos originários locais do que perpetuar uma tradição francesa no Brasil que

passasse por Durkheim. Em seu livro *Antropologia Estrutural II*, de 1976, mais especificamente no capítulo “O que a Etnologia deve a Durkheim”, o autor admite sua dívida com a produção durkheimiana, não tendo cumprido com a perpetuação de uma tradição francesa nos moldes clássicos.

Outra figura central para entender a recepção de Durkheim no Brasil é o advogado, professor e político paulista Paulo Egydio de Oliveira Carvalho. Apesar de não ser um sociólogo, defendeu os estudos de ciências como a sociologia para a aplicação do saber jurídico, a considerando como importante para o conhecimento social e como guia do homem de estado, chegando a organizar no final do século XIX um instituto sociológico em São Paulo, sem continuidade após sua morte (SALLA; ALVAREZ, 2000). Defensor das teorias positivistas e evolucionistas, estudou autores como Comte, Spencer, Durkheim, Darwin e Lombroso. Pode ser considerado o responsável por introduzir preliminarmente no Brasil e nas ciências jurídicas, por fins do século XIX, as ideias de Durkheim contidas em *As Regras do Método Sociológico*.

Em 1900 lança a obra *Estudo de Sociologia Criminal. Do Conceito Geral do Crime Segundo Methodo Contemporaneo (A propósito da teoria de E. Durkheim)*, na qual critica tanto o desprezo para as questões subjetivas e orgânicas quanto o conceito de crime em Durkheim e seu método objetivo, recusando a ideia de que o crime é um fato social normal, levando a ser aceito no Instituto Internacional de Sociologia de Paris, por indicação de Gabriel Tarde e René Worms (SALLA; ALVAREZ, 2000). Tal obra gerou muita inquietação, resultando em algumas resenhas e comentários em diferentes épocas, por autores como João Mendes Junior, Antônio Cândido, Soriano de Albuquerque e Artur Orlando, David Campista, Fernando Salla e Marcos César Alvarez (QUEIROZ, 2011).

Quando o jurista paulista discute a obra de Durkheim, o paradigma criminológico se situava na teoria lombrosiana, estando ele mesmo inserido nele, porém, defendendo um argumento ainda inexistente na intelectualidade brasileira, mesmo que para refutá-la. Egydio se preocupou com a possível inviabilidade das instituições penais e com o destino da criminologia caso a ideia do crime como fato social normal se disseminasse.

Por outro lado, os trabalhos que buscam atualizar o conceito durkheimiano de crime pela dupla normal-patológico não são achados tão facilmente na produção brasileira.

Apesar da efervescência com as posições de Egydio, só em 1937 é publicada no Brasil a obra que carrega a questão do crime - *As Regras do Método Sociológico*, traduzida por Fernando Azevedo para a coleção Iniciação Científica – Série 4ª, da Biblioteca Pedagógica Brasileira. O que chama atenção, é que tal publicação precede a tradução inglesa, de 1938

(QUEIROZ, 2011). Queiroz faz um ótimo apontamento sobre a recepção da obra no Brasil e na academia:

Esta recepção precoce não foi acompanhada de uma discussão da obra de Durkheim, em particular de sua relação com a realidade social da época, principalmente a francesa. Debilidade perdoável, talvez, quando se sabe para quais objetivos estava direcionada aquela recepção. Contudo, incompreensível quando da criação dos cursos de sociologia. Paradoxalmente, como no período anterior, aquele autor só foi lido e ensinado a partir do aspecto teórico-metodológico e, quando muito, utilizada como fundamento de alguns estudos (2011, p.6).

Tratando-se da moderna sociologia brasileira, Queiroz (2013) aponta a influência de Florestan Fernandes na segunda metade da década de 1950, com a perpetuação de pesquisadores influenciados pelo seu trabalho como possível resposta à pergunta de como explicar a compreensão de Durkheim no Brasil, muitas vezes oposta a sua visão (p. 4).

Oliveira (2009) encontra o ponto antes e lembra que em 1945 “Florestan foi nomeado assistente da cadeira de Sociologia II da FFCL/USP, atuando como docente, ele dedica todo um semestre à leitura das Regras do Método Sociológico” (p. 8).

A *doxa* de que o trabalho de Durkheim seria um instrumento da ordem burguesa segue à institucionalização dos cursos de graduação e pós-graduação em sociologia no país, tendo Florestan Fernandes como uma figura chave no âmbito de formação, orientação e agenda de pesquisa da sociologia contemporânea, assim como, na influência de interpretações teóricas.

Haveria dois momentos na obra de Florestan que ajudariam a entender suas concepções acerca das teorias durkheimianas: um primeiro como referência e um segundo como críticas políticas e ideológicas. A explicação seria de que a leitura inicial priorizou determinados elementos em detrimento de outros (QUEIROZ, 2013). Na sua tese de doutorado intitulada *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, de 1951, o autor mobiliza conceitos e ideias, enquanto em *O método da interpretação funcionalista na Sociologia*, de 1953, a sociologia durkheimiana passa a ser o objeto e é definida como funcionalista. Apesar de ser vanguarda na conceituação sociológica de função social, na concepção de Florestan, ela carregaria alguns problemas: a separação entre “análise das causas” e “análise das funções”, o desprezo da aplicação do método nas investigações particulares, a não avaliação da complexidade das funções e, por fim, uma importância secundária e falta de compreensão do método explicativo (FERNANDES apud QUEIROZ, 2013).

A missão francesa na USP desempenhada de modo diferente do imaginado a recusa e refutação de outros intelectuais à obra durkheimiana. Interpretações equivocadas de que Émile

Durkheim estaria comprometido com a manutenção da ordem social são alguns fatores que estiveram implicados na recepção do autor no Brasil e refletiram na continuidade de sua tradição. Aparentemente houve uma leitura prévia que bloqueou a recepção e a possível mobilização da obra de Durkheim, pelo menos de forma diferente se compara com a de outros clássicos. As lentes foram dadas ante mesmo de sua tradução e disseminação.

É vasto o número de trabalhos que abordam o tema do crime/criminalidade/ violência, mas são ínfimos os que partem da discussão durkheimiana de crime. Mesmo não justificada, pode-se crer que isso decorra do ponto de partida de uma definição jurídica ampla ou não situada, ou por talvez considerarem tal abordagem demasiado datada.

A criminologia sim deteve-se nessa questão e colocou Durkheim como mais um entre aqueles que desenvolveram um discurso sobre o crime, mas não do criminoso, é importante ressaltar. O que leva a uma questão importante: o recorrente mau-olhos ao positivismo tende a ignorar sua explícita definição de crime e a colocá-lo mais próximo do que devia de nomes como Cesare Lombroso, Enrico Ferri, Gafarolo, etc., no grande saco do paradigma positivista da criminologia, dando mais ênfase ao seu positivismo do que a sua teoria propriamente.

Mesmo que pouco pensado pelas vias durkheimianas, o crime tem sido um elemento importante não só na sociologia como na vida associativa. Constantemente enfatizado mesmo quando os acontecimentos pautam outras urgências, ele é exaltado para que a solução seja a punição, na crença de justiça pela punição.

A falta de consenso e solidariedade nas sociedades modernas, uma vez que a moral nunca é homogênea, geram formas de solidariedades outras, entrando em concorrência com o Estado, o crime organizado pode ser exemplo disso (ADORNHO, 2009). Em vista disso, não seria descabido defender uma regressão com novo enfoque a discussão do crime não só normal, mas também moral, uma vez que as práticas punitivas estão ao gosto das variações valorativas. O que pode parecer um retorno cíclico a uma discussão ultrapassada se mostra extremamente importante ao ver que as práticas punitivas se afastam de tudo isso ao pensar o crime como anormal e, portanto, algo a ser combativo e condenado.

Até agora, a sociologia do crime e da violência tem nos apresentado discursos que contextualizam seus objetos, seja como dispositivo de controle social, resultado de desigualdades no acesso a recursos de reprodução material, a desigualdades estruturais como o racismo, etc. Porém, além do controle existe uma outra camada de inferência ainda não suficientemente trabalhada no que diz respeito a essa discussão, a da moralização. Ao se debruçar nos problemas ditos estruturais, pouco se prestou atenção.

Não existem trabalhos destrinchando o que seria uma sociologia do crime em Durkheim porque o crime para Durkheim serviu como exemplo para mostrar uma outra coisa. Crime como melhor exemplo de uma moralidade, de valores coletivos diferentes de individuais. Não tem sociologia do crime em Durkheim porque o que ele se interessa é a moral. Portanto, o que a sociologia do crime deixou de fora e que pode ser talvez uma virada na análise, é sua abordagem não pelo ato, nem pelo criminoso ou pela reação social, mas sim pela moral.

## Referências

ADORNO, Sérgio. **Anomia, um conceito, uma história, um destino**. In: MASSELLA, A. et al (Org.). Durkheim: 150 Anos. Belo Horizonte: Argumentvm, p. 131 – 156, 2009.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

OLIVEIRA, Marcio. Émile Durkheim e a sociologia brasileira. In: MASSELLA, A. et al (Org.). **Durkheim: 150 Anos**. Belo Horizonte: Argumentvm, p. 231-257, 2009.

PEIXOTO, Fernanda. **Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo**. Mana vol.4 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1998.

QUEIROZ, J. B. A Sociologia de Durkheim no Brasil. In: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia. GT 18 - Pensamento Social no Brasil**, Curitiba, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Recepção de Émile Durkheim nas Primeiras Obras de Florestan Fernandes (Décadas de 1940 e 1950)**. XXIX Congreso ALAS Chile. 2013. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/4032036-A-recepcao-de-emile-durkheim-nas-primeiras-obras-de-florestan-fernandes-decadas-de-1940-e-1950.html>>.

SALLA, Fernando & ALVAREZ, Marcos César. Paulo Egídio and criminal sociology. São Paulo: **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, 12(1): 101-122, May 2000.

# Aprendendo Progressismo, Aprendo Privilégio: pensamento crítico e distinção social em uma escola de classe média

Ricardo Boklis Golbspan<sup>2</sup>

## Resumo

Este trabalho analisa articulações das lutas simbólicas por distinção social com processos de escolarização em uma escola de classes médias em uma grande cidade brasileira. Realizou-se observação participante diariamente por 10 semanas em uma turma de Ensino Médio de uma escola privada, bem como entrevistas semi-estruturadas e análise de diários pessoais solicitados aos alunos. Ainda, tomam-se a descrição densa da cultura da turma e a produção de significados por parte dos estudantes como cruciais para a pesquisa. Conceitualmente, propõe-se a mobilização da teoria de distinção social de Pierre Bourdieu – para a investigação de como a desigualdade social é incorporada por alunos – conectada às categorias de articulação e hegemonia de acordo com Stuart Hall e Raymond Williams. Investiga-se não apenas o que há de “falso” nas ideologias dominantes, ou como elas “alienam” as classes médias: busca-se explorar o que há de verdadeiro, para estes sujeitos, nestas ideologias, o que se conecta às necessidades, temores e angústias desta “classe ansiosa”. Os resultados discutem um currículo escolar que problematiza a abordagem colonialista da historiografia tradicional, que desafia a branquidade da literatura romântica brasileira, e que posiciona uma centralidade nos estudos de gênero e sexualidade em diferentes disciplinas. Ao desenvolverem um olhar parcialmente “crítico” sobre o mundo a sua volta, os estudantes incorporam um senso de *entitlement* – se mostram como protagonistas de importantes temas sociais; aprendem que suas visões de mundo importam e que suas capacidades de abstração e de fazer relações possuem um valor distintivo. Neste sentido, este estudo discute a distinção social para além de esquemas ideológicos formais, apontando para uma reflexão sobre o lugar das classes médias na pesquisa e no ativismo do campo da sociologia da educação.

**Palavras-chave:** Classes Médias; Distinção Social; Currículo.

## Introdução

Este trabalho analisa articulações das lutas simbólicas por distinção social com processos de escolarização no Ensino Médio em uma escola de classes médias em uma grande área urbana brasileira. A opção pelas classes médias justifica-se por ser ainda lacunar a investigação sobre estes grupos na sociologia da educação (NOGUEIRA, 2013), apesar de sua centralidade para a legitimação da crença na escola para a mobilidade social (BALL, 2003). Já o enfoque no Ensino Médio relaciona-se a uma necessidade de diálogo com as múltiplas pesquisas da sociologia da educação que relacionam os anos finais de escolarização com a transição para o trabalho, com um foco no fracasso escolar das classes trabalhadoras (p. ex.

---

<sup>2</sup> Doutorando em Educação/UFRGS Mestre em Educação/UFRGS; Bacharel em Comunicação Social/UFRGS; Graduando em Pedagogia/UNISINOS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia da Educação (GEPSE). E-mail: [ricardo.golbspan@ufrgs.br](mailto:ricardo.golbspan@ufrgs.br).

PATTO, 1992; ANDRÉ, 1995; WILLIS, 1991; MCLAREN, 1991). Realizou-se observação participante diariamente por 10 semanas em uma turma de Ensino Médio de uma escola privada, bem como entrevistas semi-estruturadas e análise de diários pessoais solicitados aos alunos. Ainda, tomam-se a descrição densa da cultura da turma e a produção de significados por parte dos estudantes como cruciais para a pesquisa. Aqui, o enfoque da análise concentra-se nas semanas de estudos sobre a Revolução de 30, em história.

Conceitualmente, propõe-se a mobilização da teoria de distinção social de Pierre Bourdieu (2013) – para a investigação de como a desigualdade social é incorporada por alunos – conectada às categorias de articulação e hegemonia de acordo com Stuart Hall (2003) e Raymond Williams (1979). Investiga-se não apenas o que há de “falso” nas ideologias dominantes, ou como elas “alienam” as classes médias: busca-se explorar o que há de verdadeiro, para estes sujeitos, nestas ideologias, o que se conecta às necessidades, temores e angústias desta “classe ansiosa”. Por que ansiosa? É o que a literatura tem definido a partir de sua ainda disputada definição de classe média. Conta, para conceituar classes médias, nesta pesquisa, as ocupações e a renda no mundo de trabalho dos pais dos alunos, de acordo com as diversas frações estabelecidas por Wright (2003), passando por profissionais liberais, gerentes e funcionários públicos especialistas. No entanto, em complemento a esta condição relacionada a posições no modo de produção, as classes médias são entendidas neste trabalho a partir de regularidades quanto ao modo de vida. O empreendimento de Bourdieu (2013) neste sentido é fundamental para se refletir a condição de instabilidade e insegurança das classes médias quanto a sua mobilidade social, sendo esta uma de suas características constitutivas, especialmente ao consideramos estratégias educacionais. É com este olhar sobre as famílias e a cultura de classe média que se procura relacionar a escola com a cultura dos alunos, para se refletir sobre as práticas de distinção social.

Parte desta discussão pode ser pensada a partir de cenas do ensino de história na escola pesquisada, como constatei desde minha primeira quinta-feira de observações da turma, quando o professor Moretti chega, já escrevendo no quadro. Registra um novo conteúdo de história: Era Vargas. Os estudantes reclamam: “quando vamos ver a Guerra Fria?” Murmúrios também revelam interesse em estudar a ditadura militar. Jaime pergunta: “nós vamos até quando? Nós vamos estudar o FHC e o Obama?”. Noto desde esta primeira aula que não são alunos que resistem em coletivo ao estudo, mas se mostram interessados em entender mais especificamente sobre o mundo a sua volta. Moretti responde com brincadeiras sobre como são jovens: “Vocês nasceram depois da Guerra Fria!” Chama a turma de “bando de anticristos!”, referindo-se a

quanto eles contestam e desafiam, mas a piada parece um tanto pré-pronta. Talvez os alunos de Moretti tradicionalmente contestem e desafiem a “esperada” formalidade e consentimento em termos de conteúdo, de comportamento e de organização da própria sala de aula. Há, porém, não uma expectativa de que os alunos se conformem, mas sim que se sintam autorizados e à vontade para contestar e discutir o currículo que aprendem, pois veem-se como capazes de saber o que é melhor para si. Ademais, quanto à piada: ainda que faça sentido no contexto específico, chamar alunos de “anticristos” em comunidades escolares de periferia, cada vez com cargas mais altas de religiosidade, pode ser de mais delicada transposição. Moretti, um professor de história negro, experimentado em cursinhos pré-vestibular mais prestigiados (e caros), mostra que sabe lidar com o tipo de humor irônico sobre religião e sobre identidade que exige um grau de abstração e de autoconfiança que não se encontra em todos os meios sociais. Prossegue a cena, e Moretti escreve no quadro: “Revolução de 1930”. A Revolução de 1930 aconteceu quando alguns grupos poderosos não aceitaram as eleições e iniciaram um governo provisório sob Getúlio Vargas. Assim que leem o quadro, alguns meninos ironizam: “é golpe! É golpe!”. A turma ri em massa, pois referem-se à disputa de narrativas que está à época em alta quanto ao impeachment de Dilma. Moretti responde: “vai pra Cuba!” Todos riem. “E me leva junto!” Mais risadas ainda. Moretti ironiza a narrativa da direita, e chama a atenção como os alunos demonstram integrar seu *habitus* de privilégio, como o *entitlement* com tipos de perspectiva política que se aproximam em vários momentos aos discursos progressistas, ao invés de estarem sendo manipulados pelo discurso hegemônico. O aluno Jaime, então, enquanto escuta a explicação sobre os interesses políticos e econômicos que sustentaram o golpe de 1930, diz: “isto é tudo *menos* uma revolução”. Moretti diz que isto é sobre historiografia, porque a tradição da história estabeleceu o golpe de 1930 como uma revolução. Ele afirma que “existe política na própria história enquanto disciplina”, e segue falando sobre relações de classe na Era Vargas. Mostra a “política de conciliação” de Vargas, aproximando-o a Lula. Fala que o apelido de Vargas era “pai dos pobres”, uma vez que Vargas se afastava do governo da Velha República, voltado apenas às elites. Mas, para Moretti, Vargas também era “a mãe dos ricos”: “ele fala para os industriais: deem pra eles os anéis, mas mantenham seus dedos”. E então Moretti afirma que Vargas é o primeiro a fazer concessões ao povo: todo dia do trabalho, uma nova lei. Férias, férias remuneradas, 13º. Lúcia pergunta: “com quem que ele tá, afinal?”. Moretti falaria disso na próxima aula, falando do golpe de 1937. Bate o sinal.

A próxima aula de história é na semana seguinte às provas, em uma manhã fria. Todos mais quietos do que me acostumei nas minhas primeiras impressões de história. Copiam e leem

o quadro cheio de um texto já memorizado por Moretti sobre 1937. “Vargas deu um golpe nele mesmo”, diz o professor. “A elite sempre dá um jeito de se manter no poder”. Continua: “a nossa elite nunca vai fazer eleição direta, a não ser quando o resultado é garantido. Se a gente não gosta, a gente simplesmente tira ele ou ela fora. Acabou de acontecer com a Dilma”. Não há uma reação contrária, como se esta visão sobre a política brasileira fosse equivocada. Pelo contrário, há um silêncio reflexivo na sala, que não seria explicado por uma teoria de “manipulação” das classes médias por elites (SOUZA, 2018). Tampouco, porém, esta cena se adequaria à narrativa de grupos direitistas como o Escola Sem Partido, que defende que as escolas públicas sigam os modelos de sucesso de escolas privadas de excelência como seria a Oswaldo Aranha, uma vez que o sucesso desta escola coexiste com uma abordagem em boa medida crítica sobre a história brasileira. Moretti adiciona à conversa ideias que atribui a Foucault e Deleuze, dizendo que “o fascismo não está só lá fora, mas dentro de nós, em uma sociedade de controle”. No período seguinte de história, Moretti discute o período autoritário de Vargas a partir de 1937, traçando um paralelo com o que era sua vida sob a ditadura militar iniciada em 1964. Ele explica que não podia andar seguro nas ruas, que não era livre para se expressar mesmo em festas, pois poderia haver alguém um espião. “E estes caras agora querem uma intervenção militar?”, pergunta, e prevalece um silêncio desconfortável por alguns bons segundos. Edinho levanta a mão e compartilha que seu pai uma vez prendeu um censor no camarim de um clube antes de sua banda tocar. Isabel também resolve falar, e diz que sua mãe estava tão nervosa quando um militar a mandou içar a bandeira nacional em que, na hora do hino, a bandeira acabou descendo ao invés de subir. Diego falou na sequência, e disse que seu pai usava sempre meias diferentes, ao invés de combinar o par, como um sinal de rebeldia já que tinham de usar uniforme na escola. Foi uma coincidência interessante que, justo nesta hora, os alunos do grêmio estudantil bateram na porta para dar um recado sobre a competição de dança que estavam organizando na escola. Um tipo de intervenção inimaginável em tempos de ditadura. O sinal bate após o recado, e começa o recreio.

Estas cenas são ricas para se pensar diferentes aspectos da educação. Mas, considerando-se que se trata de uma escola definida como de classe média, é importante pensar como a categoria “classe média” relaciona-se com a prática curricular observada. A cultura de classe é então entendida como um processo constantemente produzido, por pessoas reais, e deste modo pode-se ver como as aulas não são apenas sobre livros e conteúdos, mas sobre aprender a ser classe média. Há uma lição para além da memorização da matéria, que pode ser pensada especialmente em comparação com o que a literatura tem demonstrado sobre as escolas de

classes trabalhadoras. Há, assim, uma política da pedagogia, que ensina os estudantes seu lugar no mundo da educação, que é um lugar de privilégio, ainda que possa aparecer como apenas “normal”. Privilégio porque, para este tipo de aula acontecer, os alunos precisam ter tempo. Tempo para ler sobre política, tempo para ler livros. Isto é o que Bourdieu (2011) chama de capital cultural incorporado – o privilégio do tempo para se dedicar a uma atividade é expresso nos corpos. Os alunos também precisam de famílias e comunidades em que conversas sobre política, sobre literatura, sobre ideias, sejam valorizadas e recorrentes. Adicionalmente, as cenas apresentadas assumem que os jovens de classe média cultivam uma “boa vontade cultural” (BOURDIEU, 2011; LAUREAU, 2008), ainda que ela possa ser problematizada em relação à teoria original de Bourdieu (2011). De maneira importante, os estudantes em questão possuem uma sala de aula com condições materiais como ar condicionado para o frio, projetor para os professores, carteiras e iluminação adequadas. Mesmo a oferta de professor considerado bom, com boas condições de trabalho, é parte de uma lição para os alunos desta escola: eles merecem e possuem os melhores recursos disponíveis para serem quem são e quem querem ser.

Retrata-se, pois, como a escola se relaciona com a reprodução de privilégio das classes médias. Mas se coloca, também, algo mais complicado que uma mera “assimilação da cultura das elites” (SOUZA, 2017), como se isso fosse desejado ou como se fosse a garantia de aquisição de sucesso e privilégio. Pode-se pensar nos “sedimentos de filosofia popular” (GRAMSCI, 1971) que sustentam um olhar crítico ao autoritarismo, ao racismo, ao colonialismo. Para além, por exemplo, de mera aceitação da Revolução de 30 como revolução, a relacionam criticamente com a política atual e seu mundo, problematizando as versões consagradas como oficiais da história brasileira. Ainda assim, não se pode romantizar a experiência com aspectos contra-hegemônicos da escolarização destes alunos, havendo um contexto de formas culturais de mercado constituindo igualmente as cenas analisadas. Noções de competitividade e individualismo estão presentes na forma como os conteúdos são organizados, pensados para exames como vestibular e ENEM. Dado este contexto de competição individual da educação, aliás, a rica leitura da história é, além de um recurso curricular e pedagógico, convertido em capital privado – um recurso para distinção social. O conceito de hegemonia, assim, explica como pensamento crítico ou progressismo não são lidos aqui como opostos a formas individualistas ou competitivas. Aquelas noções potencialmente radicais não são refutadas ou negadas, mas rearticuladas na racionalidade dos mercados (HALL, 2003), saturando as possibilidades de se imaginar (WILLIAMS, 1979) como conhecimento e escola podem ser. Os resultados, portanto, discutem um currículo escolar que problematiza a

abordagem da historiografia tradicional. Ao desenvolverem um olhar parcialmente “crítico” sobre o mundo a sua volta, os estudantes incorporam um senso de *entitlement* (SKEGGS, 2002) – se mostram como protagonistas de importantes temas sociais; aprendem que suas visões de mundo importam e que suas capacidades de abstração e de fazer relações possuem um valor distintivo. Neste sentido, este estudo discute a distinção social para além de esquemas ideológicos formais, apontando para uma reflexão sobre o lugar das classes médias na pesquisa e no ativismo do campo da sociologia da educação.

## Referências

- ANDRÉ, M. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- BALL, Stephen J. **Class Strategies and the Education Market: the middle classes and social advantage**. London: Routledge Falmer, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks**. New York: International Publishers, 1971.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- LAREAU, Annette. **Unequal Childhoods: Class, race, and Family Life**. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2003.
- MCLAREN, Peter. **Rituais na escola**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- NOGUEIRA, M. A. Um tema revisitado – as classes médias e a escola. In: APPLE, Michael W.; Ball, Stephen J.; Gandin, Luís Armando (orgs.). **Sociologia da educação: análise internacional**. Porto Alegre: Penso. 2013.
- PATTO, Maria Helena Souza. A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. São Paulo: **Psicologia USP**. v.3, n.1-2, p. 107 – 121, 1992.
- SKEGGS, Beverley. **Formations of class and gender**. London: Sage, 2002.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Filosofia**. Zahar: Rio de Janeiro, 1979.
- WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador: Escola, Resistência e Reprodução Social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- WRIGHT, Erik Olin. Social class. In: RITZZER, George (Org.) **The Encyclopedia of Social Theory**. Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications. 2003.

# Grupo de Trabalho 2

## Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas

### Súmula do GT

Inserido no campo da sociologia política, o GT enfatiza a análise das relações entre Estado e Sociedade por meio do estudo de políticas públicas e projetos sociais. São enfocados principalmente os temas das políticas públicas, da democracia participativa, dos movimentos sociais, da sociologia urbana, e das relações entre os níveis da federação (descentralização, federalismo). Algumas áreas de estudo que o grupo de trabalho pretende abranger em debate são: análise da atuação dos movimentos sociais (Feministas, Negros, Indígenas, Quilombolas, Urbanos, LGBTQ+, Educação Popular, Direito à Cidade e Moradia), discussões teóricas e empíricas acerca do campo de estudos sobre movimentos sociais, mulheres e cidades, relação entre global-local e estudos sobre a globalização, análise de políticas públicas, cultura política e capital social, análise dos conselhos de participação popular, análise de megaeventos e seus impactos nas cidades, e gentrificação, economia criativa e remoções.

Sessão 1 – Movimentos Sociais e Contramovimentos: tendências e disputas no Sul Global

Sessão 2 – Mulheres, interseccionalidades e políticas públicas no Brasil

Sessão 3 – Políticas públicas, cidades e Estados: múltiplas relações e tensionamentos

**Discente Coordenadora:** Gabriela Luiz Scapini

**Discentes convidadas/os:** Gabriele Araújo (Doutoranda PPGS-UFRGS)

**Professores/as convidados/as:** Camila Penna (PPGS-UFRGS), Alexandre Magalhães (PPGS-UFRGS) e Marcelo Kunrath (PPGS-UFRGS).

# Recriando vínculos, ampliando horizontes: autonomia e a rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.

Brenda Fante da Paixão<sup>1</sup>

## Resumo

O artigo aqui apresentado tem como objetivo central analisar as barreiras práticas nas quais a rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher se esbarra, destacando a chave da autonomia como potencialidade para se pensar a efetivação de políticas públicas nesse âmbito. Para tanto, em termos teórico-metodológicos, o trabalho utiliza como fonte uma parcialidade dos dados obtidos em um estudo de caso realizado em 2017 na ONG SOS Ação Mulher e Família, localizada na cidade de Campinas, no interior de São Paulo. Emergentes de entrevistas semiestruturadas com o corpo técnico, bem como da consulta de documentos disponibilizados pela organização, esses dados são analisados à luz do conceito de *agência diferenciadamente imperfeita*, o qual está ancorado, neste artigo, na categoria analítica de patriarcado. Discute-se como, e em que medida, as ações da ONG impactam a autonomia, expressa como agência imperfeita, das mulheres acolhidas, a partir da verificação de projetos da instituição que atuam sobre a ampliação ou restrição do *horizonte de possibilidades* das usuárias. Dentre estes, destaca-se o projeto “Recriando Vínculos” que, desenvolvido pela ONG com crianças afetadas direta ou indiretamente pela violência doméstica, representou, quando comparado com as demais atividades propostas pela organização, um potencial transformativo significativo ao ampliar o horizonte de agência das crianças e mães atendidas. Pretende-se, assim, ao colocar em evidência a autonomia, fomentar algumas reflexões que abram o debate para novas formas de olhar para o tema da violência doméstica contra a mulher e, sobretudo, de efetivar políticas de enfrentamento consistentes, reforçando a relevância de que essas sejam pensadas e executadas com base em repertórios teóricos que abarquem a complexidade do tema.

**Palavras-chave:** Violência doméstica contra a mulher; Políticas Públicas; Autonomia.

## Introdução

Construído a partir de uma parcialidade dos resultados obtidos em um estudo de caso realizado para uma monografia de conclusão de curso, o presente trabalho, ao delimitar como tema as políticas públicas de gênero, visa contribuir para os estudos da área, possibilitando e ampliando o intercâmbio de análises teóricas, leituras e reflexões plurais sobre a realidade material da qual estas emergem. Sustentando-se na concepção da articulação de uma rede de enfrentamento, conceituada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres como uma atuação engajada entre instituições e serviços de diferentes instâncias que visem “o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres [...]” (SPM, 2011), as reflexões conduzidas neste trabalho objetivam

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (2018). Contato: fantebrenda@gmail.com

analisar as barreiras práticas postas a essa rede, destacando a chave da autonomia como potencialidade para se pensar a efetivação de políticas públicas nesse âmbito.

Para tanto, de cunho qualitativo, a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho consistiu na análise de entrevistas com os gestores, funcionários e voluntários de um dos órgãos governamentais protagonistas desta rede na cidade de Campinas – SP. Semiestruturadas, as entrevistas, que foram realizadas entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, tinham como fio condutor a aquisição de informações a respeito da história, da dinâmica interna, das metas e estratégias, dos projetos desenvolvidos pela entidade, da infraestrutura material e profissional, do perfil geral do público atendido e dos preceitos chave que norteiam a ação da instituição. A delimitação da autonomia como uma categoria de análise sociológica, neste trabalho, é justificada pela recorrência com a qual o termo foi citado pelos gestores entrevistados, bem como nos documentos institucionais disponibilizados para a pesquisa, como banners e o próprio site da ONG.

Em consonância com demais documentos que compõem a agenda política de enfrentamento à violência contra a mulher, como a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2005), o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2005) e o programa “Mulher: Viver sem Violência” (2013), nos quais a palavra autonomia se faz igualmente presente, sendo considerada, inclusive, um dos princípios que orquestram o Plano Nacional, permite-se assumir a autonomia como um conceito comum ao campo semântico dos direitos das mulheres, o que suscitou o problema de pesquisa que orientou o trabalho na investigação sobre quais seriam, então, as noções de autonomia elencadas pelos entrevistados da ONG estudada, as estratégias utilizadas para promovê-la e quais os efeitos esperados ou atingidos das atividades na autonomia das mulheres vítimas de violência doméstica acolhidas pela instituição.

Para construir a análise de conteúdo das entrevistas, o estudo dispõe como referencial teórico a crítica democrática presente na obra “Autonomia e Desigualdades de Gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática.”, da cientista política Flavia Biroli de um lado e, do outro, os estudos de gênero materialistas que trabalham com a categoria analítica do patriarcado enquanto uma instituição estruturante da opressão das mulheres, dialogando com autoras como Heleith Saffiotti, Kate Millet e Carole Pateman. Em um sentido, a partir das entrevistas coletadas, propõe-se a pensar as implicações de uma autonomia que ocorre em meio a desigualdades materiais de classe, gênero e raça. Questionando a definição liberal de autonomia como sendo a predisposição de um indivíduo à autodeterminação de suas

preferências e escolhas, acompanhada da liberdade para fazê-lo (Biroli, 2013), o argumento deste trabalho se ancora no conceito de *agência diferenciadamente imperfeita*, de Flavia Biroli, que desafia a noção de autonomia uma vez consideradas a socialização, o caráter social e intersubjetivo dos valores e as relações de poder que atravessam os contextos em que as preferências individuais se definem, passa-se a compreender a autonomia como sempre imperfeita. Segundo o conceito de agência diferenciadamente imperfeita, a autonomia se define regularmente em meio a valores e expectativas socialmente definidos, que constituem o horizonte das preferências e possibilidades dos indivíduos sendo, portanto, limitada.

Quando trazida a discussão para o contexto da ONG estudada, a pesquisa identificou a confluência de entendimentos distintos sobre esse conceito, não havendo uma solidez no que diz respeito aos valores da ONG e, conseqüentemente, nas estratégias para promover ou qualificar esta autonomia na vida das mulheres usuárias das políticas da instituição. Constatou-se, por exemplo, que o termo autonomia muitas vezes é confundido com a noção de independência financeira, desconsiderando que mesmo dispondo de condições econômicas favoráveis, a mulher ainda estará diante de um rol de preferências que não verdadeiramente seguem a autodeterminação, já que foram moldadas conforme sua condição enquanto mulher. Assim, não necessariamente a ausência de constrangimentos diretos implica o exercício de uma autonomia perfeita. É o caso, por exemplo, dos cursos profissionalizantes do programa de embelezamento e moda ofertados até 2017 pela instituição. Primeiramente, como o próprio nome sugere, todos eles estão de alguma forma vinculados ao estereótipo feminino, voltado para o cuidado, para a beleza, para a cozinha. Quando questionada a respeito de como foi feita a escolha destes cursos, uma das entrevistadas respondeu que foi mediante a realidade daquelas mulheres. De fato, observando os dados quantitativos com relação à escolaridade das usuárias, que indicam que uma maioria de 57,1 % das mulheres acolhidas possui no máximo o ensino médio, os cursos oferecidos condizem com a oferta que existirá na sociedade após essas mulheres se desvincularem da ONG. No entanto, do prisma da emancipação feminina, uma visualização mais ampla a respeito do tipo das possibilidades que estão sendo trabalhadas com essas usuárias contribuiria para ampliar o horizonte de possibilidade para além daquele já existente na sociedade, intervindo na reprodução da opressão contra a mulher não apenas em nível individual, mas coletivo.

Por outro lado, concluiu-se que o projeto “Recriando Vínculos”, criado pela ONG em 2001 com o objetivo de trabalhar com crianças de até 11 anos incompletos, conjuntamente com as mães, a fim de ressignificar vínculos criados em contextos de violência doméstica, tem se

mostrado bastante efetivo no que diz respeito à ampliação da agência de vítimas de violência, o que ocorre por duas vias: pela mãe, para qual são apresentadas outras possibilidades de existência além da maternidade, ampliando o seu horizonte de possibilidades, e pela criança, para quem são apresentadas, no processo da terapia, possibilidades de preferências que fogem ao padrão baseado em estereótipos de gênero estabelecido pela sociedade. Analisadas à luz de estudos que defendem o caráter socialmente construído dos gêneros, as entrevistas que discorrem sobre o funcionamento e as bases teóricas do programa permitem concluir que o Recriando Vínculos tem sido efetivo ao intervir diretamente na fase da infância em que se processa a construção de referenciais de feminino e masculino que se conformam os horizontes de possibilidades de cada pessoa. Socialmente, as possibilidades apresentadas a uma criança do sexo feminino são diferentes das disponíveis para um menino, que será incentivado a desenvolver outras habilidades, outros comportamentos e terá outras características reforçadas positiva ou negativamente, o que moldará suas ações. No caso da mulher, a imperfeição desta autonomia é antes um desvio, uma expressão regular, já que os elementos da socialização feminina visam sua manutenção na condição de oprimida:

Mulheres e homens recebem estímulos distintos, e lidam com alternativas e facilitários diferentes, quando definem suas preferências, realizam suas escolhas e, de modo amplo, constroem suas trajetórias. Assim, nas sociedades contemporâneas nas quais a igualdade formal foi, em grande medida, atingida e valores liberais estão na base das instituições, das normas e, nelas, do igual reconhecimento dos indivíduos, é possível constatar que a ausência de barreiras formais ou de coerção não corresponde a possibilidades iguais de autodeterminação para os indivíduos. E a rede de vantagens e desvantagens que assim se organiza tem o gênero como um elemento fundamental (BIROLI, 2013).

No caso do programa, o qual possui como objetivo, segundo o coordenador do projeto, justamente incentivar a autonomia da criança, dando a ela, por meio do lúdico, o poder de fala, para se expressar e vocalizar suas preferências, abre-se a possibilidade de ampliar os horizontes de preferências dessas crianças, ao contestar, por meio de atividades terapêuticas e atendimento social, os limites socialmente impostos pelos gêneros. Além disso, a dinâmica do Recriando, que funciona em grupo, também acaba sendo algo positivo para a ampliação do horizonte das mulheres que, ao entrarem em contato com outras, acabam enxergando para si próprias novas possibilidades. Este foi o caso, por exemplo, da participação de uma usuária que era acadêmica e acabava trazendo para o grupo muitas reflexões e questionamentos a respeito da condição da mulher, do machismo, da misoginia e isso, por estar vindo de outra mulher que também está na condição de usuária, era mais bem absorvido pelo restante do grupo.

Outro caso compartilhado em entrevista pelo coordenador técnico de Recriando diz respeito à sexualidade de uma das crianças por eles atendidas, um menino que, nos padrões de gênero impostos pela sociedade, se aproximava mais do considerado “feminino” e a mãe, ao perceber isso, relutava em aceitar a situação. Durante os atendimentos, essas questões eram trabalhadas, tanto por incentivar a criança a não se apegar a padrões binários de gênero e, assim, não limitar suas preferências, quanto por mostrar que existem outras formas de existir o “masculino”, rompendo com a associação do masculino como algo violento e, assim, ressignificando os vínculos entre homem-mulher, esposa-marido, pai-filho que, na trajetória daquela criança, foram marcados pela violência. Tende-se, assim, a romper, desde a raiz, com a perpetuação de um círculo vicioso de violência.

Diante da análise desses dados, conclui-se, de um lado, que há a necessidade de aprofundar o entendimento sobre autonomia, a partir de estudos que abarquem a complexidade das relações de uma sociedade generificada, racializada e de classe que, como tal, produz restrições para o exercício da liberdade e, conseqüentemente, da autonomia dos indivíduos, na mesma medida em que reproduz as bases das estruturas de poder. Nesse sentido, o conceito de agência diferenciadamente imperfeita aparece como uma possibilidade para se pensar essas questões considerando as contradições das democracias liberais nas quais se inserem as políticas públicas como forma de promoção de direitos.

Na ONG estudada, tal fato evidencia com a confusão recorrente entre autonomia e independência financeira, que leva como estratégia para a promoção de autonomia a oferta de cursos que, apesar de se mostrarem efetivos do ponto de vista individual da mulher acolhida, reproduz, em nível coletivo, a manutenção da restrição da profissionalização das mulheres em empregos pré-definidos pelo que é socialmente construído como feminino. Por outro lado, a própria instituição demonstra, através do programa Recriando Vínculos, o potencial que as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher têm de romper com esses papéis binários de gênero, ampliando o horizonte de possibilidades nos quais as preferências individuais são construídas. A existência de perspectivas distintas sobre o conceito de autonomia dentro de uma mesma ONG reforça a relação entre teoria e prática no âmbito das políticas públicas, uma vez que entendimentos diferentes sobre o conceito de autonomia levam a estratégias de ação diferentes e, conseqüentemente, a fins diferentes, que podem ser mais ou menos condizentes com a ruptura da opressão de gênero e da violência contra as mulheres. Daí, portanto, a relevância de se aprofundar, para além dos resultados das políticas públicas de

gênero sobre a vida das mulheres, os conceitos sobre o qual estas são formuladas e executadas por diferentes órgãos da rede.

### **Referências**

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. São Paulo: Editora Horizonte, 2013.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília, 2011.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2005.

MILLETT, Kate. **Sexual Politics**. London: Virago Press, 1969

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Violência de gênero no Brasil**. Florianópolis: Estudos feministas n e./94, 1994.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

## **Agentes, argumentos e mudanças: a política de drogas e a mídia (2003-2016)**

Cristiano Nicola Ferreira<sup>2</sup>

### **Resumo**

Durante o século XX, foi intensa a proposição proibicionista sobre substâncias psicoativas no Brasil e no mundo. Esta posição foi adotada de uma forma hegemônica durante o período e ainda se mantém. A partir da década de 2000, mediante o crescente reconhecimento da ineficácia do proibicionismo, emerge o que denominamos neste trabalho de movimento antiproibicionista. Este movimento é constituído por uma rede heterogênea de agentes que confrontam o proibicionismo na política de drogas, rejeitam o modelo da “guerra às drogas” e advogam novas formas de definir e lidar com esta questão. Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder em 2003, acreditava-se que haveria uma maior inserção e força do movimento antiproibicionista para alterar a lógica proibicionista predominante. Tal alteração, no entanto, não ocorreu. Houve mudanças específicas, tal como implantação da redução de danos no subsistema da saúde pública, mas não a alteração da lógica proibicionista. Uma das principais lutas do movimento antiproibicionista é a desconstrução de uma estigmatização que tende a bloquear a própria possibilidade de discussão das políticas proibicionista. Um dos espaços fundamentais para a reprodução dessa estigmatização e, assim, seu enfrentamento é a mídia. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivos identificar: os agentes que participam do debate sobre a política de drogas na mídia; os argumentos que usam para defender suas posições; as mudanças nos/dos agentes e argumentos no decorrer do tempo. Parte-se da hipótese de que a mídia, historicamente, tendeu a oferecer um espaço maior para os agentes e argumentos do campo proibicionista. Para alcançar o objetivo da pesquisa, foi coletado os materiais jornalísticos publicados no Jornal Zero Hora durante os anos de 2003 a 2016, os quais foram categorizados e analisados com o software de análise qualitativa de dados Nvivo.

**Palavras-chave:** Política de Drogas; Movimento Antiproibicionista; Mídia.

### **Introdução**

A dicotomia entre o proibicionismo e legalização das drogas ocupa boa parte do debate teórico, da mídia e dos agentes políticos em plano mundial. Essas questões são abordadas em diversas perspectivas, tais como, pelo viés econômico, pelo ângulo da saúde ou seguranças públicas. O uso de substâncias consideradas alteradoras de consciências se confunde com o desenvolvimento da civilização, enquanto que o proibicionismo de seus usos se intensificou no século XX (CARNEIRO, 2018; TORCATO, 2013). A partir da década de 2000, mediante o crescente reconhecimento da ineficácia do proibicionismo, emerge o que denominamos de

---

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Sociais na UFRGS e integrante do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE | UFRGS). E-mail: nicolaferreira.cristiano@gmail.com.

movimento antiproibicionista. Este movimento é constituído por uma rede heterogênea de agentes que confrontam o proibicionismo na política de drogas, rejeitam o modelo da “guerra às drogas” e advogam novas formas de definir e lidar com esta questão.

Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, em 2003, acreditava-se que haveria uma maior inserção e força do movimento antiproibicionista para alterar a lógica proibicionista predominante. Tal alteração, no entanto, não ocorreu. Houve mudanças específicas, tal como implantação da redução de danos no subsistema da saúde pública, mas não a alteração da lógica proibicionista. Uma das principais lutas do movimento antiproibicionista é a desconstrução de uma estigmatização que tende a bloquear a própria possibilidade de discussão das políticas proibicionista. Um dos espaços fundamentais para a reprodução dessa estigmatização é a mídia.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivos identificar os agentes que participam do debate sobre a Política de Drogas na mídia e encontrar os argumentos mobilizados para defender suas posições. Desta forma, o trabalho se estrutura em três subseções. A primeira busca apresentar as teorias mobilizadas e a metodologia empregada na pesquisa; já a segunda centra-se nos resultados obtidos até o momento da pesquisa; por fim, é apresentado as considerações finais. Convém dizer que a pesquisa apresentada está vinculada ao projeto ‘O Movimento Antiproibicionista e a Política de Drogas no Brasil (2003-2016)’, que busca explicar o relativo fracasso do Movimento Antiproibicionista no sentido de alterar a lógica proibicionista subjacente à Política de Drogas no Brasil, durante os governos do PT na Presidência da República.

## **Materiais e Métodos**

Para realizar a pesquisa, visitou-se o acervo do jornal Zero Hora para coletar materiais veiculados no jornal de 2003 até 2016, sobre a temática das drogas. Alguns dos termos de pesquisa usados para a coleta são os seguintes: ‘política de drogas + descriminalização’; ‘criminalização + drogas’; ‘descriminalização + drogas’; ‘maconha + descriminalização’ etc. Foram selecionados 385 documentos ao longo dos anos, das quais 306 foram categorizados e analisados com o auxílio do software de análise qualitativa de dados NVivo.

As teorias mobilizadas para a criação dos nós de categorização foram a teoria dos campos de Flogstein e McAdam (2012), que compreende a existência de um campo transnacional da Política de Drogas e um nacional, os quais se influenciam mutuamente, mas o transnacional exerce mais força sobre o nacional; a teoria dos subsistemas de políticas pública

de Sabatier e Jenkins-Smith (1993), foi usado para diferenciar dentro dos campos o subsistema de segurança pública do de saúde; por fim, foi usada a teoria dos fluxos múltiplos de Kingdon (2014), que diz que os argumentos mobilizados pelas coalizões antiproibicionista e proibicionista serão centrados em apresentar uma solução para um problema ou salientar um problema. Na Figura 1, é mostrado a forma que os nós foram estruturados para a pesquisa.

Figura 1 - Estruturação dos nós no NVivo

+	●	Saúde	134
+	●	Coalizão Antiproibicionista	69
+	●	Fluxo de Problemas	25
+	●	Fluxo de Soluções	58
+	●	Coalizão Proibicionista	83
+	●	Fluxo de Problemas	76
+	●	Fluxo de Soluções	24

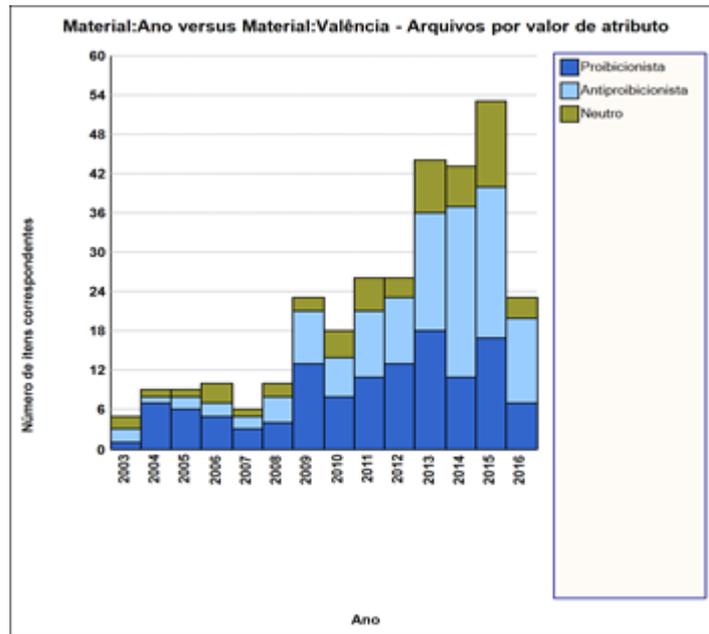
Fonte: autoria própria.

## Resultados obtidos

Uma das hipóteses iniciais da pesquisa era que a mídia dá mais espaço para a coalizão proibicionista da Política de Drogas, em detrimento do antiproibicionista. Na Figura 02, podemos constatar o aumento do interesse na temática das drogas ao longo dos anos no jornal Zero Hora. É possível percebermos que até o ano de 2013, a coalizão proibicionista teve maioria em número de publicações no jornal, e que isso muda significativamente após 2014, quando a coalizão antiproibicionista se torna maioria. Em março de 2015, o jornal fez um editorial explicando a sua mudança de posição sobre a maconha, tornando-se favorável a legalização e regulamentação da planta.

Ainda na Figura 2, é possível vermos uma elevação significativa no número de publicações sobre a temática das drogas no ano de 2013, a justificativa para isto é a inserção no debate do uso medicinal da maconha. Outra elevação é observada em 2015, quando vai à votação no Supremo Tribunal Federal (STF) a descriminalização do porte da maconha para uso pessoal.

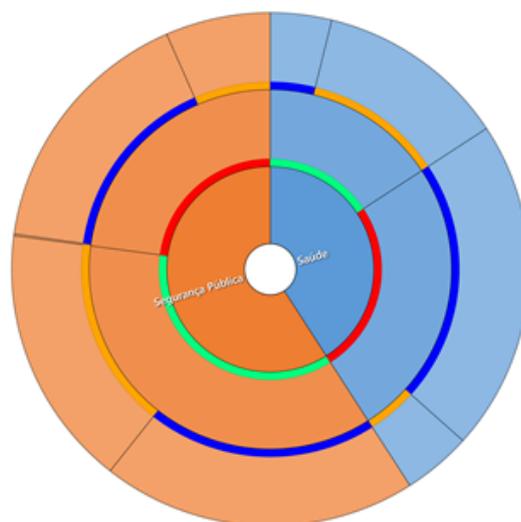
Figura 2 - Quantidade de documentos por ano e valência



Fonte: autoria própria.

Também foi constatado na pesquisa, como é possível na Figura 03, que o subsistema sistema da segurança pública teve mais espaço no jornal. Segurança pública está na cor marrom claro na imagem, enquanto saúde está em azul. Isso demonstra a dificuldade de retirar a discussão do uso de substâncias ilícitas da temática da violência e criminalidade e de trazê-la para uma questão de saúde pública.

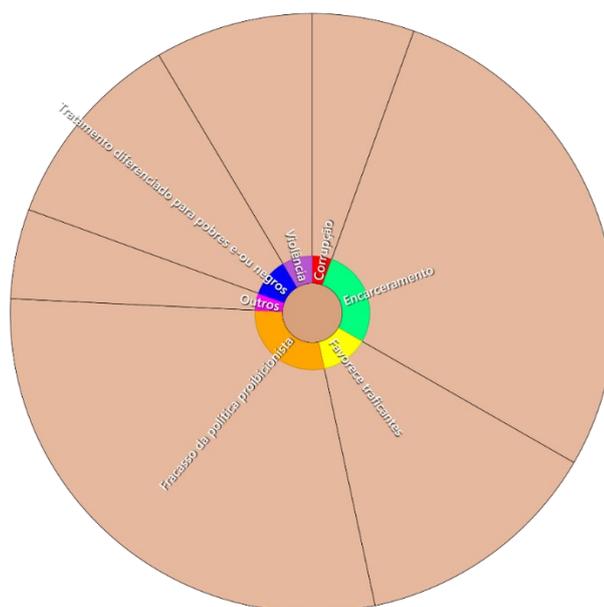
Figura 3 - Quem teve mais voz no jornal.



Fonte: autoria própria.

Na Figura 4, é possível vermos os argumentos mais usados pelos atores que fazem parte da coalizão antiproibicionista do subsistema de Segurança Pública. Percebe-se que os principais problemas identificados são o encarceramento em massa propiciado pelo proibicionismo; o tratamento diferenciado dado pela Estado às pessoas pobres e negras que são pegas com drogas; a violência; a corrupção; dentro outros.

Figura 4 - Argumentos usados pela coalizão antiproibicionista do subsistema de segurança pública



Fonte: autoria própria.

### Considerações finais

Os dados mostram um aumento no debate público sobre a Política de Drogas e a mudança de agentes importantes como empresas de comunicação, a empresa Zero Hora publicou um editorial favorável à legalização e regulamentação da maconha em março de 2015. No entanto, o debate continuou sendo dominado pelos atores do subsistema de segurança pública, indicando a persistência da vinculação do tema das drogas às temáticas da violência e criminalidade. Como trabalhos futuros, faz-se necessária a elaboração da evolução temporal do debate público, para ser possível verificar as mudanças de agentes e argumentos no decorrer dos anos.

## Referências

CARNEIRO, H. **Drogas: a história do proibicionismo**. São Paulo (SP): Autonomia Literária, 2018. 500 p.

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. **A Theory of Fields**. Oxford University Press, 2012.

KINGDON, John. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. Boston: Pearson Education, 2014.

SABATIER, Paul A.; JENKINS- SMITH, Hank C.. **Policy change and learning: an advocacy coalition approach**. Boulder, Westview Press, 1993.

TORCATO, C. E. M. Breve História da Proibição das Drogas no Brasil: Uma Revisão. **InterLegere**, Natal/RN, n. 15, p. 138–162, 2013.

# **Políticas para Arte Urbana? Desenvolvimento territorial e descentralização cultural em Lisboa, Portugal.**

José Luís Abalos Júnior<sup>1</sup>

## **Resumo**

Caminhar pelas ruas das grandes metrópoles contemporâneas constitui um conjunto de experiências do sujeito moderno. A produção massiva de intervenções artísticas urbanas, em pequena e grande escala, constitui um fenômeno presente em capitais brasileiras e portuguesas, produzidas em um contexto lusófono. Esse trabalho visa apresentar a pesquisa que realizei durante um período de doutorado sanduíche (PDSE/CAPES) nos chamados “bairros sociais”, na cidade de Lisboa em Portugal, que foram atingidos por grandes projetos de muralismo. Trago a experiência específica das regiões de Padre Cruz e Marvila nas quais o estado, através de políticas públicas urbanas, financiou tais intervenções que tiveram um impacto significativo na estética e na vida dos bairros. Busco apresentar, através da narrativa etnográfica, as negociações e contradições que estiveram e estão envolvidas na relação dos habitantes destas comunidades com os grandes murais pintados nas empenas dos prédios. Através de pequenas histórias contadas pelos moradores destes bairros descentralizados faço associações com as problemáticas que aparecem em grandes cidades europeias e brasileiras como a gentrificação, a turistificação e a comercialização de práticas artísticas.

**Palavras-Chaves:** Políticas Públicas Urbanas; Graffiti; Transformações Urbanas.

## **Introdução**

A cidade é pintada todos os dias por pequenos gestos. Diminutos, quase invisíveis. Um ato anônimo que deixa evidências. Tags, graffiti, stickers arts, lambe-lambes são parte destes fragmentos visíveis. Não é difícil se deslocar em Lisboa e se deparar impressionado com a grande escala das cores que estampam muros. A cidade que se pensa colorida, regada pelas margens do Rio Tejo, fez do colorido dos muros uma política pública urbana. Realidade estranhamente curiosa se pensarmos em como expressões artísticas urbanas, e quem as produz, foram e continuam sendo criminalizados e criminalizadas.

Já ao caminhar pelas periferias de Lisboa, um bocado diferente das brasileiras, encontramos estéticas urbanas plurais, que incluem grandes conjuntos habitacionais, fabricas abandonadas e paisagens rurais. Desde a década de sessenta, com a presença histórica do estado novo salazarista, a cidade de Lisboa pensa sua descentralização, mas foi a partir da revolução democrática do 25 de Abril de 1974 que a estética urbana da cidade se alterou significativamente. Passados anos, percebe-se processos migratórios exógenos, de portugueses

---

<sup>1</sup> Doutorando em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS) compões a equipe do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC/PPGS/UFRGS) e do Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL/PPGAS/UFRGS). E-mail: abalosjunior@gmail.com

vivendo cada vez mais em outros países, e endógenos, de cada vez mais população africana das ex-colônias portuguesas, brasileiros e ciganos vivendo na capital portuguesa.

Nas décadas de oitenta e noventa houve um grande aumento da população urbana, realidade que fez o governo português buscar financiamentos para a construção dos chamados bairros sociais. Em verdade, a criação destes bairros pelo mundo já era uma realidade e, no caso Lisboa, compunham o mesmo perfil: relativamente longe da grande região central, foi uma alternativa de (re)habitação dada pelo estado de bem-estar social para as populações pobres que moravam em “barracas” e locais ilegais. Não é difícil perceber que a estigmatização social das pessoas que viviam nesses bairros foi e continua sendo uma realidade, contudo, desde o início desta década, percebemos um olhar especial para estes bairros, principalmente no que diz respeito a sua visibilidade social, estética e política.

Quando a Europa descobriu em Portugal um país seguro, com maravilhas naturais e históricas, que depois de quase falir fugiu da crise financeira europeia, as políticas em prol de requalificações urbanas ditaram a rítmica do viver lisboeta. Mas o que os muros tem a ver com isto? A relação curiosa entre investimento em turismo e “legalização” de práticas artísticas, como a do graffiti, teve local e data marcada. Um casamento profícuo consumado primeiramente no Bairro Alto, antigo bairro boêmio, em meados de 2008.

Ao contar a história de como os bairros sociais têm se tornado um foco de atenção, principalmente do departamento de patrimônio e cultura lisboeta, necessitamos demarcar a criação Galeria de Arte Urbana (GAU) por volta do ano de 2008. Há quem diga que a história da GAU é a história da domesticação do que chamamos de Graffiti, que era uma expressão visual urbana muito presente nas regiões centrais da cidade, principalmente em bairros boêmios como o Bairro Alto e Intendente. A GAU é uma organização criada junto a Câmara de Lisboa para “gerir a necessidade de intervenção” constatada há muitos anos nestas regiões. Desde então muitos projetos foram executados, como a instalação de painéis permanentes e em constante pintura no Muro das Oliveiras, Bairro Alto. Também podemos lembrar dos projetos “Reciclando o Olhar”, que pintou mais de 150 lixeiras pela cidade, e “Crono”, que foi o primeiro de Muralismo Urbano na região central.

Contudo, onde há conexões entre trajetória histórica dos bairros sociais e da GAU? Visto que a quantidade massiva de intervenções urbanas, como a do graffiti, eram centralizadas e os bairros sociais não deixavam de ser esquecidos pelo departamento de cultura, essa questão começa a fazer sentido após a percepção dos grandes efeitos causados pela turistificação e pela gentrificação em Lisboa. A partir do ano de 2013 há um crescimento massivo de políticas para

o turismo na cidade e é avaliada a necessidade de “descentralização turística” na qual a GAU foi um agente político importante. Desde de seu início a GAU já havia percebido o grau de impacto da produção de “grandes murais em larga escala em grandes empenas de prédios”. Essas pinturas, murais, muitas vezes realizadas por artistas locais, começaram também a ser produzidas por artistas urbanos reconhecidos internacionalmente que vinham a Lisboa com grandes projetos financiados pela Câmara. Assim, Lisboa começa a ser vista como uma capital mundial importante no que diz respeito a Street Art e a Arte Urbana em um sentido geral.

A grande ligação entre os Bairros Sociais e a GAU acontece em 2016 com a primeira edição do “Festival Muro”. Este festival buscou pintar grandes paredes no Bairro Padre Cruz, um dos primeiros deste modelo social surgidos em Lisboa na década de sessenta. Esta política de descentralização da arte urbana na cidade afetou de diversas formas a vida do bairro atingido pelo festival. Em maio de 2016, com tema livre, foram pintadas mais de 60 laterais de grandes prédios no bairro, transformando a paisagem e o campo de visualidade de quem ali vive. No próximo ano, em 2017, seria o bairro de Marvila o escolhido para acolher o Festival Muro, que dessa vez se concentraria em uma região específica pintando mais de 30 empenas. Em 2018 não houve o festival por diversos motivos de organização da GAU, porém em 2019 o festival volta a acontecer no bairro Lumiar.

A instalação de grandes murais em bairros caracterizados esteticamente por conter grandes paredões, antes cinzas, agora com uma diversidade de artes em grande escala, teve múltiplos impactos. O primeiro é o da visualidade urbana, o Festival Muro transformou esteticamente os bairros no qual se desenvolveu. O mundo turístico de Lisboa, historicamente centralizado na baixa pombalina e arredores, começa a decentralizar-se em busca de novos atrativos que levem a Turistificação para outros lados da cidade. É nesse ponto que os moradores dos bairros sociais começam a se organizar para ter uma contrapartida nos processos turísticos. O graffiti e a street art fazem parte aqui de ferramentas usadas para o turismo pensadas pela Câmara de Lisboa, através da GAU.

Um segundo impacto da produção de grandes murais em bairros sociais é o da apropriação que os moradores começam a ter das obras públicas. Desde a pré-produção destes festivais os habitantes dos bairros, em menor ou maior nível, reivindicam os sentidos das grandes peças de arte pública feitas nas suas empenas, ao lado de suas janelas. Pode-se trazer o caso específico de Marvila, onde o tema “Lisboa: capital ibero-americana da cultura” foi o que norteou a produção de grandes murais. Contudo, debate-se o que esse tema teria haver com a trajetória da comunidade de Marvila e até que ponto é agregador de sentidos. Um exemplo

básico disso é o da Obra “Mi Madre” feita pelo artista mexicano “Cix Mugre” representando Nossa Senhora do Guadalupe. Prontamente os moradores religiosos, católicos do bairro, associam a obra com Nossa Senhora da Saúde, santa de devoção popular da região, produzindo um altar abaixo da obra.

Outro exemplo é a obra “*The meeting between the past and present*” do coletivo uruguaio “Licuado” Ela representa um homem de cabeça pra cima e uma mulher de cabeça para baixo, em uma ideia de juntar o céu e a terra, dureza e sensibilidade, na visão dos artistas. Porém muitas mulheres da comunidade de Marvila acharam obra machista por esta assimetria entre o homem e a mulher. Conjunto a isso, uma pequena comunidade de ciganos que vive próximo a obra gostou do trabalho dos artistas por achar a figura do homem muito parecida com a do seu chefe religioso.

Tensões como estas, vividas na cotidianidade de bairros sociais impactados por festivais de muralismo em Lisboa, são ricas para análise etnográfica na qual se busca o entendimento de processos visuais em contradição. A política das imagens e os agenciamentos que comunidades locais fazem das grandes pinturas murais é o que procuro demonstrar através deste trabalho. Para tanto, recorro às histórias específicas dos bairros sociais e a das políticas de cultura e turismo em Lisboa. As paredes dos pobres, lembradas pelas políticas de descentralização da cultura e do turismo, são paredes de controversas estéticas e contrassensos políticos.

Resumidamente, esta proposta de trabalho reflete sobre comunidades pobres, caracterizadas pelos sentidos da estigmatização social, vivendo em bairros repletos de arte urbana em grandes escalas. No que o Festival Muro muda a imagem destas localidades? Quais são as apropriações, adequações de sentido, que os moradores reivindicam das obras de artes pintadas ao lado de suas janelas? O debate sobre o impacto das Street Art em bairros populares é também um debate sobre visualidades e políticas e uma boa ferramenta de discursão para pensarmos diferenças e agenciamentos políticos e imagéticos.

**Nota:** Essa pesquisa foi realizada com apoio da concessão de bolsa de doutoramento sanduíche (PDSE/2018) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## Referências

ABALOS J. L. Quem sujou as mãos de tinta? Estética, gesto e matéria em intervenções artísticas urbanas. Vista: **Revista de Cultura Visual**, v. 3, p. 148-171, 2018.

ABARCA J. (2016) “From street art to murals, what have we lost?” (ed.). Lisboa: **Street Art & Urban Creativity Scientific Journal**, v. 2, nº2., 2016.

CAMPOS, R. BRIGHENTI, M.B. e SPINELLI, L. (Orgs.). **Uma Cidade de Imagens. Produções e Consumos Visuais em Meio Urbano**. Lisboa: Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1994.

DIÓGENES, G. Graffiti, Escritos urbanos entre a cidade material e digital: o que anda a dizer Lisboa?. Lisboa: **Ciências Soc. Cruzadas**. Capítulo 5. p. 119-132, 2010.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C.. **Etnografia de rua: estudos de antropologia urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

\_\_\_\_\_. **Etnografia na rua e câmera na mão**. Revista Studiun. Unicamp. <http://www.studium.iar.unicamp.br/oito/2.htm>, 2013b.

Galeria de Arte Urbana. Festival de Arte Urbana\_2016. Bairro Padre Cruz

Galeria de Arte Urbana. Festival de Arte Urbana\_2017. Bairro Marvila

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro,2001.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana do mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012

SANSOT, P. **Poétique de La ville**. Paris: Petite bibliothèque Payot, 1996.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

# “Guerra e Paz no Curdistão”: a prisão de Abdullah Öcalan

Marina Grandi Giongo<sup>1</sup>

## Resumo

Em contextos de risco à democracia, prisões controversas sempre são tema de preocupação e debate. No cenário brasileiro de 2018, por exemplo, Luiz Inácio Lula da Silva, principal líder do Partido dos Trabalhadores, teve sua liberdade cerceada. Muito se questionou acerca da legitimidade de sua prisão, mais como forma de barrar sua candidatura (vez que era o nome com maior intenção de votos nas pesquisas iniciais), do que para garantir o princípio da celeridade da justiça. Frente a essas questões, o artigo propõe tratar um tema polêmico e atual, com potencial para fomentar debates no âmbito da Sociologia Política Contemporânea – no caso, os principais pontos acerca do conflito no Curdistão e a prisão política de Abdullah Öcalan. Maior líder da resistência curda, Öcalan é um dos principais nomes do movimento de libertação nacional do povo curdo da Turquia, e o cerceamento de sua liberdade a partir da acusação de terrorismo pelo Estado turco é considerado por defensores do processo de paz como uma grave violação de direitos humanos. Nesse quadro, serão revisitados conceitos básicos sobre o Curdistão: onde estão inseridos geopoliticamente, as reivindicações de seu povo, suas propostas para a solução política da questão curda, com destaque para o movimento de mulheres, que inaugurou uma teoria política própria, que posiciona a figura feminina como personagem central da revolução, dentre outras questões. Num segundo momento, será tratado o caso de Abdullah Öcalan, apresentando uma breve biografia dessa personalidade, suas obras e a série de fatos que o levaram à prisão em fevereiro de 1999. Por fim, terá vez uma discussão do caso com ênfase nos conceitos de desobediência civil, buscando questionar se a prisão do referido líder curdo aplica-se ou não a este tipo de interpretação, ou se as acusações indicam uma possível violação de obrigação política contra concidadãos (ãs) turcos.

**Palavras-chave:** Prisões políticas; Curdistão; Abdullah Öcalan.

## Introdução

A presente exposição aborda os principais tópicos acerca do conflito envolvendo o Curdistão, com foco na prisão política do maior líder da resistência curda, Abdullah Öcalan. Dirigente do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), Öcalan é um dos principais nomes do movimento de libertação nacional do povo curdo da Turquia, e o cerceamento de sua liberdade a partir da acusação de terrorismo pelo Estado turco me instigou a investigar o caso, considerado por defensores do processo de paz como uma grave violação de direitos humanos.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (bolsista CAPES). Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS).  
Link Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4353794Z9> - E-mail: [marinagiongo@hotmail.com](mailto:marinagiongo@hotmail.com).

Diante do exposto, o trabalho está estruturado em três eixos centrais. Inicialmente optou-se por contextualizar o que faz do povo curdo a segunda maior população étnica sem Estado do mundo. Nesse quadro, serão vistos conceitos básicos sobre o Curdistão, onde seus integrantes estão inseridos geopoliticamente, as reivindicações de seu povo, suas propostas construtivas para a solução política da questão curda, bem como o devido destaque para o movimento de mulheres, que inaugurou uma teoria política própria, responsável por posicionar a figura feminina como personagem central da revolução, dentre outras questões de relevância.

Na sequência, será tratado o caso de Abdullah Öcalan, apresentando uma breve biografia dessa personalidade, junto de uma discussão dos dados com ênfase nos conceitos de desobediência civil, buscando entender se a prisão do referido líder curdo se aplica ou não a este tipo de interpretação, ou se as acusações indicam uma possível violação de obrigação política contra concidadãos (ãs) turcos.

### **Contextualização**

Cobrindo uma extensão de 450.000 quilômetros quadrados, o Curdistão é uma região histórico-cultural presente no Oriente Médio, cercada de áreas de população persa, azeri, árabe e turco-anatolia, mas que não dispõe de um Estado autônomo legitimado institucionalmente. Sua população é considerada a segunda maior massa de indivíduos sem Estado do mundo. Originário da Pérsia e da Mesopotâmia, o “Grande Curdistão” espalha-se entre quatro Estados: Turquia, Síria, Irã e Iraque. Por sua vez, “estas regiões são subdivididas em quatro partes: Rojava (Curdistão Sírio, no Oeste), Rojhilat (Curdistão Iraniano, no Leste), Bakur (Curdistão Turco, no Norte) e Basur (Curdistão Iraquiano, no Sul).” (CAB, 2018, p. 3). Sua população totaliza mais de 40 milhões de pessoas, sendo que o povo curdo integra cerca de 20% do total dos quase 80 milhões de habitantes da Turquia. (GUARCHE, 2018, p. 4).

Graças à sua posição geográfica, o povo curdo tem resistido e preservado sua existência como comunidade étnica até o momento. Porém, sua localização estratégica aliada aos recursos do Curdistão tem também chamado a atenção de potências estrangeiras, que historicamente provocam ataques visando a conquista do local: “A topografia montanhosa do Curdistão é ideal para a luta armada e os curdos têm lutado contra a colonização e a ocupação por parte de potências estrangeiras desde tempos imemoriais. A resistência tem se transformado em parte de sua vida e cultura.” (ÖCALAN, 2008, p. 8).

Como a região de assentamento do povo curdo encontra-se dividida entre os territórios atuais de árabes, persas e turcos, a questão curda gera influência em uma das regiões mais

centrais e privilegiadas de todo o Oriente Médio, tanto demograficamente quanto em termos de importância geoestratégica. Sugere Öcalan (2008, p. 7) que as dimensões histórica, econômica e política da questão curda ultrapassariam até mesmo o conflito milenar entre árabes e israelitas, com uma particularidade, vez que este, em contraste com o conflito curdo, beneficia-se da atenção pública internacional. O ativista sustenta que há pouco conhecimento sobre o conflito curdo, déficit de informação que muitas vezes resulta em análises superficiais e tendenciosas deste problema, considerado de alta complexidade.

O processo de negação da identidade cultural e da língua materna curda tem sido uma estratégia bastante utilizada pelos poderes de países hegemônicos, a exemplo da Turquia, Iraque, Irã e Síria. Avançando para a era contemporânea, para compreender a atual situação em que se encontra o conflito entre Curdistão e Turquia, e por consequência os fatos que levaram ao sequestro e prisão de Öcalan, é importante conhecer minimamente a dinâmica dos partidos políticos na Turquia e a tentativa curda de se inserir nas regras do jogo institucional.

O Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) foi fundado em um pequeno povoado na região de Diyarbakir, em 27 de novembro de 1978, porém, suas origens remetem a abril de 1973, quando um grupo de seis pessoas se uniu para formar uma organização política curda independente. Na década de 1990, o Estado finalmente mostrou-se aberto a uma solução política. Turgut Özal e Suleyman Demirel, então Presidente da República, deram declarações em favor do reconhecimento da identidade curda, alimentando a esperança de um fim para o conflito. O PKK, em sua tentativa de colaborar com este processo, declarou um cessar-fogo em 1993. (ÖCALAN, 2008, p. 27).

O movimento em direção a políticas claramente antidemocráticas é fruto de um complexo conjunto de fatores, que carrega todo esse histórico por reconhecimento, passando pelo processo de europeização e introdução de valores ocidentais na sociedade turca, intensificando o acirramento dos conflitos étnicos. Em 2002, com a escalada ao poder de Recep Tayyip Erdoğan, atual presidente e representante do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), houve um aumento da repressão às minorias, “maquiado” através de um modelo de democracia parcial.

Diante desses fatos, em 2012 surge o Partido Democracia dos Povos (HDP), resultante de um processo de organização político-institucional pró-curdo que se desenvolveu a partir das transformações ocorridas na década de 1990 em meio à nova ordem global. Para além do PKK e do HDP, existem outras forças à esquerda que fazem oposição ao regime de Erdoğan, a

exemplo do PYD, do DTK (Congresso Democrático da Sociedade), KCK (União das Comunidades Curdas), etc.

### **Breve História e Obra de Abdullah Öcalan**

Nascido em 4 de abril de 1949 em Ömerli, província de Şanlıurfa, situada ao sul da Turquia, Abdullah Öcalan é descendente de uma família de camponeses pobres, e como ocorre com boa parte dos curdos, cresceu em um ambiente religioso e conservador. Ainda jovem partiu para estudar em Ankara, capital da Turquia, e posteriormente ao trabalhar em Istambul, Öcalan tomou contato com grupos de esquerda marxista-leninistas. Sua atuação junto à juventude radical foi rompida com o golpe militar de 1971, que buscava restabelecer a “ordem” no país, atacando os grupos considerados comunistas que se desenvolviam na Turquia. Tal experiência levou-o, em 1972, a iniciar os estudos em Ciência Política na Universidade de Ankara.

Denominado secretário-geral e líder do principal movimento de libertação nacional curdo, Öcalan organizou milícia de autodefesa com dezenas de milhares de membros por toda a Mesopotâmia. Além de redigir sua própria defesa perante os tribunais<sup>2</sup>, em sua prisão individual, Öcalan publicou dezenas de livros e manifestos para divulgar a história, teoria e prática envolvendo a questão curda, que através de uma iniciativa internacional divulga esse material pelo mundo traduzindo suas mensagens em vários idiomas.

Em 15 de fevereiro de 1999, a caminho do aeroporto de Nairóbi, após ter sido capturado no Quênia, durante uma operação levada a cabo pelos serviços secretos turcos (MİT) – possivelmente em conjunto com a CIA e os serviços secretos israelenses –, foi condenado à morte em 29 de junho de 1999 por suas atividades separatistas armadas, classificadas como terroristas, principalmente pela Turquia, os Estados Unidos e a União Europeia (PUBLICO PORTUGAL, 2009).

Sua primeira aparição formal no tribunal, ante de um único juiz e nenhum júri, é fechada à imprensa. Em 2002, o tribunal de segurança do Estado na Turquia comuta a sentença de morte de Öcalan por enforcamento para prisão perpétua, ano em que o país declara abolida a pena de morte, atendendo às exigências da Convenção Europeia de Direitos Humanos. Desde então, ele é mantido em regime de isolamento, sendo por muitos anos o único prisioneiro da ilha-prisão de İmralı. (BBC, 2003).

No cárcere, escreve diversas obras, que passam a compor a maior parte do substrato teórico e ideológico utilizado na defesa da questão curda. Um de seus trabalhos mais interessantes é “Libertando a vida: a revolução das mulheres”, praticamente um tratado

histórico em favor da emancipação feminina. Seu posicionamento progressista em relação às mulheres foi motivo de críticas pelos setores conservadores, que o consideram inimigo dos “bons costumes”.

Sua militância em favor da libertação das mulheres encontra fundamento nos princípios do Confederalismo Democrático, conceito desenvolvido como uma alternativa ao molde hierárquico capitalista dos Estados modernos, e que tem a Jineologî e a agroecologia como pilares fundamentais. Dentre as suas características, afirma-se que o Confederalismo Democrático não é controlado por um Estado, constituindo o modelo organizacional cultural de uma nação democrática, fundado na participação popular de base. Sua proposta antinacionalista vai contra todo e qualquer tipo de militarização, o que não impede a busca pelo direito de autodefesa dos povos com o avanço democrático progressivo em todo o Curdistão, sem contestar as fronteiras políticas existentes. (ÖCALAN, 2015, p. 125, 127).

### **A Prisão de Öcalan: Violação do Dever de Obrigação Política ou Desobediência Civil?**

No ano de 2005, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos emitiu uma decisão não vinculativa de que Abdullah Öcalan não recebeu um julgamento justo, e que seus direitos humanos foram violados pelo atraso em levar seu caso ao tribunal. As iniciativas não defendem somente a libertação do líder do PKK, mas sim buscam chamar a atenção para as demandas da população curda e o que de fato está acontecendo naquela região do mundo.

Esta breve discussão pretende questionar se Öcalan, ao defender a causa curda, estava exercendo seu direito de cidadania dentro do sistema democrático da Turquia, ou se seus atos violaram a ideia de obrigação política para com seus concidadãos. Para tanto, importante revisar o conceito de desobediência civil, tida para Bedau e Rawls “como um público, não violento, consciente e não obstante um ato político, contrário à lei, geralmente praticado com o objetivo de provocar uma mudança na lei e nas políticas do governo.” (RAWLS, 2000, p. 404). Já a definição mais ampla proposta por Zinn (1968) trata a desobediência civil como “a deliberada, discriminada violação da lei por um motivo social vital.” (in RAWLS, 2000, p. 686).

A questão que fica em aberto é definir se a conduta de Öcalan seria uma forma de desobediência e autodefesa (de si e da causa curda), ou se sua contribuição na guerrilha pode ser tipificada como luta armada desproporcional, passando dos limites da fidelidade à lei. Se tomarmos em conta a proposta da Jineologî e do Confederalismo Democrático, estamos diante de uma oposição mais profunda à ordem jurídica tradicional. Entender esta proposta de estrutura

social requer uma revolução de paradigmas muito avançada para sua aplicação, e que por estar à frente de seu tempo, sem dúvida provocaria conflitos entre os interesses da ordem dominante.

De qualquer sorte, Öcalan teve direitos processuais violados pela jurisdição militar da Turquia – o direito de toda pessoa a ser julgada por um tribunal independente (artigo 6.1 da Convenção Europeia) e o direito a um julgamento justo (artigo 6.1 combinado com o 6.3) – fato já reconhecido pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Em relação ao mérito da questão, o que se pode dizer até o momento é que ainda há um longo caminho a ser percorrido.

## Referências

BBC NEWS. **Öcalan file**: Timeline. Publicado em 12 de março de 2003. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/281302.stm>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

BLACK ROSE ANARCHIST FEDERATION. **Our Perspectives and Tasks on the Revolution in Rojava**. Prepared by members of the BRRN International Committee and approved by the membership. Publicado em: 04 de agosto de 2015. Link para o documento original em inglês: <<http://blackrosefed.org/our-perspectives-and-tasks-on-the-revolution-in-rojava/>>. Versão traduzida pela FARJ – Federação Anarquista do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://anarquismorj.wordpress.com/2015/08/05/brnn-nossas-perspectivas-e-tarefas-na-revolucao-de-rojava-traducao/>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA (CAB). **Jornal No Batente** – Órgão de informação e análise do Coletivo Anarquista Luta de Classe (CALC), n. 8, Set./2018. Disponível em: < <https://coletivoanarquistalutadeclasse.files.wordpress.com/2018/10/no-batente-8-colorido.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

GUARCHE, Maria Florencia. **A trajetória do movimento de mulheres no noroeste do Curdistão**: da luta armada à institucionalização da Jineologî. Projeto de Dissertação submetido ao PPG em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Linha de Pesquisa: Teoria política, Democracia e Participação. Porto Alegre, 2018a.

\_\_\_\_\_. **“Este é só o começo”**: Análise da formação do Partido Democrático dos Povos (HDP) na Turquia. Projeto de tese submetido ao PPG em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Linha de Pesquisa: Teoria política, Democracia e Participação. Porto Alegre, novembro/2018.

HENRIQUES, Frederico. Apresentação – Mulheres e Democracia nos passos da libertação Curda. In: ÖCALAN, Abdullah. **Libertando a Vida**: A Revolução das Mulheres. Traduzido por Sérgio Granja. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2016. Disponível em: <[http://www.ocalan-books.com/downloads/PT-Libertando-a-vida-a-revolucao-das-mulheres\\_2016.pdf](http://www.ocalan-books.com/downloads/PT-Libertando-a-vida-a-revolucao-das-mulheres_2016.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2018.

INTERNATIONAL INITIATIVE. Introdução de International Initiative. In: ÖCALAN, Abdullah. **Libertando a Vida**: A Revolução das Mulheres. Traduzido por Sérgio Granja. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2016. Disponível em: <<http://www.ocalan->

books.com/downloads/PT-Libertando-a-vida-a-revolucao-das-mulheres\_2016.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2018.

PUBLICO PORTUGAL. **Öcalan, o “tio” do Curdistão quer trocar a guerra pela paz.** Reportagem de Margarida Santos Lopes. Publicado em 14 de agosto de 2009. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2009/08/14/jornal/ocalan--o-tio-do-curdistao-quer-trocar-a-guerra-pela-paz-17542517>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça.** Traduzido por Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROSS, Carne. **Accidental Anarchist: Life Without Government.** [Documentário exibido em BBC.com, em 23/07/2017, transformado em reportagem] “A revolução mais feminista que o mundo já testemunhou” – Matéria publicada em Vice.com. Traduzido por Marina Schnorr. Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/9kwpzv/revolucao-mais-feminista](https://www.vice.com/pt_br/article/9kwpzv/revolucao-mais-feminista)>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SIMEÃO, Denise. Prefácio à Edição Brasileira – A libertação das mulheres é uma revolução dentro da revolução. In: ÖCALAN, Abdullah. **Libertando a Vida: A Revolução das Mulheres.** Traduzido por Sérgio Granja. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2016. Disponível em: <[http://www.ocalan-books.com/downloads/PT-Libertando-a-vida-a-revolucao-das-mulheres\\_2016.pdf](http://www.ocalan-books.com/downloads/PT-Libertando-a-vida-a-revolucao-das-mulheres_2016.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2018.

ÖCALAN, Abdullah. **Liberating Life: Woman’s Revolution.** International Initiative Edition. Traduzido por Maria Florencia Guarche. Apoio de SindBancários – RS. Disponível em: <<http://www.freeocalan.org/wp-content/uploads/2014/06/liberating-Lifefinal.pdf>>. [Versão em inglês]. Acesso em: 01 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Libertando a Vida: A Revolução das Mulheres.** Traduzido por Sérgio Granja. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2016. Disponível em: <[http://www.ocalan-books.com/downloads/PT-Libertando-a-vida-a-revolucao-das-mulheres\\_2016.pdf](http://www.ocalan-books.com/downloads/PT-Libertando-a-vida-a-revolucao-das-mulheres_2016.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Guerra e Paz no Curdistão: Perspectivas para uma solução política da questão curda.** International Initiative Freedom for Abdullah Öcalan – Peace in Kurdistan. 1ª Ed. 2008. 48 pp. Disponível em: <<http://ocalan-books.com/downloads/guerra-e-paz-no-curdistao.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Confederalismo Democrático.** Traduzido por Daniel de Oliveira Cunha e Bülend Karadağ. Cadernos CERU, v. 26, n. 2, dez. 2015. [Versão em inglês disponível em: <<http://www.freeocalan.org/wp-content/uploads/2012/09/Ocalan-Democratic-Confederalism.pdf>>]. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/117472/115226>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

# **Cultura política e capital social: uma análise sobre os fatores de influência na formação do comportamento político juvenil**

Renato Dutra Bicca<sup>2</sup>

## **Resumo**

Nos últimos anos, pesquisas de opinião têm constatado, sistematicamente, que o padrão de comportamento político exibido pelos jovens tem se configurado em uma mistura já conhecida de participação episódica, passividade e de não engajamento. Na conjuntura política brasileira atual, observa-se também um declínio no envolvimento político e cívico da juventude, coincidindo com baixos índices de interesse na política e desconfiança no sistema político, indicando que o modelo de cultura política juvenil estabelecido tende a reproduzir elementos de ambiguidade semelhantes à cultura política brasileira, marcada pela baixa eficácia política, descrença nos políticos e nas instituições tradicionais de representação. Com base nesse contexto, o presente estudo pretende analisar o comportamento de jovens estudantes em relação à política, buscando compreender quais fatores contribuem ou exercem maior influência para o distanciamento e desinteresse da juventude no tocante à política. A metodologia adotada na investigação terá um enfoque exclusivamente quantitativo. Foram utilizados dados da pesquisa sobre jovens, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (Nupesal), no ano de 2015, com 690 estudantes de nível secundário, de escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica estatística de regressão logística binária. Resultados obtidos apontam que as variáveis que mais influenciam a apatia e o ceticismo dos jovens porto-alegrenses na política estão relacionadas à participação política convencional e não convencional e à confiança nas instituições formais de representação; ou seja, o estudo indica a consolidação de uma cultura política juvenil caracterizada pela internalização e naturalização da ineficiência e descrença atribuídas à política e às suas instituições representativas.

**Palavras-chave:** Cultura Política. Capital Social. Comportamento Político.

## **Introdução**

Estudos sobre cultura política e capital social têm sido importantes no campo da ciência política, pois permitem ao pesquisador examinar como os indivíduos internalizam, decodificam e concebem suas representações políticas em relação ao sistema democrático. Nas últimas décadas, tais estudos vêm constatando que o padrão de comportamento político juvenil tem se configurado em uma mistura de participação episódica, passividade e de não engajamento (BAQUERO, 1998; GONZÁLEZ, 2018; SCHMIDT, 2001; SOUZA, 1983). No contexto

---

<sup>2</sup> Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCP/UFRGS). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: renato.bicca@ufrgs.br.

sociopolítico brasileiro atual, também observa-se um declínio no envolvimento político e cívico da juventude, coincidindo com os baixos índices de interesse na política e desconfiança no sistema político, indicando que o modelo de cultura política estabelecido entre os jovens tende a manter elementos de ambiguidade presentes na cultura política brasileira, marcada pela baixa eficácia política, descrença nos políticos e nas instituições tradicionais de representação (GONZÁLEZ, 2018).

Apesar de a cultura política ser reconhecida como uma premissa fundamental para a construção e o fortalecimento de um regime democrático, sabe-se hoje que ela não é um fenômeno uniforme, pois ainda que existam características que possam ser compartilhadas por todos, outras, no entanto, diferem conforme determinados setores e/ou grupos sociais, como no caso da juventude. Assim como a cultura política, o conceito de capital social também nos auxilia a compreender de que forma podemos potencializar a participação dos cidadãos nos processos políticos. Para autores como Putnam (2006) e Coleman (1990), são os níveis de participação e de organização de uma sociedade que denotam os estoques de capital social nela existentes.

Neste sentido, objetiva-se com este artigo analisar o comportamento de jovens estudantes – residentes na cidade de Porto Alegre – em relação à política, buscando compreender quais fatores contribuem ou exercem maior influência para a falta de interesse e o distanciamento da população jovem a respeito da política.

## **Metodologia**

A abordagem metodológica adotada no presente artigo é quantitativa, por meio do método de pesquisa tipo *survey*. A geração dos dados em *survey* foi conduzida por meio de um questionário semiestruturado autoaplicável, que fornece às pessoas um meio para expressar de forma anônima as suas crenças e opiniões. Para tanto, são utilizados os dados da pesquisa empírica *Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no sul do Brasil*<sup>2</sup>, conduzida pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCP/UFRGS). A pesquisa foi aplicada no ano de 2015 (entre os meses de abril e junho), na cidade de Porto Alegre (RS), com 690 jovens estudantes do ensino médio, entre 13 e 24 anos de idade, de ambos os sexos e de escolas públicas e privadas.

Para a análise dos dados, o método estatístico utilizado para prever as variáveis independentes (explanatórias) de cultura política e capital social e a falta de interesse em política (variável resposta ou dependente) pelos jovens estudantes de Porto Alegre é a regressão logística binária. Por meio do uso dos recursos matemáticos e estatísticos oferecidos pela regressão logística binária, pode-se encontrar alguma função que estime o comportamento de um conjunto de dados que não se dispõe no momento, a partir da geração de dados durante a pesquisa. Em outras palavras, a regressão logística binária nos permite o uso de um modelo de regressão para calcular ou prever a possibilidade de um evento específico ocorrer ou não.

## Resultados e discussões

Na tabela abaixo, apresenta-se o conjunto de variáveis que compõem o modelo ajustado para os jovens estudantes com os valores estimados dos coeficientes do modelo (B), o erro padrão dos coeficientes (S.E.), valor de p de Wald, a probabilidade de significância (Sig. ou p-valor), a razão de chances (*odds ratio*) e o intervalo de confiança de 95% para a razão de chances.

Tabela 1 – Variáveis na equação

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
							Inferior	Superior
Confiança Instituições Escolares	-0,066	0,11	0,363	1	0,55	0,936	0,75	1,16
Participação Política Não Convencional	-0,577	0,104	30,549	1	0,00	0,562	0,46	0,69
Confiança Instituições Midiáticas	0,202	0,111	3,297	1	0,07	1,223	0,98	1,52
Confiança Instituições Formais da Política	-0,355	0,106	11,314	1	0,00	0,701	0,57	0,86
Confiança Instituições Próximas	-0,192	0,111	2,986	1	0,08	0,825	0,66	1,03
Participação Política Convencional	-0,307	0,097	10,018	1	0,00	0,735	0,61	0,89
Confiança Instituições de Segurança	0,05	0,11	0,209	1	0,65	1,052	0,85	1,31
Constante	-1,277	0,114	124,66	1	0,00	0,279		

Fonte: Nupesal, 2015.

Analisando os resultados obtidos, observa-se que as únicas variáveis realmente significativas estatisticamente ( $p\text{-valor} < 0,05$ ) na explicação da relação das variáveis com o desinteresse dos jovens pela política foram a “Participação Política Não Convencional”, a “Confiança nas Instituições Formais da Política” e a “Participação Política Convencional”.

O coeficiente negativo (-0,577) para a variável de participação em mecanismos ou atividades não tradicionais da política sugere que o jovem que costuma participar dessas atividades tem uma probabilidade menor de demonstrar desinteresse pela política do que o jovem que não participa. No caso da variável participação política não convencional, a razão

de chance de 0,562 indica que o jovem que participa desses mecanismos tem 43,8% menos chances de apresentar falta de interesse quando comparado ao jovem que não participa. Para a variável de confiança nas instituições formais da política, o coeficiente negativo (-0,355) sugere que o jovem que costuma confiar nessas instituições (presidente, partidos políticos, poderes legislativo, executivo e judiciário), tem uma probabilidade menor de demonstrar desinteresse pela política do que o jovem que não confia. A razão de chance de 0,701 indica que o jovem que confia nessas instituições tem aproximadamente 30% menos chances de demonstrar falta de interesse na política se comparado ao jovem que desconfia das instituições.

Na última variável significativa, sobre a participação política convencional, o coeficiente negativo (-0,307) aponta que o jovem que costuma participar de atividades ou de mecanismos da política tradicional tende a apresentar uma probabilidade menor de distanciamento da política se comparado ao jovem que não participa. A razão de chance de 0,735 mostra que o jovem que costuma participar tem aproximadamente 27% menos chances de demonstrar sentimentos de apatia em relação à política do que o jovem que não participa. Em relação aos fatores restantes, é possível afirmar que não existe, estatisticamente, significância para explicar a relação das respectivas variáveis com a falta de interesse pela política por parte dos jovens, tendo em vista o p-valor dos fatores ser maior que o estipulado ( $p\text{-valor} > 0,05$ ) e o valor 1,0 estar contido dentro do intervalo de confiança.

## **Conclusão**

Recentes estudos realizados na área da cultura política vêm apontando que o distanciamento dos jovens brasileiros em relação à política tem aumentado nos últimos anos, principalmente devido ao agravamento da situação econômica do país e de seus reflexos no campo social, associado também à inabilidade dos governantes em solucionar esses problemas. A presença de crises na economia e na política, segundo autores como Baquero e Moraes (2014), tendem a contribuir para uma crise da própria democracia, que se manifesta, especialmente, no desapego dos cidadãos aos princípios democráticos (como a participação política) e na desconfiança em relação às instituições (como os partidos políticos e os representantes eleitos democraticamente).

São em momentos como esses que os estratos compostos pelos jovens sentem uma falta maior de oportunidades, incertezas em relação ao futuro e desilusão com o estado atual das coisas (BAQUERO e MORAIS, 2014). Resultados obtidos com a pesquisa vêm ao encontro desses estudos, pois demonstram que justamente as variáveis que têm exercido uma maior influência no desinteresse, na indiferença e no descrédito dos jovens porto-alegrenses pela

política estão relacionadas à participação política (seja por mecanismos tradicionais, seja por alternativos) e pela confiança depositada por eles nas instituições formais da política.

### **Referências**

BAQUERO, Marcello. Socialização política e formação da personalidade política: uma perspectiva comparada. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.). *Nações/Narrações: Nossas Histórias e Estória*. Porto Alegre: ABEA, 1998, p. 65-84.

BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Padrões de comportamento político juvenil com novas tecnologias de mídia: o papel da TV e da internet na construção da cultura política no Brasil. *Tempo da Ciência*, Cascavel, v. 21, n. 42, p.69-84, 2014.

COLEMAN, James. *Foundation of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura política, democracia participativa e protagonismo juvenil. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2018, p. 111-133.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: Edunisc-RS, 2001.

SOUZA, A. C. Socialização política na escola: a escola socializa para a participação? *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 73-86, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. *Banco de dados: Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil* (Porto Alegre), 2015.

# Grupo de Trabalho 3

## Sociedade, Ruralidade e Ambiente

### Súmula do GT

Procurando debater a relação sociedade-natureza e suas implicações, o GT propõe o diálogo entre estudos teóricos e empíricos que analisem os processos e relações sociais do rural contemporâneo, as dinâmicas e transformações territoriais e socioambientais, a questão da soberania alimentar associada a novos hábitos de consumo e produção de alimentos, os conflitos socioambientais considerando os múltiplos ambientes, territórios e epistemes em questão, os megaprojetos de desenvolvimento e seus impasses socioambientais, e as políticas públicas ambientais e de desenvolvimento territorial e rural. São bem-vindos ainda temáticas que envolvam o debate colonial e a questão ambiental, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e sociologia ambiental.

Sessão 1 – Conflitos socioambientais, territórios e projetos de desenvolvimento

Sessão 2 – Saberes, epistemologias, alimentação e clima

**Discente(s) Coordenadoras:** Aline Radaelli e Júlia Menin

**Professores/as convidados/as:** Marília Luz David (Dpto. Sociologia -UFRGS) e Maycon Schubert (PPGS-UFRGS).

## **Da transformação da natureza à exploração e a exclusão social**

Alexandro Cardoso<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo contribuir para a reflexão sobre as formas de transformação da natureza que ocorrem através da exploração do trabalho humano, gerando além de produtos, a destruição da natureza, com o objetivo de concentrar riquezas nas instituições privadas, gerando exclusão social. Cada vez mais as instituições capitalistas usam e criam novas tecnologias que aceleram a produção, entretanto não gerando inclusão social e tampouco distribuição de riquezas, ao contrário, acumulando e concentrando cada vez mais. Este processo de transformação aliena a natureza, que passa a não ser mais considerada como natureza, perdendo suas características de natural, descaracterizada agora e subjetivada como produto. Em qualquer processo de transformação, geram-se resíduos, sendo que muitos não são aproveitados na produção, os quais, por estarem fora da cadeia natural, agora passam a ser contaminantes poluidores da natureza. Além disso, cada vez mais novos produtos são produzidos e inseridos no mercado, envoltos de outros produtos que se tornam resíduos cada vez mais rápidos, a exemplo das embalagens de plástico, papéis, vidros, metais, borrachas e outras, levando o nome de resíduos sólidos, empiricamente conhecido com lixo. Este artigo buscará interpretar este contexto trazendo a natureza e a reciclagem como foco, buscando reinsserir uma interpretação de natureza que reconheça os resíduos sólidos como parte, mesmo que distinta, objetivando desta forma que soluções em defesa da natureza, considerem também a reciclagem.

**Palavras-Chaves:** Transformação da Natureza; Resíduos Sólidos; Reciclagem.

### **Da transformação da natureza à exploração e a exclusão social**

Este artigo é uma humilde contribuição, introdução a uma reflexão sobre as formas de transformação da natureza que ocorrem através da exploração do trabalho humano, que geram além de produtos e mercadorias, a concentração de riquezas, a exclusão social e a própria destruição da natureza. Todos os recursos usados, de uma forma ou outra, já foram recursos naturais, os quais são compreendidos como sendo a própria natureza, após a transformação, há um processo de dissociação do que é natureza, daquilo que é natural, passando a ser então algo estranho, alheia a ela, o próprio produto ou mercadoria sofre um deslocamento da natureza.

Os produtos vêm da natureza, das coisas materiais e imateriais, muitos inclusive do campo das ideias. Todos os produtos, assim como os meios de produção, inclusive os seres humanos, podemos compreender como natureza, é dela que extraímos tudo para viver. E o que devolvemos? Resíduos, rejeitos, todo tipo de poluição. Em algum momento da história,

---

<sup>1</sup> Catador de Materiais Recicláveis, estudante de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: alexmncr@gmail.com

passado, presente ou futuro, toda a transformação deixará de servir seu objetivo na história e passará então a ser descartada, rejeitada, então passará a ser resíduo, que ao invés de ser como um bem, gerador de vida, conforto, prazer, passará imediatamente a ser um mal, poluidor, destruidor, gerador de morte, baseado em alto nível de abstração, dissociada simbolicamente da natureza natural.

Cada vez mais, mergulhamos numa infinidade de produtos e novos produtos, precisamos deles para trabalhar, dormir, estudar, viajar, para nossa alimentação, diversão, comunicação etc. Os produtos acabam sendo fundamentais dentro deste arranjo social em que vivemos, sendo impossível viver sem eles. São aos milhares e todos os dias somos bombardeados com propagandas: compre, compre, compre. Sempre produtos cada vez mais essenciais para podermos viver.

Os produtos têm grande importância em nossas vidas, por vezes nos perguntamos: Como vivíamos sem estes produtos? Smartphone, sacola plástica, máquina de lavar. Numa lógica de transformação do habitus ou capital cultural incorporado, termos do sociólogo Pierre Bourdieu (BOUARDIEU, 1979), ao qual refletem nossa realidade vivida, nosso sentido e objetivos, mudando nossa forma de pensar.

A exploração da natureza se acentua com o passar dos séculos, desde as grandes navegações e a dominação violenta dos povos, que foram escravizados e colonizados, se ampliando ainda mais com a passagem do feudalismo para o capitalismo e, em seguida, com a revolução industrial - industrialismo (GIDDENS, 1991) e as grandes guerras. O mundo passou a se interligar a partir das mercadorias, tornando as relações sociais meramente comerciais: rasgou-se o véu de sentimentos e emoções existentes nas relações (MARX; ENGELS, 1884), coisificando-se (MARX, 2013) seres humanos e não humanos (LATOUR, 2000) passando as mesmas a serem geradas a partir da exploração das trabalhadoras e trabalhadores no ato de transformar a natureza em produtos, mercadorias e estas, acompanhada de suas embalagens descartáveis.

Cada vez mais estamos imersos num mundo de embalagens cada vez mais rapidamente descartáveis, muitas delas de uso único, as quais têm um tempo de uso cada vez menor, mas um alto poder de poluição e degradação ambiental, principalmente os resíduos plásticos. Conforme notícia publicada no jornal britânico *The Guardian*, “em apenas um minuto a população mundial usa um milhão de garrafas plásticas”, das quais, apenas 07% foram destinadas à reciclagem, o restante foi principalmente para lixões, terrenos baldios e nos oceanos (BARBOSA, 2017).

Associadas as poluições, queimadas, uso de venenos na agricultura, combustíveis fósseis e outras degradações, com esta forma de exploração, amplia-se o aquecimento global e vem à tona a crise ambiental, na qual a natureza se aproxima cada vez mais de um catastrófico colapso, pois ao mesmo tempo em que aumenta o uso de recursos naturais para fabricação de embalagens, as mesmas não são destinadas à reciclagem, percorrendo um caminho de ampla poluição de degradação do meio ambiente. O autor Ulrich Beck em uma de suas obras, *La Sociedad del Riesgo: hacia una nueva modernidade* declara que sociedades mais pobres, principalmente do Hemisfério Sul, sofrem mais em relação ao Hemisfério Norte, deixando evidente que a sociedade de riscos gera muito mais problemas aos mais pobres (BECK, 1944).

Esta forma de exploração da natureza e das trabalhadoras e trabalhadores objetiva principalmente o aumento da concentração de riquezas. Dentro deste sistema capitalista, quanto mais as trabalhadoras e trabalhadores produzem, mais pobres e miseráveis ficam. Segundo o relatório elaborado pela Oxfam, “De toda a riqueza gerada no mundo em 2017, 82% foi parar nas mãos do 1% mais rico do planeta” enquanto que “metade da população global, 3,7 bilhões de pessoas – não ficou com nada”. (OXFAM, 2019)

Desta forma, subjetivamente os resíduos passam a ser jogados fora, entretanto, esta frase de autor desconhecido: “Do ponto de vista do planeta, não existe jogar lixo fora: porque não existe fora”, nos faz perceber a ideia planetária. A destinação dos resíduos ocorre dentro do próprio planeta. O pensador Fabricio Favoretto destaca: “O homem não vive sem a natureza, mas a natureza vive sem o homem” e se, tudo faz parte da natureza, inclui-se também os resíduos da transformação da natureza, as próprias mercadorias e suas embalagens depois de seu uso.

Em muitos países, principalmente Europeus e Norte-Americanos, têm-se políticas de tratamento de resíduos; no Brasil, temos a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece normas e diretrizes para o gerenciamento e gestão de resíduos sólidos, garantindo “o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania”, ou seja, traz uma perspectiva ocular, diferenciando o lócus sobre os resíduos, estabelecendo também hierarquia de gestão devendo seguir estas prioridades: “não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”. (BRASIL, lei 12305/10)

Exatamente aqui, quero argumentar e propor de forma direta a compreensão de que os resíduos também fazem parte da natureza, senão a própria natureza transformada, portanto,

mesmo desnaturalizada, não natural, são parte intrínseca dela. Para melhor compreender e assim contribuir para vencer o processo de dissociação, proponho o lócus em três estágios:

**Primeira natureza:** considerar como natureza virgem e natural tudo aquilo e aquela que ainda não foi transformada pela ação do trabalho, que principalmente não teve interferência ou ação humana, ou seja, o petróleo, as águas, as florestas, o solo, os animais. **Segunda natureza:** natureza transformada, a qual inclui os processos de transformação pela ação da mulher e do homem através do trabalho, da tecnologia, o uso da capacidade humana de transformar a primeira natureza, num bem de uso, um produto, uma mercadoria. **Terceira natureza:** os resíduos desta transformação, a mudança de estágio da primeira para a segunda natureza, aquilo tudo que foi rejeitado nesta transformação. Neste estágio, podemos compreender também a segunda natureza depois de ter seu uso, quando descartada. A segunda natureza mais cedo ou mais tarde torna-se a terceira.

Os resíduos sólidos são então parte da natureza, sendo prejudicial e poluidor da primeira natureza, quando em local inadequado, sobre o solo, as águas, sem nenhum tratamento. Os resíduos recicláveis, tanto secos quanto orgânicos, podem e devem ser reciclados para então não prejudicarem a primeira natureza. É aqui que entra o trabalho das catadoras e catadores de materiais recicláveis, justamente porque são quem de fato realizam a maior parte do ciclo produtivo da reciclagem, utilizando seu corpo como principal tecnologia e força motriz (MNCR, 2008).

Os campos científicos, empresariais, governamentais e até os escolares e comunitários estão dando ênfase e destaque à reciclagem, e governos têm implantado leis e técnicas para a gestão dos resíduos. Meios de comunicação divulgam ações positivas e até mesmo empresas querem associar e divulgar suas marcas e informações vinculadas à reciclagem.

A reciclagem ocorre pelas mãos das catadoras e catadores, que mesmo excluídos, criminalizados, perseguidos ou simplesmente invisibilizados pelo poder público, mesmo assim seguem como os maiores responsáveis pela reciclagem, com seus carrinhos, carroças, equipamentos precários, sendo mais eficientes que as tecnologias e investimentos de coleta realizados pelas empresas privadas e prefeituras a sua revelia. A reciclagem, nestes casos em que os governos buscam excluir a categoria, se mostra ineficiente, justamente porque não tem como objetivo a reciclagem, senão o lucro e a acumulação de riquezas.

Mesmo com dificuldades acentuadas, mazelas, estigmas e forte exclusão social em que as catadoras e catadores estão submetidos, contrariando a lógica da violência, seguem trabalhando e se organizando com dignidade, buscando diariamente romper barreiras de

exclusão, saindo das margens da sociedade, buscando seu lugar central na reciclagem, inserindo-se e disputando com empresas investimentos e tecnologias, os nichos de mercado, realizando na prática quase a totalidade da reciclagem, vencendo os caminhões cada vez mais tecnológicos das empresas privadas.

Neste lócus reflexivo sobre a transformação da natureza em produtos, realizados pela força de trabalho explorado das trabalhadoras e trabalhadores, os quais cada vez mais velozmente produzem, tanto quanto cada vez ficam mais pobres. Analisando o processo de destruição, aniquilação da natureza e sua dissociação natural dos resíduos como natureza, concluo que as sociedades devem pensar os resíduos como natureza, reconhecendo e valorizando as catadoras e catadores de materiais recicláveis e suas organizações sociais, compreendendo os resíduos como “um bem gerador de renda e promotor de cidadania”. (BRASIL, Lei 12305/2010).

## Referências

BARBOSA, Vanessa. **1 milhão de garrafas plásticas são vendidas a cada minuto**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/1-milhao-de-garrafas-plasticas-sao-vendidas-a-cada-minuto-no-mudo/>> Acesso em: 08 jan 2020.

BECK, Ulrich. **La Sociedade del Riesgo**: hacia una nueva modernidade. Barcelona: Ed. Paidós, 2006

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12305/10**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)> Acesso em: 09 jan 2020.

LATOUR, B. **Ciência em Ação**. São Paulo: Unesp, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, **Ciclo da Cadeia Produtiva de Reciclagem** <<http://www.mnccr.org.br/biblioteca/formacao-e-conjuntura/ciclo-da-cadeia-produtiva-de-reciclagem>> Acesso em: 29 set 2019.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Negros e negras são maioria entre os catadores de materiais recicláveis**. <<http://www.mnccr.org.br/noticias/noticias-regionais/negros-e-negras-sao-maioria-entre-os-catadores-de-materiais-reciclaveis>> Acesso em: 29 set 2019.

OXFAM. **Enfrentar as desigualdades para vencer a pobreza.** Disponível em: <<https://oxfam.org.br/tags/concentracao-de-riqueza/>> Acesso em: 29 set 2019.

# Sistemas Alimentares Globales y Ley de Etiquetado de Alimentos en Chile

David Ávalos Ahumada<sup>1</sup>

## Resumo

A lo largo del siglo XX, el Estado jugó un papel clave en la entrada, reforma o rechazo del modelo de alimentación corporativista, el cual fomentó el sobrepeso y la obesidad. Pero actualmente, el gobierno pierde esta importancia en favor de mecanismos transnacionales de regulación que generan las grandes corporaciones. Así, en los últimos años han existido respuestas desde los gobiernos con el fin de hacer frente al sobrepeso y la obesidad. En este estudio se busca analizar, desde una perspectiva global y nacional, la efectividad de los espacios normativos tradicionales (estados-nación) en la gestión de los efectos de la globalización alimentar (GARCÍA CANCLINI, 1996; OOSTERVER Y SONNENFELD, 2012) y el papel de las respuestas locales (TREGGAR, 2011). Se analiza el impacto de la aplicación de la ley de alimentos en Chile (Ley 20.606) como una medida para mejorar la información nutricional de los productos alimenticios. Los resultados del estudio indican que los estados son incapaces de frenar las causas que estructuran la obesidad, ya que no logran hacer frente al hecho de que los alimentos con menos nutrientes estén más al alcance de los sectores medios y pobres, en tanto que los alimentos de mayor valor nutricional pueden ser comprados por los grupos con mayores ingresos. Para ir más allá de estas políticas reformistas, hay colectivos que abordan desde una óptica estructural, como los grupos de consumidores y las asociaciones de productores que promueven la soberanía alimentaria. Ambos proponen nuevas prácticas que fomenten el acceso universal a los productos con nutrientes, en tanto que abogan por la producción local que tienda a ir en contra de los modelos de producción global de alimentos (BERNSTEIN Y OYA, 2014, MCMICHAEL, 2016).

**Palabras-clave:** Etiquetado; Estado; Soberanía Alimentaria.

## La Insalubridad Alimentar como Problemática en El Mundo y en Chile

La consolidación de las cadenas de supermercado ha llevado a la explosión de la oferta de productos ultraprocesados en el mundo, las que vienen a sustituir un modelo alimentar que se basaba en el consumo de alimentos elaborados por las mismas personas dentro del hogar, hacia una dinámica en la cual estas corporaciones transnacionales entienden y actúan frente a ciertos cambios sociales (entrada de la mujer al mercado del trabajo, reducción en los tiempos para preparar alimentos, entre otras), haciendo disponibles productos listos para consumir, ricos en energía y escasos en nutrientes, lo que se justifica bajo la premisa de que el aumento en la disponibilidad de productos acabaría con el hambre y la pobreza, lo que en la práctica no se consiguió (PREISS; MARQUES, 2015).

---

<sup>1</sup> Sociólogo, Universidad de Chile; máster en Desarrollo Territorial Rural, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales sede Ecuador; Doctorando en Sociología, Universidad Federal de Río Grande del Sur. E-mail: david.avalosahumada@gmail.com

En cuanto al consumo, Poulain (2018) en su libro *Sociología da Obesidade*, destaca que en la sociedad francesa del siglo XX existió una desigualdad que no sólo se expresó en el mercado de trabajo, sino también en la degradación de la alimentación de las personas, con lo cual las clases precarizadas ven deteriorada su salud, ya que consumen menos frutas, legumbres, peces y carnes (POULAIN, 2018). En cambio, estas poblaciones son más susceptibles de consumir bebidas azucaradas, tener una alimentación menos diversificada – que se manifiesta en el consumo de platos únicos – experimentar la comida fuera de hora, y con altos niveles de sedentarismo. Todas estas condiciones son factores que generan una propensión a desarrollar la obesidad en aquellas poblaciones más precarizadas (POULAIN, 2018). El panorama latinoamericano muestra que existe una alta prevalencia de la diabetes a nivel regional. Los datos del Bando Mundial (2017) indican que un 8,7% de la población la padece, siendo más altos los niveles en México, Guyana, Nicaragua y Guatemala, los cuales superan el promedio de latinoamérica. En cuanto a la prevalencia de sobrepeso en la población adulta, 6 de cada 10 personas lo experimentan en la región. México y Chile son los países con los mayores niveles en América Latina, con un aumento sostenido a lo largo de los últimos años. Mientras en México el sobrepeso aumento del 55% al 65% entre 1999 y 2016, en Chile este nivel pasó del 54% al 63,1% en el mismo periodo de tiempo (BANCO MUNDIAL, 2017).

Chile es el segundo país con el mayor consumo de bebidas azucaradas y uno de los líderes en la ingesta de "comida chatarra" o alimentos ultraprocesados (CARO et al., 2018). El gobierno chileno ha generado varios mecanismos de control al consumo de estos productos, como la aplicación de impuestos a las bebidas listas para servir, así como el etiquetado de alimentos para fomentar la compra de productos más saludables (ANAND et al., 2015 citado por CARO et al., 2018).

Los trabajos más recientes que han estudiado las políticas alimentares la conceptualizan desde diversas perspectivas. De acuerdo al planteamiento de Lang y Barling (2009) éstas son respuestas al sistema alimentario, considerando todos los procesos que ocurren en este, desde la producción, cultivo, procesamiento, distribución y consumo de alimentos (LANG et al., 2009). Los autores indican que en este proceso hay una heterogeneidad de visiones tanto de la sociedad civil, empresas y el gobierno, actores que se desenvuelven desde una perspectiva escalar. Así, existen instituciones a nivel local, nacional, regional e internacional, que son la base de estas políticas alimentarias pero que no son necesariamente ordenadas por el Estado, sino que diferentes grupos de interés disputan su configuración (LANG et al., 2009). Así, se puede entender por ejemplo, el rol que juega el gobierno de Chile al realizar las leyes de

etiquetado, como forma de hacer frente a los cambios globales. Caron et al. (2018), enfatizan el papel del Estado en las políticas alimentarias para conseguir el desarrollo sustentable, y desde una visión normativa indican que este debe procurar vincular la seguridad alimentaria, salud humana, nutrición, cambio climático y justicia social (CARON et al., 2018). Pese a ello, indican que en la práctica, las políticas se enfocan en el mero suministro de alimentos, y en mecanismos para direccionar las externalidades negativas del modelo, razón por la cual se trataría - desde la perspectiva de Holt Giménez (2011) - de un enfoque reformista.

El año 2016 se crea la ley etiquetado de alimentos o ley 20.606, la cual promueve la entrega de información detallada de los ingredientes que contienen los productos, así como su información nutricional, siendo el Ministerio de Salud de Chile quien se encarga de elaborar las etiquetas de los productos, las cuales deben incluir los contenidos de energía, azúcares, sodio y grasas saturadas (MINSAL, 2016). Rodríguez et al. (2017) destacan que a través de la ley 20.606, el gobierno chileno intervino en el etiquetado, en las regulaciones a los mensajes publicitarios, así como en la restricción a la venta de alimentos (RODRÍGUEZ, 2017). Al hablar de los efectos del etiquetado de alimentos, las autoras indican que un estudio realizado por In Situ y encargado por Chilealimentos indica que de una muestra acotada de población, el 41% declaró cambios en sus prácticas o hábitos alimenticios, reduciendo el consumo de productos con discos, reemplazándolos por bienes sustitutos con menos discos, u optando por alimentos sin discos (SCAPINI; VERGARA, 2017).

El trabajo reciente de Santos-Antonio et al. (2019) hace una revisión de una serie de estudios sobre el impacto de la introducción de semáforos y rotulado de alimentos en diversos países. En primer lugar, los resultados del estudio indicaron la existencia de efectos positivos y neutros con la introducción de los semáforos nutricionales, desde el punto de vista positivo, disminuye el consumo de alimentos altos en energía y bajos en nutrientes, a raíz de la entrada del logo keyhole; en tanto que otros estudios indican la inexistencia de cambios en los patrones de consumo con la introducción de logos Smart Choices y Choices; así como el etiquetado frontal de productos con grasas logró tener efectos tanto positivos como neutros en su consumo (SANTOS-ANTONIO et al., 2019). Los autores señalan además que los efectos del rotulado en el cambio en los patrones alimentarios disminuyen cuando existe un ambiente de productos bajos en nutrientes y ricos en energía, razón por la cual la información de etiquetado compete con otros factores como la presión de tiempo, conocimiento nutricional, lo que les lleva a afirmar que estos elementos individuales y contextuales limitan la efectividad del etiquetado, y llevan a pensar en la necesidad de hacer políticas que vayan más allá de esta ley, como mejorar

el acceso a los alimentos saludables, la promoción de la actividad física, y suministrar educación nutricional (SANTOS-ANTONIO et al., 2019).

SCHNETTLER et al. (2019) indica que aquellos productos reformulados sin advertencias nutricionales se perciben como más saludables y por tanto son más susceptibles de ser comprados; en tanto que los productos con información nutricional no generan cambios en la percepción de los consumidores (SCHNETTLER et al., 2019). En este estudio se reconoce que las políticas de advertencia nutricional no se crean para generar cambios radicales en los patrones de consumo alimentario, sino más bien para incidir en la reformulación de los componentes de productos ultraprocesados, para hacerlos más saludables (SCHNETTLER et al., 2019).

Existen muchos estudios que profundizan en la ineficacia de las medidas de etiquetado de productos como formas de cambio a nivel global de los patrones de alimentación en la sociedad actual (FREIRE et al., 2017; CARO et al., 2017; RODRÍGUEZ et al., 2016; SCHNETTLER et al., 2019b). En este contexto, es que Rodríguez (2019) argumenta que los gobiernos deben considerar la evaluación de los efectos de las etiquetas en los alimentos, así como la subvención a la compra de frutas, verduras y pescados, y promover el consumo de alimentos frescos y naturales aumentando la disponibilidad de ferias libres y a través de campañas en medios masivos. En tanto que otros autores indican que no han existido mecanismos estatales que fomenten el consumo de alimentos altos en fibra o con menor contenido de colesterol (SCHNETTLER et al., 2019b).

### **Consideraciones Finales**

La realidad actual permite pensar en la ineficacia de los mecanismos de regulación estatal para hacer frente a modelos globales de alimentación que se imponen desde acuerdos internacionales. La experiencia internacional demuestra que el etiquetado, si bien tiene efectos globales en la reducción del consumo de alimentos “altos en” no logra acabar con su total consumo principalmente porque los sectores de menores ingresos económicos tienen una demanda casi inelástica por los ultraprocesados.

En gran medida, los estados son incapaces de frenar las causas que estructuran la insalubridad alimentaria de las personas, ya que no logran hacer frente a la estructura diferenciada de precios que hace que los alimentos con menos nutrientes estén más al alcance de los sectores medios y pobres, en tanto que los alimentos de mayor valor nutricional son más consumidos por los grupos con mayores ingresos.

Para el caso de la realidad chilena, el panorama actual llama para la articulación de una estrategia de desarrollo territorial que promueva la disponibilidad de los alimentos más nutritivos en los mismos territorios rurales y sus articulaciones con las ciudades que ven cosechar esta producción. La política pública, entonces, debe pasar por establecer iniciativas de apoyo a la producción local, no para insertarse como una competencia que exprese un modo de vida distinto al que promueve la producción industrial, sino que sea un modelo de producción y consumo que gradualmente vaya ganando un espacio en los territorios de Chile. De esta manera, la articulación de diversas estrategias de producción local puede sustentar una soberanía alimentaria con productos nutritivos en relación a las leyes internacionales de comercio.

## Referencias

- BERNSTEIN, Henry; OYA, Carlos. **Rural futures. How much should markets rule?** 2014.
- CANCLINI, Nestor García. Consumidores do século XXI, cidadãos do século XVIII. In: **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, p. 13 – 47, 1997.
- CARO, Juan Carlos, et al. Designing a tax to discourage unhealthy food and beverage purchases: The case of Chile. **Food Policy**, v. 71, p. 86-100, 2017.
- CARON, Patrick, et al. Food systems for sustainable development: proposals for a profound four-part transformation. **Agronomy for sustainable development**, v. 38, n. 4, p. 41, 2018.
- FREIRE, Wilma, et al. A qualitative study of consumer perceptions and use of traffic light food labelling in Ecuador. **Public health nutrition**, v. 20, n. 5, p. 805-813, 2017.
- HOLT-GIMÉNEZ, Erick; SHATTUCK, Annie. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation? London: **Journal Of Peasant Studies**, v. 38, n. 1, p. 109-144. 13 jan. 2011.
- LANG, Tim et al. **Food policy: integrating health, environment and society**. UK: Oxford University Press, 2009.
- MCMICHAEL, Philip. Commentary: Food regime for thought. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, p. 648-670, 2016.
- OOSTERVEER, Peter, SONNENFELD, David. **Globalization and food production and consumption**. In: Food, Globalization and Sustainability. London/New York: Earthscan, 2012.
- POULAIN, Jean Pierre. **Sociologia da Obesidade**. São Paulo: Editora SENAC, 2018.
- PREISS, Potira; MARQUES, Flávia. Tendências no movimento de re-localização alimentar brasileiro: uma análise de Iniciativas Colaborativas de Compras. **Tessituras, Pelotas**, v. 3, n. 2, p. 269-300, jul./dez. 2015.

RODRÍGUEZ, Lorena, et al. Using evidence-informed policies to tackle overweight and obesity in Chile. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 41, p. 156, 2017.

SANTOS-ANTONIO, Gabriela, et al. Efectos del etiquetado nutricional frontal de alimentos y bebidas: sinopsis de revisiones sistemáticas. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 43, 2019.

SCAPINI, Valeria; VERGARA, Cinthya. El impacto de la nueva ley de etiquetados de alimentos en la venta de productos en Chile. **Revista Perfiles Económicos**, n. 3, 2018.

SCHNETTLER, Berta, et al. Are consumers willing to pay more for reformulated processed meat products in the context of the implementation of nutritional warnings? Case study with frankfurters in Chile. **Meat science**, v. 152, p. 104-108, 2019.

SCHNETTLER, Berta, et al. How do consumers perceive reformulated foods after the implementation of nutritional warnings? Case study with frankfurters in Chile. **Food quality and preference**, v. 74, p. 179-188, 2019.

TREGGAR, Angela. Progressing knowledge in alternative and local food networks: critical reflections and a research agenda. Oxford: **Journal of Rural Studies**, v. 27, n. 4, p. 419-430, Oct. 2011.

# **Ruralidade Contemporânea e Conflito Ambiental em Porto Alegre: A Fazenda do Arado**

**Joana de Oliveira Winckler<sup>1</sup>**

## **Resumo**

A pesquisa que será apresentada é fruto de meu trabalho de conclusão de curso: *A Fazenda do Arado: Conflito Ambiental e Ruralidade Contemporânea na Zona Sul de Porto Alegre (2017)*, orientado pela prof. Dra. Lorena Fleury. Minha pesquisa consistiu em um mapeamento dos atores envolvidos no conflito em torno da Fazenda do Arado, caracterizando essa disputa enquanto um conflito ambiental e articulando o conceito de ruralidade contemporânea para pensar a localidade na qual este conflito se deu e as identidades sociais que emergiram em função desta disputa.

Busquei analisar, através de procedimentos metodológicos qualitativos e referenciais teóricos da Sociologia Ambiental e Rural, os discursos e projetos em conflito, evidenciando-os ao longo da caracterização do conflito. Considerei que esse conflito ambiental, ao mobilizar atores sociais com diferentes projetos de uso e significação quanto ao território da Fazenda, evidenciaria entendimentos conflitantes acerca do rural e do ambiente, perpassando questões de dimensão material e simbólica.

**Palavras-Chave:** Ruralidade; Conflito; Fazenda do Arado

## **Introdução**

A chamada Fazenda do Arado, ou Fazenda Arado Velho, compreende uma área de 426 hectares, sendo grande parte composta por campos de várzea com maricazais e banhados permanentes e sazonais. Também há fragmentos de mata atlântica, com maior adensamento em seu morro, e praias de areia intercaladas com juncais e aguapés. Seu território é habitat de diversas espécies de anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Os registros mais antigos de ocupação da área remetem à etnia indígena Guarani, sendo que há registrado um sítio arqueológico na chamada “Ponta do Arado”<sup>2</sup>. Foi propriedade, durante a década de 1930, de uma figura importante do jornalismo da cidade e naquele período tornou-se um importante centro de criação de cavalos.

Nos anos recentes foi comprada por um grupo empresarial que propôs a construção de um condomínio habitacional de alto padrão, juntamente com um hotel e áreas de comércio. Por se tratar de empreendimento de grande porte, algo como mais de duas mil novas habitações e cerca de dez mil novos moradores para a região, impactaria consideravelmente o bairro vizinho

---

<sup>1</sup> Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduanda em Licenciatura em Ciências Sociais (UFRGS). Email: joana.winckler@hotmail.com

Belém Novo e o ecossistema citado, além da necessidade de modificar o zoneamento da Fazenda junto ao Plano Diretor do município.

No primeiro Plano Diretor de Porto Alegre de 1979 dividia-se a cidade em duas zonas, uma urbana e outra rural. A partir de 1999, o município deixa de ter uma Zona Rural, passando a ser dividido em Macrozonas. Determina-se a chamada “Cidade Rurubana” - uma mescla de urbano e rural – que compreende a Macrozona 8, na qual a Fazenda está inserida.

Em 2015 há a recriação da Zona Rural da cidade, desta vez, levando em consideração as áreas de produção primária. Metade da área da Fazenda é contemplada como Zona Rural e a outra como área de preservação ao ambiente natural (APAN). No mesmo ano, houve mais uma mudança no Plano Diretor, através da Lei Complementar 780/15, na qual alterou-se o regime urbanístico da Fazenda, a fim de atender a proposta de construção do Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado Velho em seu território.

Organizados em torno do movimento “Preserva Belém Novo” e da campanha “Preserva Arado”, parte dos moradores da região e entidades ambientalistas passaram a contestar a viabilidade deste empreendimento, resultando em uma disputa com o empreendedor, a Prefeitura e a Câmara Municipal da cidade, tendo por mediação o poder judiciário, principalmente com a atuação do Ministério Público Estadual, no qual tramitou uma ação civil pública.

O principal argumento dos contestadores do empreendimento apoiava-se na falta de real participação popular no processo de alteração do Plano Diretor feita através da Lei Complementar 780/15, sendo a realização de Audiência Pública uma prerrogativa prevista no Estatuto das Cidades. Somado a isso, acusaram o Estado de Impacto Ambiental (EIA) de conter informações difusas, como a quantidade de aterro necessário para obra. Ademais, apontavam a preocupação com o impacto socioambiental que mais um empreendimento de grande porte<sup>3</sup> significaria para a região, comprometendo, em sua perspectiva, a possibilidade de sua reprodução sociocultural. Segundo entrevistados, é comum idas à orla da Fazenda por parte dos moradores da região, bem como a prática de acampamento e de pescaria.

Já por parte do empreendedor, apoiado pela Prefeitura e por parte dos vereadores, o condomínio representaria a transição do urbano para o rural da cidade, contribuindo para a preservação ambiental a partir das áreas de APAN. Seria ainda, um fomentador do turismo, de novos empregos e de desenvolvimento para a região.

Em 2019, o Ministério Público anulou os efeitos da Lei Complementar 780/15, em função de entender que a Audiência Pública realizada em 2014 dizia respeito ao licenciamento

ambiental do empreendimento e não aos impactos da alteração no Plano Diretor da cidade, comprometendo, portanto, a construção do empreendimento nos moldes até então apresentados.

## **O Conflito**

A partir de entrevistas e observações em atividades como audiências públicas, oficinas e encontros, entre os anos de 2016 e 2017, ocorridas no âmbito da disputa, identifiquei que o conflito teria como pano de fundo a delimitação da zona rural do município, tornando o conceito de ruralidade contemporânea, nos termos de Carneiro (2008), relevante para a pesquisa.

Para que a noção de rural não fosse traduzida em sua delimitação física mas entendida a partir da perspectiva daqueles que estão inseridos num conjunto de relações sociais com características peculiares, servindo de referência identitária para a população da localidade, em especial do bairro Belém Novo, a pesquisa trabalhou com o conceito de ruralidade contemporânea também em sua dimensão cultural, a qual se faz presente no imaginário dessa população e no mundo social e simbólico construído por esta.

A “revalorização do rural” (BRANDENBURG, 2005) e o engajamento contra a construção do empreendimento intensificou laços sociais da parcela da população envolvida, reforçando sentimentos de pertencimento e criando elementos de referência identitária. Foi nesse contexto que a Fazenda ganhou centralidade. Em consonância com Carneiro (2008), pode-se inferir, ainda, que o processo de construção de identidade para estes grupos possibilitou a construção de uma consciência de si na relação com o outro.

O ambiente estava no centro dos discursos, tanto em torno da sua preservação, por parte dos contestadores ao empreendimento, quanto de sua “adequação” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007) à obra, respaldada pela neutralidade técnica que os estudos de impacto ambiental, supostamente, atestavam. Haveria, nos termos de Acselrad (2004), diferentes projetos de uso, apropriação e significação do território em disputa. Segundo o autor,

investigar o espaço simbólico onde desenvolvem-se os conflitos ambientais significa esclarecer as condições de instauração de princípios de referências evocados para legitimar acordos e regular conflitos que envolvam a noção de natureza e de meio ambiente (ACSELRAD, 2004, p. 20).

Os argumentos em torno do uso do território da Fazenda evidenciavam, contudo, um entendimento ou significação conflituosa do meio ambiente, pois, para os contestadores, não apenas um local de importância ecológica estava sendo apropriado e suprimido por interesses privados, como também elementos identitários, que vão desde a possibilidade de acesso à

Fazenda – o qual, segundo estes, o antigo proprietário permitia – até a paisagem e as edificações históricas em seu interior.

Residiria neste ponto a efetividade da relação entre os moradores e o território em disputa, opondo-se ao entendimento de relação meramente visual apresentada pelo Empreendedor. Este, por sua vez, entende o ambiente externalizado das relações sociais, e defende que o Empreendimento Urbanístico é passível de, através das medidas mitigatórias e compensatórias, harmonizar interesses econômicos, sociais e ecológicos, contribuir para o desenvolvimento e modernização da região.

A preservação ambiental do território da Fazenda desempenhou um papel importante: transformou-se em recurso argumentativo na defesa de um projeto de apropriação distinto do proposto pelo Empreendimento. Os significados simbólicos da relação da Fazenda com o bairro foram resgatados e manipulados em diferentes situações, expressando ainda a noção de rural associado a espaço de preservação ambiental e de natureza, evidenciando um conflito ambiental próprio das dinâmicas da ruralidade contemporânea.

## **Referências**

ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. Campinas: **Ambiente & Sociedade** – Vol. VIII nº. 1 jan./jun. 2005.

CARNEIRO, M. J. “Rural” como Categoria de Pensamento. **Ruris**: volume 2, nº 1. 2008.

**DOSSIÊ JURÍDICO-AMBIENTAL**. 2016, p: 01-27.

EIA – **Estudo de Impacto Ambiental**, vol. I, 2013.

EIA – **Estudo de Impacto Ambiental**, vol. II, 2013.

PLCE 007/14 – **Projeto de Lei Complementar que institui a Zona Rural no Município de Porto Alegre e cria o Sistema de Gestão da Política de Desenvolvimento Rural**. Paço dos Açorianos, 5 de novembro de 2014.

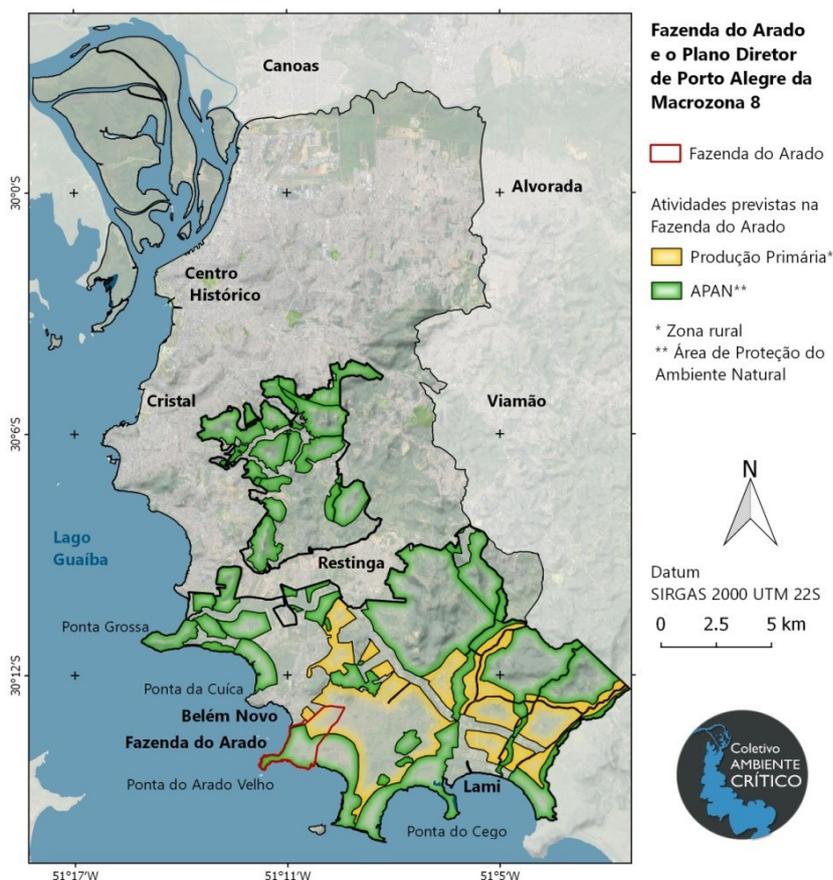
PLCE 005/15 - **Projeto de Lei Complementar que “Altera os limites da Macrozona (MZ) 08 (...)**. Paço dos Açorianos, 19 de março de 2015.

ZHOURI, A, OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. Campinas: **Ambiente & Sociedade**, v. X, n. 2, jul.- dez. 2007, p. 119-135.

WINCKLER, J. **A Fazenda do Arado: Conflito Ambiental e Ruralidade Contemporânea na Zona Sul de Porto Alegre.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Porto Alegre, 2017.

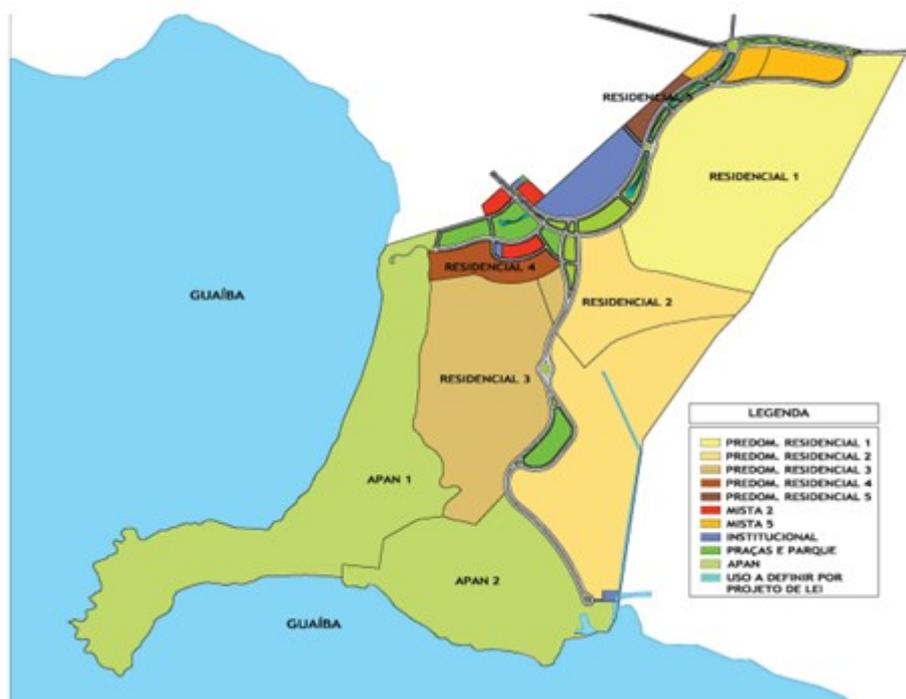
## Anexos

Figura 1: Localização da Fazenda e seu zoneamento conforme o Plano Diretor (2015)



Fonte: Coletivo Ambiente Crítico.

Figura 2: Empreendimento Urbanístico Arado Velho



Fonte: RIMA (2013, p. 9)

Figura 3: Balneário de Belém Novo. Ao fundo a Fazenda



Fonte: Acervo pessoal, novembro de 2017.

Figura 4: Balneário de Belém Novo. Ao fundo a Fazenda.



Fonte: Acervo Pessoal. WINCKLER (p. 81, 2017).

# Conflitos ambientais e mercados ilegais: um estudo de caso sobre a mineração ilegal em Bolívar, Venezuela (2000-2018)

Letícia Fernanda de Souza Rodrigues<sup>1</sup>

## Resumo

Este projeto visa investigar os mercados ilegais do ouro e o surgimento de conflitos ambientais em Bolívar (Venezuela). Desde 2018 diferentes atores sociais vêm relatando danos provenientes da mineração “ilegal” em áreas já ocupadas por povos tradicionais. Na fronteira do neo-extratativismo existem rotas comerciais, relações de interesses e de poder que atravessam ora a legalidade, ora a ilegalidade em relação a exploração mineral. Para desenvolvimento da pesquisa fizemos uso de uma escuta minuciosa como principal técnica de pesquisa a ser acionada durante a pesquisa de campo, viabilizada por meio de entrevistas semi-estruturadas; além de análise documental com relatórios que relatam os aspectos da política interna e econômica relacionados à situação da mineração ao sul da Guayana venezuelana, especialmente no contexto do departamento de Bolívar, região fronteira com o Brasil.

**Palavras-chaves:** Conflitos socioambientais; Mineração ilegal; Mercados ilegais.

## Introdução

A extração aurífera no estado Bolívar é feita de modo ilícito<sup>2</sup> sendo, por vezes, severamente combatida pelo Estado Bolivariano (BURGARDT, 2013; HUERTAS,2002). Neste aspecto, não se deve menosprezar que o delito causado na região, além de ser um simples descumprimento de normas jurídicas venezuelanas, gera um dano irreversível para o meio ambiente e os povos que habitam aquele território como os povos Pemóns, Macuxi, Yanomami e outros. A extração aurífera, ainda é feita com a utilização de metais pesados, com destaque para o mercúrio que, em contato com a água, facilita a separação dos materiais nobres.

A visita a campo, em meados de 2016, me propiciou analisar de perto a problemática dos mercados ilegais sobre a vida das populações que vivem nos povoados de Claritas e 88. Nessas localidades, pude compreender a quão arriscada é a sobrevivência na informalidade do sistema Capitalista. A falta de oportunidade na capital Caracas (Venezuela) fez com que grandes parcelas de pessoas fossem em caravanas para estas regiões “tentarem a vida”. Homens como Carlos Dominguez<sup>3</sup> admitiu em entrevista que o ouro trouxe mais luz e brilho aos seus

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos estratégicos Internacionais pela UFRGS e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFRGS. Email: [leticiafernanda.souza@live.com](mailto:leticiafernanda.souza@live.com)

<sup>2</sup> Conforme a resolução 3091 :normas técnicas para elcontrol de La afectación del ambiente asociado al aprovechamiento del oro y diamante enel estado Bolivar”, onde proibem o uso de dragas, motores e bolsas. Além disso, a resolução afirma que a mineria artesanal é a única permitida sob a regulamentação das leis governamentais bolivariana.

<sup>3</sup> Nome fictício de um mineiro. A entrevista foi realizada em 13/07/2017.

dias, pois em Claritas ganha oito vezes mais do que ganhava em um emprego formal na capital. Além disso, o dinheiro propiciou o pagamento do estudo dos seus filhos e dar uma vida digna a sua mãe (Entrevista realizada em 13/07/2017).

*La minería ilegal* ou mineração ilegal, em português, traz consigo o conflito social e o choque sobre o meio ambiente, principalmente em termos de acesso e controle sobre os recursos ambientais (BENTES; PELUSO, 2003). Esses são chamados de “conflitos de recursos” e são definidos por Viegas (2009, p. 863) como: conflito social (violento ou não violento) associado com duas lutas para ganhar acesso aos recursos naturais e lutas resultantes da utilização dos recursos naturais.

Essa perspectiva é denominada como a “maldição de recursos”, segundo a qual a exploração de recursos abundantes, como o ouro, resulta em contextos de choques sociais como: o surgimento de grupos armados e devastação de parques naturais. A lógica extrativista ainda carrega consigo o mito do *El dorado* embasado na lógica dos mercados funcionais (FLIGSTEIN, 2001).

O extrativismo é compreendido como uma forma de produção que se tornou um pilar dinâmico central do padrão de reprodução do capital vigente na América Latina, especialmente a partir dos anos 2000 (BARRETO, 2016, p.130). Este dinamismo econômico está atrelado à configuração atual do capitalismo global, o neoliberalismo. Sendo assim, o extrativismo pode ser entendido como uso sustentável e racional da extração de recursos renováveis destinados ao comércio e a indústria. Por outro lado, o extrativismo mineral é responsável em grande parte pela exaustão de recursos naturais em países subdesenvolvidos (Perú, Brasil, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia). Um aspecto negativo que tem que se levar em conta no extrativismo mineral é a distribuição geográfica das jazidas e sua utilização: a distribuição tende a ser muito irregular e nem sempre o país possuidor do minério é o principal beneficiado (RUEDA, 1995, p.12).

Com relação ao neoextrativismo dos últimos quinze anos pode-se perceber que tem muito em comum com o modelo de desenvolvimento extrativista que se embasa na apropriação de recursos naturais em redes poucos produtivas na nova divisão Internacional do Trabalho (BORGES, 2016). Essas leis das vantagens<sup>4</sup> comparativas têm impacto nas balanças comerciais de países latinos. Neste aspecto, vale ressaltar que a mineração continua sendo a atividade

---

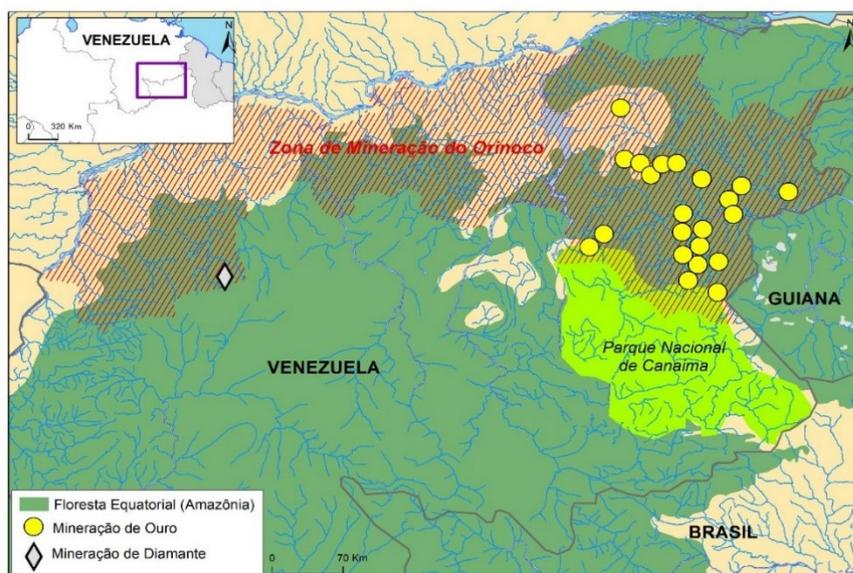
<sup>4</sup>Vantagens comparativas de David Ricardo descreve a realidade econômica baseada em ganhos do comércio individual ou Internacional em que os agentes têm uma vantagem comparativa sobre outros na produção de um bem particular, se puderem produzi-lo a um custo de oportunidade relativo mais baixo ou preço de autarquia, ou seja, a um custo marginal relativo mais baixo antes do comércio. Não se deve comparar os custos monetários de produção ou mesmo os custos de recursos (mão-de-obra necessária por unidade de produção) de produção.

econômica mais comum na América Latina, especialmente em países como: Brasil, Colômbia, Venezuela, Peru, Uruguai, Argentina e Chile. Nesse aspecto, evidentemente, a mineração tem causado impacto ambiental considerável, alterando intensamente as áreas mineradas e as áreas vizinhas, onde estas se encontram, transformando terras aráveis em desertos de rejeitos.

Com relação ao exposto, deve-se entender o neoextrativismo em Bolívar através de dois princípios macroeconômicos: o primeiro é o próprio mercado internacional do ouro que dita regras e padrões na nova divisão internacional do trabalho e, segundo a própria lógica da ilegalidade. Na concepção de Michael Misse (2007, p.61): “há mercados informais tratados como ‘legais’ e mercados informais para os quais se reserva o peso preferencial da criminalização, os ‘ilegais’”. Isso varia de acordo com a rede social analisada.

O mapa abaixo demonstra a expansão da mineração ilegal aurífera no sul venezuelano bem como os conflitos de terras indígenas nessas longínquas regiões.

Figura 1 - Mineração aurífera ilegal na Venezuela



Fonte: dados da autora; elaboração: Títo Livio.

Sendo assim, observa-se, via histograma a seguir, que paulatinamente o preço do commodities vem sofrendo uma grande valorização no mercado internacional do ouro (Bolsa de mercadorias de Nova York). Nos anos de 2005, 2006 e 2007, observa-se uma positividade do mercado em relação a *commodities*. Entretanto, apesar da crise de 2008, o mercado internacional de ouro não sofreu drásticas quedas como as apresentadas em 2013. Esses resultados negativos e as quedas bruscas dos preços foram graças à crise chinesa<sup>5</sup>. A queda na

<sup>5</sup> Considerado maior importador de metais do mundo.

demanda desse produto, talvez tenha sido um dos maiores fatores de desestabilização no mercado.

Isso só foi possível graças à demanda crescente, o mundo vivenciou a supervalorização das commodities minerais e agrícolas no mercado financeiro internacional, isso fez com que consideráveis regiões do globo fossem sendo reestruturadas socialmente, espacialmente e ambientalmente pela busca incessante por matérias-primas valorizadas e para atender a elevação do consumo, de duração desconhecida, dos países emergentes, principalmente. A extração mineral, como um todo, cresce de maneira significativa no mundo, para atender o alto consumo dos países desenvolvidos e a expansão das economias emergentes (BENTES, 2012).

Essa “doença holandesa”<sup>6</sup>, conforme Ricardo Carneiro, traz consigo diversos pontos negativos para os agentes econômicos que estão à margem do sistema internacional (terceiro mundo). Os aumentos sucessíveis do preço internacional do ouro, como se pode observar, conforme dados da IBRAM, acima, são impulsionados por países consumidores como China, Índia, Rússia, Arábia Saudita, e Suíça. E, isso faz com que países ditos do terceiro mundo (Peru e Venezuela) se adaptem a essas reconfigurações de mercados ilícitos, conforme Michael Misse.

Entretanto, o avanço da mineração industrial, ou empresarial, de ouro, observado no início da década de 1980 e 1990, passou por um momento de retração até o fim da primeira década do século XXI, quando houve uma súbita retomada de novos projetos minerais de médio e grande porte, em novas áreas ou mesmo em localidades com tradição mineral nessa região fronteira (BORGES, 20016). Como já foi dito, a primeira década do século XXI foi alimentada pela acumulação de capital decorrente da extração de recursos naturais, a qual muitas vezes se aproxima, mas nem sempre coincide, com as redes ilegais de contrabando, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, tráfico de pessoas e armas (RODRIGUES,2019).

Nesta mesma lógica do autor, BENTES (1990) afirma que a mineração pequena, em especial a ilegal e informal<sup>7</sup>, por demandar menos tecnologia e infraestrutura, além de não se restringir às regras formais estabelecidas pelos Estados, tenderia a reagir mais rapidamente às oscilações dos preços internacionais, como se observa em alguns países. Contudo, ao que aparenta, em distintas localidades o garimpo é regido também por outras lógicas, que não exclusivamente a do mercado financeiro, estando ligado aos processos regionais/locais, assim

---

<sup>6</sup> Sinônimo para dependência econômica das commodities na visão dos economistas da CEPAL

<sup>7</sup> Há uma distinção entre a mineração informal e ilegal, sendo que a primeira é expressa por irregularidades na documental e a segunda é realizada em regiões de proteção indígena e áreas de proteção ambientais como é o caso do Parque Nacional do Canaima.

como, ao sonho de ascensão social ou à necessidade de sobrevivência ligada às carências sociais básicas. Tudo indica que os efeitos do processo global de oscilação da cotação do metal em bolsas internacionais são efêmeros, limitando-se aos períodos de grande e duradoura valorização, quando a elevação da margem de retorno impulsiona novos investimentos e interesses sobre as áreas mineráveis.

## **Conclusão**

Nesse sentido, não se deve menosprezar que mineração ainda guarda consigo componentes incalculáveis, pautados em sonhos, desejos e esperanças de cada um dos indivíduos que se aventuram na busca do eldorado ou do bamburro – enriquecer rápido com a descoberta de grande quantidade de ouro (RODRIGUES, 2016). A vida dura nos grandes centros urbanos e a falta de perspectiva faz com que tantos homens como mulheres se arrisquem na região amazônica em busca de melhores condições de vidas.

Indubitavelmente, este fator nos leva a crer que o extrativismo ilegal na fronteira Brasil-Venezuela se alimenta de mão de obra indígena, pois pesquisas recentes afirmam que estes apresentam grandes concentrações de mercúrio no sangue (FIO CRUZ, 2016). Desse modo, Andrew Leonard Cousins, afirma que: “Los individuos con poco recurso, invierten mucho tiempo sin registrar ninguna producción mientras se dedican a explorar. Muchos indígenas, de hecho, son muy hábiles y dedican meses en la exploración” (COUSINS, 1991). E, possivelmente, várias minas na guayana Venezuelana, foram descobertas por indígenas, a mais conhecida é Chiricayen, que agora está sendo trabalhada por uma companhia Pemón composta de 33 comunidades indígenas (BRICEÑO, 1990).

Durante minhas incursões na região de Bolívar pude observar, principalmente pelos povoados de 88 e o Parque nacional do Canaima, mas como uma simples estudante de graduação, não pude mensurar “o fogo cruzado” em que eu estava metida na época. Naquela época a Venezuela estava mergulhando em uma crise de recessão econômica. As primeiras migrações estavam aparecendo na fronteira com o Brasil. Mesmo que a crise de abastecimento estivesse levando ao colapso a Capital venezuelana, nos assentamentos mineiros era visível que a crise passava longe. Os preços dos alimentos e dos bens de consumo, variavam entre cinco e quinze gramas de ouro. Entretanto, observava-se um “páramo inerte de destruição e medo por onde se passava”. A busca pela sobrevivência desses grupos sociais sob o viés da ilegalidade se choca com grupos tradicionais indígenas da região. Mas, essa pauta pode ser desenvolvida em pesquisas futuras.

## Referências

- AYALA RUEDA, Andrea Johana, and Nathalia Pesca Ballesteros. "Implicaciones sociales, económicas, ambientales y culturales de la gran minería sobre poblaciones indígenas de Colombia." PhD diss., Universidad Industrial de Santander, Escuela De Trabajo Social, 2017.
- BENTES, Rosineide. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 225-240, 2005.
- BORGES, Heloísa da Silva; SILVA, Helena Borges da. Elementos essenciais do projeto e do relatório científico na pesquisa em educação. **Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, Manaus, v. 4, n. 7, p.34-47. Disponível em: [http://www.revistas.uea.edu.br/download/revistas/arete/vol.4/arete\\_v4\\_n07-2011-p.34-47.pdf](http://www.revistas.uea.edu.br/download/revistas/arete/vol.4/arete_v4_n07-2011-p.34-47.pdf) ago-dez, 2016
- BRICEÑO, Henry O.; SCHUBERT, Carlos. Geomorphology of the Gran Sabana, Guayana Shield, southeastern Venezuela. **Geomorphology**, v. 3, n. 2, p. 125-141, 1990.
- BURGARDT, Victor Hugo Veppo. **Bravas gentes: cotidiano, identidade e representações**. Terra indígena Raposa/Terra do sol e Parque Nacional Canaima. Ambiências de Boa Vista (Brasil) e Cidade Bolívar (Venezuela) (1970-2005), 2010, Tese.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. **Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina**. 2012.
- CASTILLO, Rodolfo; SALAS, Viviana. **Estado de Conservación del Parque Nacional Canaima** (Sector Oriental).
- DE MIGUEL, Carlos J.; TAVARES, Marcia. El desafío de la sostenibilidad ambiental en América Latina y el Caribe. **Textos seleccionados**, 2012-2014, 2015.
- El TIEMPO, Guerra del oro en Venezuela, 2018. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/mundo/venezuela/guerra-del-oro-del-eln-en-venezuela-mata-a-16-mineros-> .Acesso em 13 mar. 2017.
- FLIGSTEIN, Neil. "Social skill and the theory of fields." *Sociological theory* 19, no. 2 (2001): 105-125.
- HECK, Carmen; TRANCA, J. La realidad de la minería ilegal en países amazónicos. **Sociedad Peruana de Derecho Ambiental**, 2014.
- HUERTAS CASTILLO, Beatriz. **Los pueblos indígenas en aislamiento su lucha por la sobrevivencia y la libertad**, 2002.
- MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos avançados**, 21, no. 61 (2007): 139-157.
- RODRIGUES, Leticia Fernanda de Souza. **Mineração ilegal Bolivar (Venezuela) e Madre de Diós (Peru): novo paradigma de segurança ambiental na América do Sul**. (2019).

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. **Desenvolvimento e meio ambiente**. 19 (2009).

# Grupo de Trabalho 4

## **Minorias Sociais: estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência**

### **Súmula do GT**

O presente GT busca dar destaque aos trabalhos que analisem os processos históricos e contemporâneos de estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência que atingem minorias sociais, resultando em diversas formas de desigualdade, desvantagem e exclusão social. Da mesma forma, preocupa-se com a análise das políticas públicas implantadas para reduzir os efeitos negativos destes processos. Ao falar de minorias sociais, então, referimo-nos a pessoas negras, indígenas, imigrantes, mulheres, LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), idosos, moradores de vilas ou favelas, pessoas com deficiências e pessoas em situação de rua.

Sessão 1 – Mulheres, trabalho e interseccionalidade

Sessão 2 – Vivências, diferenças e resistências

Sessão 3 – Territórios tradicionais, desenvolvimento e identidade

Sessão 4 – Educação, Estado e racismo

**Discente(s) Coordenadoras:** Débora Fogliatto, Dayanne dos Santos e Cláudio Renato Souza

**Discentes convidadas/os:** Suelen Gonçalves (doutoranda PPGS-UFRGS), João Pedro da Silva Araújo (mestrando PPGS-UFRGS)

**Professores/as convidados/as:** Karl Monsma (PPGS-UFRGS), Andrea Fachel Leal (PPGS-UFRGS), Rafaela Vasconcelos (Psicologia-UFRGS), Cíndia Brustolin (UFMA), Dilmar Luiz Lopes (FACED-UFRGS), Pâmela Marconatto Marques (Dpto. Sociologia-UFRGS) e Fernanda Oliveira da Silva (História-UFRGS)

# As Engrenagens de uma Violência Ordinária: dos Processos de Racialização do Corpo Negro no Brasil e a Produção Inumana da Alteridade

Alexandre Manzoni<sup>1</sup>

## Resumo

Trata-se de um trabalho desenvolvido a partir da experiência proporcionada pelo IV Seminário de Sociologia Clássica, que resultou numa apresentação sobre a obra *Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo* (1945) de Virgínia Leone Bicudo, e a produção de um artigo para a disciplina “Racismo e Desigualdades Raciais no Brasil”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em sociologia da UFRGS. Seu conteúdo engloba uma análise teórica de fenômenos cotidianos na opressão sistemática da população negra brasileira. A proposta baseia-se na explicitação do *modus operandi* de aparelhos sociais que convergem na direção de uma violação ordinária de um segmento populacional: os processos de racialização do corpo negro. De forma incisiva, o empenho formula evidências que reinterpretam a sociedade brasileira a partir da inumanização da geografia corporal negra. Apontando os modos pelos quais essências mitológicas substituíram a historicidade de sua experiência e resultaram em patológicas relações sociais encabeçadas pela *outrificação* de um conjunto populacional por meio dos traços fenotípicos que carregam. Deste modo, o trabalho expõe a crueldade das estigmatizações, das inferiorizações, das violências aplicadas, enquanto pilares de uma sociedade edificada pela maculação da integridade psicológica, corporal, material e simbólica do povo negro.

**Palavras-chave:** Racialização; Racismo; Violência.

## Introdução

Em entrevista concedida à Revista Fórum<sup>2</sup>, Kabengele Munanga<sup>3</sup> sintetizou a opressão sistemática infligida à população negra brasileira por meio da seguinte máxima: “nosso racismo é um crime perfeito”. Na ocasião, o antropólogo traduziu o significado da egrégia frase pelo fato de o crime absolver o criminoso em seu processo, concomitantemente culpabilizando as vítimas do racismo pelo escárnio sofrido. Dentre os tópicos que matizaram sua argumentação, um elemento recebe lugar de destaque, ao expor o motivo pelo qual violências sistemáticas perseguem um segmento populacional: a geografia do corpo negro.

A geografia do corpo, belíssima metáfora pela qual Munanga nos permite projetar imagetivamente distintos relevos e texturas, é acometida pela patológica *outrificação* levada a

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em sociologia (PPGS) da UFRGS, vinculado a linha de pesquisa Sociedade e Conhecimento. E-mail: xandy.manzoni@gmail.com

cabo no caso brasileiro, que deságua em convenções enraizadas no imaginário social de que determinadas paisagens corporais podem e, no limite de um olhar que desumaniza a alteridade, devem ser inferiorizadas e violentadas.

A partir de sua obra seminal *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra* (1999), Munanga nos permite ingressar no ringue de ideias do pensamento social brasileiro apresentando os processos sócio-históricos de construção de uma identidade nacional que teve como contrapartida fundante a racialização dos negros no Brasil.

A destruição dos valores culturais de afrodescendentes caminha historicamente de mãos dadas com os processos de estereotipação de suas linguagens, vestuários, religiões, e, principalmente, de seus traços fenotípicos. Este assalto cultural proporciona um terreno fértil para tenebrosas justificações afetivas e pretensamente intelectuais da inferiorização cotidiana de pessoas negras no Brasil. Impondo uma dimensão estrutural do racismo – estrutural na medida em que perpetua padrões relacionais – ao costurar no tecido social a precarização material e simbólica dos negros, impedindo-os de alterar substancialmente suas condições de vida. O que atua como uma profecia autorrealizável, reforçando, no senso comum, a ideia-força de que os negros ocupam na pirâmide social um lugar destinado por natureza.

Corporificando o horizonte analítico dos processos de racialização no Brasil, a obra *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* (1945), de Virgínia Leone Bicudo, se torna indispensável para o escrutínio do cenário brasileiro. Bicudo aplicou uma rasteira no mito da democracia racial, expresso pela figura de Gilberto Freyre (2006) e seus herdeiros gilbertianos, ao abordar de forma paradigmática a *questão racial*, que no Brasil se constituiu como a história de um processo de hierarquização social a partir da objetificação do corpo negro. A racialização originada por uma série de estereótipos, estigmas e máculas acerca dos traços de afrodescendentes resultou na criminalização eugênica dos fenótipos negróides.

Por um lado, marchava a passadas largas o mito da democracia racial, tendo em seus articuladores toda sorte de fantasmagóricos autores e cruzados eugenistas, que empobreceram os fatos ao tratar a miscigenação brasileira como pacífica. Por outro lado, despontava no Brasil uma jovem mulher negra, que promovia em sua dissertação de mestrado a implosão do mito ao escrever em 1945 o primeiro trabalho de pós-graduação no Brasil a versar sobre relações raciais.

No empobrecimento dos fatos o pensamento mitológico substitui a história por essência. Ao tratar a miscigenação brasileira como exemplo de que no Brasil haveria uma inclusão *de facto* de pessoas negras, o mito produziu um efeito de realidade: transformou toda

sorte de biografias e atitudes como reflexo da “interioridade” dos sujeitos, de suas dimensões “singulares”, referente a um “eu” muito pessoal. Não é preciso muito dispêndio de tempo para amarrar essa visão a sua irmã siamesa, aquela do liberalismo tupiniquim, que toma em sua cretinice o mundo social por um agregado de “vontades individuais”, ou seja, um esforço ideológico indispensável para o projeto de país pensado pelas elites nacionais.

Virgínia representou uma barreira no avanço dos racismos epistêmicos, ao romper com as teorias hegemônicas do campo científico, tanto pela crítica ao apagamento das diferentes desigualdades diluídas apenas como de classe, quanto pela leitura do que chamou de *atitudes raciais*. Bicudo explicitou que atitudes são sempre tomadas em relação a algo, e que pessoas submetidas a condições semelhantes de vida possuem atitudes semelhantes (BICUDO, 2010). Neste caso, que atitudes semelhantes estavam em jogo? Atitudes raciais de pretos e mulatos. E em relação ao que pessoas pretas e mulatas tomam suas atitudes? Em relação ao preconceito de cor que pessoas pretas e mulatas<sup>4</sup> agem e reagem (BICUDO, 2010).

Nada mais plausível do que interrogarmos as relações raciais do seguinte modo: se no avanço do processo de racialização a herança da população negra brasileira se concretizou pelo ônus de um *capital simbólico negativo* e desvantagens materiais, que segmento populacional herdou o bônus nesse processo? A resposta para esta pergunta, de acordo com Maria Aparecida Bento (2002), é simples: o bônus material e simbólico foi herdado pela população branca brasileira. Herdeiros, em que pese os mecanismos de coesão da população branca, silenciosos.

O silêncio branco não permite brotar em solo social o desejo de compreender a brancura do branco. O que nasce neste solo é sempre a vontade de estudar, entender e classificar a negrura do negro. Objetivando a negritude enquanto um “problema negro”, ao mesmo tempo em que “na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não-brancos e, portanto, encarados como não tão humanos” (BENTO, 2002, p.1).

Esse silêncio, ou “pacto narcísico da branquitude” (BENTO, 2002) produz, além da manutenção de privilégios, a experiência negra de lançar sobre si um olhar objetivo diante de sua desumanização pela institucionalização do mundo branco e da branquitude como padrões de humanidade. E o que comunica o olhar branco para pessoas negras em uma sociedade racializada? Ele comunica, basicamente, o seguinte: “você é negro e quer ser aceito neste espaço? Então embranqueça sua aparência. Esconda seus cabelos, seus lábios, sua negritude. Use roupas que remetam a uma classe social mais elevada”.

Sem contornos e malabarismos retóricos: numa sociedade em que o corpo negro é racializado, o olhar branco é uma chantagem. Elevando-se as exigências para aceitação no

mundo institucionalmente branco o olhar comunica: “é preciso ser uma personalidade branca, um espírito branco, uma alma branca. Ser um negro de alma branca”. Mas o que é, afinal, ser um negro de alma branca? É ser condescendente, complacente. É evitar o conflito.

Não é menos verificável a formação da identidade negra a partir de si, de seu agir, da sua atitude, de seu próprio olhar. A atitude gera um marcador social, e não são raras as ocasiões em que a resistência negra exclama: “não nos veremos pelo olhar branco! Vamos enaltecer nossas características. Exaltar nossos cabelos, lábios, nariz e cor de pele. Mostrar que a cor de pele negra é potente. Que a cor da pele negra e os demais traços negróides são belos.”

Sendo assim, a pergunta que pode ser feita no Brasil é: quanta negrura você carrega em seu corpo? E a partir da resposta de quanta negrura você carrega em seu corpo, estará exposto sistematicamente à violência. Uma objetificação que marginaliza o corpo do sujeito negro. Torna-se o corpo negro um corpo matável. Matável não apenas alvejado com 80 tiros pelas costas<sup>5</sup>, mas matável pela ausência de condições básicas de reprodução da vida, condições saqueadas pelo esquadramento das cidades, pela gentrificação.

Os estigmas que transitam pelo senso comum são reforçados quando os meios de comunicação promovem a espetacularização do flagelamento com verborrágicas manifestações de racismo, como as que dizem: “pardos e mulatos são todos mau-caráter”<sup>6</sup>.

E nada mais ilustrativo à “caça do outro” que o Golpe de Estado que pairou sobre o Brasil no ano de 2016. Golpe cujo as “interpretações legítimas” de acadêmicos e outros bem-pensantes apontaram para uma ruptura do “pacto democrático” ou, em chamadas mais apocalípticas, “o fim da era dos pactos”. Muito se falou sobre o “antipetismo” na ocasião, mas afinal, o que é o “antipetismo” mesmo?

Os ovos da serpente chocados naquele ano tiveram como cúmplice uma classe social: a classe média brasileira, em geral branca. A branquitude de classe média foi às ruas, e suas exigências moralistas e ressentidas não se importavam com o custo social e humano necessários para colocá-las em prática. A classe média criminalizou o Partido dos Trabalhadores (PT), partido governista à época, enquanto desferia: “os aeroportos que frequentávamos agora estão cheios dessas pessoas, essas pessoas não podem ocupar estes espaços”. Mas afinal, quem eram essas pessoas? E para responder quem eram essas pessoas, alvo de tanta ojeriza, precisamos atentar para as tímidas políticas inclusivas que estavam caminhando lentamente na última década, encabeçadas pelo partido “criminoso” que, embora não tivesse subtraído da classe média o *status quo* de que sempre gozou, gerou uma reação nervosa em seu íntimo.

No ano de implementação da política de cotas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foram pichadas, em letras garrafais, nos muros da instituição, frases como “negros só se for na cozinha do restaurante universitário”<sup>7</sup>. Obviamente, estas políticas públicas mexeram no ponto nevrálgico de reprodução das classes médias brancas brasileiras, o principal elemento de distinção social, materializado na forma de diploma, que permitia as classes médias ocuparem os mais altos cargos do país.

Afinal, a história que se conta não é sobre a república dos bacharéis? Os bacharéis no imaginário da branquitude, não seriam, de outro modo, senão sujeitos brancos, portadores de uma série de atribuições biológicas e morais capazes de torná-los “cidadãos de bem”, “merecedores”? Então, podemos facilmente preencher de historicidade as bases do “antipetismo” para amarrar as pontas soltas de muitas narrativas e, mostrar o quanto essa sociedade racializada não sente o menor desconforto em praticar o genocídio negro para manter o *status quo* dominante.

O “problema negro” não é a negritude dos corpos, criminalizada pelas elites, pela atrofia psíquica e libidinal das classes médias protofascistas e pelos aparelhos repressivos do Estado brasileiro, o problema negro é a brutal estrutura racista, não restando alternativa que não seja a des-racialização dessa sociedade. Enfrentemos o absurdo, e façamos morrer as ideias de que corpos podem ser matáveis pelos traços fenotípicos que carregam.

## Referências

BENTO, Maria Aparecida S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida S; CARONE, Iray (ORGs.) **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25 – 58.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. São Paulo: Editora sociologia e política, 2010.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

Frases racistas contra cotas são pichadas na UFRGS. **Assufrgs**, 24 de jun. de 2007. Disponível em: <http://www.assufrgs.org.br/2007/06/24/frases-racistas-contra-cotas-sao-pichadas-naufrgs/>. Acesso em: 04/01/2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

FRÔ, Maria. Kabengele Munanga: Nosso racismo é um crime perfeito. **Revista Fórum**, Santos, 20 de nov. de 2011. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/mariafro/bmariafrokabengele-munanga-nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>. Acesso em: 04/01/2020.

HERINGER, Carolina; QUEIROGA, Louise. **Militares do Exército dão 80 tiros em carro e matam músico na Zona Norte. O Globo**, São Paulo, 7 de abr. de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/militares-do-exercito-dao-80-tiros-em-carro-matam-musico-nazona-norte-23580901>. Acesso em: 04/01/2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**, 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PAIXÃO, Marcelo. Antropofagia e racismo: uma crítica ao modelo brasileiro de relações raciais. In: RAMOS, Silvia e MUSUMECI, Leonarda (orgs.). **Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 283-322.

PEREZ, Nathalia. **Secretário diz que ‘pardos e mulatos brasileiros são todos mau-caráter’ e causa revolta. G1**, São Paulo, 18 de abr. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/04/18/secretario-diz-que-mulatos-saomau-carater-e-causa-revolta-na-web-ouca.ghtml>. Acesso em: 20/08/2019.

# “Será que realmente existe isso?” Mulheres Bissexuais e Pansexuais e a Luta por Visibilidade

Danieli Klidzio<sup>1</sup>  
Monalisa Dias de Siqueira<sup>2</sup>

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar aspectos da construção da identidade de mulheres bissexuais e pansexuais, familiarizadas com o meio universitário, residentes na cidade de Santa Maria – RS. A metodologia consiste na interlocução a partir de entrevistas individuais semiestruturadas e também da realização de um grupo focal. Referir-se exclusivamente às identidades femininas é uma decisão metodológica considerando a especificidade de vivenciar uma identidade de acordo com a identidade de gênero. A concepção histórica da sexualidade dá-se sobre o binarismo heterossexualidade e homossexualidade, fazendo com que outras orientações sexuais não sejam vistas como dignas, sejam negadas e invisibilizadas. Nesse cenário, as concepções sobre a bissexualidade e a pansexualidade são dotadas de uma complexidade maior que a heterossexualidade e a homossexualidade e, por isso, permeadas por estereótipos e polêmicas. Assim, destaca-se o papel central da educação no caminho de um debate que busca dar conta da diversidade de gênero e de sexualidade.

**Palavras-chave:** Bissexualidade. Pansexualidade. Gênero.

## Introdução

O contexto atual é de emergência e necessidade de afirmação de identidades sexuais e de gênero que se afastam da heteronormatividade ou da “heterocentricidade” (RICH, 2012), ou seja, do padrão organizado compulsoriamente sob os mecanismos da heterossexualidade. Nesse sentido, trago algumas reflexões acerca da bissexualidade e da pansexualidade femininas em meio a esse contexto.

“Será que realmente existe isso?”, frase presente no título desse trabalho, é um trecho da fala de uma das mulheres entrevistadas, ao refletir sobre os questionamentos dirigidos a ela desde que se assumiu como bissexual. Aqui, a frase é uma provocação para que a deixemos de lado ao falarmos de identidades sexuais que extrapolam o binarismo heterossexualidade e homossexualidade.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Rio Grande do Sul. E-mail: danieli.klidzio@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS). Bolsista PNPd/Capes e professora permanente no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGCS/UFSM). E-mail: monalisadias@gmail.com

## **Metodologia**

A metodologia consiste na interlocução a partir de entrevistas individuais semiestruturadas com nove mulheres e a realização de um grupo focal com cinco delas. As nove mulheres entrevistadas são cisgêneras. Uma delas é pansexual e oito são bissexuais. Três são mulheres negras e seis são brancas, todas são de classe social não abastada, são jovens (com idades que variam de 20 a 30 anos) e estudantes ou recém formadas no ensino superior em instituições da cidade de Santa Maria - RS, onde residem atualmente. A maioria nasceu e cresceu em diferentes cidades pequenas do interior do estado do Rio Grande do Sul.

A partir das entrevistas individuais, com duração de cerca de 40 minutos cada uma e com perguntas semiestruturadas, nos debruçamos sobre aspectos da construção da identidade. Questões como: desde quando se identificam como tal, como as identidades, o que costumam ouvir ao se colocarem como bi ou pansexuais, o que costumam perceber em suas relações amorosas, e se sentem-se representadas na mídia e nas discussões sobre sexualidade no cotidiano, inclusive em meio a comunidade LGBTQIAP+ (sigla que remete a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras identificações possíveis).

O grupo focal, por sua vez, foi realizado com uma mulher pansexual e quatro bissexuais, onde a discussão teve duração de 1 hora e trinta minutos. Aqui, o foco foram aspectos mais gerais das visões comumente tidas acerca dessas identidades, os chamados “estereótipos”, que tendem a produzir efeitos prejudiciais à afirmação da legitimidade de uma identidade.

As entrevistas e o grupo focal foram conduzidas pela primeira autora desse trabalho, uma mulher cisgênera, branca e bissexual<sup>3</sup>. Nesse sentido, o processo de pesquisa foi, ao mesmo tempo, desafiador, dolorido e enriquecedor. A pesquisa foi pensada e construída sem negar o envolvimento da pesquisadora com o campo em nome de uma suposta “neutralidade científica” e sim exercitando o olhar investigativo e sensível para o tema a fim de transformar o familiar em exótico. (VELHO, 1978).

## **Porque precisamos falar sobre Bissexualidade e Pansexualidade**

Entendemos a bissexualidade e a pansexualidade enquanto orientações sexuais e também como identidades sexuais na medida em que são reivindicadas pelos sujeitos. A bissexualidade tem em seu princípio de surgimento nomear a atração afetiva e sexual por homens e mulheres. Já a pansexualidade pela demanda de pessoas que não se sentiam representadas pela nomeação da atração binária que a bissexualidade expressava. Portanto,

surge como a identidade sexual que contempla a atração por todos os gêneros ou sem distinção de gênero. Ainda assim, atualmente, muitas pessoas bissexuais têm ressignificado a palavra “bissexualidade”, por conceber sua atração onde “bi” remete a pessoas do mesmo gênero que o seu e também por outros gêneros, ou por pessoas que não necessariamente se identificam com algum gênero.

Nos espaços de socialização e no conteúdo midiático que temos acesso, é presente a disseminação de uma suposta “normalidade” de orientação sexual, que além de heterossexual, é monossexual (característica de quem possui atração afetiva ou sexual por um único gênero). Isso faz com que a bissexualidade e a pansexualidade sejam vistas com estranhamento. É comum ouvirmos que, no que diz respeito a sexo, ‘mulher gosta de homem’ e ‘homem gosta de mulher’, o que foge disso é errado, é depravação, é pecado ou é doença.

Além da invisibilização e negatização produzidas pela heteronormatividade, a bissexualidade e a pansexualidade são afetadas pelos mecanismos de uma estrutura da monossexualidade que as concebe como “monodissidentes”. Segundo Yoshino (2000 apud Leão 2018, p. 28):

A noção de “monossexualidade” é uma categoria analítica que engloba todas as pessoas que se atraem por pessoas de apenas um gênero, as identidades contemporâneas que se encaixam nessa definição seriam heterossexuais e homossexuais. Aos monossexuais se oporiam os bissexuais, de acordo com Yoshino (2000), ou, na linguagem corrente do ativismo bissexual brasileiro, os “monodissidentes”.

Consequências dessa concepção são observadas nas falas das mulheres entrevistadas, nas quais pudemos perceber a dificuldade em se entenderem como bissexuais, e afirmarem não serem heterossexuais ou lésbicas quando os questionamentos vêm de todos os lados. Raíssa (28 anos) mencionou ter passado muitos anos dizendo-se heterossexual, mesmo se relacionando com mulheres. O que se deu por ela ter a certeza de que não era lésbica e por não conhecer suficientemente a possibilidade de existência enquanto mulher bissexual. Isso tudo em meio ao contexto universitário, ambiente de desconstrução de padrões, mas onde as únicas “caixinhas” da sexualidade muitas vezes apresentadas ainda são somente a da heterossexualidade e da homossexualidade.

Outro fator que influencia para a consolidação da invisibilidade da bissexualidade e da pansexualidade é que ambas não são identificáveis de maneira fácil, já que dificilmente partiremos do pressuposto de que uma pessoa pode o ser. Lauren (22 anos) diz que, apesar de ter namorado mulheres, por estar atualmente namorando um homem, a sua família e amigas(os)

costumam enxergá-la como heterossexual. Segundo ela, “as pessoas agem como se não existisse a bissexualidade”. Isso se dá por conta de definirmos a orientação sexual de uma pessoa de acordo com a(o) sua(seu) parceira(o) no momento ou a partir de sua aparência física. O que faz com que a bissexualidade e a pansexualidade não sejam levadas a sério e compreendidas como orientações sexuais legítimas, muitas vezes nem mesmo dentro da própria comunidade LGBTQIAP+.

Por pouco se falar sobre a imagem social dessas identidades, acaba por ser construída de maneira equivocada. Pansexuais são erroneamente associadas(os) à promiscuidade pela ideia de que se relacionam amorosa e sexualmente com objetos e animais, além de pessoas. E, assim como bissexuais, em geral são associadas(os) à infidelidade e à não-monogamia onde acredita-se que têm a necessidade constante de relacionar-se com todos os gêneros que sentem atração, ou que estão em fase de experimentação e confusão.

Outro ponto presente na vida de mulheres bissexuais e pansexuais apontado pelas interlocutoras é o fato de sentirem-se alheias à comunidade LGBTQIAP+. Muitas vezes, mulheres lésbicas acabam agenciando preconceitos ao partirem do pressuposto de que bissexuais e pansexuais, por relacionarem-se também com homens, são responsáveis pela disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, ou ainda, ao depositarem sobre elas maior desconfiança de “serem trocadas” por um homem. A bissexualidade e a pansexualidade são, portanto, orientações semelhantes entre si. Ocupam posições de invisibilidade, sofrendo apagamento semelhante por conta do binarismo da sexualidade na sociedade em geral, e também em meio ao movimento LGBTQIAP+ que em muitos casos, não dá conta da discussão. A fala de Tereza (20 anos) ilustra esse ponto:

por mais que a gente veja que tá se construindo uma militância pansexual e bissexual nesse sentido, que tem aparecido gente pra representar e pra construir um discurso legal, ao mesmo tempo em muitos momentos a comunidade LGBT é só “GGGG” e só contempla o gay que é cisgênero e branco. Porque é a figura que a gente vê mais na mídia e são as pessoas que tomam pra si o discurso e protagonismo o tempo inteiro.

Além disso, sobre mulheres bissexuais e pansexuais, há uma suposta maior aceitação dessas identidades por homens. Porém, sob a ótica da objetificação e hipersexualização dos corpos de mulheres, principalmente do corpo negro, sob um viés que fetichiza e hipersexualiza também as relações entre mulheres. É comum na sociedade e esteve presente nos relatos das nove mulheres, a percepção do machismo que opera sob esses mecanismos. Homens e casais

heterossexuais, com frequência, buscam mulheres bissexuais ou pansexuais para servirem como um simples adereço a seus relacionamentos.

### **Considerações Finais**

Esse trabalho, além de ter como intenção somar-se à desconstrução de estereótipos que aprisionam sujeitos, moldando visões que discriminam, afirma o importante papel da educação nesse processo. No Brasil, vivemos um período de represálias políticas sobre as questões de gênero e sexualidade. Desde a censura de conteúdo midiático que “ousa” desafiar a heteronormatividade, até o acirramento da pressão sobre o trabalho de docentes do ensino básico. Esse cenário ameaça a liberdade de cátedra de profissionais da educação. Além disso, faz do ambiente escolar um lugar de produção de saberes que violentam existências.

Por conta disso, faz-se necessário colocar em pauta discussões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade. Enquanto sexo, gênero e sexualidade como esferas de nossas vidas cotidianas estiverem permeadas por relações de poder, interferindo e definindo lugares e vivências de indivíduos na sociedade, produzindo determinadas visões sobre corpos e sujeitos, será preciso desconstruir estereótipos. É fundamental a discussão e a reivindicação por respeito e visibilidade de identidades bissexuais e pansexuais, assim como de todas as identidades do meio, para que sejam identidades vistas como válidas e completas. E, para que o movimento LGBTQIAP+ possa avançar na luta por direitos enquanto espaço de resistência coletiva.

### **Referências**

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Natal: **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia contemporânea**. Cap 9 Observando o familiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

# Família Lemos: Resistência Quilombola em Porto Alegre

Elisa Algayer Casagrande<sup>1</sup>

## Resumo

O aquilombamento é uma forma de vida, de compreensão de mundo e sociabilidade. É a relação com a terra e a recuperação da identidade étnica. Surge, historicamente, enquanto resposta às pressões do racismo estrutural. Além de tudo isso, e talvez ainda mais, é uma forma de resistência a essas medidas e enquanto forma de organização comunitária, e muitas vezes familiar. A Família Lemos vem nesse processo ao longo dos anos, desde que encontra-se em risco de perder a terra em que vive. Jorge Alberto Rocha de Lemos e Délzia Gonçalves de Lemos se estabeleceram no local, na Av. Padre Cacique, 1250, no início da década de 60, devido à proximidade com seu local de trabalho. Ali, que à época era “terra de ninguém”, construíram a primeira casa, constituíram família e persistiram, viram a cidade ser construída e estruturar-se, criaram os filhos e cresceram, enquanto comunidade. Foi com o falecimento de Jorge que iniciou a pressão pela saída da comunidade do local. Hoje, são 4 casas no local, nas quais já vive a quarta geração da família, ameaçada de remoção. Mas a história da família vem de longe, Délzia veio para Porto Alegre, saída do Quilombo de Maçambique, comunidade localizada em Canguçu. O presente trabalho acontece enquanto resultado da pesquisa realizada durante o programa de Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade FEEVALE, através da antropologia urbana, com métodos de pesquisa da etnografia audiovisual, junto ao quilombo. É através das narrativas da família que são demonstradas as ligações com a terra, mas, mais do que isso, uma tradição cultural e ancestral, de protagonismo e vida, que ultrapassa os caminhos da luta pelo direito de ser e estar deste quilombo, um dos 7 quilombos urbanos da capital gaúcha.

**Palavras-Chave:** Antropologia Urbana; Quilombo Urbano; Racismo Estrutural

## Introdução

A comunidade da Família Lemos é constituída por uma aglomeração de núcleos familiares negros, que residem e habitam o território, localizado na Avenida Padre Cacique, 1250. O terreno fica atrás de uma loja de carros (Panambra), que foi responsável por fechar a entrada que a comunidade utilizava, ao ocupar o espaço, que antes era de um posto de gasolina. Segundo o Relatório Antropológico elaborado pelo Ministério Público Federal, Procuradoria da República do Rio Grande do Sul, Núcleo das Comunidades Indígenas e Minorias Étnicas - NUCIME, nesse recorte familiar, foram contabilizadas aproximadamente 64 pessoas. Neste número estão incluídos crianças, adultos e idosos, sendo um adulto (Jorge, mais conhecido por Jorjinho) pessoa como deficiência. Mas, desde o início da ação de Reintegração de Posse que

---

<sup>1</sup> Mestra em Diversidade Cultural e Inclusão Social (FEEVALE). Graduada em Relações Públicas e Jornalismo (PUCRS), MBA em Com. Estratégica e Branding (FEEVALE e UMayor) e especialista em Jornalismo Digital (PUCRS). E-mail: [elisacasagrande@gmail.com](mailto:elisacasagrande@gmail.com).

tramitou na justiça comum, algumas pessoas tiveram medo e saíram de suas casas no território. A ação na 17ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre não considerou a “dimensão étnico-racial atrelada à ancestralidade negra e aos seus vínculos territoriais” (FERNANDES, 2018, p. 3). Essa foi a ação que culminou na tentativa de reintegração de posse citada no início deste capítulo. Mas o processo foi remetido pelo juiz à Justiça Federal em abril de 2019, devido ao interesse do INCRA no caso e com a mudança de competência para a Justiça Federal, a reintegração, por hora, está suspensa.

Figura 1 - Fotos da Vigília de Reintegração Exposta no Território



Fonte: Acervo da Família Lemos

Em época do assentamento de Jorge, Délzia e os filhos no terreno, este era visto como de domínio público e estava desocupado. Conforme os integrantes da família, era “terra de ninguém”. A diretoria do Asilo Padre Cacique em época, inclusive, acompanhou a construção da casa e a mudança da família e não apresentou nenhuma oposição ao fato. Anos depois, as freiras Franciscanas que cuidavam dali inclusive ofereceram a Jorge a cessão de água e luz, pois a família por um longo período se utilizou de lampião e utilizou a água do vizinho. O acesso à área é através de um portão que fica entre a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE) e a Panambra.

A história dos Lemos se entrelaça com a história de Canguçu e Porto Alegre. Com a história do Rio Grande do Sul. E, principalmente, com a história do povo negro no Brasil. É a história dessa família localizada em um bairro (hoje) nobre da capital gaúcha, mas poderia facilmente ser a história de tantos outros. Essa semelhança na ancestralidade, na origem, na forma de viver, na mudança do interior para a capital e, especialmente, na resistência às diversas formas de opressão, sem deixar escapar a memória dos que vieram antes, a identidade e a cultura, é a história de todo um povo. Povo que não perdeu o traço cultural de sua casa, por muito apagado e silenciado de tantas formas e em tantos níveis. Que lutou, resistiu e que o fez

não só através do embate, mas através da capoeira simbólica e literal, através da narrativa oral, da hora de rezar a estrela e da contação de histórias de um tempo passado. Depois do que é chamado de sequestro em África, com a vinda de um povo tido apenas como força de trabalho para o país, nunca pacífica como tanto se ouve falar, seguiu-se uma tentativa de desumanização, apagamento identitário e ancestral, que podemos ver, não foi bem sucedida. E seus efeitos seguem sendo sentidos e reproduzidos em muitos âmbitos.

Espacialmente, a chegada no território se dá através de um portão de metal, pintado com a imagem de duas mãos negras, com o nome do território nas cores verde e vermelho. Ao entrar, há um longo e estreito corredor, onde foi feita, em uma das paredes, uma pintura com a frase “contra o racismo e o genocídio”. Esse corredor tem pouca iluminação, o que dificulta a entrada quando cai a noite. O corredor é resultado de negociação entre a comunidade e a revenda de automóveis que ocupou o espaço, após a saída do posto de gasolina que se localizava ali. O acesso, que era no interior do posto, foi fechado com a mudança de locatário, sem aviso prévio ou nova solução para a família. Ao fim do mesmo, uma escadaria de metal e degraus de pedra precedem o chão batido, que ocupa a parte central do terreno, onde a comunidade realiza as rodas de conversa, capoeira, samba, entre outros. E, logo depois, as casas.

Vê-se logo uma grande casa azul, com uma varanda telhada. Um observador desatento pode chegar a achar que existe apenas uma casa no local, mas em pouco tempo é possível observar que a casa com entrada lateral e janelas viradas para esse pátio central tem, logo ao lado (ou atrás, se encararmos as portas como “frente”), uma pequena casa, essa sim com a porta voltada para o pátio. Ao lado esquerdo, um grande espaço verde, um bambuzal e bem ao fundo, duas caixas d’água, pertencentes ao Asilo, são vistas. Virando de costas para a casa, antes da rua, pode-se ver a revenda de carros que deu lugar ao que antes era um posto de gasolina e, na diagonal (no lado direito da revenda de quem está de costas para a casa e de frente para o Guaíba), o imponente prédio da instituição. Do outro lado da Panambra, na outra diagonal, avançando até o lado do Quilombo, está a FASE.

É possível ver tanto a rua, quanto o estádio Beira Rio, do território. Seguindo para a entrada da casa pela varanda, que tem uma porta na sala e uma na cozinha, ambas viradas para o lado esquerdo da mesma, vemos que ela dá saída e, atrás, um fosso de esgoto, que ainda precisa de reparos. Agora novamente de costas para a casa, ainda de costas para o pátio central (e para a revenda de carros e a rua, conseqüentemente), vemos um terreno grande e arborizado logo após uma área de grama. na diagonal direita, mais duas casas conjugadas, com entradas independentes. Ali moram Cristiane e Raquel, respectivamente, com suas famílias.

Na casa principal, hoje, estão as famílias de Elizângela e Sandro. E na casa ao lado, a família de Mara. Sônia e Valéria saíram do território pelo medo do despejo, mas Valéria demonstra grande vontade de retornar, agora que a situação está mais tranquila. O pertencimento ao território é referente ao laço familiar, não havendo disputas entre aqueles que resolveram sair dali, como Valéria e os filhos, pelos motivos que sejam. A resistência ao pertencimento quilombola aconteceu por parte de poucas pessoas e, em geral, foi compreendida como de direito da família. Além disso, há o pertencimento de pessoas que não possuem consanguinidade familiar, mas têm, por outro lado, os laços de aliança.

Além disso, desde a tentativa de reintegração, foram agregados amigos e parceiros, que por vezes aparecem no território e acabam por ficar alguns dias. Depois do fim da vigília de resistência, vários ficaram em suas barracas por um período longo, mais de um mês. A família se diverte contando esses relatos e como se sentiu acolhida por pessoas. Mas eles, ainda que se sintam parte da comunidade, não se tornaram moradores ou se relacionam ao território. Dentro desses laços de aliança, há pessoas “não negras”, acolhidas sem receio pela comunidade. Durante as conversas realizadas no local, foram feitas falas referentes a isso, a como o quilombo em si é parte de um princípio de união e resistência, que ainda que seja majoritariamente negro e tenha sua identidade e pertencimento ligadas a esse grupo étnico, não exclui, mas aceita em sua luta aqueles que desejem colaborar. Vi isso na prática em minha acolhida na família, bem como na presença de indígenas no processo de luta.

Mara: Foi traumatizante, foi terrível, a gente teve muito medo, mas ao mesmo tempo, teve um lado muito bom disso tudo. Eu digo, que eu não sou mais a mesma pessoa que eu era antes. Tu também disse isso. E tem as pessoas, que nossa... (Entrevista realizada em 6 de junho de 2019).

Mas a resistência não aconteceu sem conflitos, e foi preciso muito foco em uma causa maior, para não deixar rachaduras romperem a unidade da equipe de apoio. Como em todo movimento social e em toda relação social, há presença de conflito - novamente sigo aqui a ideia de Simmel (1964), que coloca que o conflito é inerente à relação social e só se torna embate ou confronto, quando há um desequilíbrio de forças dentro destes. Também a repercussão do caso junto à mídia foi relevante, por causa do trabalho conjunto de muitas pessoas e, também, devido à presença de pessoas influentes, como a prima de Sandro, Valéria, Sônia e Mara, Katiúscia Ribeiro. Filósofa e pesquisadora, ela mora no Rio de Janeiro e é amplamente reconhecida pela área acadêmica, uma vez que está terminando o doutorado. Numa ida à cidade para debater com quilombos cariocas, Sandro conta que o território é

reconhecido por pessoas e que elas ficam felizes em dizer que participaram com doações e divulgação. Também foram feitas manifestações de apoio à comunidade em Portugal, por exemplo, a partir de contatos dentro do grupo. Houve, além disso, divulgação nas redes sociais, utilizando de ferramentas como Facebook, Instagram e Whatsapp, para compartilhamento da situação. O grupo de apoio criado pelo Whatsapp foi essencial para difundir as informações relevantes e chamar apoiadores em momentos de crise.

Nas muitas reuniões em que falamos de territorialidade, Onir de Araújo, advogado e militante da causa quilombola, que esteve presente em diversos outros movimentos, inclusive no processo da Família Silva, coloca diversas vezes que o corpo é, em última instância, também um território. Isso é relevante ao passo em que se tenta tirar a terra, mas também se corta recursos de saúde e se age com grande violência bruta em embates com o povo negro. O corpo é, assim, o último território ao que se tem pertencimento. E ele, como outros, deve ser preservado enquanto tal.

Onir: Porque a maioria de nós, diferente das comunidades quilombolas que tão aqui, que ainda têm o território, pra maioria de nós, o único território que sobrou foi o nosso corpo.

(ONIR ARAÚJO, advogado da Frente Quilombola, em fala durante o II Seminário da Frente Quilombola, 31 de março de 2019)

Digo isso aqui uma vez que a comunidade precisou usar não só do corpo de seus habitantes, mas de seus apoiadores, para barrar uma ação de reintegração de posse e resistir, em vigília, sobre o território. O aquilombamento é, em última instância, uma união destes territórios.

## Referências

ANJOS, José Carlos dos & LEITÃO, Leonardo. **Etnodesenvolvimento e Mediações Político-Culturais no Mundo Rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_ ; RAMOS, Ieda; MATTOS, Jane de; MARQUES, Olavo. **As condições de raridade das comunidades quilombolas urbanas**. 2008. in: GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Ritta dos, org. *Diversidade e proteção social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças; adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos*. Porto Alegre: Century, 2008.

\_\_\_\_\_ ; SILVA, Sérgio Baptista. **São Miguel e Rincão dos Martimianos. Ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, Fundação Cultural Palmares, 2004.

BOAVENTURA, Leite. **Negros no Sul do Brasil**. Ilha de Santa Catarina, Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

BOREL, Mestre (Walter Calixto Ferreira). **Mestre Borel: a ancestralidade negra em Porto Alegre**. Direção Anelise Gutterres. Porto Alegre: Ocuspocus Imagens, 2010. 54 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ftjdoUEC4b0>. Acesso: 12/10/2016.

CENTRO DE PESQUISA HISTÓRICA. **História dos Bairros de Porto Alegre**. Coord. de Memória Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, Porto Alegre. Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/historia\\_dos\\_bairros\\_de\\_porto\\_alegre.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf).

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Cidade Narrada, tempo vivido: estudos de etnografias da duração**. Campinas: Revista Ruas, n.16, v. 1, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Antropólogo na Figura do Narrador**. In: A cidade e o tempo. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

FERNANDES, Bruno Guilhermano. NOTÍCIA DE FATO n.º 1.29.000.003041/2018-11. **Relatório Antropológico – Família Lemos**. Ministério Público Federal, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. 2 ed. Brasília/Rio: Fundação Cultural Palmares; O.R. Editora, 2002. Disponível em: [http://www.abdias.com.br/movimneto\\_negro/quilombismo.htm](http://www.abdias.com.br/movimneto_negro/quilombismo.htm). Acesso em: 23 mar 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, Alex (Orgs.). **Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

NUNES, Margarete Fagundes; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Etnografando Narrativas Étnicas No Espaço Da Cidade: Os Negros E As Ações Afirmativas Na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Porto Alegre: Revista Iluminuras. v.10, n.23, 2009. Acesso em 11/11/2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/10075>.

NUNES, Margarete Fagundes. **Diálogos nas Fronteiras Disciplinares: as aventuras do trabalho antropológico**. Florianópolis: Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, v.11, n.99, p. 186-206, 2010.

\_\_\_\_\_. **Raça/Etnia e ações afirmativas no Brasil contemporâneo**. In: MEIRELLES, Mauro; RAIZER, Leandro; PEREIRA, Luiza Helena; SCHWEIG, Grazielle Ramos (Org.). Ensino de Sociologia: Diversidade, Minorias, Intolerância e Discriminação Social. Porto Alegre: Evangraf/LAVIECS, 2013.

OLIVEIRA, Clóvis S. **Porto Alegre e sua Formação**. Porto Alegre: Metrópoles, 1993.

OLIVEIRA, Solange de. **“Plantadores de feijão de Maçambique – Canguçu/RS: identidade e territorialidade”**. Pelotas: Cadernos do Lepaarq. Vol. XI, nº 22, p. 416-435, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)**. São Paulo: Revista Brasileira de

História, v. 19, n. 37, Set. 1999. Disponível em: <<http://dz.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100010>>.

\_\_\_\_\_. **Crime, violência e sociabilidades urbanas**. Porto Alegre: Estudos Iberoamericanos, PUCRS, v. 30, n.2, 2004.

\_\_\_\_\_. (Coord). **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Ed. UFRGS; PMPA, 1991.

\_\_\_\_\_. Os excluídos da cidade. In: SEFFNER, Fernando (Org.). **Presença Negra no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Unidade Editorial, p. 80 – 89, 1995.

PORTO ALEGRE, Achylles. **História Popular de porto Alegre**, 1911.

PORTO ALEGRE, Achylles. **História popular de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA – Unidade Editorial, 1994.

PROCEMPA. **Os Quilombos de Porto Alegre**. Acesso em 11. Nov. 2017. Disponível em: <[lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu\\_doc/osquilombos3.doc](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/osquilombos3.doc)>.

PROCEMPA. **Territórios negros em Porto Alegre**. Acesso em 11. Nov. 2017. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/gpn/default.php?p\\_secao=18](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/gpn/default.php?p_secao=18)>.

SIMMEL, Georg. **Conflict**. (Translation by Kurt H. Wolff). Nova York: The Free Press, pp. 13 a 17, 1964.

# Intersecção entre Trabalho e Família: Narrativas de Professoras da Região Central do Rio Grande do Sul

Giovana Duarte<sup>1</sup>  
Mari Cleise Sandalowski<sup>2</sup>

## Resumo

Este estudo tem por objetivo compreender o impacto da tripla jornada de trabalho e da maternidade no processo de construção da identidade profissional e ascensão profissional de docentes, do sexo feminino. As bases teóricas que fundamentam a pesquisa são: Dubar (2005; 2006) para compreender a categoria de identidade profissional; Scott (1989) e Bourdieu (1998) ao considerar as relações de poder e o poder simbólico na construção da identidade de gênero e da personalidade feminina; a construção social da maternidade fundamentada em Bandinter (1985) e a divisão sexual do trabalho sob a teorização de Kergoat (2002). Utiliza-se do método comparativo e narrativo para analisar os dados empíricos. O universo de pesquisa é composto por professoras que atuam na rede estadual, federal e privada de ensino, na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul e que exercem suas atividades no ensino médio. Como instrumentos de coleta de dados foram aplicados questionários e entrevistas semi-estruturadas. Os resultados apontam que as construções sociais da maternidade e identidade de gênero impactam fortemente nas relações de trabalho, nas inserções destas profissionais nos cargos de poder e gestão do sistema escolar e na sua permanência na esfera do mundo do trabalho. Os interesses profissionais e pessoais são secundarizados, bem como as estratégias utilizadas para amenizar a sobrecarga de atividades; estes elementos reforçam as desigualdades de gênero corroborando para que o espaço doméstico permaneça associado a uma instância circunscrita às mulheres.

**Palavras-chaves:** Docência; Mulher; Trabalho.

## Introdução

Considerando as desigualdades de gênero na sociedade e a feminilização da educação no país, a pesquisa pretende compreender as principais construções de gênero que incidem sobre as mulheres, a partir de um caráter dual: a identidade profissional e a tripla jornada de trabalho. O estudo tem como objetivo compreender o impacto da ordem do gênero na vida de professoras do ensino médio da Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, para explicar as estratégias utilizadas pelas mesmas, quer na ascensão profissional no mercado de trabalho, nos cargos de poder na instituição escolar, quer no uso do tempo. O universo da pesquisa foi composto por dez professoras mães, docentes em Escolas Públicas Federais, Estaduais e instituições

---

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, e mestranda em Ciências Sociais na mesma instituição. E-mail: [giovanaduarte66@gmail.com](mailto:giovanaduarte66@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora adjunta do departamento de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [mari\\_ppgs@yahoo.com.br](mailto:mari_ppgs@yahoo.com.br)

Privadas, que atuam profissionalmente na região central do RS. Os instrumentos de pesquisa adotados consistem em: 1) entrevistas semiestruturadas e 2) pesquisa comparativa, em vista das diferenças geracionais entre as professoras, variável determinante sobre as escolhas profissionais e o modo de vida das docentes; a partir destas informações procurou-se compreender a trajetória e a percepção sobre a vida profissional, materna e doméstica destas mulheres.

Inicialmente cabe evidenciar que ao longo do contexto histórico e cultural há uma predominância das mulheres como principais responsáveis pelo trabalho doméstico e cuidado de pessoas. Essa concepção naturalizada está presente na organização histórico-social do Brasil, em que mulheres negras eram as principais responsáveis pela domesticidade. As pesquisas recentes do IBGE e IPEA, relativas aos anos de 2018 a 2019, ainda demonstram a demasiada relação feminina com o privado.

Não obstante, a proximidade com a domesticidade não se finda com o acesso das mulheres à educação superior no país, ao passo que há um esforço das estruturas sociais para manter os papéis de gênero no interior do lar (ROSEMBERG, 2001). As mulheres foram associadas a cursos e profissões que as aproximassem intimamente do trabalho gratuito e realizado “por amor” na família, e para tal fim, o professorado, estrategicamente, foi desprofissionalizado como ocupação para se assemelhar às incumbências prescritas socialmente como femininas (SAFFIOTI, 1987). Conforme Gaucira (1997), o casamento e a maternidade são visto como inerentes às mulheres, como “sagrado” e uma “missão” de todas; portanto, qualquer profissão que desviasse o comportamento dessa função era rejeitada pela sociedade brasileira, “*a menos que possa ser representada de forma a se ajustar a elas*” (GAUCIRA, 1997, p.96). Segundo a pesquisa divulgada pelo Ministério da Educação no ano de 2019, 79,5% dos docentes no Brasil são mulheres, e os últimos dados do censo do IBGE evidenciam que as professoras recebem 31,5% a menos que os homens na mesma profissão, e especificamente no Rio Grande do Sul, a desigualdade chega a 44%, o qual compõe o Estado com o percentual mais alto na desigualdade salarial entre os docentes no país.

Ao analisar os resultados da pesquisa supracitada, as professoras que compunham os cargos de gestão na instituição escolar são, sobretudo, da geração dos anos 80, sendo as que também possuem maiores recursos econômicos. As demais docentes, principalmente da geração dos anos 70, se sentem inadequadas para compor os cargos, em vista das imposições subservientes incorporadas em sua identidade, ao considerar as construções de gênero por meio das relações de poder imbricadas no processo de socialização de homens e mulheres, que fomentam a hierarquia e a dominação na sociedade, na qual os homens são privilegiados

(SCOTT, 1989; BOURDIEU, 2002). Conforme Gaucira (2012), nos cargos de gestão escolar, fundamentado pela ordem do gênero, aos homens “se recorria como instância superior, referência de poder; sua presença era vista como necessária exatamente por se acreditar à mulher menos firmeza nas decisões, etc.” (LOURO, 2012, p. 460), concepção que se mantém inalterada por parte das professoras no reconhecimento de si e de suas potencialidades para ocupação do cargo.

Contudo, também se constatou uma naturalização do trabalho doméstico e do cuidado como feminino, e igualmente a necessidade do mesmo para a permanência das mulheres nos cargos de gestão escolar e na inserção integral no mercado de trabalho. Diante disso, uma das estratégias utilizadas é o processo de delegação, que responsabiliza outras mulheres, ora com caráter remunerado, ora gratuito, a depender de quem o realiza, ou seja, se através de redes de ajuda pelo sistema de parentescos, ou por meio da contratação de outras mulheres. Todavia, a delegação ao público feminino, “[...] longe de valorizar este trabalho, reproduzem em larga medida a desvalorização da qual elas mesmas são vítimas [...] vivendo uma contradição permanente entre o que pensam ser e o lugar que lhes está reservado na hierarquia social de gênero” (MARQUES; COSTA, 2013, p. 40). Para tanto, as principais responsáveis pelo trabalho dos filhos são as mulheres, visto que seus companheiros não se responsabilizam nos mesmos termos, e simultaneamente, o status de “dona de casa” permanecem intactos mesmo estando presentes na esfera pública.

Nesse sentido, a identidade profissional das docentes se constrói em um âmbito feminilizado e regido pelas estruturas patriarcais, que fomentam e delimitam o espaço de identidade no trabalho, ao passo que a ordem do gênero também é reproduzida nesse ambiente a partir do que foi constituído como “natural” na conjuntura social. Concomitantemente, consideram as relações estabelecidas com seus alunos, equivalentes às vivenciadas com seus filhos (as).

Portanto, o trabalho doméstico e do cuidado, bem como as essencialidades atribuídas pela maternidade sobre a vida e identidade das mulheres, interferem no desenvolvimento profissional das professoras e na sua decisão em ocupar cargos de gestão, assim como na construção de identidade profissional. Há poucos mecanismos que possibilitem fazê-las reconhecerem suas potencialidades, se não comparadas ao caráter materno e na ordem do gênero como grupo inferior, suscetível ao domínio e a exploração, seja pelas transformações no mundo do trabalho, seja pelo âmbito privado.

## Referências

- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas**. Acessado em: 10 de agosto de 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas>
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. **Mulheres dedicam muito mais tempo ao trabalho doméstico, mas a diferença cai**. Acessado em: 10 de agosto de 2019. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34450](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34450)
- LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In. DEL PRIORI, M. (Org.); PINSKY, C. B. (coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARQUES, L. A.; COSTA, P. L. Questões para pensar o trabalho doméstico no Brasil. In. SILVA, T. D.; GOES, F. L. **Igualdade racial no Brasil**: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013.
- ROSEMBERG, F. Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil contemporâneo. Florianópolis: **Estudos Feministas**, p.515-540, 2001.
- SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do Macho**. 11ª edição. São Paulo: Moderna, 1987.
- SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Artigo, 1989.

# Prostituição e a Autorreflexividade: Vivência e significações da violência

Laura Veronese Da Col<sup>1</sup>

## Resumo

A prostituição enquanto tema de pesquisa nas Ciências Sociais surge no Brasil na década de 1960, inicialmente sob um viés moralista, descortinando o trabalho sexual como um problema social e as trabalhadoras como sujeitos desviantes. Mais de cinquenta anos depois, a vitimização e a patologização das prostitutas ainda reincide na academia – sobretudo na área das Ciências da Saúde –, corroborando com a ideia de ingenuidade e passividade das atrizes sociais, como se estas não reconhecessem as estruturas e a dialética que condicionam suas ações e a ordem social a que estão submetidas. Pesquisas articulando a subjetividade e as implicações do modo de vida das trabalhadoras, frequentemente expostas a situações de vulnerabilidade, no entanto, ainda são escassas. Este trabalho tem como objetivo, portanto, compreender as relações de poder e violência que a mulher prostituta vivencia na prostituição e por ser prostituta.

Buscando maior proximidade com o ponto de vista delas, enquanto sujeitos dotados de autorreflexividade (BOLTANSKI, 1999), o pré-campo tem sido realizado no Núcleo de Estudos da Prostituição – NEP (POA/RS). Através da observação participante, tem-se testemunhado relatos semanais de violência institucional e psicológica, a níveis interpessoal (por parte de familiares, companheirxs, conhecidos, vizinhos, etc) e coletivo (principalmente a de Estado, proveniente da Brigada Militar). Este estudo refere-se a um anteprojeto realizado na disciplina de Pesquisa Qualitativa, do curso de Ciências Sociais da UFRGS, e, em vista disso, ainda não dispõe de resultados e conclusões.

**Palavras-Chave:** Violência; Gênero; Prostituição.

## Introdução

A prostituição enquanto tema de pesquisa das Ciências Sociais surge no cenário brasileiro a partir da década de 1960. Desde então, diferentes perspectivas alargaram as discussões sobre as potencialidades e desafios do trabalho sexual, sobretudo ao levar em consideração as especificidades de suas variadas modalidades (de rua, *indoor*, ficha rosa, etc), na medida em que as dinâmicas sociais e os atores enredados fazem parte de classes sociais distintas. Ao esquadrihar a conjuntura político-econômica, o nível de escolaridade, a raça, as condições socioeconômicas e as relações familiares e afetivas de cada trabalhadora, Simões (2011), Lenz (2010) e Olívar (2010), por exemplo, fogem da antítese da mulher como vítima, passiva, à espera de salvação, e da imagem *glamourizada* da prostituta de luxo, sem acomodar-se em um discurso higienista. Sob um ponto

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [lauraveronese13@gmail.com](mailto:lauraveronese13@gmail.com)

de vista socioantropológico, ao longo do tempo as Ciências Humanas deixam de erigir a prostituição enquanto problema social, retratando a prostituta como desviante, e passam a analisá-la como um fenômeno social constituído de redes de interações para além das trocas econômicas, dotado de dinâmicas internas próprias e heterogêneas, e guarnecido de lógicas simbólicas de câmbios afetivos e performáticos.

Nesta pesquisa, delimito o objeto às trabalhadoras sexuais as maiores de 18 anos que consentem – conscientemente e voluntariamente – em fazer trocas comerciais por sexo (PEREIRA, 1976, p. 37). Não me refiro, portanto, ao tráfico sexual ou à exploração sexual de menores; ao contrário dessas práticas, a autoprostuição no Brasil não é crime, e está catalogada na Classificação Brasileira de Ocupações sob o número 5198-05 como profissional do sexo.

Apesar de não configurar crime, a prostituição segue como uma trama clandestina e permeada por desigualdades. Conceber a prostituição como um ninho de violência, equiparando-a ao *estupro pago*, no entanto, não só naturaliza agressões como expõe cada vez mais as que a exercem ao discurso de que elas não têm direito à denúncia porque “o cliente está pagando” e ao posto inerente de vítimas de opressão e desigualdade de gênero. Para compreender as tramas complexas de relações de força, nas quais as resistências ao poder também tomam parte e se fazem presente, é necessário afastar-se da ideia de ingenuidade das atrizes sociais, como se estas não reconhecessem as estruturas e a dialética que condicionam suas ações e a ordem social a que estão submetidas; não se pode universalizar e admitir de antemão que a mulher prostituta é, invariavelmente, alienada a si mesma e a sua profissão, e que não possui autorreflexividade<sup>2</sup>. Por isso, faz-se pertinente interpretar, buscando maior proximidade com o ponto de vista das trabalhadoras sexuais, o que *elas* assimilam como violência e exploração e como reagem a esses fatores de risco, conscientes ou não.

Partindo do pressuposto de que a proteção e segurança das trabalhadoras ainda reside no capital social, cultural e econômico (BOURDIEU, 1986) de que as mesmas dispõem, se de um lado mulheres cisgênero (algumas, inclusive, oriundas da classe média) podem trabalhar com mais facilidade em espaços fechados ou até mesmo via agenciamento online, transexuais, travestis e mulheres pobres seguem desprotegidas nas ruas e em salas que solicitam até 50% de seus lucros como aluguel. Para além da violência física, a vulnerabilidade a doenças sexualmente transmissíveis e à quebra de sigilo de sua vida “privada” (posto que o preconceito com a prostituição muitas vezes as induz a ocultarem sua atividade de seus círculos sociais mais contíguos) aliam-se à violência institucional que segue ininterrupta. Esta se imprime na associação das prostitutas com a criminalidade, com o controle sanitário das trabalhadoras, com a criação de

zonas delimitadas de prostituição e com a escassez de políticas públicas nacionais voltadas para a cidadania e direitos trabalhistas.

A pergunta que norteia esse projeto, desta forma, é *que tipos de violência a mulher prostituta vivencia na prostituição e por ser prostituta*, exclusivamente sob o ponto de vista das interlocutoras. Proponho-me a realizar a pesquisa com mulheres que têm como única fonte de renda o trabalho sexual na rua ou em salas, e que frequentem mensalmente o Núcleo de Estudos da Prostituição, de Porto Alegre. O NEP é uma associação de prostitutas fundada na década de 1980, e atua, de maneira geral, com prostitutas de classes socioeconômicas mais baixas, mas de diferentes níveis de escolaridades, número de filhos e idades, prestando assistência a mulheres de variados perfis.

Silva (2014) traz em sua dissertação a naturalização da violência no modo de vida de mulheres que exercem a prostituição em situação de pobreza, e aponta a inexistência de dados e políticas específicas para a violência contra a mulher prostituta, sem cair nos polos da prostituição associada à delinquência social/desvio sexual e como um efeito da exposição à pobreza. Pesquisas articulando a subjetividade e as implicações no modo de vida das trabalhadoras são escassas; a partir da revisão teórica, a autora percebe “*a necessidade de aprofundar as reflexões desse território simbólico e descortinar as violências que perpassam o cotidiano*” (p. 16). Os relatos da obra revelam, entre outras coisas, experiências de violência física, sexual, psicológica e institucional que marcam profundamente os modos de existência e a identidade dessas mulheres; as narrativas apontam diferentes manifestações de coibição e agressão,

Seja em momentos de programa (na dinâmica do ato sexual, nos acordos sobre pagamento), na relação com as colegas de trabalho (demarcando o território, nas rixas e nas parcerias), assim como [...] nos pontos de prostituição e nas abordagens da polícia. A própria discriminação sofrida pelo exercício da atividade constitui, por si, uma forma comum de violência (SILVA, 2014, p. 105).

Neste projeto, concentro minhas investigações essencialmente na violência *interpessoal* (subdividida em violência de família e de parceiros íntimos; e violência na comunidade, entre conhecidos e desconhecidos) e na violência *coletiva* (subdividida em violência social, política e econômica), porque hipotetizo que essas sejam as formas mais latentes e perceptíveis de violência – embora possam não ser as únicas.

Existe, no entanto, uma força coletiva [de prostitutas] de insubmissão feminina (OLIVAR, 2010) que não suporta tranquilamente os abusos e a dominação. Segundo Fonseca (2004), essas feminilidades tecidas na rua produzem corpos com saberes e sensibilidades distintas das camadas médias domésticas, que sabem lidar ativamente com a violência. Faz-se necessário vislumbrar que

o não-dito é um ente contínuo nos estudos sobre violência; a fragilidade merece alerta e os “conceitos”, mais do que teorias, devem estar próximos das experiências subjetivas e individuais do pesquisado (RIFIOTIS, 1997). A violência apresenta inúmeros aspectos e possibilidades: possui caráter histórico, contextual e cultural, e constitui-se como um processo autônomo, dinâmico, difuso e espiralado (MARTÍN-BARÓ, 2003), impossível de ser pensado de forma isolada. A primazia nesta pesquisa não é dada ao discurso de denúncia – aquele que reclama o fim da violência, apesar de, manifestamente, me colocar ao lado de quem a sofre –, mas de analisar os discursos de *semântica*, enfatizando que a violência resulta *de e numa* visão de mundo que acarreta em consequências na constituição das subjetividades daqueles que a vivenciam (RIFIOTIS, 1997, p. 5).

Compreendo este projeto enquanto pesquisa qualitativa pela possibilidade de se entender o contexto e os fenômenos imbricados na realidade de mulheres consideradas desviantes e vulneráveis pelo grande grupo social, de maneira mais abrangente. Em função do meu voluntariado no Núcleo de Estudos da Prostituição, desde 2018, e de acompanhar semanalmente o registro de novas associadas à instituição, a metodologia mais apropriada é a entrevista semiestruturada em profundidade. A entrevista permite que o entrevistado possa atribuir significados às suas experiências (SILVERMAN, 2009) e que o entrevistador estabeleça *rapport* com os correspondentes; neste caso, por mais que se crie um isolamento artificial dos contextos estudados, nem a observação-participante nem a etnografia me dariam acesso às informações que desejo obter. Justamente por se tratar de uma pesquisa centrada quase que exclusivamente nas experiências e entendimentos das mulheres entrevistadas, como prevê a abordagem emocionalista; nem sempre o que eu, enquanto pesquisadora e feminista enxergo como violência realmente o é – e nem sempre essas situações violentas acontecem cotidiana, rotineira e visivelmente ao *outsider*.

A partir disso, defino como objetivos gerais:

- a) Conhecer e analisar as situações de vulnerabilidade das profissionais do sexo;
- b) Mapear e categorizar a que tipo de violência estão mais suscetíveis de por parte dos/das clientes, familiares, companheiros/companheiras, do Estado etc;
- c) Detalhar suas (re)ações a curto e a longo prazo frente a essas situações de conflito;
- d) Traçar possíveis relações entre suas condições socioeconômicas e de escolaridade e as práticas e performances de autodefesa.

Tomo a entrevista como uma conversa que deve ser rica, detalhada e íntima tanto para a entrevistada quanto para a entrevistadora. Isso exige, portanto, um número maior do que uma entrevista para cada entrevistada. Pondero uma pesquisa com cerca de sete mulheres que frequentem o NEP, realizando uma quantidade inicialmente indefinida de entrevistas que

abranjam exaustivamente a trama das experiências pessoais de cada uma delas. Através de pequenas histórias (situações fictícias), fotos e ditos populares sobre a violência contra a mulher como mediadores lúdicos e interativos, tenciono descamar aos poucos o que violência significa, representa e evoca em cada uma, a nível de suas vidas sociais e individuais: como seu convívio social (com família, amigos, colegas de trabalho, clientes) é afetado, a quem recorreram para ajuda, que tipos de demonstrações de solidariedade podem ser percebidas, em que contextos elas esperam (ou não) estarem protegidas/expostas, enfim.

Geertz (2005) aponta uma geração recente de antropólogos antipositivistas e anticoloniais que tem uma preocupação humanista, política e – ousado dizer – ativista, no estar engajado com o Outro. A intersecção da violência com a prostituição é debate recorrente para o feminismo acadêmico e militante, e confesso que foi o que me trouxe até aqui: não para corroborar ou entrar em consonância com a ideia de que a violência é inerente ao trabalho sexual, mas para cindir um do outro. Minha experiência enquanto voluntária do NEP e não-prostituta, assim, se mescla com o processo de construção deste projeto, que ambiciona:

- a) Ter o cuidado e o respeito com as trabalhadoras que se dispuserem a participar do mesmo, dada a problemática delicada que requer que as mesmas falem sobre suas intimidades, traumas, experiências pessoais, mantendo sua anonimidade, visto que, muitas vezes, estas não expõem publicamente sua ocupação devido ao estigma da atividade, bem como sigilo do que não me foi autorizado publicar;
- b) Contribuir, de alguma forma, para a luta pelos direitos, políticas públicas e proteção das trabalhadoras sexuais, socializando com elas as descobertas, falhas e conclusões da pesquisa;
- c) Questionar, sempre que possível, o discurso da prostituta enquanto vítima imanente, e discutir mais a ação do agressor – seja ele o cliente, o cônjuge, o Estado, a família.

## **Referências**

BOURDIEU, J. P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. Orgs.). Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. New York: Greenwood, p. 241-258, 1968.

BOLTANSKI, L. & THEVENOT, L. A Sociologia da capacidade crítica. Rio de Janeiro: Antropolítica, v. 23, n. 2, p.121-144, 2007.

DAHLBERG, L, KRUG, E. Violência: um problema global de saúde pública. Manguinhos: Ciência & Saúde Coletiva, 11(Sup), p. 1163-1178, 2007.

FONSECA, C. Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

GEERTZ, Clifford. “Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita”. In: \_\_\_\_\_. Obras e vidas: O antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

JULIANO, Dolores. “Si la prostitución no fuera acompañada del rechazo social, podría resultar atractiva para más personas”, 2014. Disponível em: <http://www.pikaramagazine.com/2014/03/si-la-prostitucion-no-fueraacompanada-del-rechazo-social-podria-resultar-atractiva-para-mas-personas/>. Acesso em: out. 2018.

LENZ, Flavio. O Estado da saúde e a “doença” das prostitutas: uma análise das representações da prostituição nos discursos do SUS e do Terceiro Setor. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização), Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Guerras, trânsitos e apropriações: políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PEREIRA, A. Prostituição: uma visão global. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

PRADA, Monique. Putafeminista. São Paulo: Veneta, 2018.

\_\_\_\_\_. Silvia Federici fala sobre trabalho sexual, estigma e feminismo. Disponível em: <http://mundoinvisivel.org/silvia-federici-fala-sobre-trabalhosexual-estigma-e-feminismo/>. Acesso em: out. 2018.

RIFIOTIS, T. Nos campos da violência: diferença e positividade. Florianópolis: Antropologia em Primeira Mão, v. 19, p. 1-19, 1997.

SILVA, Lorena Brito da. Implicações psicossociais da violência nos modos de vida de prostitutas pobres. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9555/1/2014\\_dis\\_lsilva.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9555/1/2014_dis_lsilva.pdf). Acesso em: 17 jun. 2019.

SILVERMAN, D. Entrevistas. In: \_\_\_\_\_ Interpretação de dados qualitativos. Porto Alegre: Artmed, p. 107 – 115, 2009.

SIMÕES, S. S. “‘Sem vergonha, garota: você tem profissão’ – notas sobre a profissionalização de um métier no Brasil”. In: CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOTA, Fábio Reis & VEIGA, Felipe Berocan (Orgs.). Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, p. 447 – 475, 2011.

# O papel do medo na história: Heterofobia e paranoia coletiva na produção de racismos e violência<sup>1</sup>

Lucas Voigt<sup>2</sup>

## Resumo

Neste artigo, embasado na perspectiva da Sociologia Histórica, apresento algumas considerações a respeito do papel do medo na experiência histórica. As emoções e os sentimentos, tais como o medo, a heterofobia e a paranoia coletiva foram e são responsáveis pela produção e reprodução de inúmeros casos históricos de racismos e violência. Para o desenvolvimento da análise, procedo inicialmente a uma conceitualização do racismo, incorporando a chave do medo na definição teórica do fenômeno. Em seguida, são apresentados e discutidos um conjunto de exemplos históricos em que o medo e a paranoia coletiva desempenharam um papel ativo na produção de racismos e violência, tais como o massacre de judeus na Europa no século XIV, o genocídio de Ruanda, o mito do estuprador negro nos Estados Unidos, o racismo no período pré e pós-abolição no Brasil e o terrorismo na República Federal da Alemanha nas décadas de 1960 e 1970. Por fim, são apresentados alguns exemplos recentes que demonstram a persistência do racismo, da violência e do medo na contemporaneidade. A discussão explicita a importância de se levar a sério o papel do medo na análise da experiência histórica, além de demonstrar a necessidade de uma definição conceitual do racismo que leve em conta a chave do medo. Ademais, o artigo lança mão da análise sobre o medo e a paranoia coletiva para interpretar alguns aspectos da realidade política brasileira contemporânea, além de questionar as possibilidades de supressão e eliminação do racismo nas sociedades humanas.

**Palavras-chave:** Medo; Racismo; Sociologia Histórica.

## Introdução

Subestima-se o papel do medo na história. De modo geral, os sentimentos e as emoções humanas têm uma atuação determinante na produção e na reprodução das práticas sociais, colocando em xeque os modelos analíticos centrados exclusivamente em uma suposta orientação racional das ações dos indivíduos<sup>3</sup>. Dentre o rol das emoções, o medo ocupa um papel de destaque na produção dos acontecimentos históricos, na medida em que não raro é responsável pela produção de práticas marcadamente violentas. Ademais, o medo e a fobia do

---

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado como trabalho final da disciplina “Teorias do Racismo”, ministrada pelo professor doutor Karl Martin Monsma no primeiro semestre de 2019, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS).

<sup>2</sup> Sociólogo e Mestre em Sociologia Política (UFSC), Doutorando em Sociologia (UFRGS). Bolsista CAPES. E-mail: [lucas\\_3106@hotmail.com](mailto:lucas_3106@hotmail.com).

<sup>3</sup> Para uma crítica à teoria da ação racional, ao individualismo metodológico e ao atomismo subjacente a tal perspectiva, com base no debate travado entre William Sewell e James Coleman na segunda metade da década de 1980, ver Wacquant & Calhoun (1991)

outro possuem um papel de importância na produção e na reprodução do racismo e das relações de dominação entre os grupos étnicos.

O presente artigo visa problematizar uma assertiva que comporta implicações teóricas importantes para a compreensão da experiência histórica, a saber: de que o medo tem um papel expressivo e ativo na história, sendo responsável pela produção de inúmeros casos de racismo, violência e até mesmo genocídio. Orientado à luz da perspectiva da Sociologia Histórica<sup>4</sup>, este artigo tem por objetivo apresentar algumas considerações acerca do papel e dos impactos da experiência do medo no processo histórico. O medo, a heterofobia e a disseminação de paranoias e ilusões coletivas têm um papel chave na produção de racismos e de violências físicas, direcionados a variados grupos étnicos e/ou sociais em distintos contextos históricos. Deste modo, o artigo sustenta a centralidade do medo para a produção do fenômeno do racismo, bem como para a sua compreensão e definição teórica.

Para o desenvolvimento da análise procedo, na *primeira parte*, a uma conceituação do racismo, incorporando a chave do medo como elemento central na definição do fenômeno (MONSMA, 2017; FREDRICKSON, 2003; MBEMBE, 2014; MEMMI, 1993). Na *segunda parte*, discuto casos históricos em que o medo foi responsável pela produção de racismos e genocídios. Os exemplos apresentados são: a paranoia coletiva em relação aos judeus na Europa durante a Peste Negra (FREDRICKSON, 2003); o papel do medo no genocídio de Ruanda (MONSMA, 2017); o mito do estuprador negro nos Estados Unidos (DAVIS, 2016); a construção de uma imagem sexualizada e ameaçadora dos nativos nos Estados Unidos durante o período colonial (NAGEL, 2003); o temor em relação à perda da dominação racial em função da prática do aborto por parte de mulheres anglo-saxônicas, no contexto dos Estados Unidos do século XIX (BEISEL & KAY, 2004); e os impactos do medo nas relações sociais e raciais no Brasil pré e pós-abolição (MONSMA, 2016). Ao apresentar casos históricos que demonstram o papel ativo do medo para a produção e a reprodução do racismo, explicita-se a associação entre os fenômenos do racismo e do medo, bem como a pertinência e a necessidade de consideração teórica acerca do medo para a compreensão e a conceituação do racismo.

Na *terceira parte*, são apresentados acontecimentos históricos em que o medo afigura-se como uma experiência produtora de violências e coerções físicas, fenômenos que extrapolam os limites do que pode ser compreendido sob o conceito de “racismo” – isto é, são apresentados casos de violência que não podem ser propriamente enquadrados como “raciais”, situando-se, neste sentido, “para além do racismo”. Ao evocar o termo “violência”, ainda que não se

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, Sewell (2017), Monsma, Salla & Teixeira (2018), Monsma (2017) e Calhoun (2003).

pretenda de nenhum modo negligenciar a dimensão *simbólica* da violência (BOURDIEU, 2010), refiro-me de modo mais específico à violência que se expressa na forma da força e da coerção física. Algumas de suas expressões são a agressão, o terrorismo, o genocídio e a tortura. Os casos históricos considerados são o terrorismo na República Federal da Alemanha nas décadas de 1960 e 1970 (ELIAS, 1997) e as campanhas de nacionalização levadas a cabo no Brasil na primeira metade da década de 1940 (VOIGT, 2017), que implicaram práticas de tortura e de violência de Estado em relação a grupos imigrantes.

*Por fim*, encerrando a discussão, apresento alguns exemplos contemporâneos e recentes de racismos e de violências produzidos a partir de fobias e paranoias coletivas. São considerados alguns casos atuais em que o medo produz racismo – como a perseguição e a estigmatização contra povos romani na Europa e a persistência do racismo antinegro no Brasil –, bem como exemplos de violências que se produzem a partir do medo e de paranoias coletivas e que estão situados para além do racismo. Tal discussão procura demonstrar a persistência do fenômeno do medo e suas implicações para a produção e a reprodução histórica do racismo e de violências, questionando também as possibilidades – bastante improváveis – de eliminação completa do racismo e das relações de dominação entre os grupos étnicos.

Ao final do artigo, proponho ainda uma releitura de alguns aspectos da realidade política brasileira atual sob a ótica do medo e da paranoia coletiva. Argumenta-se que, nas últimas eleições presidenciais, vários dos “argumentos” e dos posicionamentos políticos utilizados durante a campanha se baseavam em delírios e paranoias coletivas, conscientemente explorados em termos políticos e disseminados por meio do que se convencionou denominar de “*fake news*”. Além disso, argumenta-se que o discurso político do candidato vitorioso nas eleições de 2018 explorou e disseminou medos e fobias na sociedade brasileira, mormente o “medo do comunismo”.

Da discussão desenvolvida no artigo, pode-se sustentar o argumento de que o medo é um dos componentes centrais do racismo, o que implica a necessidade de que as formulações teóricas sobre o racismo levem em conta a experiência do medo e da paranoia coletivamente produzida e disseminada. Argumenta-se que, ao levar o *medo* e sua história a sério na análise do racismo, associando o fenômeno à outra chave constitutiva e central do racismo, a *dominação*, é possível definir o racismo como: uma relação de dominação simbólica e material de um grupo étnico sobre outro, produzido com base no medo da perda de recursos por parte do grupo dominante, que produz representações fantasiosas do grupo dominado, visando à reprodução e ao reforço do medo e à perpetuação das relações de dominação.

## Referências

- BEISEL, Nicola; KAY, Tamara. Abortion, Race, and Gender in Nineteenth-Century America. **American Sociological Review**, v. 69, 2004, p. 498 – 518
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CALHOUN, Craig. Why Historical Sociology? In: DELANTY, Gerard; ISIN, Engin F. (Orgs.). **Handbook of Historical Sociology**. Londres: Sage, 2003, p. 383 – 393,
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ELIAS, Norbert. Terrorismo na República Federal da Alemanha – expressão de um conflito social entre gerações. In: \_\_\_\_\_. **Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 209-266.
- FREDRICKSON, George M. **Racism: A Short History**. New Jersey: Princeton University Press, 2003.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- MEMMI, Albert. Definição. In: \_\_\_\_\_. **O racismo**. Lisboa: Caminho, 1993. p. 65-85.
- MONSMA, Karl. Como pensar o racismo: o paradigma colonial e a abordagem da sociologia histórica. Fortaleza: **Revista de Ciências Sociais**, v. 48, n. 2, Jul. / Dez. 2017, p. 53-82.
- MONSMA, Karl. Rebeldia de escravos e libertos, medo e vingança de brancos. In: \_\_\_\_\_. **A reprodução do racismo: Fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 109-173.
- MONSMA, Karl; SALLA, Fernando Afonso; TEIXEIRA, Alessandra. A Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais. Pampulha: **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, Jan. / Abr. 2018, p. 65-87.
- NAGEL, Joane. Sex and Conquest: Domination and Desire on Ethnosexual Frontiers. In: \_\_\_\_\_. **Race, Ethnicity and Sexuality: Intimate Intersections, Forbidden Frontiers**. New York / Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 63-90.
- SEWELL, William H. **Lógicas da História: Teoria Social e Transformação Social**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- VOIGT, Lucas. **O devir e os sentidos das memórias de descendentes de alemães em Santa Catarina: Um esboço de sociologia da memória**. Porto Alegre, RS: Multifoco / Luminária Academia, 2017.
- WACQUANT, Loïc; CALHOUN, Craig. Interesse, racionalidade e cultura. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 6, n. 15, Fev. 1991.

# Mapeando as assimetrias na execução da Lei Federal n.º 12.990/2014

Mara Beatriz Nunes Gomes<sup>1</sup>  
Marcus Vinicius Spolle<sup>2</sup>

## Resumo

Este trabalho representa extrato parcial de dados preliminares da pesquisa de mestrado que questiona a influência da perspectiva institucional na execução da Lei Federal n.º 12.990/2014 (Lei de Cotas Raciais no Serviço Público). A investigação em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) desenvolve-se a partir de estudo de caso comparativo que adota como cenário empírico a experiência desenvolvida em duas universidades federais: UFPel e FURG (Universidade Federal do Rio Grande). Inicialmente a problematização teórica da pesquisa desdobrou-se frente ao diagrama cartográfico relativo ao enunciado “cotas raciais são necessárias”, reproduzindo graficamente a agência dos conceitos de democracia racial e desigualdade racial, ideologias que se controvertem na discussão das relações raciais no Brasil. Tal abordagem metodológica aciona a lente da Teoria Ator-Rede (TAR ou ANT), a qual propõe um reexame do espaço social, conectando os actantes (agentes humanos e não humanos) em uma cosmovisão simétrica, instrumentalizada pelo mapeamento da trilha construída durante a estabilização da controvérsia que se pretende analisar. Já na pesquisa de campo, etapa em andamento, as análises iniciais recaíram sobre os textos dos editais de concursos públicos promovidos pelas universidades pesquisadas. Debruçar o olhar sobre os instrumentos de acesso a essa modalidade de cota racial demonstrou a existência de assimetrias na execução dessa política afirmativa no âmbito das instituições pesquisadas. Assim, no contexto desse conjunto metodológico, propõe-se identificar de que forma a perspectiva institucional repercute na execução da Lei Federal n.º 12.990/2014.

**Palavras-chave:** Lei Federal n.º 12.990/2014; Assimetrias; Perspectiva Institucional.

## Introdução

Segundo Back (2019), as políticas públicas apresentam nuances distintas de execução nas esferas perante as quais são implementadas. Buscando investigar esse fenômeno na perspectiva das políticas afirmativas de caráter racial, frente a um cenário empírico no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), esta pesquisa focaliza na execução da Lei n.º 12.990/2014, que prevê a reserva 20% das vagas para candidatos(as) negros(as) em concursos e seleções do serviço público federal.

Como ponto de partida elaborou-se uma cartografia da controvérsia sobre as cotas raciais, a fim de mapear a agência dos conceitos democracia racial e desigualdade racial, ideologias presentes no contexto quadro sociorracial e que nessa medida adentram na

---

<sup>1</sup> Especialista em Direito, aluna de mestrado Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) - [mbng.adv@gmail.com](mailto:mbng.adv@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia, docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) - [sociomarcus@gmail.com](mailto:sociomarcus@gmail.com).

discrecionabilidade dos gestores responsáveis por implementar a Lei n.º 12.990/2014. Na sequência discutiu-se as condutas institucionais adotadas por FURG e UFPel em seus editais de concursos públicos frente à Lei Federal n.º 12.990/2014, examinando se as mesmas possibilitam a efetivação dessa política pública, ou, se pelo contrário, implicam na interdição dessa modalidade de ação afirmativa.

### **O *locus* da pesquisa**

FURG e UFPel são duas universidades federais, fundadas no ano de 1969, cujas sedes localizam-se, respectivamente, em Rio Grande e Pelotas, cidades situadas aproximadamente a 60 km de distância uma da outra na metade sul do Rio Grande do Sul (RS)<sup>4</sup>. Além de semelhanças organizacionais relativas ao mesmo regime jurídico-administrativo (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990), essas instituições também possuem aproximações no contexto da representação do fator racial em seus quadros de servidores - docentes e técnicos-administrativos em educação (TAE).

Quadro 1 - Quantitativo de servidores negros nas instituições pesquisadas

<b>Instituição</b>	<b>Total de Docentes</b>	<b>Total de TAE</b>	<b>Total de Docentes e TAE</b>	<b>Total de Docentes Negros</b>	<b>Total de TAE Negros</b>	<b>Total de Servidores Negros</b>
<b>FURG</b>	831	1172	2003	64	140	204
<b>UFPel</b>	1359	1261	2620	74	133	207

Fonte: FURG (Set/2019) e UFPel (Out/2019)

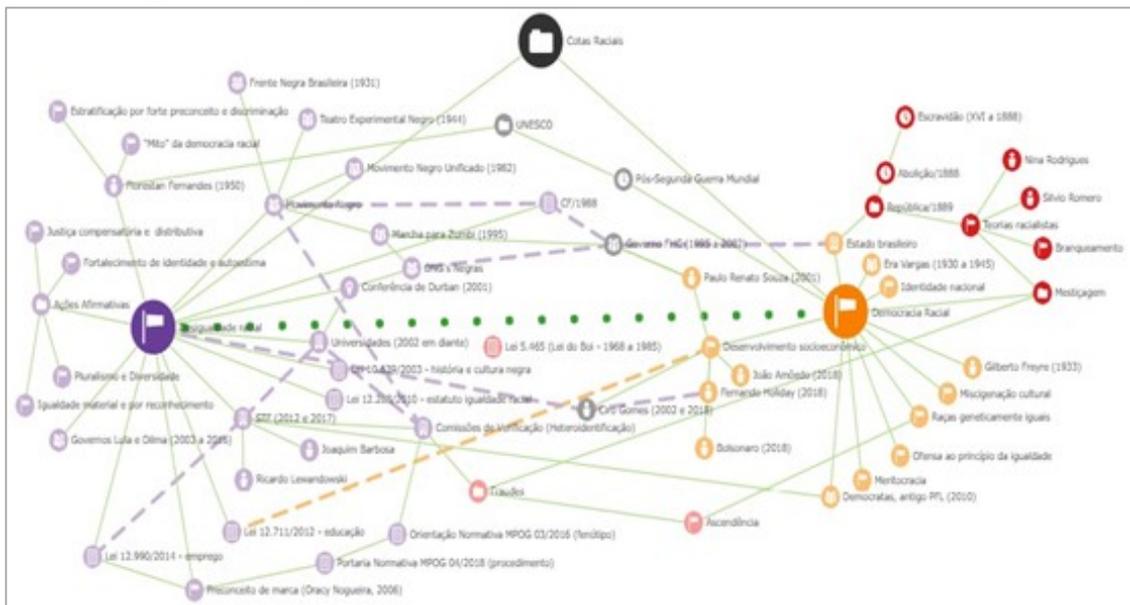
Tais números demonstram que os servidores autodeclarados negros na FURG e na UFPel corresponde, respectivamente, a 10,18% e 7,90%, evidenciando uma sub-representação quando comparada com a taxa populacional da população negra brasileira. Logo, apesar de o serviço público ser apresentado como um local impessoal, os dados de sub-representatividade da população negra nesse espaço demandam o adensamento das reflexões sobre a interação entre as relações sociais e o processo de seleção dos agentes estatais.

### **Cotas raciais e controvérsias**

A Teoria Ator-Rede (TAR/*ANT*), formulada por Latour, apresenta-se como um construto teórico-metodológico, que ao nivelar as hierarquias, coloca em evidência os diversos actantes (humanos, objetos e quase objetos), em uma visão processual e não reducionista, afinal, nada está pronto e todos importam (MELLO, GARRIDO e VEIGA, 2016). Nessa perspectiva, elaborou-se um diagrama relativo ao enunciado “cotas raciais são necessárias”,

reproduzindo graficamente a agência dos conceitos democracia racial e desigualdade racial, ideologias que se controvertem na discussão das relações raciais no Brasil (GOMES e SPOLLE, 2018). A cartografia foi construída na plataforma Lynksoft, alocando-se os actantes em campos opostos, conforme a sua tendência em aproximar-se das visões relativas à democracia racial e desigualdade racial.

Figura 1 - Diagrama TAR do enunciado “cotas raciais são necessárias”



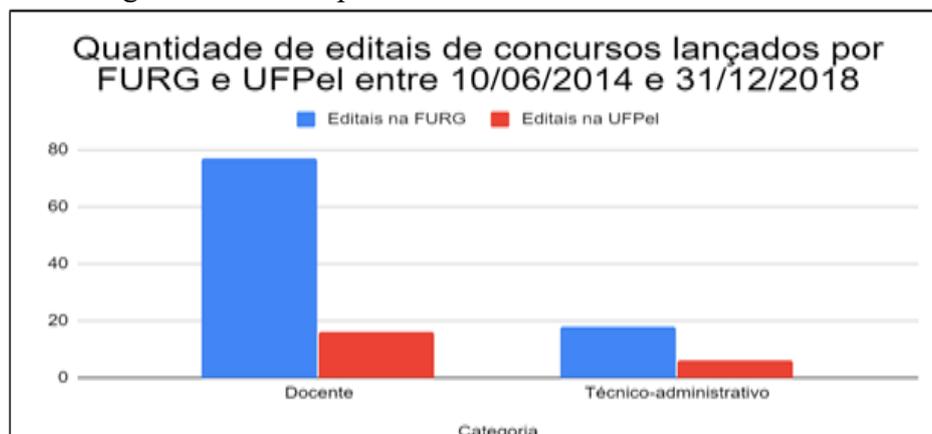
Fonte: Autoria própria.

Mapear as conexões dos actantes com agência nesta discussão evidenciou que, embora a controvérsia sobre as cotas raciais parecia caminhar rumo à estabilização pleito presidencial de 2018 veio desalojar esse encaminhamento. Discursos conservadores reabilitaram a ideia de ascensão socioeconômica como proposta de resolução para a desigualdade racial no Brasil, em detrimento da discussão sobre a desigualdade racial vigente, demonstrando que a ideia de democracia racial, mesmo refutada já na metade do séc. XX, ainda produz efeitos na atualidade.

### Lei n.º 12.990/2014 e as assimetrias na sua execução

Na amostra adentraram os editais de concursos lançados por FURG e UFPel durante o período de 10/06/2014 a 31/12/2018, focalizando nos cargos de docente e TAE, os quais compõem o quadro de pessoal permanente das universidades pesquisadas, configurando uma relação laboral usualmente menos afetada pelos influxos temporais.

Figura 2 - Análise preliminar dos editais de FURG e UFPel



Fonte: A autoria própria.

A discrepância entre a quantidade de editais lançados indica comportamentos diferentes frente à aplicação da mesma lei, pois durante o período analisado, para docentes, a FURG lançou 77 editais, já na UFPel foram 16. A mesma lógica repetiu-se nos concursos para TAE, com registro de 18 editais na universidade rio-grandina e 06 na instituição pelotense. Essa assimetria torna-se evidente quando se identifica o uso de metodologias distintas para calcular as cotas raciais, o que repercutiu diretamente na execução da política.

Quadro 2 - Vagas ofertadas nos editais de FURG e UFPel

Período pesquisado: 10/06/2014 a 31/12/2018				
Instituição	Vagas ofertadas - DOCENTES	Vagas reservadas para candidatos negros - DOCENTES	Vagas ofertadas - TAE	Vagas reservadas para candidatos negros - TAE
<b>FURG</b>	176	0	109	06
<b>UFPel</b>	242	45	44	07

Fonte: A autoria própria.

O exame dos dados encontrados em conjunto com as regras dispostas nos textos dos editais identifica que a UFPel possuía uma interpretação restritiva da Lei n.º 12.990/2014, focalizada no cargo específico, e depois passou a efetivar a reserva das cotas raciais frente ao número total vagas ofertadas no edital. Já na FURG, durante todo o período examinado, a Lei n.º 12.990/2014 foi aplicada apenas frente ao número isolado dos cargos, sem considerar o total de vagas disponibilizadas no edital, o que implicou menor ou nenhuma efetivação da política.

Marins (2017) defende que não podemos compreender a política como algo abstrato, superior ao agir dos atores, visto que apesar da existência de um texto formal, formulam-se distintas perspectivas de assimilação dessas normas. No plano interno, as instituições são constituídas por pessoas, que expressam em suas condutas as subjetividades forjadas nos percursos de socialização.

Estudos promovidos por Adorno (1995) na década de 1990 registraram como o demarcador racial repercutia em estratificações e estigmas com peso decisivo no momento da distribuição da justiça criminal pelo Poder Judiciário. Nesse panorama, faz-se necessário reconhecer que na atualidade os elementos culturais, políticos e ideológicos ainda assumem contornos decisivos no que se refere à execução das políticas afirmativas raciais.

### **Reflexões preliminares**

Os resultados parciais da pesquisa indicam que a questão de fundo desta problematização insere-se no debate sobre as relações raciais no Brasil, em articulação com os reflexos da burocracia brasileira. Alicerçada em noções de dominação, autoridade e hierarquia (WEBER, 1982), a Administração Pública tende a repercutir codificações e estratificações que afetam a discricionariedade (MEIER, WRINKLE e POLINARD, 1999) do gestor público, cujos atos refletem seus distintos processos de socialização, o que também engloba o demarcador racial. Logo, este fator acaba por assumir papel decisivo no modo como as instituições executam as cotas raciais no serviço público.

### **Referências**

BACK, Francly Mary Alves. Modelo de difusão de políticas públicas: federalismo brasileiro e as políticas públicas locais. In: **19º Congresso Brasileiro de Sociologia**, Florianópolis, 2019.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 12.990, 09 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

GOMES, M. B. N.; SPOLLE, M. V. Cotas e controvérsias: as assimetrias de uma discussão racial. In: **Anais do XX Encontro da Pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, 2018.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MARINS, M. T. A. **Bolsa Família – questões de gênero e moralidades**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

MELLO, Adilson da Silva; GARRIDO, Guilherme; VEIGA, Camila Lorrichio. Cartografia de controvérsias como procedimento metodológico: mapeando processos culturais em uma associação de Artesãos de Maria da Fé/MG. Lorena: **Revista Educação, Cultura e Comunicação (ECCOM)**, v. 07. p. 93-110, 2016. Disponível em: <http://unifatea.com.br/seer3/index.php/ECCOM/issue/view/71>. Acesso em: 15 set. 2019.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2005.

# Abolição da Escravatura e Estatuto Jurídico do Negro no Brasil: Houve real mudança de paradigma?

Renan Bulsing dos Santos<sup>37</sup>

## Resumo

A história oficial do Brasil considera a Lei Áurea o marco do encerramento da escravatura negra no Brasil. A condição de escravo, oposta à de cidadão, teria sido encerrada, e dali em diante, a lei conferiria idêntico tratamento jurídico a pessoas negras e brancas. Lanço a dúvida: a Lei Áurea produziu de fato esses efeitos? Em outros termos: a Abolição promoveu uma real mudança de paradigma jurídico do Estado brasileiro em relação às pessoas negras? Na busca de resposta, esta pesquisa compara: (1) o tratamento jurídico do negro no Brasil até a Lei Áurea; (2) o conteúdo da Lei Áurea em si, e de que modo ele se relaciona com a legislação prévia, e exatamente quais efeitos ela se propunha a produzir; (3) quais legislações subsequentes à Lei Áurea foram destinadas às pessoas negras, e se essas leis tiveram por objetivo concretizar a recém-conquistada igualdade entre negros e brancos. O estudo conclui que o fim formal da escravidão não resultou em um encerramento concreto de práticas discriminatórias (ativas e omissivas) do Estado brasileiro em relação à população negra. Embora a Abolição tenha trazido uma novidade (impossibilitar ao branco manter pessoas negras como propriedade e submetê-las a um regime de trabalho forçado, autorizado o uso da tortura, estupro e assassinato), ela: (1) não promoveu ferramentas concretas de combate à continuidade de práticas escravistas; (2) não previu punições aos brancos que mantivessem negros em condições análogas à escravidão; (3) não ofereceu quaisquer políticas públicas de inclusão para a concretização da cidadania dos cidadãos negros; (4) não impediu legislações discriminatórias posteriores. A falta de investimento público material e simbólico resultou em a situação de vida concreta das pessoas negras libertas (e a relação delas com as pessoas brancas escravizadoras) não ter sido muito alterada.

**Palavras-chave:** Abolição; Escravidão; Igualdade Jurídica.

## Introdução

A história oficial do Brasil considera a sanção da Lei Áurea pela Princesa Isabel como o marco do encerramento da escravatura negra no Brasil. A condição de *escravo*, oposta à de *cidadão*, teria sido encerrada, e dali em diante, a lei conferiria idêntico tratamento jurídico a pessoas negras e brancas. A dúvida que pretendo levantar aqui é: a Lei Áurea produziu de fato esses efeitos? Em outros termos: é possível afirmar que a Abolição da escravatura no Brasil promoveu uma real mudança de paradigma jurídico do Estado brasileiro em relação às pessoas negras? Revisitar o tratamento jurídico conferido pelo Estado brasileiro às pessoas negras no passado pode ajudar a

---

<sup>37</sup> Bacharel em Direito (UFSM) e em Ciências Sociais (UFRGS), mestre em Antropologia Social (UFRGS), doutorando em Sociologia (UFRGS); Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7000093677913505>>; contato: <[renan.santos.ufrgs@gmail.com](mailto:renan.santos.ufrgs@gmail.com)>

explicar dificuldades ainda hoje existentes na obtenção e concretização do acesso a direitos por essa população.

## **Objetivos**

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o estatuto jurídico do negro no Brasil antes e depois da Abolição, no intuito de verificar quais efeitos concretos foram produzidos pela Lei Áurea em favor da elevação das pessoas negras à igualdade de direitos em relação às pessoas brancas. Para tanto, será feita uma comparação entre: (1) o tratamento jurídico do negro no Brasil até a Lei Áurea; (2) o conteúdo da Lei Áurea em si, e de que modo ele se relaciona com a legislação prévia, e exatamente quais efeitos ela se propunha a produzir; (3) quais legislações subsequentes à Lei Áurea foram destinadas às pessoas negras, e se essas leis tiveram por objetivo concretizar a recém-conquistada igualdade entre negros e brancos.

## **Metodologia**

Para atender ao objetivo geral desta pesquisa, foram acionadas duas ordens de procedimentos. O primeiro: pesquisa bibliográfica sobre o tema, em publicações nas áreas do Direito, da Sociologia e da História, buscando compreender quais são as principais questões a respeito desse tema, e quais os principais parâmetros legislativos desse debate. As referências centrais para esta pesquisa são os escritos de Almeida (2016), Fernandes (1972), Prudente (1989), Schwarcz e Starling (2015), Silva Jr (2007) e Wehling (2006).

O segundo: análise documental de um conjunto de legislações pós-Independência, escolhidas em função de serem identificadas pelo marco teórico aqui adotado como sendo de absoluta pertinência para o tema:

Período imperial: Constituição Federal (1824), Código Criminal (1830), Código Comercial (1850), Lei de Terras (1850) e Lei Áurea (1888);

Período republicano: Constituição Federal (1891), Lei 1.390 (1951), Constituição Federal (1988), Lei 7.716 (1989), Lei 10.639 (2003), Lei 10.678 (2003), Lei 12.288 (2010).

Os textos de cada uma das legislações acima foram obtidos no site do Senado. Cada lei foi submetida a uma busca por palavras-chave, escolhidas em função de indicarem os momentos em que a lei diferencia a população por raça. Os sete termos procurados nos textos legais foram: negro/negra, africano/africana, escravo/escrava, escravidão/escravatura, branco/branca,

senhor/senhora, raça/racial. Uma planilha foi elaborada listando quantas vezes cada termo foi localizado, e os trechos respectivos da legislação foram copiados em documentos separados. Cada trecho foi lido no intuito de identificar tratamento discriminatório em relação às pessoas negras, inserindo-os no contexto da época em que foram elaborados, no intuito de compreender se as distinções tinham por objetivo promover ou dificultar a igualdade entre negros e brancos.

### **Fundamentação Teórica**

Ao debater as correntes do pensamento sociológico sobre a questão racial brasileira, Osório (2008) faz uma declaração que merece ser debatida em profundidade:

No momento da abolição, foram suprimidas as barreiras formais que a escravidão oferecia à competição dos negros com os brancos pelas posições sociais. Mas quando os portões são abertos e se faculta aos negros o ingresso na corrida, os brancos já estão quilômetros adiante. (OSÓRIO, 2008, p. 66)

Há dois pressupostos questionáveis nessa afirmação<sup>38</sup>: (a) que a Lei Áurea tenha de fato suprimido as barreiras formais (ou seja, alterado o estatuto jurídico do negro de forma substantiva, elevando-o à igualdade em direitos com o branco); (b) que, em decorrência da recém conquistada igualdade jurídica, a competição pela mobilidade social entre negros e brancos tenha se dado em iguais condições formais (ressalvada apenas a diferença material de o jogo ter começado com os brancos em situação muito mais vantajosa; porém, dali em diante, as regras da corrida foram as mesmas para ambos os grupos).

Parece haver uma pressuposição de que o encerramento do regime escravocrata (retirar das pessoas brancas a possibilidade de escravizar pessoas negras) necessariamente resultou em uma igualdade jurídica (ao menos formal) entre brancos e negros. De início, é importante apontar que, embutida nesse argumento, está uma presunção de que o sistema jurídico anterior à Abolição respeitava as poucas garantias já previstas em leis a favor dos escravos. Trata-se de um equívoco: mesmo nos raros casos de escravos que obtinham a alforria, ela não era sempre respeitada pelos brancos, e a cultura jurídica no Brasil em relação aos negros era muito pouco preocupada com o atendimento das formalidades legais:

---

<sup>38</sup> Guimarães (1999, p. 37) partilha da percepção de Osório: “Desde a Abolição da escravatura, em 1888, não experimentamos nem segregação, ao menos no plano formal, nem conflitos raciais”.

Grassava uma escandalosa ilegitimidade na escravidão. Amparado firmemente no costume, esse sistema foi marcado pela bastardia jurídica, aqui e em outros lugares. O notável desprezo das sociedades escravistas pela obediência às leis que controlavam a violência se espraiava por toda a sociedade, facilitando a reescravização. (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 95/96)

A Abolição foi uma conquista importante. Contudo, o Estado brasileiro da época não promoveu (nem via Lei Áurea, nem via legislações subsequentes) nenhuma ação concreta para integrar as pessoas negras recém libertas na sociedade. Nesse sentido, afirma Fernandes (1972), sobre a situação do negro:

Não se tomou nenhuma medida para ampará-lo na fase de transição e nada se fez para ajustá-lo no sistema de trabalho livre (apesar dos muitos projetos que foram elaborados ou suscitados anteriormente, enquanto a iniciativa privada e o Estado temiam pela escassez da oferta de trabalho). (FERNANDES, 1972, p. 267)

Prudente (1989) vai mais longe, e destaca não só a ausência de políticas públicas a favor dos negros, como ainda a ocorrência de um novo golpe contra eles por parte do Estado:

Não se nota qualquer providência legal, com vistas à integração dos novos cidadãos, pelo contrário, o jurista Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do Governo provisório republicano, promoveu a incineração de documentos referentes à escravidão africana no Brasil. Seu objetivo imediato era impossibilitar cobrança de indenizações prometidas pelos republicanos aos senhores de escravo, mas acabou por causar irreparável prejuízo à recuperação da memória nacional. (PRUDENTE, 1989, p. 141)

Desse modo, pessoas até então impedidas de acessar o estudo formal, bem como proibidas de acumular bens, e que foram elas próprias consideradas *coisa* (no sentido jurídico), não receberam nenhum auxílio financeiro ou política pública de Estado para lhes auxiliar a exercerem de forma concreta a recém conquistada cidadania. Em contrapartida, o Estado brasileiro não ignorou a situação nova na qual os ex-senhores de escravizados foram colocados com a Abolição. Embora não tenham sido diretamente indenizados pelo prejuízo econômico com a o fim da escravidão (na medida em que perderam essas *coisas*, propriedades produtoras de riquezas): “obtiveram compensações através da política de subsídio oficial da imigração, de medidas de amparo financeiro de emergência e da própria rede de solidariedade particular, que a iniciativa privada podia mobilizar” (FERNANDES, 1972, p. 267).

A Constituição Federal de 1988 avançou bastante, ao repudiar de modo explícito o racismo, e desde então, em especial a partir de 2001, ocorreram vários novos progressos. No entanto, da mesma forma que na Abolição houve uma mudança legislativa desacompanhada de mudança nas práticas sociais, mesmo de 1988 em diante a enunciação da igualdade jurídica entre negros e brancos segue marcada pela forma, não pelo conteúdo. A esse respeito, afirmam Bragato e Adamatti (2014):

O conceito de igualdade que triunfou no Direito moderno ocidental foi o de idêntico tratamento a todos. Embora seja uma concepção essencial para refutar discriminações injustificadas perante a lei, que se estabelecem a partir de privilégios, é também insuficiente, pois restringe a igualdade ao formalismo, ao não só ignorar a desigualdade histórica das pessoas, mas pressupor uma igualdade inexistente entre elas. (BRAGATO e ADAMATTI, 2014, p. 96).

Quando se observa o tratamento jurídico conferido ao negro no Brasil pré e pós Abolição (tanto no sentido do que estava positivado em lei, como no sentido das práticas do Judiciário brasileiro em relação às demandas desta população), se verifica uma baixa eficácia dos valores democráticos e igualitários. Ou seja, permanece precisa a avaliação de Fernandes (1972, p. 259), falando sobre o Brasil dos anos 1970: “Sabe-se que o dilema racial brasileiro aparece, fundamentalmente, como um contraste entre normas ideais (moldadas por um ‘*ethos* democrático’) e comportamentos efetivos (exclusivistas e tendentes à subalternização do ‘negro’ e do ‘mulato’)”.

## **Resultados**

A pesquisa demonstra que: (1) houve uma “timidez” na produção legislativa brasileira pré-Abolição em explicitar as regras do regime escravocrata, tendo em vista sua incompatibilidade com o ideário liberal copiado pelo Brasil dos países europeus; (2) o econômico texto da Lei Áurea formalmente encerrou a possibilidade de pessoas brancas escravizarem pessoas negras, sem promover ferramentas concretas de combate à continuidade de práticas escravistas, sem prever punições aos brancos que mantivessem negros em condições análogas à escravidão, e sem oferecer quaisquer políticas públicas de inclusão para a concretização da cidadania dos cidadãos negros; (3) houve legislações discriminatórias negativas voltadas às pessoas negras mesmo após a Lei Áurea, refletindo a manutenção de uma cultura branca preconceituosa, não atacada enquanto política de Estado; (4) apenas do dos anos 2000 em diante, mais de cem anos após a Abolição, o Estado

brasileiro começa a emitir leis concretas voltadas a combater a desigualdade racial, por meio de ações afirmativas.

### **Conclusões ou Considerações Parciais**

O estudo conclui que o fim formal da escravidão não resultou em um encerramento concreto de práticas discriminatórias (ativas ou omissivas) do Estado brasileiro em relação à população negra. Embora a Abolição tenha trazido uma novidade (no sentido de impossibilitar ao branco manter pessoas negras como propriedade e submetê-las a um regime de trabalho forçado, autorizado o uso da tortura, estupro e assassinato), a falta de investimento público material e simbólico resultou em a situação de vida concreta das pessoas negras libertas (e a relação delas com as pessoas brancas escravizadoras) não ter sido alterada substantivamente.

A despeito da adoção dos ideais liberais em nossa legislação, a ideologia da supremacia branca permaneceu operando em paralelo a eles, não sendo eficazes em garantir uma real igualdade entre todos. Apenas da Constituição Federal de 1988 em diante se nota um progresso concreto no sentido de igualar negros e brancos em nossa legislação.

### **Referências**

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia. “Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil”. São Carlos: **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

BRAGATO, Fernanda Frizzo; ADAMATTI, Bianka. Igualdade, Não Discriminação e Direitos Humanos: São legítimos os tratamentos diferenciados? Brasília: **Revista de Informação Legislativa**, v. 204, p. 91-108, 2014.

FERNANDES, Florestan. “Aspectos políticos do dilema racial brasileiro”. In: \_\_\_\_\_. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GUIMARÃES, Antonio. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HASENBALG, Carlos. “A estrutura de classes, estratificação social e raça”. In: \_\_\_\_\_. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

OSORIO, Rafael Guerreiro. “Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias”. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a Abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. “O Negro na Ordem Jurídica Brasileira”. São Paulo: **Revista da Faculdade de Direito**, v. 83, n. jan-dez, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA Jr., Hédio. “Notas sobre sistema jurídico e intolerância religiosa no Brasil”. In: SILVA, Vagner Gonçalves (org.). **Intolerância Religiosa: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2007.

WEHLING, Arno. “O escravo ante a lei civil e a lei penal no Império (1822-1871)”. In: WOLKMER, Antonio Carlos. **Fundamentos de História do Direito**. 3ª ed. revista e atualizada. Bel Horizonte: Del Rey, 2006.

# Os territórios quilombolas urbanos entre normas jurídicas e sociais

Tamires Dias Quadros<sup>1</sup>

## Resumo

Esta pesquisa discute as relações entre normas jurídicas e sociais e os territórios quilombolas urbanos no contexto da cidade de Porto Alegre. O objetivo geral é investigar, a partir de uma perspectiva sociojurídica, as mudanças nas normas jurídicas, práticas jurídicas e normas sociais que regulam os quilombos urbanos no processo de reconhecimento do território e suas potenciais implicações para as práticas sociais nesse espaço. O objetivo específico é investigar quais normas jurídicas e práticas jurídicas têm sido aplicadas para regulação do espaço, analisando se o autorreconhecimento, previsto em lei, tem sido respeitado em caso de conflitos territoriais e a identificação e implicação das normas internas para regulação do espaço, bem como entender a implicação da interação das normas jurídicas, práticas jurídicas e normas sociais, especialmente quando conflituosas. Foram levantadas cinco hipóteses: há dificuldade do judiciário de reconhecer o processo de resgate histórico; há uma prática do judiciário de não reconhecimento e aplicação de normas que não devem regular territórios quilombolas; há interação de normas jurídicas de distintas esferas e competências; essa interação resulta na criação de normas para regulação interna do território; e as interações podem dificultar na implementação de políticas públicas. Como resultado parcial, há a confirmação de uma das hipóteses de que há interação de normas jurídicas de distintas esferas e competências. Considerando que se trata de uma pesquisa em fase inicial, a metodologia envolve, em primeiro momento, uma revisão de literatura sobre quilombos urbanos e seu reconhecimento jurídico. Em um segundo momento, pretende-se estudar empiricamente casos de territórios quilombolas urbanos no contexto de Porto Alegre, a partir das categorias teóricas da geografia jurídica, um campo de estudos que problematiza as relações entre as normas e a sua espacialidade.

**Palavras-chave:** Quilombos Urbanos; Normas Jurídicas; Normas Sociais.

## Introdução

A problemática do “autorreconhecimento”, “autoatribuição” ou “autodefinição” das comunidades quilombolas tem se tornado um tema controverso nos últimos anos, a partir da organização política de subjetividades negras que reivindicam o reconhecimento dos seus territórios, objetivando reparação histórica e manutenção da diversidade sociocultural. A construção e o resgate da memória e da identidade dos quilombos é um processo que vem ocorrendo em distintos contextos e situações em que comunidades de remanescentes de

---

<sup>1</sup> A autora é graduanda do curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, integrante do Grupo de Pesquisa Direito e Sociedade- GPDS. E-mail para contato: tamiresdiasquadros@gmail.com

quilombos se mobilizam pela titulação da propriedade sobre as terras que tradicionalmente ocupam, no campo ou na cidade, a fim de fazer valer o direito assegurado no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

A Constituição não se refere aos quilombos como uma identidade histórica apenas, como algo que ficou no passado, mas que esses sujeitos existam no presente e tenham como condição elementar ocupar uma terra, que deve ser titulada. Ou seja, atualiza-se no sentido de que qualquer referência ao passado deve corresponder a uma forma atual de existência <sup>2</sup>. O Decreto n. 4887/2003, cuja constitucionalidade foi recentemente asseverada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), regulamenta esse dispositivo constitucional, determinando o “procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”. O art. 2º, § 1º referido Decreto estabelece como critério a “autodefinição da própria comunidade”, o que significa um “comando para que sejam levados em consideração, na medição e demarcação das terras, os critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades quilombolas” (STF, ADI 3239).

Nesse sentido, a interpretação conferida à legislação vigente pelo STF implica considerar os quilombos rurais e urbanos como comunidades cuja identidade ficou não somente atrelada ao passado, mas também à sua existência presente e futura. Esses importantes avanços legislativos e jurisprudenciais, assim, não encerram por si só os problemas práticos advindos do processo de reconhecimento dos territórios quilombolas antes, durante e depois de sua titulação pelo Estado, sobretudo no caso dos quilombos urbanos.

O problema de pesquisa, com isso, apresenta-se em: **como** tem sido aplicadas as normas jurídicas, práticas jurídicas e normas sociais de uso comum que regulam os quilombos urbanos ao longo do processo de reconhecimento do território, especialmente frente a possíveis interações e conflitos entre elas; e **quais** suas potenciais implicações para as comunidades que estão inseridas no contexto do espaço urbano. Objetiva-se de forma ampla e geral investigar, a partir de uma perspectiva sociojurídica, as mudanças nas normas e práticas jurídicas e normas

---

<sup>2</sup> O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. São Cristóvão-SE: Tomo, no 11, jul./dez. 2007.

sociais que regulam os quilombos urbanos no processo de reconhecimento do território e suas potenciais implicações para as práticas sociais nesse espaço; e objetiva-se, mais especificamente, investigar quais normas e práticas jurídicas têm sido aplicadas para regulação do espaço, analisando se o autorreconhecimento previsto em lei tem sido respeitado em casos de conflitos territoriais, bem como a identificação e implicação das normas internas sociais para regulação do território e entender a implicação da interação das normas jurídicas, práticas jurídicas e normas sociais, especialmente quando conflituosas.

Assim, propõe-se algumas hipóteses: o processo de autorreconhecimento de um território quilombola urbano é um processo de resgate de memória histórica e cultural e há dificuldade do judiciário em reconhecer isso; a partir disso, há uma prática do Estado, enquanto Judiciário, em não reconhecer uma comunidade recentemente autodefinida, em casos de conflitos territoriais, incorrendo na aplicação de normas que não deveriam regular territórios quilombolas; há a interação de normas jurídicas de distintas esferas e competências; as implicações existentes da interação dessas normas resultam na criação de normas para regulação interna do território; as implicações existentes da interação dessas normas pode dificultar na implementação de políticas públicas para os territórios quilombolas urbanos.

A partir desses entendimentos, colocado que se trata de uma pesquisa em andamento, a metodologia envolve uma análise bibliográfica da literatura existente sobre territórios quilombolas, com um mapeamento espacial das comunidades; e empírica, com análise documental de processos jurídicos e administrativos de territórios quilombolas situados no contexto urbano de Porto Alegre e análise de laudos técnicos realizados nos territórios, no que tange ao estudo das normas e práticas jurídicas existentes, bem como análise de etnografias realizadas no que tange às normas sociais.

Para construção do método e desenho da pesquisa, utiliza-se o conceito de rugosidades sociais para entender o processo de autodefinição como uma reconstrução de identidades históricas, que foram apagadas, mas que seguem vivas a partir da memória, da cultura, dos meios de uso da terra ocupada e de seus recursos, que se inserem no espaço urbano. Existem, assim, diversas formas remanescentes de períodos anteriores, bem como formas mais recentes, mas que se originam a partir de condições socioculturais específicas, mesmo que não tenham o mesmo

significado e os mesmos interesses, é o que Milton Santos denomina de rugosidades sociais.<sup>3</sup>

Com isso, o processo de reconhecimento territorial pode trazer mudanças na incidência de normas jurídicas para o território, nas normas sociais criadas pela própria comunidade que incidem sobre ele e sobre a sua percepção do território, em disputa, e da própria identidade quilombola e de práticas jurídicas, regulando o espaço. Assim, para entender a relação entre normatividade e espacialidade, utiliza-se do estudo da geografia jurídica, campo de estudo da sociologia do direito, que auxiliará, como referencial, para responder o problema de pesquisa.

Nesse sentido, Konzen<sup>4</sup>, através do estudo da geografia jurídica, coloca que normatividade e espacialidade, ainda que entendidos como dimensões sociais, entrelaçam-se e relacionam-se, a partir da interação das práticas sociais com as normas jurídicas, práticas jurídicas e normas sociais.

A partir disso, no contexto de Porto Alegre há sete comunidades quilombolas urbanas em disputa territorial. Para facilitação e para situar a discussão, realizou-se um mapeamento inicial para a presente pesquisa demonstrando que a maioria das comunidades quilombolas se apresentam em áreas centrais da cidade. Essas áreas, em tempo longínquo, em consonância com as rugosidades, eram conhecidas como territórios negros, espaços de trânsito, de passagem, estabelecimento comercial ou residencial ocupados por pessoas negras na cidade de Porto Alegre, que com a luta pela titulação possuem um sentido atual de território negro e resistência do negro pelo seu território.

Percebe-se, conforme as cores que em cor branca há o Quilombo da Família Silva, localizado no bairro Três Figueiras, em cor azul o Quilombo Areal da Baronesa, localizado no bairro Menino Deus, em cor amarela o Quilombo dos Alpes, localizado no bairro Cascata, em cor preta o Quilombo da Família Machado, localizado no bairro Sarandi, em cor bege o Quilombo da Família Fidélis, localizado no bairro Azenha, em cor verde o Quilombo da Família

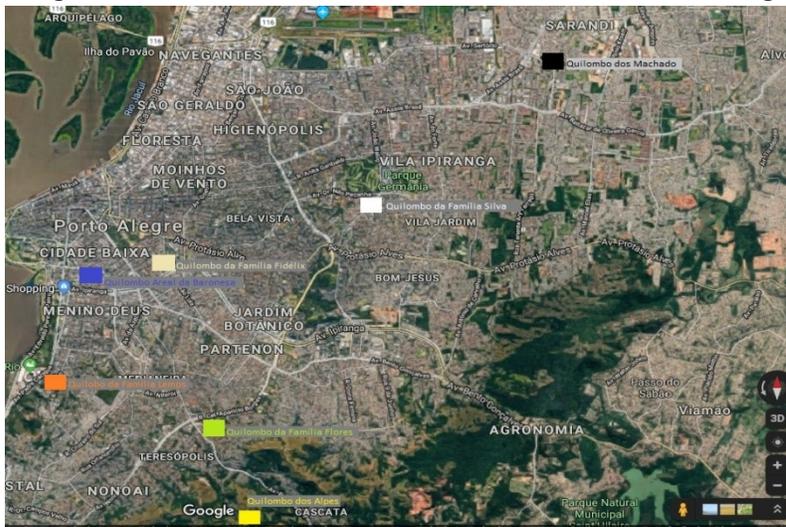
---

<sup>3</sup> Milton Santos introduz o conceito de rugosidades sociais do espaço em sua obra “*Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*”. Sob uma perspectiva sócio-territorial, a condição social presente é também resultado da herança, ou de resquícios longínquos, que se manifestam e inter cruzam com elementos contemporâneos de forma objetiva e subjetiva no espaço geográfico. SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 6.ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004, p. 259.

<sup>4</sup> KONZEN, Lucas Pizzolatto. *Norms and space: understanding public space regulation in the tourist city*. Tese (Doutorado) - Curso de Law And Society, Università Degli Studi di Milano, Milão (Itália), 2013.

Flores, localizado no bairro Glória, em cor laranja o Quilombo da Família Lemos, localizado no bairro Santa Tereza:

Figura 1 - Territórios Quilombolas Urbanos em Porto Alegre



Fonte: Produção própria, a partir da ferramenta de georreferenciamento do *Google maps*.

Nesse sentido, escolha dos territórios a serem trabalhados se deu para um entendimento completo na busca pela resposta do problema de pesquisa em questão. Nesse sentido, o Quilombo da Família Silva foi escolhido por ser o mais antigo, o Quilombo do Areal da Baronesa por sua particularidade geo-espacial, pois é tangenciado por via de acesso público e o Quilombo da Família Flores por ter insurgência recente do processo identitário e de reconhecimento territorial quilombola.

Com efeito, como resultados parciais, há a confirmação da hipótese que coloca haver interação de normas jurídicas de distintas esferas e competências, como a Convenção 169 da OIT, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68 do ADCT, o Decreto Federal 4887 de 2003, em seu artigo 1º§2, que regulamenta o artigo 68 do ADCT, a nível estadual, a Lei Estadual 11.731 de 2002 e a nível municipal a Lei Municipal nº 434.

Inferese-se que se aplicam aos territórios regras estatais, de diversas jurisdições, e não estatais de regulação do espaço. Ao mesmo tempo que há regulação municipal, estadual e federal, dentre as normas jurídicas estatais, há práticas jurídicas e normas sociais de uso comum do território, que definirão as regras que serão efetivamente aplicadas ao território.

## Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: E. C. O'Dwyer (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. São Paulo: ABA/FGV, 2002.
- CAMPOS, Nazareno J. **As diferentes formas de uso comum da terra no Brasil**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.
- CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Quilombo, Território e Geografia. São Paulo: **Agrária**, n. 3, p. 156-171, 2006.
- COMISSÃO PRÓ ÍNDIO- SÃO PAULO. OBSERVATÓRIO TERRAS QUILOMBOLAS. Disponível em <<http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>>. Acesso em: 19 maio. 2019.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. São Cristóvão-SE: **Tomo**, no11, jul./dez. 2007.
- KONZEN, Lucas Pizzolatto. **Norms and space: understanding public space regulation in the tourist city**. Tese (Doutorado) - Curso de Law And Society, Università Degli Studi di Milano, Milão (Itália), 2013.
- LITTLE, Paul E. (2002), "Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade", *Série Antropologia*, 322. Acesso em 11 maio 2019<<http://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>>
- MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo em África. In: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, p. 21-31. 2001.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. doc. n. 7, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.
- ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar, Porto: **e-cadernos CES [Online]**, 07, 2010, disponível em 01 março 2010. Consultado em 27 abril 2019. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/417>>
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. Rio de Janeiro: **GEOfographia**, v. 1. n. 1, p. 7-13, 1999.
- SANTOS, Milton.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. pp. 213-220. 233-246, 251-260, 270-277. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6.ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. São Paulo: **Ambiente & Sociedade**- Ano V, n, 10- 1o semestre, 2002.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação**. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, cap. II, III e V, v. 5.3, 2006, Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Girolamo.pdf>> Acesso em: março de 2019.

# Grupo de Trabalho 5

## Trabalho e Sociedade

### Súmula do GT

Face ao novo paradigma de produção e desenvolvimento, assim como a difusão das tecnologias de informação e comunicação, busca-se analisar as implicações e os condicionantes dos processos produtivos. Dentro deste escopo, encontram-se os focos de pesquisa nos seguintes pontos: as transformações no mercado de trabalho; as mudanças nas relações de trabalho e de emprego; a atuação dos agentes sociais relevantes nesses processos (trabalhadores, empresários, governos, instituições de representação coletiva); a relação trabalho-desigualdades socioeconômicas; a dimensão subjetiva e moral do trabalho, como as noções de centralidade, sentidos e reconhecimento.

Sessão 1 – Desemprego, reinserção, inclusão e gênero no mercado de trabalho

Sessão 2 – Trabalho na modernidade: mídias e aplicativos

**Discente(s) Coordenadoras:** Daniela Damion, Bruna Kern Graziuso e Marieta Reis

**Professores/as convidados/as:** Thays Wolfarth Mossi (Dpto. Sociologia-UFRGS), Cinara Lerrer Rosenfield (PPGS-UFRGS)

## **“Nem chefe, nem escritório”: controle e subordinação no trabalho de motoristas por aplicativo**

Ezequiel Zanco Scapini<sup>43</sup>

### **Resumo**

A presente pesquisa visa investigar o controle e a subordinação no trabalho de motoristas por aplicativo, compreendendo que o fenômeno da uberização engendra uma nova configuração do trabalho. Com o advento da Tecnologia da Informação, muitos mecanismos de controle passam da figura do gerente para a informatização, ou seja, há uma relação direta entre o desenvolvimento de tais tecnologias e formas de controle. Se antes, portanto, a garantia do controle se efetivava na condução por parte da gerência, agora o controle se efetiva por meio de algoritmos, mantendo a sujeição do trabalhador. A subordinação do trabalhador no trabalho uberizado se estrutura a partir dos elementos: a) consentimento, no qual o trabalhador permite o controle; b) conflito, no qual as partes antagônicas entram em choque a partir da imposição do controle; e c) resistência, no qual os trabalhadores constroem estratégias para inviabilizar ou modificar os mecanismos de controle.

A partir de entrevistas semiestruturadas com motoristas por aplicativo da Uber e da análise de documentos da empresa-aplicativo foi possível constatar que o controle por algoritmos se efetiva a partir de uma subordinação aparentemente oculta para o trabalhador, isto é, ela está presente mas não há o reconhecimento da sua condição. Todavia, tal afirmação não é incompatível com formas de resistência diante da precarização do trabalho.

**Palavras-chave:** Uberização; Controle; Subordinação.

### **Controle e subordinação no trabalho por aplicativo**

Dentro do leque de inovações tecnológicas, talvez uma das mais significativas seja o trabalho por aplicativo, o qual terá centralidade em nossa análise e que integra o fenômeno da uberização do trabalho. O objetivo, portanto, é compreender, a partir da relação trabalho e tecnologia, o que há de novo e o que há de continuidade no trabalho mediado por um aplicativo, em especial, as dimensões de controle e de subordinação.

O uso de aplicativos em smartphones faz parte das transformações associadas ao conceito de Indústria 4.0, isto é, “um novo modelo de produção em que máquinas, ferramentas e processos estarão conectados à internet através de sistemas ciber-físicos, interagindo entre si e com a capacidade de operar, tomar decisões e se corrigir de forma praticamente autônoma” (TESSARINI JUNIOR; SALTORATO, 2018, p. 743). Mesmo que tais transformações não

---

<sup>43</sup> Especialista em Estudos Latino-americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora/ Escola Nacional Florestan Fernandes e mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: scapiniezequiela@gmail.com

estejam totalmente estabelecidas, supõe-se que elas estão na emergência da Quarta Revolução Industrial. Afirma-se que a Indústria 4.0 é vista como uma estratégia contemporânea para a reestruturação produtiva do sistema capitalista, visando o aumento do ganho de produtividade e de redução de custos, fatores essenciais para a acumulação de capital, que dependem, especialmente, sem desconsiderar outros fatores, da intensificação da exploração da força de trabalho. Isto posto, o trabalho uberizado se insere nesse contexto das mudanças advindas com a incipiente Quarta Revolução Industrial. Ainda que nos pareça que ele está restrito ao mercado de transportes, atualmente o mais consolidado, sua amplitude já atinge os mais diversos serviços. Embora o termo uberização tenha sido cunhado aqui no Brasil, tradicionalmente é a definição de Economia de Compartilhamento (*sharing economy*) que nos remete ao uso de plataformas virtuais no setor de serviços.

Ainda que a economia de compartilhamento nos traga uma definição a partir do viés tecnológico, o conceito de uberização do trabalho se aproxima da Sociologia do Trabalho e, conseqüentemente, do que é a raiz dessa nova configuração do trabalho, a qual não se resume ao seu aspecto tecnológico. Assim sendo, a uberização do trabalho define

uma nova forma de controle, organização e gerenciamento do trabalho em que empresas monopolizam os meios de encontro entre oferta e procura, jogam para a multidão de trabalhadores agora transformados em nanoempreendedores a administração de sua própria produtividade, estabelecem meios de subordinação e controle eficientes e operantes mais difíceis de mapear e, por fim, terceirizam a execução do gerenciamento para a multidão de usuários-consumidores-vigilantes (ABÍLIO, 2018, p. 58).

As empresas-aplicativo buscam estratégias para o aumento da extração de mais-valor, o pilar do modo de produção capitalista (MARX, 2013), que serão possibilitadas graças ao avanço tecnológico. Dentre as suas estratégias está a transferência dos custos com os meios de produção para o trabalhador, resguardando para si somente o custo com o componente tecnológico, essencial para a mediação com os trabalhadores. Mas aqui, temos uma ambigüidade: a transferência dos custos com os meios de produção não torna o trabalhador por aplicativo detentor dos meios de produção, mas detentor das ferramentas de trabalho (CHAVES JUNIOR et al, 2017).

A subordinação do trabalhador terá mudança qualitativa no trabalho uberizado. Para Chaves Junior et al (2017), com as mudanças tecnológicas em curso, a subordinação do trabalhador para o empregador – principal característica para afirmação do vínculo empregatício – não está mais voltada “para a disciplina, para a direção rígida da atividade, para

o confinamento” (p. 174). O trabalho virtual, portanto, nos traz uma nova forma de subordinação voltada para a alienidade do trabalho, isto é, o trabalhador é alienado dos frutos de seu trabalho, se responsabiliza pelos riscos da atividade e é desvinculado da utilidade patrimonial de seu trabalho, em suma, o trabalhador por conta alheia. Em termos práticos, o meio para se aferir a subordinação não seria mais a subordinação hierárquica, mas sim a noção de dependência econômica, que não se resume a uma dependência em relação ao salário, mas sim a noção de desposuimento na qual “o trabalhador dependente é exatamente aquele que, por ser desposuído, trabalha por conta alheia e, assim, não se apodera dos resultados desta entrega do trabalho” (p. 177).

Marcado pela desterritorialização e pela dispersão, o trabalho uberizado se valerá de novas formas de controle (ABÍLIO,2017), no qual o trabalhador uberizado é constantemente vigiado e avaliado. Se no taylorismo/fordismo esse controle era garantido pela figura do gerente (BRAVERMAN, 1987), tanto na esfera da produção quanto no setor de serviços, agora temos dois novos elementos: o usuário do serviço, como descrito anteriormente, e o componente tecnológico.

No trabalho uberizado, no qual não teremos mais a concentração dos trabalhadores, a figura do gerente precisará ser substituída. De um lado, teremos os usuários que, conforme Abílio (2017), serão os que certificarão a qualidade do trabalho. De outro lado, teremos o controle pelo elemento tecnológico que, em realidade, é o que permite o controle/avaliação dos usuários. Nesse ponto, o controle não será sobre a qualidade da mercadoria ou no resultado do trabalho, mas sim o controle sobre o próprio trabalho. Assim, no trabalho uberizado teremos o controle por programação (CARELLI, 2017; SUPIOT, 2015), isto é, o trabalhador terá sua atividade avaliada por meio de dados estatísticos, possuindo metas e regras, além de certa autonomia, tudo isso sendo possível por meio de algoritmo/aplicativo. Além disso, o controle por programação pressupõe a ideia de mobilização total, estando os trabalhadores disponíveis a todo momento, haja visto que, no caso da Uber, os motoristas mais disponíveis ganham as melhores corridas.

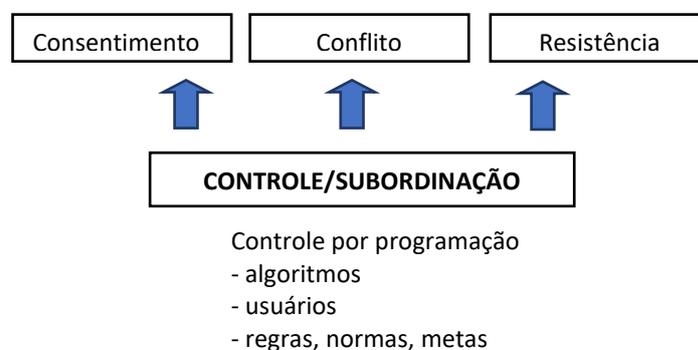
Burawoy (1979), ao abordar controle e subordinação, nos diz que o que deve ser explicado não é o conflito, mas a sua ausência, que se revela na noção de consentimento. O autor partirá da noção gramsciana de hegemonia (1999) para a formulação de sua análise que abarca a dimensão subjetiva de classe, em resposta ao objetivismo e ao economicismo de Braverman (COTANDA, 2015). Com isso, à necessidade de controle para garantia da extração

de mais-valia, Burawoy (1979) trará a noção de consentimento e de força empregadas por Gramsci na definição de hegemonia. As práticas de controle empregadas mesclarão, portanto, consentimento e força/coerção, sendo necessário analisar quais as condições colocadas que permitem que o controle assuma características de um e de outro. Para Burawoy (1979) o controle deve ser pensado como um “jogo” em que participam trabalhadores e gerentes e é na condução desse jogo que o consentimento por parte dos trabalhadores se expressa.

Com o advento da Tecnologia da Informação, muitos mecanismos de controle passam da figura do gerente para a informatização, ou seja, há uma relação direta entre o desenvolvimento de tais tecnologias e formas de controle (JANSEN; MAEHLER, 2016). Se antes, portanto, a garantia do controle se efetivava na condução por parte da gerência, agora o controle se efetiva, supõe-se, por meio de algoritmos, mas que em comum com a forma anterior possui “os velhos elementos de sujeição/subordinação” (REIS; CORASSA, 2017, p. 158). Vale ressaltar que, em última instância, os algoritmos são instrumentos de gerenciamento que só se efetivam por meio de comandos que determinam o resultado desejado. Sendo assim, o algoritmo integra a forma de controle que Supiot (2015) define como *programação por comandos* e tais comandos baseiam-se em metas e regras medidas por meio de indicadores estatísticos.

Portanto, ainda que mude a forma como o controle se efetiva, a subordinação do trabalhador no trabalho uberizado ainda está presente e se estrutura a partir dos seguintes elementos: a) consentimento, no qual o trabalhador permite o controle; b) conflito, no qual as partes antagônicas entram em choque a partir da imposição do controle; e c) resistência, no qual os trabalhadores constroem estratégias para inviabilizar ou modificar os mecanismos de controle. Assim, a pesquisa está estruturada da seguinte forma

Figura 1 - Controle/subordinação e as dimensões de consentimento, conflito e resistência



Fonte: elaboração própria (2018)

## **Consentimento, conflito e resistência**

Para fins desta pesquisa que busca, em suma, investigar controle e subordinação sobre o trabalho de motoristas por aplicativo no fenômeno da uberização, foi realizado um estudo qualitativo, o qual nos permite analisar em profundidade a problemática formulada. Para tanto, a pesquisa tem como objeto empírico os trabalhadores por aplicativo da empresa-aplicativo Uber e, até o presente momento, foram realizadas onze entrevistas semiestruturadas com os motoristas.

O consentimento no trabalho por aplicativo apoia-se na facilidade de acesso do trabalhador, ou seja, não há uma seleção para sua inserção; e, especialmente, se apoia na noção de que “não há um trabalho melhor”. Esse trabalho melhor para o motorista configura-se como um trabalho no qual ele consiga sua sobrevivência, mas mantenha relativa autonomia ou uma autonomia outorgada (ROSENFELD, 2004). Essa relativa autonomia apoia-se na definição de horários pelo motorista, ainda que saibamos que a margem de escolha é relativamente pequena, mas possui maior abertura do que um emprego com horário fixo.

Além disso, o consentimento se sustenta na aparente concepção de que não há uma relação de subordinação, isto é, uma relação patrão-empregado, sensação que se acentua na medida em que não há a figura do chefe e faz com que o motorista tenha a falsa impressão de ser chefe de si mesmo. A subordinação, nesse sentido, é invisível ao motorista, que estabelece uma relação com a empresa de forma como se ele, motorista, fosse o contratante de um serviço. Ele faz exigências para a melhoria do serviço, mas internaliza as condições de precariedade, aqui vistas, para o motorista, como precariedade do serviço e não precariedade do trabalho.

O conflito, essencialmente, não se estabelece diretamente à empresa, há uma intermediação na figura do usuário. O motorista reconhece a necessidade de algum mecanismo de avaliação para manter a qualidade do serviço, ainda que considere alguns critérios do sistema de avaliação injustos. Porém, vê no usuário a fonte que alimenta o sistema de avaliação.

Há uma barreira tão grande entre a empresa e o motorista que as queixas são pouco efetivas, não se tornando reivindicações. E, surpreendentemente, não se verifica maiores queixas em relação ao pagamento recebido, há introjeção da noção de que “se você quer ganhar mais, é preciso trabalhar mais”. Diferente da nossa impressão inicial, já é possível identificar processos coletivos, de associação e de resistência entre os motoristas, que se configuram tanto em momentos de socialização como de reivindicação.

Os grupos de whatsapp passam a ser definidores de identidade, estar em um grupo dá a noção pertencimento e de segurança, se configurando como um grupo de apoio. Por isso, ainda que seja um trabalho caracterizado pela dispersão dos motoristas (geográfico e associativo), mesmo dentro desse isolamento, há a busca pelo vínculo entre os motoristas.

## **Conclusão**

A pesquisa apoia-se na perspectiva de que o controle sobre os trabalhadores é condição necessária do processo de trabalho para a garantia da extração de mais-valor de forma direta na esfera da produção e indireta na esfera dos serviços. Sendo assim, também se acredita na noção de que o trabalho informacional não supera as condições de exploração do trabalho. Com isso, depreende-se que o trabalho uberizado engendra uma nova configuração nas relações de trabalho com continuidades e rupturas em relação (comparativamente) às formas tradicionais. No interior desta configuração a presença de tecnologias de programação/ de plataformas virtuais torna-se determinante no processo de controle/subordinação do trabalho. O controle por programação manteria o que é a base do controle, isto é, a separação entre concepção e execução, bem como a sua não transparência. As rupturas, portanto, seriam mais de forma do que de conteúdo. A subordinação apresenta-se de forma oculta, isto é, ela está presente, mas não há o reconhecimento da sua condição. Antes do trabalho por aplicativo o trabalhador não reconhecia o fruto de seu trabalho, porém identificava que estava sujeito a alguém, subordinada a outro e que se esse outro determinava as regras do jogo. Com o aplicativo, tal condição foi eliminada.

## **Referências**

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização do trabalho: subsunção real da viração**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso: fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. In: Margem Esquerda, n. 31, 2º semestre, 2018.

ANDRÉ, Marli Eliza de. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BURAWOY, Michael. **Manufacturing consent**. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. O caso Uber e o controle por programação: de carona para o século XIX. In: LEME, Ana Carolina et al (Org.). **Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano**. São Paulo: LTr, 2017.

CHAVES JUNIOR, José Eduardo et al. **Subordinação, dependência e alienidade no trânsito para o capitalismo tecnológico**. In: LEME, Ana Carolina et al (org.). **Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano**. São Paulo: LTr, 2017.

COTANDA, Fernando Coutinho. **Os 40 anos de *Trabalho e capital monopolista* de Harry Braverman**: a persistente fragilidade sindical nos assuntos relacionados ao processo de trabalho. In: Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 46, n.2, jul/dez, 2015, p. 173-200.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JANSEN, Aline; MAEHLER, Alisson. O uso da tecnologia da informação como mecanismo de controle: análise de múltiplos casos no setor bancário. Canoas: **Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 5, n.1, p. 135-152, 2016.

MARX, Karl. **O capital**, Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

REIS, Daniela; CORASSA, Eugênio. Aplicativos de transporte e plataforma de controle: o mito da tecnologia disruptiva do emprego e a subordinação por algoritmos. In: LEME, Ana Carolina et al (Org.). **Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano**. São Paulo: LTr, 2017.

ROSENFELD, Cinara. Autonomia outorgada e apropriação do trabalho. Porto Alegre: **Revista Sociologias**, ano 6, n. 12, jul/dez 2004.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SUPIOT, Alain. **La gouvernance par les nombres**. Paris: Fayard, 2015.

TESSARINI JUNIOR, Geraldo; SALTORATO, Patrícia. Impactos da indústria 4.0 na organização do trabalho: uma revisão sistemática da literatura. Florianópolis: **Revista Produção Online**, v. 18, n. 2, p. 743-769, 2018.

UBER **Quem somos**. <https://www.uber.com/br/pt-br/about/>. Acesso em: 20 de mar. de 2018.

ZANATTA, Rafael A. F. Economias do compartilhamento: superando um problema conceitual. In: ZANATTA, Rafael; PAULA, Pedro; KIRA, Beatriz (Org.). **Economias do compartilhamento e o direito**. Curitiba: Juruá, 2017.

# Grupo de Trabalho 6

## Violência, Conflitualidade, Direito e Cidadania

### Súmula do GT

Constantemente são divulgadas novas estatísticas que nos atualizam sobre a preocupante situação da violência no Brasil e na América latina. Entretanto o fenômeno não se limita aos alarmantes dados sobre homicídios ou encarceramento, as diversas formas de violência e conflitos sociais, suas formas de administração e resoluções permeiam a constituição de sujeitos, de grupos a configuração da sociedade e do próprio Estado na América Latina e no Brasil. Este grupo de trabalho promove a apresentação e discussão de estudos concluídos ou em andamento sobre as diversas formas de conflitos e violências – que podem se manifestar em dinâmicas criminais, são perpassadas por questões de gênero, étnicas e raciais, ou políticas, em suas formas físicas ou simbólicas – que emergem nas sociedades contemporâneas. Partindo de uma perspectiva multidisciplinar, o objetivo deste grupo de trabalho é fomentar as discussões sobre violências, conflitos sociais, o campo do controle social, governo e gestão de populações, as relações entre direito e sociedade, administração da justiça e punição, o crime e os processos de criminalização.

Sessão 1 – Violência de gênero, raça e corpos

Sessão 2 – Violência e juventude

Sessão 3 – Direito, justiça e criminalização

**Discente Coordenador:** Juliano Lobato Colla e Osmar Belusso

**Discentes convidadas/os:** Deinair Oliveira (doutoranda PPGS-UFRGS)

**Professores/as convidados/as:** Rochele Fellini Fachinetto (PPGS-UFRGS)

**Convidados externos:** Gustavo Passos (doutor PPGEDU e membro da Rede Internacional de Trabalho com Pessoas LGBTI+ em Privação de Liberdade)

## **“Não Cabe ao Governador Cassar ou Suspender Decisão de Outro Poder”: comunidade tradicional do Cajueiro frente ao embate transnacional**

Dayanne da Silva Santos<sup>1</sup>  
Julio Itzayán Anaya López<sup>2</sup>

### **Resumo**

Desapropriação para interesse da empresa, cumprimento de uma ordem judicial. Em 12 de agosto de 2019: na frente de sua casa, duas mulheres negras, mãe e filha grávida colocam seus corpos como escudos da única moradia que possuem, logo mais 10 corpos negros se juntam e se posicionam para guerrear contra a polícia civil local”. A comunidade Tradicional do Cajueiro, localizada na zona rural II de São Luís, capital do Estado do Maranhão, vem desde 2014 passando por um processo conflitivo contra o avanço do desenvolvimento. Por meio de pesquisas de campo junto ao Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA) e acompanhamento dos espaços de mediação do conflito temos construído uma reflexão crítica com eles (moradores) sobre racismo e território negro. Está em jogo uma disputa sobre a memória da terra que vem sendo silenciada para a efetivação de interesses transnacionais (exportação). Nas agendas das políticas do Estado observamos a efetivação de relações racializadas que obrigam a uma segunda desterritorialização mais de 400 famílias para a implantação de um cenário cada dia mais caótico de desigualdades sociais e ambientais, a saber, as famílias locais sobrevivem da roça, da pesca e da quebra do coco.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Racismo; Território Negro.

### **Introdução**

“Por que será que se tem ‘o preconceito de não ter preconceito’ e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados?” (LÉLIA GONZALÉZ, 1980, p. 238). Desapropriação para interesse da empresa, cumprimento de uma ordem judicial. Em 12 de agosto de 2019: na frente de sua casa, duas mulheres negras, mãe e filha grávida colocam seus corpos como escudos da única moradia que possuem, logo mais 10 corpos negros se juntam e se posicionam para guerrear contra a polícia civil local.

A cavalaria imperial está posta, pronta para efetivar um mandado judicial: “desapropriação de uma área, expulsão de famílias inteiras”. Segundo o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) Cajueiro é uma comunidade de assentados reconhecida juridicamente desde 1980, é centenária. A posse é coletiva de pessoas negras que foram

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e membro Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA) – [lavignedayanne@gmail.com](mailto:lavignedayanne@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA e membro do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA) - [enahcai55@gmail.com](mailto:enahcai55@gmail.com)

assentados/reconhecidos como agricultores/pescadores (comunidade tradicional de pescadores), mas a área desde de 2014 vem sendo reivindicada como sendo de posse privada de uma empresa a WPR gestão de portos LTDA, hoje Porto São Luís com capital internacional da China Communications Construction Company (CCCC).

A comunidade Tradicional do Cajueiro, localizada na zona rural II de São Luís, capital do Estado do Maranhão, vem desde 2014 passando por um processo conflitivo caracterizado por ameaças, desmatamentos de extensas áreas de manguezais, derrubadas de casas, na efetivação de um deslocamento compulsório para a construção de um novo Terminal Portuário, um porto privado com investidores chineses. Mesmo com todos os indícios de ilegalidade, em 2019 os representantes da empresa lançam a pedra fundamental do porto, como quem diz: O porto é irreversível, desejado e necessário para a manutenção de um *status quo* de dominação gestado por oligarquias e políticas neoliberais.

Assim, no mapa abaixo onde se pode ver tanques, terminal, carga, containers, era e ainda é – agora sob ameaça de efetivação do porto – povoamento de cinco núcleos populacionais englobando mais de 400 famílias que sobrevivem principalmente da quebra do coco, da pesca artesanal e da agricultura de subsistência/das roças. E a área sagrada de um dos terreiros de Tambor de Mina mais antigos (religião afro) do estado, o Terreiro do Egito fundado por mãe Basília de Sofia em 1834 (reconhecido como patrimônio imaterial), hoje é um terreiro sem teto, porque todo o território é sagrado. Não adianta cercar a área do terreiro para incluir nas políticas de preservação com cercamento, pois as pessoas com lógicas de envolvimento, de cuidados são importantes para que ele seja possível.

Figura 1 – Projeto final do Porto se concretizado



Fonte: <http://maranhaohoje.com/cccc-e-wpr-lancam-pedra-fundamental-do-porto-sao-luis/>

No blog “Maranhão Hoje” no dia 16 de março de 2018 foi divulgado: “CCCC e WPR lançam pedra fundamental novo porto privado no Maranhão”, na ocasião se ressaltou a importância do porto para o desenvolvimento econômico do estado. O embaixador Li Jinzhang disse que este é um “momento histórico entre China e Brasil”, citando a importância de um porto para o desenvolvimento econômico do Estado. “É um condutor para o crescimento regional e atrairá mais empresas para se instalarem aqui”<sup>3</sup>.

O desenvolvimento no Maranhão vem andando de mãos dadas com uma política de assimilação/morte de comunidades tradicionais, atraindo mais empresas a se instalarem no estado. Antigas desigualdades sociais se ampliam e uma nova configuração dos impactos ambientais nos documentos oficiais não revelam a dimensão do fatiamento e dos danos ambientais de projetos já postos sobre territórios de quilombolas, sertanejos, pescadores, quebradeiras de coco e indígenas. A ideia de bem-estar social mascara um estado de guerra latente (MBEMBE, 2011; 2014) onde a dimensão dos sacrifícios, expropriações, aumento dos assassinatos no campo e nas periferias é fundamental para efetivação da Nação. O porto, assim como foi a construção da Estrada de Ferro Carajás em 1985 é a materialização de relações racializadas no país.

O projeto e efetivação do porto São Luís está sendo feito sobre o encobrimento de uma violência institucional que sobrepõe valores econômicos a vida, mas são vidas de pessoas em sua grande maioria negras. Nos interrogamos, qual a dimensão do racismo presente na construção do novo porto, que mãos o autoriza? Segundo Sueli Carneiro (2005) as políticas públicas, os projetos ainda estão em sua grande maioria sendo pensadas por pessoas brancas, que carregam nos projetos modernizadores políticas de branqueamento do país.

Nesse contexto, foi por meio de pesquisas de campo junto ao Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA) e acompanhamento dos espaços de mediação do conflito que temos construído uma reflexão crítica com eles (moradores) sobre como se dar a resistência e a territorialidade hoje, mesmo quando projetos desenvolvimentistas se perpetuam no Estado com as oligarquias no poder.

Está em jogo uma disputa sobre a memória da terra que vem sendo silenciada para a efetivação de interesses transnacionais. Nas agendas de políticas do Estado observamos a efetivação de relações racializadas que obrigam a uma segunda desterritorialização mais de

---

<sup>3</sup> Informações disponíveis em: < <http://maranhaohoje.com/cccc-e-wpr-lancam-pedra-fundamental-do-porto-sao-luis/> > Acesso em: 26/11/2019.

400 famílias para a implantação de um cenário cada dia mais caótico de desigualdades sociais e ambientais.

### **12 de Agosto de 2019: Efetivação do Desenvolvimento**

Com taxas de crescimento alarmantes, a violência física, expressada no aumento de número das mortes no Brasil, é uma das mais visíveis e tristes, porém, não é o único tipo de violência na atual etapa do capitalismo neoliberal. Muito longe disso, por exemplo, a violência discursiva que envolve o desenvolvimento promovido por empresários, representantes políticos e diversos agentes, atinge muitas das vezes comunidades tradicionais que praticam outra forma de vida, uma que não procura o lucro e a ganância.

A comunidade do Cajueiro, localizada na zona rural de São Luís, capital do Maranhão, vem passando há vários anos por um processo conflitivo caracterizado por ameaça e efetivação de deslocamento compulsório, destruição de casas, desmatamento de extensas áreas de manguezais e provocando divisão ao interior da comunidade para a construção do Terminal Portuário de São Luís, um porto privado com investidores chineses.

Pensar na noção de desenvolvimento como uma violência discursiva nos leva a analisar o papel do Estado e sua relação com as empresas privadas que impulsionam os grandes empreendimentos, os quais muitas vezes geram conflitos ambientais em escala não só local, mas também regional e inclusive nacional. Assim, consideramos que analisar a noção de desenvolvimento como outro tipo violência permite entender o trato desigual dado às populações camponesas, de negros, e outros grupos que muitas vezes são atingidos por esses discursos, mostrando assim como os governos tentam gerenciar e “resolver” os conflitos sociais e ambientais derivados da procura do desenvolvimento desses setores da população.

No caso analisado, a violação de direitos humanos dos moradores e apoiadores ao movimento tem sido gritante, assim como o trato desigual dado às comunidades e ao desrespeito dos seus direitos básicos, supostamente garantidos por serem cidadãos do Estado brasileiro.

### **Considerações finais**

Sobre lógicas de envolvimento e não de transformação, acumulação e exportação,

Maranhão, meu tesouro, meu torrão  
Fiz esta toada pra ti, Maranhão

Terra do babaçu que a natureza cultiva  
Esta palmeira nativa é que me dá inspiração  
Na praia dos lençóis tem um touro encantado  
E o reinado do rei Sebastião

Na lógica do desenvolvimento econômico a herança deixada por nossos avós como já apontava o mestre Humberto do Maracanã de São Luís do Maranhão não entra/não conta, é empecilho, a não ser que seja para folclore, para turista ver.

As dimensões das diversas culturas (modo de ser de um povo) que compõem a história do Maranhão, não entram na consciência de fabricação da capital, da Atenas brasileira. São Luís cidade dos azulejos, prédios antigos das casas coloniais é o que se exalta nos projetos de desenvolvimento, enquanto que os grupos locais cantam: terra das palmeiras, onde canta o sabiá, onde o amo canta e balança o maracá, a matraca e pandeiro é que faz tremer o chão, herança deixada por nossos avôs e hoje cultivada por nós é que me levanta e me dá inspiração. A reexistência das comunidades vem do envolvimento, do cuidado, de um aprendizado que é antes de tudo oral, sentido. A natureza é primeiro sentida como parte do humano.

Os guardiões de uma memória que segundo Lélia Gonzaléz (1984) e Sueli Carneiro (2005) enegrecem o estado/país pintam de pretuguês as relações sociais e instauram regimes de existências outros, onde tanto pessoas como outros entes participam da sociedade, onde a natureza é humana.

## Referências

- CARNEIRO, Sueli. “Ennegrecer al feminismo”. In, CURIEL, Ochy et al, **Feminismos disidentes en América Latina y el Caribe**. Barcelona: Ediciones fem elibros, v. 24, nº 2. 2005.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução. Heci Regina Candiani. – 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223 – 244, 1984.
- GONZALEZ, Leila. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. Rio de Janeiro: **Tempo Brasileiro**, n. 92/93 ( jan/jun), p.69-82, 1988b,
- HALL, Stuart. **The fateful triangle: Race, ethnicity, nation**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2017, cap 1.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução. Marta Lança. 2ª edição. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido de El gobierno privado indirecto**. Madrid: Melusina, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Racismo da desigualdade a intolerância**. São Paulo em Perspectiva, 1990. p, 51-54. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v04n02/v04n02\\_09.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v04n02/v04n02_09.pdf) > Acesso em: 20/07/2019.

# Feminicídio: uma Análise Evolutiva sobre a Tipificação Criminal no Brasil

Karolayne Gonsalves<sup>1</sup>

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento conceitual do feminicídio no Estado brasileiro, a partir da introdução e adaptação do conceito no país. A pesquisa se dará a partir de análise bibliográfica e documental, articulando com os debates sobre as inovações legislativas nesse campo, como a Lei Maria da Penha (11.340/06) e a Lei do Feminicídio (13.104/2015) e as suas particularidades e dificuldades, tais como: 1) Inclusão social e 2) A falha da aplicação da tipificação no judiciário. Além disso, será analisado a evolução das produções acadêmicas na linha de pesquisa, com o fim de visualizar se os estudos se deram de forma diferente com o tempo. A fundamentação teórica do trabalho tem como base perspectivas feministas e sociológicas de análise do direito.

**Palavras-chave:** Feminicídio. Violência contra mulher. História do direito.

## Introdução

A Lei 13.104/2015 se consolidou apenas em 2015, mas os debates sobre a violência de gênero e o homicídio de mulheres existem há muito tempo. Com o fim de facilitar o desenvolvimento do trabalho, é importante traçar uma linha do tempo para visualizar os progressos jurídicos e sociais, aos quais corroboraram com a implementação da lei de feminicídio:

Quadro 1 - Principais progressos jurídicos e sociais (1976-2015)

1976	1994	1998	2006	2015
Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres	Convenção de Belém do Pará	Lagarde e a Ciudad Juárez	Lei Maria da Penha	Feminicídio

Fonte: autoria própria.

A partir do panorama geral dos principais marcos, que ajudaram na consolidação da lei de feminicídio posteriormente, é possível identificar que tudo se iniciou no plano internacional em 1976. Embora o movimento feminista se manifestasse sobre o assunto, foi no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres<sup>2</sup> que o conceito feminicídio foi citado pela primeira

---

<sup>1</sup> Aluna do 5º semestre do Bacharelado de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e integrante do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC). Contato: karolayne.cke@gmail.com.

vez, pela então acadêmica Diana Russell. Os debates na tribuna em Bruxelas resultaram nos livros “*Feminice: the politics of woman killing*” e “*Crimes Against Women: proceedings of the International Tribunal*” (PASINATO, 2016).

No contexto latino-americano, a categoria de feminicídio ganhou espaço a partir de denúncias dos assassinatos de mulheres na Ciudad de Juarez, no México. A partir de 1990 a violência sexual, a tortura e o desaparecimento de mulheres se tornaram práticas rotineiras, advindas da ação criminosa e da omissão do Estado, ao qual era passivo nas investigações e punições. Tendo em vista os fatos discorridos, a América Latina sediou a Convenção de Belém do Pará, ocorrida no ano de 1994, onde detinha-se como objetivo a abertura do diálogo sobre a violência contra a mulher (PASINATO, 2016).

Junto a isso, o conceito de feminicídio foi utilizado pela primeira vez, dentro dos territórios latinos, pela antropóloga Marcela Lagarde, em 1990. O termo foi usado, justamente, para descrever os assassinatos em Juarez. Para Lagarde, a importância de utilizar a palavra feminicídio, se trata de evidenciar que muitas mortes não se tratam de “meros homicídios”, mas de crimes de ódio ao gênero. No Brasil a palavra surge primeiramente no âmbito legislativo, com base nos resultados da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher de 2012, o que gerou o relatório final e, conseqüentemente, a proposta da comissão do projeto de lei 292/2013 do Senado Federal (CARDOSO, 2017), com o objetivo de alterar o código penal e inserir o feminicídio como um qualificador criminal de homicídio.

### **Progressos Legislativos**

O progresso legislativo no Brasil acerca da violência contra a mulher iniciou em 2006 quando a Lei nº 11.340/2006 foi sancionada. A lei se originou pelo caso nacionalmente conhecido da Maria da Penha Maia Fernandes, a qual foi agredida por 23 anos pelo seu companheiro e também, vítima de duas tentativas de homicídios. Na última tentativa, Maria da Penha denunciou o seu marido e, a partir de uma ordem judicial, pôde sair de casa e iniciar o processo de condenação do acusado. Entretanto, apenas após as sanções realizadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, por não possuir os mecanismos necessários para condenar as práticas de violência doméstica (Relatório nº 54/01, 2000), que o Brasil promoveu a publicação da Lei nº 11.240, a qual atualmente é considerada pela ONU uma das três melhores legislações do mundo, no que tange à violência contra mulher.

A Lei nº 11.340/2006 representa um avanço legal significativo, mas não o suficiente para contemplar toda violência existente contra às mulheres, o que gerou mais tarde a Lei nº 13.104/2015 sancionada em março de 2015. A Lei de Feminicídio qualifica o assassinato contra mulheres por razões de condição do sexo feminino. Além disso, qualifica o assassinato no rol de crimes hediondos, onde o Estado entende como crimes de extrema gravidade.

Há muitos progressos no espaço teórico, o que nos permite refletir sobre a aplicação dessas leis e a sua efetividade, principalmente dentro do Poder Judiciário. No caso da justiça gaúcha, há o projeto Borboleta Lilás, utilizado para identificar os processos de feminicídio com uma fita roxa, além de promover encontros com réus, onde os debates de concentram na reflexão de gênero e masculinidades<sup>3</sup>. A partir disso, é possível dar luz a uma série de questionamentos sobre como as alterações legislativas causaram efeitos na esfera do judiciário e no comportamento dos indivíduos.

### **Produções Acadêmicas**

As produções acadêmicas tiveram um papel importante para os avanços legislativos e sociais, tanto no contexto nacional, quanto internacional. Há muitas autoras que serviram como referência e ainda hoje, são citadas quando o assunto é debatido, como as mencionadas anteriormente: Diana Russell e Marcela Lagarde. Já no solo brasileiro, os estudos sobre gênero e justiça no Brasil iniciaram-se ainda nos anos 80, onde se desenvolvem temas relacionados à violência contra mulher e de gênero,

No ano de 1983 há o lançamento do trabalho de Mariza Corrêa, intitulado “Mortes em famílias”, no qual a autora analisa processos de homicídios. Com a pesquisa de Corrêa, é possível apontar que as argumentações apresentadas pelos agentes jurídicos são realizadas de maneira diferente a depender do gênero do acusado. Além disso, como resultado da pesquisa, percebe-se que as punições das mulheres, quando se trata de “crimes da paixão” tendem a ser mais severas e as mesmas são julgadas socialmente e não juridicamente (FACHINETTO, 2016). A pesquisadora ainda revoluciona o campo da sociologia da violência ao dar luz a tantos assuntos essenciais para a compreensão do gênero no campo jurídico, como a utilização dos conceitos “fato social” e “fato jurídico”.

Reforçando o que foi apontado em 1983 por Corrêa, em 1987 Ardaillon e Debert produzem o trabalho “Quando a vítima é mulher. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídios”, onde as pesquisadoras identificam que nesses processos, os

aspectos morais são novamente acionados. Em 1998 Wânia Pasinato, importante figura na academia brasileira, contribuiu com o seu trabalho “Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero”, em que observa os casos em que as mulheres eram vítimas de homicídios e, juntamente com as demais autoras, identifica o mesmo comportamento social (FACHINETTO, 2016).

Há uma listagem ilimitada de contribuições acadêmicas sobre o tema, além de figuras essenciais para o cenário da sociologia da violência no Brasil, como Cecília Macdowell, Maria Filomena Gregori e Miriam Grossi<sup>4</sup>. Entretanto, é importante salientar que atualmente, no que tange aos estudos dos impactos e influências da Lei do Feminicídio, há certa escassez de produções acadêmicas. No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES<sup>5</sup>, as produções sobre o tema não passam de 68, um número baixo se for comparado a Lei da Maria da Penha, somando o total de 680.202 trabalhos sobre o assunto.

### **Considerações Finais**

Como todo resultado de uma pesquisa sociológica, o trabalho encerra-se com mais questionamentos e reflexões, embora o recorte analítico e temporal tenha sido limitado. Com o enfoque concentrado nos principais eventos históricos para a consolidação da Lei de Feminicídio e, além disso, das produções acadêmicas que contribuíram com o desenvolvimento intelectual do assunto, muitos tópicos poderiam ser contemplados para produzir uma pesquisa completa e fiel, como o papel *primordial* dos movimentos sociais, principalmente do movimento feminista.

Além da possibilidade de expansão analítica, o trabalho apontou a falta de produtividade acadêmica sobre o assunto, o que surpreende quando se trata de um tópico emergente. Não se têm muitas conclusões sobre a efetividade e o benefício que a Lei Nº 13.104/2015 vem trazendo para a sociedade brasileira, em especial às mulheres, as principais vítimas. Muitos assuntos demonstraram-se pertinentes para estudo, como o papel do Judiciário e a sua adaptação, o recepcionamento dos indivíduos, assim como uma análise quantitativa de dados no território brasileiro.

Buscar compreender como a Lei do Feminicídio se articula atualmente nos espaços públicos e sociais nos permitirá identificar as suas falhas e as suas vantagens, assim como estudar possibilidades de melhorias. Com isso, faz-se necessário à produção acadêmica, acompanhando a lei desde o início da sua implementação, visando na possibilidade de

contribuir para o desenvolvimento legal e social, assim como o fizeram as diversas autoras citadas no presente trabalho.

## Referências

BRASIL. Lei no 13.104, de 09 de março de 2015. “**Lei do Femicídio**”. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm#art1)>. Acesso em: 30 de set. de 2019.

BRASIL. Lei no 11.340, de 07 de agosto de 2006. “**Lei Maria da Penha**”. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)> Acesso em: 30 de set. de 2019.

CAPES - CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES  
<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em 30 de set. de 2019.

CARDOSO, Caroline. **A garantia do princípio da igualdade de gênero na criminalização da violência contra a mulher**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

FACHINETTO, Rochele. **Gênero e sistema de justiça: contradições e paradoxos**. In: Paradoxos da segurança cidadã. / Organizado por José Vicente Tavares dos Santos e César Barreira. – Porto Alegre : Tomo Editorial, 2016.

GROSSI, M; MINELLA, L; PORTO, R: **Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência**. Florianópolis/SC: Ed. Mulheres, 2006.

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 37, p. 219-246, Dec. 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332011000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200008&lng=en&nrm=iso)>. access on 30 Sep. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200008>.

PLANALTO <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 30 de set. de 2019.

RADFORD, Jill, and RUSSELL, Diana E. H. **Femicide: The Politics of Woman Killing**. New York: Twayne Publishers, 1992.

Relatório nº 54/01 - Caso 12.051 - Maria da Penha Maia Fernandes - Brasil - **Relatório Anual 2000**. Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

## **Violência Estatal no acesso às políticas públicas de saúde da mulher: um estudo sociológico sobre o caso de um ambulatório materno-infantil de Porto Alegre**

Lídia Bueno Pereira<sup>1</sup>  
Pedro Barreto Munhoz<sup>2</sup>

### **Resumo**

O Estado é reconhecido como uma máquina de violência de classe e de gênero no contexto do surgimento de uma sociedade ocidental, capitalista e patriarcal desde o século XV. Os impactos dessa formação social acarretam múltiplas formas de violência de gênero, dentre as quais as subjetivas e simbólicas do cotidiano da vida social feminina. Este estudo foi construído com o objetivo de investigar as ações do Estado como ator e legitimador de violências de gênero no campo das políticas públicas de saúde no Brasil. A reflexão produzida por esta pesquisa pretende desenvolver um diálogo entre as políticas públicas existentes no sistema de saúde do Brasil (SUS) e suas formas de efetivação. Buscando verificar a ação do Estado como chave neste processo de violência bem como um possível legitimador da construção de barreiras institucionais para o acesso a estas políticas públicas de saúde.

**Palavras-chaves:** Violência estatal; Gênero; Saúde

### **Resumo Expandido**

Os números relativos ao acesso das mulheres ao Sistema de Saúde no Brasil vêm demonstrando que em relação ao acesso dos homens, as mulheres buscam mais o sistema de saúde e tendem a se cuidar mais. O índice de mulheres que acessam o SUS pelo menos 1 vez ao ano é de 78% contra 63,9% em relação aos homens, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE de 2013. Por outro lado, não são poucas as notícias vinculadas às mídias tradicionais que alertam para múltiplas formas de violências que ocorrem neste acesso ao sistema de saúde pelas mulheres, falta de manejo dos profissionais, barreiras institucionais, discriminações de diversos tipos, entre outras formas de dificuldades. A partir destes dados, o que este trabalho busca investigar é a formação das narrativas destas diferentes mulheres sobre as múltiplas formas de violências que ocorrem nesta busca pelas políticas públicas de saúde em seus cotidianos da vida social. Analisando como as distintas formas de manifestação da

---

<sup>1</sup> Graduanda no curso de Ciências Sociais Bacharelado da UFRGS, participa do projeto ‘Violência de gênero e percursos da justiça: uma análise sobre a produção da verdade jurídica em casos de homicídios de mulheres, homossexuais, travestis e transexuais’.

<sup>2</sup> Graduando no curso de Ciências Sociais Licenciatura da UFRGS, bolsista de iniciação científica do grupo de pesquisa NUPESAL.

violência atuam sobre estas mulheres e como elas percebem esta relação com o Estado e quais suas repercussões neste processo da legitimação ou não da violência.

O trabalho vai se estruturar em três partes principais. A primeira parte traz a discussão teórica do conceito de biopoder na obra de Michel Foucault e seus desdobramentos na corporeidade do sujeito mulher e como as distintas esferas de poder atuam na área da saúde, e nas relações biomédicas. Buscamos, assim, seguir os passos metodológicos do autor e expor estas esferas de poder na trajetória das mulheres até o acesso ao Sistema de Saúde em Porto Alegre. Na segunda parte, a partir de uma revisão bibliográfica, pretendemos caracterizar três aspectos que levam ao objeto deste trabalho: 1) o conceito de violência no cotidiano da vida das mulheres e como essa narrativa da violência se dá de formas distintas e subjetivas de mulher para mulher, com recortes de raça, gênero, classes, idades e localidade. Trazendo um conceito fundamental nesta pesquisa, o conceito de cotidiano e como ele se dá na violência de gênero, através da autora Veena Das; 2) apresentar a discussão sobre o tema das desigualdades de gênero no acesso às políticas públicas de saúde em POA e a relação com Política Nacional De Atenção Integral à Saúde da Mulher (PMAISM); 3) analisar relações entre o papel econômico que as mulheres foram designadas a ter em uma sociedade capitalista e patriarcal (a dizer, o papel de dona de casa e de responsável pela geração e criação dos filhos) com os serviços de saúde oferecidos especialmente a esse público.

A terceira parte se ocupa da análise do material empírico. Primeiro, fazendo uma apresentação das narrativas das mulheres e seus locais de fala, a fim de construir um cenário do local de saúde em questão. Num segundo momento trata-se de identificar essas narrativas e as violências percebidas por elas nessa busca pelo direito à saúde e qual a relação do Estado com estas normas sociais. Por fim, a discussão se dá nas narrativas e nas percepções de violência no local de saúde por mulheres com cotidianos diversos e logo qual a legitimação ou não deste processo a partir do Estado em formato de políticas públicas da PMAISM.

A importância deste trabalho ocorre na compreensão da categoria mulher não como algo único e estático, entendendo as múltiplas formas de violências de gênero que ocorrem na vida cotidiana das mulheres, que por sua vez são diferentes e a forma como essa violência se manifesta também se mostra diferente, assim como esse processo afeta suas trajetória nos atendimentos em saúde. Considerando aqui, a relevância do estudo deste tema para evidenciar diferenças e desigualdades existentes para buscarmos políticas públicas mais abrangentes e

singulares no sentido de abarcar mais mulheres e suas especificidades e individualidades e qual a implicação destas questões nas políticas públicas de saúde.

As escolhas metodológicas para este estudo estão, não por acaso, profundamente ligadas às escolhas teóricas e ao objeto escolhido para reflexão. Como perspectiva de análise metodológica principal utilizamos a interseccionalidade, a obra de Patricia Hill Collins nos ajuda a pensar como a interseccionalidade não se resume em definir e segregar, ou seja, dividir as mulheres em categorias, pelo contrário, interseccionalidade é entender-se como sujeito construído em vários sentidos. Desejando assim, entender como essa concepção metodológica nos faz ter um olhar mais atento a algumas das desigualdades sociais existentes no nosso país, de um ponto de vista a partir de gênero, raça e classe como indissociáveis entre si.

Sobre o método; primeiro escolhemos aplicar entrevistas em profundidade com algumas das mulheres observadas no campo para uma análise mais aprofundada das suas narrativas, entendendo que a partir do conhecimento anterior ao trabalho de campo e da visibilidade prévia dos seus cotidianos, as entrevistas possam nos elucidar como as percepções sobre como a violência no acesso às políticas públicas aparecem nas suas relações sociais de modos distintos. A segunda parte consistirá na análise destas narrativas com um foco interseccional, salientando a importância da interseccionalidade como perspectiva fundamental na análise dos discursos das mulheres entrevistadas e como suas trajetórias e recortes de raça/etnia, classe, faixa etária, localidade podem afetar suas narrativas sobre o que é violência de gênero, refletindo formas e visões de mundo distintas. A terceira e última parte consiste na análise de como o Estado, a partir da PNAISM, legitima ou não a invisibilidade de certas formas de violência para diferentes mulheres.

Na obra “A Microfísica do Poder” de Michel Foucault, podemos constatar a emergência de uma nova política de saúde, que começara a se esboçar a partir do século XVIII, na Europa. Com o Estado se vendo cada vez mais responsável pela saúde e bem-estar físico de seus cidadãos, o conhecimento biomédico passou a ter local privilegiado de fala, dentro das esferas institucionais e científicas. O excesso de poder conferido a essa classe intelectual ajudou a criar e fortalecer uma moralidade. A política médica fez da família a primeira instância de articulação dos objetivos relativos à boa saúde. Sendo responsável pela geração e bom desenvolvimento de seus filhos, a família medicada-medicalizante se tornou um instrumento de gerenciamento dos corpos, de acordo com premissas estatais. A saúde vira, então, um objetivo geral, mas também um dever de cada um.

A partir da leitura da obra “Mulheres e Caça às Bruxas”, de Silvia Federici, nota-se a ligação entre os movimentos de caça às bruxas, e o processo de acumulação primitiva iniciado com a privatização de terras, como os cercamentos. Mulheres pobres, cuja existência ameaçava o estado das coisas que estava se formando, pois, não apenas representavam uma relação mágica com o corpo e com a natureza, que ia de encontro com a exploração do trabalho que se seguiria, como também, faziam o exercício da sexualidade não apenas para a procriação, sendo representadas então, como uma ameaça à disciplina do trabalho e à manutenção das hierarquias sociais. Buscamos achar os resquícios, talvez não tão subliminares, dessa(s) moralidade(s) na lógica biomédica brasileira atual.

Entendendo que o Estado é parte fundamental no processo da consolidação das políticas pública do sistema de saúde no Brasil, considera-se a mudança das políticas de atenção à saúde da mulher nas últimas décadas, analisaremos em que medidas essas políticas conseguem, de fato, se adequar à realidade socioeconômica e cultural de seu público-alvo diversificado. Nosso estudo faz uma análise da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), documento criado no ano de 2004 em parceria com diversos setores da sociedade juntamente com gestores do SUS que tem como principal enfoque a garantia dos direitos humanos para as mulheres. A reflexão produzida por esta análise do discurso da PNAISM pretende desenvolver um diálogo entre as políticas públicas existentes no SUS e a maneira de efetivação das mesmas, compreendendo a PNAISM como uma interface entre a sociedade civil e Estado. Embora a PNAISM tenha trazido uma mudança inegável para os direitos das mulheres, ainda assim o diálogo entre a política e as políticas públicas existentes no âmbito municipal não dialogam de forma absoluta.

No caso observado sobre o município de Porto Alegre, as políticas públicas voltadas para saúde da mulher seguem muito focalizadas para um estereótipo de mulher. As áreas de atuação passam por saúde pré-natal, saúde reprodutiva e sexual, fluxos e rotinas, prevenção a mortalidade materna e programas de atenção à violência sexual, atenção a vulnerabilidades específicas (saúde da mulher lésbica e da mulher negra neste caso) e prevenção ao câncer ginecológico. Pode-se observar uma recorrência maior para interesses relacionadas a uma mulher em um período específico da vida, idade de reprodução e ainda norteadas para assuntos materno-infantis, ou ainda uma preocupação maior relacionada à saúde sexual destas mulheres.

As reflexões da antropóloga indiana Veena Das sobre a interseccionalidade entre os conceitos de gênero, violência e subjetividade se mostraram basilares no entendimento deste

trabalho. Sua concepção de violência para algo além do evento do extraordinário, sua perspectiva da violência na sua subjetividade do cotidiano da vida do ser mulher, como a violência de gênero está incorporada nas suas relações sociais. Outras esferas importantes mobilizadas pela autora são a de sofrimento e dor e como estes sentimentos se permeiam nas relações sociais destas mulheres e como o tempo vai atuar nessa perspectiva como um apaziguador. Trata-se de uma violência que nubla as distinções entre agressor e vítima ao ponto de se mesclar completamente a vida cotidiana destas mulheres.

Os marcadores do sentimento de sofrimento e dor convivem com elas no dia a dia. Assim como esta violência desestabiliza nossos modelos de heroísmo, na medida em que não há um acontecimento único para que se possa agir, o que a autora irá chamar de resistência heroica, ela acaba por propor formas de resistências distintas e alternativas que afetem as relações sociais destas mulheres. Das salienta como a agência está no preparo diário da alimentação, organização do lar, no cuidado com os familiares, são essas ações cotidianas que criam o discurso da reparação, são ali onde aparecem a violência como acontecimento. Das ainda salienta a importância de não se deixar seduzir pelo ato dramático e excepcional e deixar o cotidiano se perder.

Salientamos aqui a contribuição do importante trabalho da Veena Das para compreendermos o cotidiano das mulheres ao acessar o sistema de saúde no Brasil, também de uma perspectiva pós colonial com que podemos buscar semelhanças e diferenças com as desigualdades vividas entre as mulheres indianas e as brasileiras, mas sobretudo como a autora se mostra fundamental para a análise da violência de gênero na vida cotidiana, viver já é resistir para alguns corpos na vida social e seu cotidiano associado ao corpo, a dor e ao sofrimento são esferas importantes de análise.

## **Referências**

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento.**

DAS, Veena. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Modern India.** Deli: Oxford University Press, 1995.

\_\_\_\_\_ e POOLE, Deborah. (eds.) **Anthropology in the margins of the State.** New Delhi, Oxford University Press. 2004.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e Caça às Bruxas.** Boitempo Editorial, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

MISSE, Michel. Violência e teoria social. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol.9 – n o 1.

PEREIRA, Wilza Rocha. Poder, violência e dominação simbólica nos serviços públicos de saúde. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 391-400, Sept. 2004.

PEREIRA, WR. **O Poder, a violência e a dominação simbólicos nos serviços públicos de saúde que atendem mulheres em situação de gestação parto e puerpério** [tese]. Ribeirão Preto (SO: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; 2000.

# Representações da violência em eventos de grande repercussão no Twitter

Luciano Fischborn<sup>1</sup>

## Resumo

Este trabalho tem como tema a repercussão de casos de violência nas redes sociais on-line, se inserindo nos campos da sociologia da violência, sociologia digital e antropologia das emoções. Tem-se como objetivo compreender que representações são expressas pelos atores sociais em grandes casos de violência e como o público engaja-se em torno do tema. As tecnologias digitais estão cada vez mais fazendo vida cotidiana, de modo que as novas mídias são parte constitutiva das relações sociais, permitindo novos espaços, como as redes sociais, em que os usuários expressam suas visões de mundo, em um cenário de medo social e forte apoio a ideais punitivos na sociedade brasileira, frente a uma das maiores taxas de homicídio do mundo. O tema das representações da violência vem sendo abordado pelo campo da sociologia da violência na literatura e televisão e de modo geral convergiam em demonstrar uma emocionalização das questões criminais. Por isso mesmo, acredita-se que a sociologia e a antropologia das emoções trazem grandes contribuições para a compreensão desse fenômeno, especialmente por meio da perspectiva contextualista que foca na dimensão micropolítica das emoções, isto é, como refletem aspectos da estrutura social. O objeto empírico é a repercussão do recente caso do sequestro de um ônibus na ponte Rio-Niterói, terminando com um atirador de elite matando o sequestrador. A repercussão deste caso no Twitter levou a vários termos relacionados ao evento nos Trending Topics, os assuntos mais comentados, dos quais 12 foram coletados via script com API's no R, somando certa de 60 mil tweets. A estratégia metodológica é de caráter mista, por meio de análise de conteúdo com auxílio do software NVivo Pro 12 e a análise encontra-se em estágio preliminar.

**Palavras-chave:** Twitter; Violência; Emoções.

## Introdução

A violência criminal é um problema social que afeta o cotidiano de milhões de brasileiros, instituindo um cenário de apoio a ideias punitivas e autoritárias, que recebe grande espaço nas mídias, tanto tradicionais quanto nas redes sociais on-line, pois geram audiência e engajamento (FISCHBORN, 2009). Nestes espaços os usuários compartilham sua vida, mobilizam-se politicamente e expressam visões de mundo (JUNGBLUT, 2015), abrindo novas possibilidades aos cientistas sociais para a compreensão da pluralidade de discursos sobre violência, para além das produções institucionais dos meios de comunicação tradicionais, únicas disponíveis até pouco tempo atrás, que já apontavam para o tratamento emocional desse

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, membro do GPVC/UFRGS e do NEERD/UFSM.

fenômeno (GARLAND, 2008; TAVARES DOS SANTOS; TEIXEIRA, 2016; TEIXEIRA, 2009; PASSIANI, 2016). O tema da violência tem tido grande relevância no debate público atual e os discursos punitivos tem se sobressaído, sendo pautados pela extrema e “nova direita” que ascendeu ao poder no pleito de 2018, as quais encontram nas redes sociais o canal por excelência de divulgação desses ideais (BORGES, 2019). No início de 2018, o número de usuários ativos de redes sociais chegou a 130 milhões no Brasil (KEMP, 2018), de modo que as tecnologias digitais são parte constitutiva e mediam as relações sociais (LUPTON, 2014; MILLER; HORST, 2015).

Os estudos da Sociologia da violência que analisavam representações ou figurações, dada a natureza de seu objeto, faziam uso desses conceitos dos estudos culturais, devido ao seu foco em manifestações institucionais e que de modo geral convergiam em demonstrar uma emocionalidade das questões criminais na mídia, associando-as ao contexto da modernidade tardia (GARLAND, 2008; TAVARES DOS SANTOS; TEIXEIRA, 2016; TEIXEIRA, 2009; PASSIANI, 2016). Fischborn (2019) observa os comentários no Facebook em matérias de ocorrências criminais, constatando uma postura descritiva do jornal, fugindo de vocabulários emocionais e adjetivados, sendo que a demanda por punitivismo provinha justamente nas reações do público nos comentários. Conforme Nascimento (2008), se a televisão era a instituição que mais alavancou o poder punitivo no Brasil, atualmente a demanda pelo poder punitivo vem justamente da audiência, em um contexto de predomínio de posições punitivas no país (BORGES, 2019).

Nesse contexto atual de polarização, observa-se uma politização de uma série de temas, especialmente sobre a violência, de modo semelhante ao movimento que Garland (2008) viu em meados dos anos 70, justamente em um contexto massificação de uma nova mídia (televisão) e estabelecimento das altas taxas de crimes, levando a emocionalidade e politização das questões criminais e perda de legitimidade dos técnicos que detinham o quase monopólio da elaboração das políticas de controle social. Nesse sentido, acredita-se que o campo da Sociologia e Antropologia das emoções tem o potencial de trazer grandes contribuições para a compreensão dos discursos sobre violência nas redes sociais, especialmente com emoções morais como nojo, indignação e compaixão (MILLER, 1997; TURNER, 2007; CLARK 1997), bem como uma vertente sociológica da ação coletiva que toma as emoções como manifestação mobilizadora (JASPER, 2011). Assim, este trabalho propõe-se a responder a seguinte questão: Que discursos são expressos pelos diferentes atores frente a casos de violência de grande

repercussão nas redes sociais? que fatores levam um caso de violência a mobilizar e engajar os internautas, de modo a transformá-lo em um evento de grande repercussão?

No Brasil se destacam algumas produções do campo da violência sobre mídias, especialmente sobre televisão, mas também literatura. Teixeira (2009) aborda o programa televisivo da Rede Globo Linha Direta, que seguia na esteira de outros programas na Europa e Estados Unidos sobre crime a partir dos anos 1960, rotulados de *real crime TV shows*, que coincide com o aumento do interesse da televisão sobre violência do qual Garland (2009) fala. O Linha Direta utilizava como recurso a dramatização crimes reais sob investigação e permitia a participação dos telespectadores na solução dos mesmos, via telefone, no início dos anos 2000. A discussão que Teixeira (2009) faz acerca da dramatização enquanto recurso emocional para mobilização da audiência traz *insights* para a compreender como os usuários do Twitter se mobilizam em torno de um evento de violência. Nas palavras do autor, a “dramatização, enquanto trabalho de incremento emocional da narrativa acerca dos casos reais, tem a capacidade de mobilizar a audiência para que esta utilize o canal oferecido [...] e colabore com denúncias” (TEIXEIRA, 2009).

Barbalet (2000, p.1) concebe que uma emoção é uma experiência de envolvimento, profunda ou rasa, positiva ou negativa em relação a um evento, pessoa ou condição que necessariamente importa para a pessoa, proporcionalmente. Tem-se como foco as emoções morais, as quais “envolvem sentimentos de aprovação e desaprovação baseados em intuições e princípios morais, bem como nas satisfações que sentimos quando fazemos a coisa certa (ou errada), [...] como compaixão pelo lamentável ou indignação por injustiça” (JASPER, 2011, p.3, tradução e grifos nossos). O autor concebe a indignação e a compaixão como emoções morais, e outros autores, como Clark (1997) concorda com a compaixão nesse grupo. Além delas, Miller (1997) argumenta que o nojo é uma emoção moral, pois ranqueia as pessoas em um tipo de ordenamento ou hierarquia, declarando ações como repulsivas.

Tem-se como objeto casos de violência de grande repercussão na rede social Twitter, plataforma escolhida devido a características específicas como os *Trending Topics* e as *hashtags* - e do seu uso por parte dos usuários, que a configuram com grande relevância no debate público, por ser palco constante de mobilizações em torno dos mais variados eventos e assuntos. O acompanhamento diário da plataforma permitiu um levantamento dos acontecimentos de violência que repercutiram e o caso selecionado para este trabalho foi o sequestro na ponte Rio-Niterói, que ocorreu em 20 de agosto de 2019. A coletada dos dados

foi empreendida com uso do software RStudio com as API's do Twitter, gerando um banco de dados de 30360 *tweets* no dia do ocorrido. Como metodologia é empregada análise de conteúdo, realizada com o auxílio do software NVivo 12 Pro, o qual permitiu a classificação e categorização das postagens em Nós.

O banco de dados foi dividido em duas partes, a primeira a partir da primeira menção ao evento que teve início por volta das 5:25 até às 9:02, hora em que o atirador de elite mata o sequestrador e há a primeira menção ao tiro, iniciando a segunda parte, que vai até as 10:59, englobando as faixas de horário de maior volume de postagens e das mais curtidas. Dos 3907 *tweets* da primeira parte, 1260 (32%) foram de Informação, de perfis jornalísticos, independentes ou de usuários, sem juízos de valor, e Opinião foram 2647 (68%). Destes, foram categorizados em sub Nós, se destacando Trabalho (207), com reclamações quanto ao trânsito, que atrapalhou o trabalho ou faculdade/escola, Crítica à mídia (168), criticando a superexposição e por chamar o sequestrador de “suspeito” e Pedido de morte (112), pedindo a morte do sequestrador ou insinuando o uso de *sniper*. Humor foram apenas 36 *tweets*, mas três integraram as dez mais curtidas, incluído a publicação em primeiro lugar da primeira parte, que também foi a segunda maior de todo bando de dados. Essas publicações compartilharam fotos de pessoas vendendo lanches na ponte em meio ao sequestro, ironizando a figura do brasileiro ou carioca em meio ao caos agir normalmente. Outro sub Nó, dentro de Opinião, foi Emoções, com 1883 publicações, com destaque para Tristeza (881), Indignação (466) e Compaixão (427).

Já na segunda parte, das 4433 publicações, 1152 (26%) foram de Informação e 3281 (74%) de Opinião. Destes, se destacaram as categorias Comemoração (690), comemorando a morte do sequestrador ou a liberação dos reféns sem vítimas, Humor (224), desta vez com vídeos de pessoas jogando bola e pipa na ponte em meio ao sequestro, com legendas parecidas das da parte anterior, e Crítica à mídia (169), também semelhantes às da primeira parte. Emoções foram 1290 (39,3%), dessa vez se destacando Alegria (649), em sentido similar a categoria Comemoração, Nojo (445), sobretudo quanto ao sequestrador, e Veneração (397) quanto à ação da polícia. Dentre as dez mais curtidas estavam postagens de figuras políticas, como o presidente Jair Bolsonaro, em primeiro lugar de toda a repercussão, o governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel, a deputada federal Janaína Paschoal, indicando maior politização nessa parte, que também foi mais polarizada, com algumas categorias de menor incidência em contraponto direto à Comemoração, como Crítica à comemoração, que incidiu 104 vezes.

Os resultados demonstram destaque de ideais punitivos na repercussão do sequestro na ponte Rio-Niterói no Twitter, pela alta incidência de categorias como Pedido de morte na primeira parte e Comemoração e a emoção Alegria na segunda parte. A recorrente Crítica a mídia vai nesse sentido também, por cobrar uma postura moral da mídia, para não chamá-lo de suspeito e muitas vezes cobrando que fosse chamado de “bandido”, demonstrando ataques a instituições tradicionais. As emoções em destaque no início foram Tristeza e Compaixão quanto as vítimas, além de Indignação. O tiro do *sniper* atua também como um disparo para as pessoas comentarem o caso, pois a partir dele que as publicações atingem o pico, se destacando a mobilização a partir de Alegria, Nojo e Veneração, em sentido punitivista. Também, nessa parte se destaca uma polarização entre quem comemorava e quem criticava a comemoração, sobretudo pelo governador descer comemorando do helicóptero na ponte. A politização também se sobressai na segunda parte, pela incidência de figuras políticas na segunda parte.

Por outro lado, a categoria Trabalho, em destaque na primeira parte, envolvia discursos de trabalhadores e estudantes expressando as vezes indignação e raiva, alegando que o fechamento os impedia de garantir o seu sustento, em alguns casos falando sobre a situação difícil de desemprego e baixos salários e que acordaram muito cedo sendo impedidos por conta desse evento. O lugar do “trabalhador” é acionado como alguém digno e que deve ser ouvido e respeitado. Essa categoria demonstra que esses casos de grande mobilização o são justamente pelo engajamento de pessoas comuns e que suas visões de mundo estão intimamente ligadas a condições dadas de existência. Isto quer dizer que na maior parte dos casos não é uma simples polarização e discursos de ódio espontânea, mas de sujeitos que veem seus meios de se proverem, sua rotina, ser impedida por ações violentas. Outro tópico recorrente, por outro lado, foi a alta incidência da Informação e Humor, mesmo em um caso de violência, que é uma característica do conteúdo produzido no Twitter, já observada em outros estudos. A politização mais recentemente vem se destacando também como característica das interações do Twitter.

## Referências

BARBALET, Jack M. Why Emotions are Crucial. In: BARBALET, Jack M. (ed.) **Emotions and Sociology**. Oxford: Blackwell, 2000.

BORGES, Samuel S. **Imagens da ideologia punitiva**: uma análise de discurso crítica do movimento brasil livre, 2019. 262f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília.

CLARK, Cadence. **Misery and company**: sympathy in everyday life. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1997.

GARLAND, David. Complexo do Crime: a cultura das sociedades de alta criminalidade. In: **Cultura do controle**: crime e ordem na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Editora Revan, 2008.

FISCHBORN, Luciano. Representações da violência na mídia e nos comentários do Facebook: entre a compaixão e o nojo. **Anais do 43º Encontro da Anpocs**, Caxambu, p. 1-24, 2019.

JASPER, James M. Emotions and social movements: twenty years of theory and research. **Annual Review of Sociology**, 2011.

JUNGBLUT, Airton. Práticas ciberativistas, agência social e ciberacontecimentos. **Vivência**, Natal, v. 1, n. 45, p. 13-22, 2015.

KEMP, Simon. Digital 2018: Brazil. In: **Digital report**, 2018. [datareportal.com/reports/digital-2018-brazil?rq=brazil](http://datareportal.com/reports/digital-2018-brazil?rq=brazil)

LUPTON, Deborah. **Digital sociology**. New York: Routledge, 2014.

MILLER, Daniel; HORST, Heather A. O digital e o humano: prospecto para uma Antropologia Digital. São Paulo: **Parágrafo**, p. 91-111, 2015. v. 2, n. 3.

MILLER, William I. **The Anatomy of Disgust**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

NASCIMENTO, André. Apresentação à edição brasileira. IN: GARLAND, David. **Cultura do Controle**: Crime e ordem na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Editora Revan, 2008.

PASSIANI, Enio. Figurações possíveis: o romance como mimeses do processo civilizador. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente et ali. (Org.). **Violências e mundialização: políticas, polícias e penas**. Porto Alegre: Editorial tomo, 2016.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; TEIXEIRA, Alex Niche. Figurações da violência: uma apresentação enigmática. Porto Alegre: **Sociologias**, v. 15, n. 34, p. 14-25, 2013.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; TEIXEIRA, Alex Niche. Plata o plomo: figurações da violência no romance e na televisão na América Latina. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente et ali. (Org.). **Violências e mundialização: políticas, polícias e penas**. Porto Alegre: Editorial tomo, 2016.

TEIXEIRA, Alex Niche. **A produção televisiva do crime violento na modernidade tardia**, 2009. 242f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TURNER, Jonathan. **Human emotions**: a sociological theory. Routledge: New York, 2007.

# As Representações Sociais na Interação Comunitária da Política Ostensiva e a Construção da Segurança Cidadã

Paola Pilar Lara Brun<sup>1</sup>  
Martha Richter de Oliveira<sup>2</sup>

## Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar as primeiras impressões de uma etnografia digital mediante inclusão da pesquisadora nos grupos de *WhatsApp* com a comunidade em que há a participação da Brigada Militar. O objetivo geral da pesquisa é, ao final, propor um programa de educação da sociedade civil de forma a orientá-la a utilização deste recente canal de comunicação, na construção de uma Segurança Cidadã. A pesquisa visa responder a seguinte pergunta: como os grupos de interação comunitária das polícias, via aplicativo *WhatsApp*, podem influenciar a atuação policial de forma a contribuir para o controle e prevenção da criminalidade e violência de cada bairro? A Segurança Pública tem a ideia de Segurança do Estado como algo afastado da comunidade, no entanto a concepção de segurança cidadã traz uma nova forma de se planejar a segurança, partindo do cidadão, como uma estratégia conjunta com a sua polícia local, polos antes separados pelo abismo da era militar e de cerceamento da democracia. De acordo com Porto (2010), as práticas sociais influenciam de forma a orientar ou justificar as práticas dos atores sociais ou a forma como são apropriadas pelas instituições envolvidas na segurança. O conceito de Representações Sociais é pertinente para o trabalho, uma vez que os grupos de WhatsApp podem ser vistos como um microcenário da sociedade. Essa forma de mobilização social organizada em um ambiente virtual permite mapear o que os cidadãos pensam e esperam das suas polícias, bem como será possível compreender como esta instituição policial atua frente a uma comunidade que se apresenta como atores sociais praticando a democracia e influenciando as tomadas de decisões.

**Palavras-chaves:** Segurança Cidadã; *WhatsApp*; Etnografia Digital.

## Introdução

A pesquisa tem como recorte o público e os policiais em interação pelos grupos de segurança do aplicativo *WhatsApp*, os quais, hoje, são subdivididos por bairros. Para tanto, foram efetuadas entrevistas e uma etnografia digital em dois grupos de interação: um deles criado e administrado pela comunidade em que a polícia se inseriu, e o outro criado e administrado pelo próprio Órgão. Também foi desenvolvido um roteiro de perguntas a um grupo de militares da ativa<sup>3</sup> e um grupo focal com participantes de ambos os grupos de interação. Os resultados das

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação de Segurança Cidadã – Mestrado Profissional 2018/1, especialista em Direito Público e policial militar da ativa. E-mail: direito.paolapilar@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Militares pela Academia de Polícia Militar da Brigada Militar e policial militar da ativa. E-mail: martha1979@gmail.com

<sup>3</sup> A pesquisa foi desenvolvida por categoria de experiência profissional.

representações obtidas pela análise dos históricos das interações dos grupos e as respostas dos roteiros de entrevistas, foram possíveis pelo aplicativo NVIVO, codificando em *nós*, aspectos em comuns a determinados valores e conceitos sobre *Polícia e Segurança Cidadã*.

A pesquisa foi desenvolvida por uma policial-pesquisadora, pois se tratando de um mestrado profissional – o trabalho final do curso deve ser sempre vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional-aluno e de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso – (Capes 2010<sup>4</sup>).

### **Conceito de Segurança Cidadã**

A segurança é dever do Estado e responsabilidade de todos conforme dita o artigo 144, *caput* da Carta Magna. A mesma é responsável pela inclusão do regime democrático no país há mais de 30 anos. Mas a Democracia Participativa (SANTOS e BARREIRA, 2016) na Segurança Pública ainda parece longe do ideal.

Uma intervenção baseada no conceito de Segurança Cidadã tem necessariamente de envolver as várias instituições públicas e a sociedade civil, na implementação de ações planejadas a partir dos problemas identificados como prioritários para a diminuição dos índices de violência e delinquência em um território (Sítio PNUD Brasil, 2019)<sup>5</sup>.

Foi a partir do conceito internacional de Segurança Cidadã, proposto pela ONU, que rechaçou o termo Segurança Pública, isto porque o termo *público* ainda carrega a ideia de uma segurança mais próxima do Estado e menos do cidadão, associado também às representações de ineficiência de setores públicos.

Este futuro da Segurança Cidadã na América Latina, com a aliança entre Governo e sociedade civil ganha forma com a utilização organizada e inteligente de tecnologias e sistemas de informações que diminuam a burocracia dos processos tradicionais na área de interesse. Para José Vicente Tavares dos Santos e César Barreira (2016) o que está em pauta é a formação policial e a mudança nas concepções de segurança, incluindo agora a participação dos cidadãos e cidadãs nesta nova forma de pensar.

Para Maria Stela Grossi Porto, a Teoria da Representação Social contribui para a compreensão sociológica da realidade brasileira da contemporaneidade (PORTO, 2010). Para a autora, as representações sociais são instrumentos metodológicos que auxiliam o sociólogo a

---

<sup>4</sup> Regulamentado pela Portaria MEC N° 389, de 23 de março de 2017 e pela Portaria CAPES N° 131, de 28 de junho de 2017.

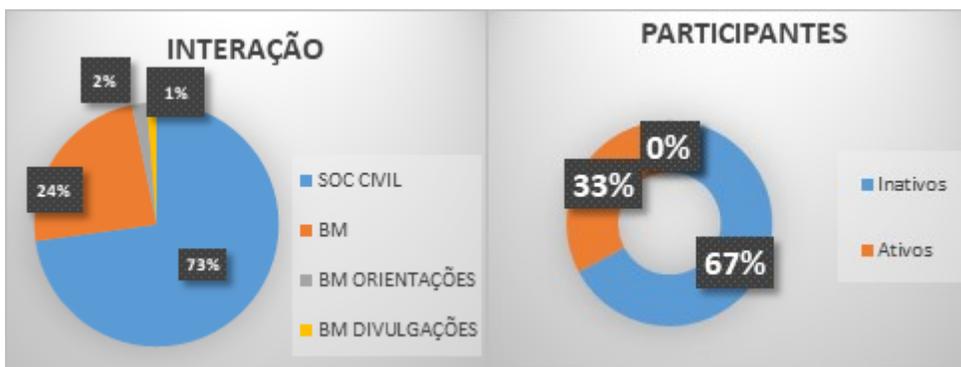
<sup>5</sup> Disponível em <https://pnudbrasil.exposure.co/seguranca-cidada>. Acessado em 22 de dezembro de 2019.

denunciar as demandas da sociedade civil. Assim, compreender um fenômeno a partir do que se diz sobre ele.

### As interações

Entre todos os resultados obtidos, as manifestações de apoio à violência policial, pelos próprios participantes que requerem a resolução de seus problemas, de forma urgente, e os resultados das entrevistas dos policiais sobre as representações que possuem sobre *Segurança Cidadã*, contribuíram sobremaneira para a compreensão do Policiamento Comunitário atual, quando a prevenção do crime deve ser baseada na comunidade<sup>6</sup>.

Figura 1 – Resultado interações



Fonte: Grupo aberto pela Comunidade, 129 participantes. Data 07 - 25 novembro 2019. Elaborado pela autora.

Trata-se de espaço dominado pela interação da comunidade. O total de 614 mensagens trocadas, apenas 1% foi utilizado para divulgação de operações policiais e 2% para orientação (principal objetivo). Entre muitas manifestações que se desviam da área de segurança, como políticas e demandas repetitivas, também é um espaço que não estimula a participação de todos envolvidos, pois apenas 33% dos participantes se fizeram ativos.

<sup>6</sup> Melissa de Mattos Pimenta. Policiamento Comunitário no Rio Grande do Sul: teoria, discursos e práticas. 2016. Pg. 251.

## O programa em forma de aplicativo

O Programa, produto final da dissertação de mestrado<sup>7</sup>, está sendo desenvolvido em forma de aplicativo, a partir da análise das representações sociais sobre *polícia e Segurança Cidadã* que permeiam as interações dos grupos.

Quando as representações sobre policiamento e segurança cidadã se distanciam dos conceitos oficiais adotados pelas academias, nasce um objetivo para determinada função no aplicativo. Um dos pontos nas conclusões preliminares é a necessidade de comunicação de vários órgãos, uma vez que a violência possui natureza multicausal, por isso o aplicativo buscará a participação de demais órgãos públicos locais para que o participante civil possua, em um só espaço, a possibilidade de que a sua única solicitação chegue a todos setores envolvidos na resolução do problema. Exemplo: as inúmeras denúncias de festas com venda de bebidas alcoólicas a menores. Trata-se de denúncia que necessita de atenção do Ministério Público, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico –SMED e apoio da Brigada Militar, entre outros.

## Conclusão

A urgência, na avaliação do uso do aplicativo pela Brigada Militar, surge do significativo desenvolvimento que as tecnologias alcançaram no dia a dia da sociedade moderna, podendo culminar em mutações constitucionais<sup>8</sup>, ponto máximo do direito, pois é quando a Magna Carta se curva às transformações sociais. Trata-se de único órgão policial que permite a aproximação da comunidade nas tomadas de decisões locais, nascido da filosofia do Policiamento Comunitário<sup>9</sup>.

Contribuir para um policiamento de proximidade, de confiança e respeito mútuos entre polícia e comunidade, é possível ao compreender, primeiramente, o que se passa nos novos espaços de interações através de metodologias científicas capazes de gerar resultados que contribuam para redefinir ou inovar em políticas públicas afins.

Os grupos de *WhatsApp* podem ser vistos como uma extensão do campo de policiamento, um novo ambiente de conduta profissional que exige também uma nova forma de policiar<sup>10</sup>. Um microespaço que permite registrar comportamentos e crenças de determinada comunidade.

---

<sup>7</sup> Em fase final.

<sup>8</sup> Ministro Gilmar Mendes no seu voto no HC 168052, suspenso, e discute a validade de provas obtidas em conversas de *WhatsApp* sem autorização.

<sup>9</sup> Adotado pela Brigada Militar desde a década de 90.

<sup>10</sup> Já há Normas Internas da Instituição que regula as interações em mídias sociais.

Extremidades de relações de segurança em que o poder<sup>11</sup> se manifesta por representações. Ao fim, a pesquisa busca contribuir para a redefinição na forma de comunicação entre polícia e comunidade, facilitando-a e incentivando ambos, a construção de uma Segurança Cidadã, a qual está distante do ideal, por falta de estudos que contribuam para o aperfeiçoamento de políticas públicas afins.

## Referências

FOUCAULT, Michel. **Organização e introdução de Roberto Machado**. Disponível em: [https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A\\_Microfisica\\_do\\_Poder\\_-\\_Michel\\_Foucault.pdf](https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf), Acessado em 01 de dezembro de 2019.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **Violência e mundialização: políticas, polícias e penas**. Porto Alegre. Tomo Editorial. 2016.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da Violência: do conceito às representações sociais**. Brasília: Editora Francis. 2010.

TAVARES, José Vicente. BARREIRA, César. **Paradoxos da Segurança Cidadã**. Porto Alegre. Tomo editorial. 2016.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, TEIXEIRA, Alex Niche, RUSSO. **Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Porto Alegre: Sulina/Editora UFRGS, 2011.

Documento do Workshop Mestrado Profissional em Segurança Pública e Justiça Criminal. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/MestrProf\\_SegurancaPublica.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/MestrProf_SegurancaPublica.pdf). Acesso em 01 de dezembro de 2019.

---

<sup>11</sup> Poder em Michel Foucault.

# Grupo de Trabalho 7

## Sociedade e Economia

### Súmula do GT

Estudos dos fenômenos socioeconômicos observados nas sociedades contemporâneas, considerando a relação entre ações econômicas e ações sócio-político-culturais, integrando áreas do conhecimento como a sociologia da firma, dos mercados, das finanças e do trabalho. Os principais temas de interesse do GT são a formação e estruturação de mercados, desenvolvimento, globalização e cadeias produtivas, a relação Estado e atividade econômica, inovação, ciência e tecnologia, agência, redes e interesses, sociologia do empreendedorismo e relações universidade-empresa. Pretende-se contribuir para a dissolução de mitos como o de que atribui aos mercados e a outras dimensões das atividades econômicas uma essência que lhes confere caráter autônomo e/ou corruptor.

Sessão 1 – Cultura, construção social de mercados e tecnologia

Sessão 2 – Estado, atividade econômica, inovação e desenvolvimento

Sessão 3 – Inovação, tecnologia e sociologia do empreendedorismo

**Discente(s) Coordenador:** Haroldo Misunaga

**Discentes convidadas/os:** Anne Brandalise (doutoranda PPGS-UFRGS), Leticia Fernanda de Souza Rodrigues (doutoranda PPGS-UFRGS), Luiz Lentz Junior (doutorando PPGS-UFRGS) e Rodrigo Campos Dilelio (doutorando PPGS-UFRGS)

**Professores/as convidados/as:** Sandro Ruduit Garcia (PPGS-UFRGS), Paulo Niederle (PPGS-UFRGS), Sônia Maria Karam Guimarães (PPGS-UFRGS) e Daniel Gustavo Mocelin (PPGS-UFRGS).

# A Distribuição Espacial da TI no Rio Grande do Sul em 2017

Amós Juvêncio Pereira de Moura<sup>1</sup>  
Antonio Lourence Kila de Queiroz<sup>2</sup>  
Giovana Mendes de Oliveira<sup>3</sup>

## Resumo

O presente trabalho visa analisar a distribuição espacial das empresas de Tecnologia da Informação (TI) no Rio Grande do Sul. Para a elaboração desse trabalho foi feito o uso dos dados das Relações Anuais dos Indicadores Sociais (RAIS) do ano de 2017 para realizar uma análise quantitativa da quantidade de empresas e trabalhadores nos municípios do estado. Foram gerados mapas com a finalidade de espacializar a distribuição destas empresas e trabalhadores e foi utilizado do Excel para tratamento dos dados. Após o tratamento dos dados foi realizada a análise destes, levando em consideração os fatores que ocasionam essa distribuição, como a disponibilidade de internet nos municípios e sua respectiva velocidade bem como universidades com graduações no âmbito da TI. Concluímos que ocorre uma aglomeração na região metropolitana de Porto Alegre, bem como alguns outros polos do estado como Pelotas e Santa Maria destacam-se. A teoria do burburinho de Storper mostra-se aplicável no caso do Rio Grande do Sul como principal causa da aglomeração das empresas e trabalhadores. Destacando-se assim que apesar da TI ser dotada de uma potencialidade democratizadora do uso do território, acaba por tender a aglomeração.

**Palavras-Chaves:** Tecnologia da Informação; Território; Burburinho.

## Introdução

No início do século XXI o capitalismo passa a ser o sistema aparentemente hegemônico, tornando-se global com o declínio de experiências contra hegemônicas, como o socialismo do leste europeu. Consolida-se um capitalismo global, cuja tecnologia que artificializa homem e a natureza é um ponto estratégico. Diversos autores abordam a evolução tecnológica dos últimos anos, dentre eles cabe destacar Santos (2006; 2012) ao trazer o conceito de meio técnico-científico informacional. Segundo esse autor o meio técnico-científico informacional sucede o sistema natural, onde o uso de técnicas e objetos técnicos é extremamente rudimentar, e o sistema técnico, caracterizado pelo avanço de objetos técnicos mais elaborados a partir da primeira revolução industrial. No meio técnico-científico informacional os objetos não são apenas técnicos, mas informacionais também, contribuindo assim para a aceleração dos fluxos informacionais (2006). Outro autor bastante

---

<sup>1</sup> Mestrando em geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Membro do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEUR/UFPel). Email: ajpereirademoura@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrando em geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Membro do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEUR/UFPel). Email: antoniokilaq@gmail.com

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas. Membro da “Rede Inova” de estudos sobre a inovação. Membro do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEUR/UFPel).

importante para a compreensão desse novo paradigma tecnológico é Castells, ao trabalhar com os conceitos de Sociedade em Rede<sup>4</sup> e nova economia<sup>5</sup> (CASTELLS, 2005; 2006).

Neste mundo tecnológico as tecnologias da informação (TI) são uma das importantes atividades deste novo paradigma. Elas transformam informações, qualificando a nossa aprendizagem, de forma que potencializam o cérebro humano e permitem que estas circulem rapidamente no mundo todo. Todo este processo conduz a inovações, o que torna esta atividade fundamental no processo de desenvolvimento da globalização.

A TI ao se desenvolver possibilita a flexibilização de tempos e espaços, operações síncronas e assíncronas podem ocorrer entre pessoas e grupos em distintos espaços geográficos e em tempos diferentes. Esta flexibilização leva a entender esta atividade com percussora de uma nova realidade geográfica, na qual a dispersão geográfica seja uma realidade. Assim a TI pode se alojar em qualquer parte do território, desde que essa ofereça condições adequadas, como alta velocidade de conexão com a *web*, por exemplo. E a TI também não necessita de grandes espaços físicos para abrigar trabalhadores e maquinário, como as atividades industriais, nem de ser inserida estrategicamente em algum determinado lugar, como as atividades de comércio.

Desta forma as atividades de TI, conformam o que pode ser denominado de nova economia (CASTELLS, 2004; 2005). Essa nova economia se caracteriza por ser baseada na informação e na inovação constantes. Com essa nova economia se inaugura uma preocupação com as transformações que esta nova economia produz no espaço geográfico e conseqüentemente na sociedade.

Autores como Storper e Venables tem se preocupado com isto, discutindo a força econômica das cidades neste novo paradigma, elas é que teriam os conteúdos necessários para o desenvolvimento da inovação, seja ela tecnológica ou não. Para eles, a presença do *face-to-face* leva ao burburinho, que propiciam a inovação. Assim as cidades seriam *locus* privilegiados da inovação, ou centros que permitiriam *face-to-face* para trocas de informações e conhecimentos que levariam a inovações. Segundo os autores:

A co-presença física é vital para saber o que se busca, como identificá-lo e o que fazer com ele. A força desse tipo de contato face a face ou o que chamamos de “burburinho” da cidade ou da aglomeração. O burburinho, como deveremos agora

---

<sup>4</sup> Conceito que trata do uso cada vez mais frequente das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) pela sociedade.

<sup>5</sup> Conceito que aborda uma nova etapa do desenvolvimento econômico baseado na informação e na produção de novas ideias para inovar através da diferenciação de produtos.

defini-lo, incorpora as condições postas a montante do saber o que se passa; contatos intencionais face to face; e ocasionais ou mais raras trombadas face a face ou a força de se estar lá. Portanto, o burburinho é muito mais do que a circulação das informações ou a participação em rede. É respectivamente, a o que faz com que o primeiro ocorra e o modo pelo qual o segundo funciona. (STORPER; VENABLES, 2005, p.48).

O objetivo deste trabalho é revelar a localização das empresas e trabalhadores de TI no Rio Grande do Sul, compreendendo os determinantes que levam a essa localização. Storper e Venables (2005) abordam que atividades que necessitam de inovação constante, como a TI, tendem a se aglomerar geograficamente nos territórios das cidades, em especial, as grandes cidades. Essa aglomeração acaba por propiciar os contatos face a face para a transmissão de conhecimento tácita.

### **Procedimentos Metodológicos e Resultados**

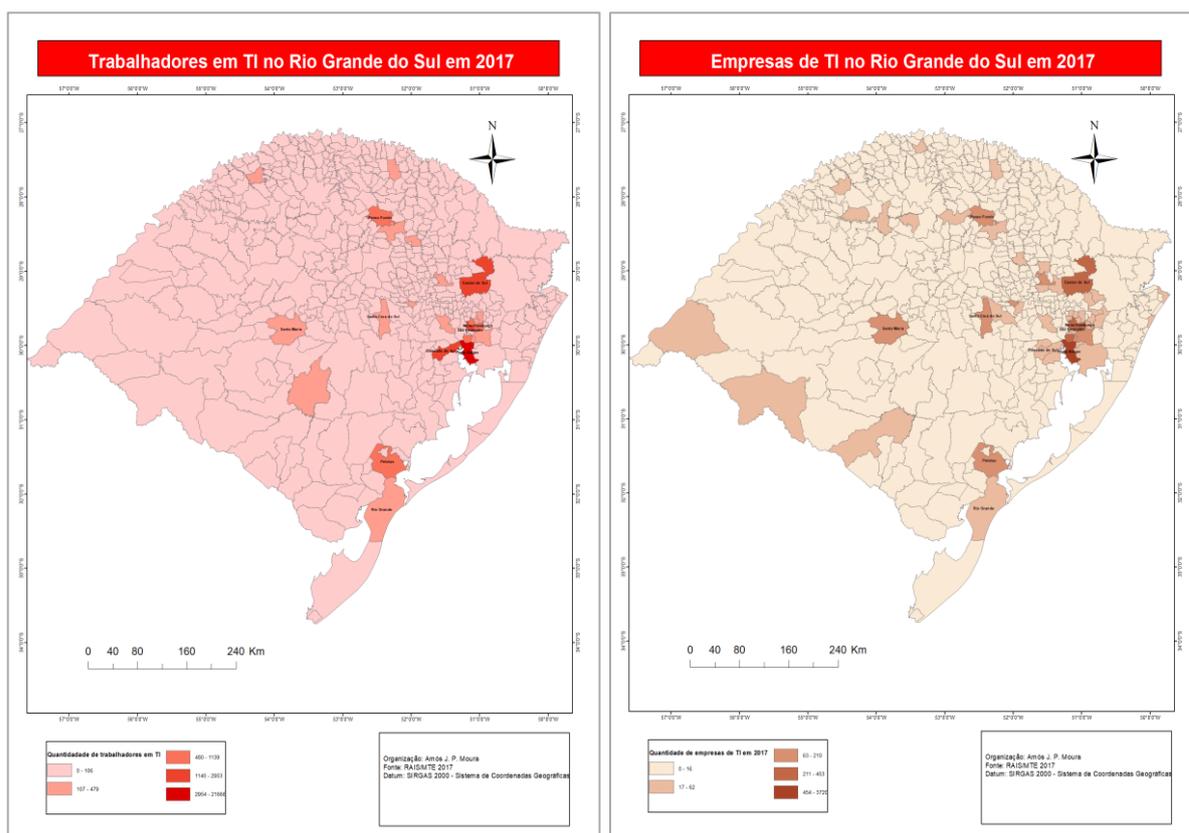
Para elaboração do presente trabalho se utilizou dados da RAIS (Relação Anual dos Indicadores Sociais) do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). Na base de dados da RAIS se pesquisou por empresas e trabalhadores que desenvolvem atividades relacionadas a TI no ano de 2017. Para tratamento dos dados obtidos se utilizou o *software* Excel. Para a elaboração dos mapas temáticos que evidenciem a distribuição espacial das empresas e trabalhadores de TI no Rio Grande do Sul se utilizou o *software* ArcGis 10.3.

Além disso, se analisou a base de dados da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicação) para saber se todo RS dispõe de boa velocidade de conexão com a internet. Foram analisados também dados do INEP (Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais) para saber se a concentração de empresas e trabalhadores coincidia com as cidades onde havia graduações da área de TI. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para melhor compreensão do PIB (Produto Interno Bruto) e dados populacionais dos municípios, assim como dados do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual) para entender a distribuição das patentes de *softwares*. Mapas também foram gerados evidenciando a distribuição destes dados, mas se optou pela não inserção no trabalho devido à falta de espaço, mantendo-se apenas os mapas abaixo, que evidenciam a distribuição de empresas e trabalhadores de TI no Rio Grande do Sul.

Nos mapas da Figura 1, apresenta-se a distribuição espacial das empresas e dos trabalhadores de TI no Rio Grande do Sul no ano 2017, respectivamente. É possível observar nos dois mapas uma grande concentração espacial na Região Metropolitana de Porto Alegre

(RMPA). Outros focos de aglomeração de trabalhadores e empresas fora da RMPA estão nos municípios de Caxias do Sul, Santa Maria, Passo Fundo e Pelotas.

Figura 1 - Distribuição espacial de empresas e de trabalhadores de TI no Rio Grande do Sul em 2017



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS/Ministério da Economia.

O que mostra que esta atividade de TI, que representa a nova economia, busca estar concentrada em grandes centros apesar de ter flexibilidade localizacional. Analisando dados de conexão de internet oriundos da ANATEL, verifica-se a farta distribuição de internet em várias velocidades por várias empresas por todo estado, o que se pode concluir que a infraestrutura de rede de internet não é um limitador para a distribuição da atividade de TI. Analisando dados de PIB e população, verifica-se que os maiores índices destes dados estão relacionados com os maiores índices de empresas e empregados de TI. Analisando os dados de graduados em TI e registros de *softwares*, verifica-se uma relação forte entre estes nos municípios com maior presença de empresas e empregados em TI. Isto reforça a ideia de força dos grandes centros e a atividade de TI.

O que poderia explicar esta concentração? As teses de Storper, sobre o contato *face-to-face* que promove o burburinho, parecem tomar força para explicar esta concentração. A nova economia, em especial a TI, busca territórios onde exista possibilidade de barulho decorridos do *face-to-face*. Ainda que estas teses necessitem melhor explicação, ao que tudo indica é neste caminho que devemos percorrer para explicar a localização das atividades da nova economia, na qual se enquadra a TI.

### **Considerações Finais**

Este trabalho buscou abordar a distribuição espacial da TI no Rio Grande do Sul. Detectou-se que a grande concentração de empresas e trabalhadores coincide com os municípios que detêm maiores PIB's e populações, bem como onde se concentram mais graduados em TI. Nota-se que a infraestrutura de distribuição de velocidade de conexão é constantemente boa em todo território, não sendo esse um fator determinante.

Buscou-se explicar a partir da teoria de Storper e Venables os fatores que levam a essa distribuição, altamente concentrada em alguns pontos do território. Analisando os resultados a partir da contribuição teórica dos autores verifica-se que a TI, por necessitar de inovação constante, faz uso da concentração espacial para a troca de conhecimentos tácitos. A concentração também propicia a troca de ideias constante, ocasionando o que os autores chamam de burburinho. Além destes, outros autores vêm trabalhando com a ideia de a aproximação geográfica ser fundamental para promover a inovação, destaca-se ASHEIM et. al (2016).

### **Referências**

- ASHEIM, Björn; GRILLITSCH, Markus; TRIPPL, Michaela. Regional Innovation Systems: Past - Presence - Future. Doloreux D.; Shearmur, R.; Carrincazeaux (eds) In: **Handbook on the Geography of Innovation**, Edward Elgar, UK/US, 2016.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**: volume 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.
- CASTELLS, Manuel; FERNÁNDEZ-ARDEVOL, Mireia; QIU, Jack Lichuan; SEY, Araba. **Comunicación Móvil Y Sociedad**: Una perspectiva global. Barcelona: Ariel S.A., 2006.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.
- STORPER, M.; VENABLES, A. O burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.) **Território e Economia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

## **O Mercado de Seguros Ambientais: Um estudo sobre experiências da demanda.**

Anne Pinto Brandalise<sup>1</sup>

### **Resumo**

A questão ambiental revela alterações significativas sobre a valoração do Meio Ambiente pela sociedade através de diferentes atores que contribuem para o crescimento da oferta e da demanda por produtos com apelo de proteção ambiental. As empresas são intimadas a ressignificar sua relação com o Meio Ambiente e criam novas linhas de produtos direcionados a este mercado. Dentre estes produtos, o mercado de seguros passa a atuar com Seguros ditos Ambientais. Este projeto investiga o processo de contratação destes Seguros e seus efeitos, sob a perspectiva da demanda. Para tanto, elegemos o referencial teórico da Sociologia Econômica com relação aos estudos de mercados, aliado a sociologia do risco e ambiental, de modo a nos permitir um olhar sobre os mercados como construções sociais, agregando, ao estudo econômico aspectos políticos, culturais, simbólicos e sociais. Observa-se que a temática de busca da sociedade pela ampliação da proteção do Meio Ambiente, toma proporções significativas nas últimas décadas e nos convoca a reflexões diante da ineficiência de nossos instrumentos de proteção ambiental. Neste sentido buscamos entender como se dá a incorporação dos dispositivos de avaliação e redução de riscos a partir da contratação do seguro ambiental e o uso de aportes financeiros na cobertura de danos, considerando-se o papel do dinheiro e sua equivalência aos riscos em face das críticas propostas pela S.E. vinculadas a um modelo de produção capitalista, responsável pelo avanço da degradação ambiental e ampliação de riscos, entendemos oportuna à reflexão correlata destes temas permitindo um entendimento sobre as interseccionalidades destas questões que envolvem Economia e Meio Ambiente.

**Palavras-chave:** Mercado; Seguro Ambiental; Sociologia econômica

### **Introdução**

A questão ambiental tornou-se protagonista e revela alterações significativas sobre a valoração do Meio Ambiente pela sociedade através de diferentes atores que contribuem para o crescimento da oferta e da demanda por produtos com apelo de proteção ambiental. As empresas são intimadas a ressignificar sua relação com o Meio Ambiente e criam novas linhas de produtos direcionados a este mercado.

Dentre estes produtos, o mercado de seguros passa a atuar com Seguros ditos Ambientais. Em trabalho de dissertação de Mestrado em Sociologia, investigamos o processo de legitimação do mercado de Seguros Ambientais no Brasil, através da realização de uma pesquisa qualitativa que selecionou quatro seguradoras no estado do Rio Grande do Sul, sobre as quais dedicamos nossa análise sob a perspectiva da oferta do Seguro Ambiental no mercado.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Email: annebrandalise@hotmail.com.

O objetivo principal do estudo foi discutir como se realiza a avaliação e valoração dos riscos ambientais neste mercado e verificar como as seguradoras prescrevem os riscos ambientais através da criação de dispositivos de avaliação de riscos que são utilizados para a conversão do valor simbólico dos riscos ambientais em um valor monetário.

Neste resumo apresentamos projeto de pesquisa de Doutorado de investigação do processo de contratação destes Seguros e seus efeitos, sob a perspectiva da demanda. Para tanto, elegemos o referencial teórico da Sociologia Econômica com relação aos estudos de mercados, aliado a sociologia do risco e ambiental, de modo a nos permitir um olhar sobre os mercados como construções sociais, agregando, ao estudo econômico aspectos políticos, culturais, simbólicos e sociais.

### **O Mercado de Seguros Ambientais.**

A construção deste mercado se legitima a partir de quatro constatações iniciais sobre os Seguros Ambientais, as duas primeiras são as crenças de que eles podem significar tanto o suporte financeiro para recuperação de danos, como incentivo a mecanismos de redução de riscos. A terceira constatação é a de que o mercado de Seguros Ambientais se legitima também do ponto de vista legal, como mecanismo de política ambiental, através da Política Nacional de Meio Ambiente, que indica o Seguro como instrumento econômico de proteção ambiental somado a legislação ambiental no Brasil que colabora para uma ampliação crescente da fiscalização e condenação de empresas poluidoras. A quarta constatação é o crescente aumento do mercado específico de produtos considerados ambientalmente sustentáveis, em parte, representado pela lógica de um capitalismo verde.<sup>2</sup>

Observando a configuração do mercado contemporâneo verificamos que este inclui setores da economia que preconizam novas lógicas de relação com a natureza como a moda sustentável, as certificações de alimentos, de madeira, a preocupação com a origem e os processos de produção e o descarte adequado de resíduos, a cultura minimalista de não acumulação, e nesta mesma lógica o mercado de seguros lança Seguros direcionados a cobertura de poluições ambientais.

Observa-se que a temática de busca da sociedade pela ampliação da proteção do Meio

---

<sup>2</sup> Extraímos a ideia de capitalismo verde a partir de Paula, 2013. Como sendo: “[...] longe de representar uma possibilidade de harmonizar a exploração capitalista e conservação ambiental, o capitalismo verde expressa o contrário. Isto é as adaptações em curso no processo de reterritorialização do capital se caracterizam pelo avanço da espoliação sob novas formas de mercantilização e financeirização da natureza.” (PAULA, 2013, p. 15).

Ambiente, através de políticas públicas, da mobilização do setor privado, de movimentos sociais e organizações em busca de investimentos e soluções para prevenção e contenção de desastres ambientais e de redução da poluição e de danos ao Meio Ambiente, toma proporções significativas nas últimas décadas e nos convoca a reflexões diante da ineficiência de nossos instrumentos de proteção ambiental. O atual modelo de desenvolvimento econômico amplia a geração de riscos, de danos e de impactos negativos ao Meio ambiente e a saúde da população (BECK, 2010), em contrapartida a sociedade passa a identificar estes riscos e ampliar sua consciência sobre a necessidade de proteção ambiental.<sup>3</sup>

Parte destes impactos se converte em ações judiciais ou processos administrativos por infrações ou crimes ambientais, o que passa a exigir um controle maior do uso de recursos naturais e a necessidade das empresas<sup>4</sup> utilizadoras de recursos ambientais se precaverem quanto a possíveis processos, tanto a partir de medidas de redução dos riscos, como se abre a possibilidade no sentido de contratar seguradoras que possam cobrir eventuais prejuízos financeiros e a reparação de danos. Diante das dificuldades enfrentadas pelos órgãos ambientais surge à oportunidade do mercado cumprir determinados papéis, como a avaliação dos riscos e a cobertura financeira por Seguros Ambientais.

O mercado de Seguros Ambientais surge dessa demanda, sobre a geração de riscos ambientais por atividades poluidoras das mais diversas naturezas, como o risco de vazamento de óleos combustíveis no transporte terrestre de cargas, até riscos de poluição industrial. E estes riscos, conforme verificamos, são construídos socialmente a partir de diferentes categorias as quais, refletem a influência dos atores sociais envolvidos neste campo, na criação de dispositivos que determinam o que é o risco ambiental para este mercado. Por isso, incluímos para a análise do risco duas perspectivas uma visão universalista de Beck (2010) e a vertente culturalista de Douglas e Wildavisky (2012).

Verificamos que as possibilidades de cobertura dos riscos pelo mercado são limitadas e a contratação do seguro é negada por vezes, nestes processos de avaliação. Isto nos leva a questionar o fato de que, se não há condições de segurar determinadas atividades devido ao

---

<sup>3</sup> Em pesquisa realizada pelo instituto CP2 em todo Brasil e publicada no site do Ministério do Meio Ambiente em 2012, intitulada “O que o brasileiro pensa do Meio Ambiente e do consumo sustentável”, esta demonstrou uma ampliação da consciência de proteção ambiental do brasileiro, em análises comparativas a dados extraídos por pesquisas desde 1996. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/8386-o-que-o-brasileiro-pensa-do-meio-ambiente-e-do-consumo-sustentavel>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

<sup>4</sup> Observamos aqui que durante esta dissertação utilizaremos o termo “empresa” para no referirmos as empresas em geral, quaisquer tipos de empresas que exercem atividades potencialmente poluidoras e que se tornam potenciais adquirentes de seguros ambientais. O termo empresa seguradora ou seguradora apenas, sempre se referindo as empresas que vendem seguros ambientais.

alto risco que representam, como as mesmas poderiam ser licenciadas pelo poder público?

### **Problema de pesquisa**

Considerando que não há estudos na sociologia brasileira sobre as possibilidades de redução de riscos ambientais pela contratação de seguros desta natureza o presente projeto de pesquisa se propõe a analisar como se dá o processo de contratação e utilização dos Seguros Ambientais em empresas que atuam em atividades de risco ambiental, sujeitas a processos de licenciamento no Estado do Rio Grande do Sul. Partimos de uma delimitação do objeto no sentido de buscar a experiência do uso dos Seguros ambientais em empresas e seus efeitos sobre as possibilidades de ampliação da proteção ambiental considerando-se o papel do dinheiro e sua equivalência aos riscos.

Buscamos entender como se dá a incorporação dos dispositivos de avaliação de riscos e criação de mecanismos de redução de riscos a partir da contratação do seguro ambiental e o uso de aportes financeiros na cobertura de danos.

### **Procedimentos Metodológicos**

A metodologia proposta para conduzir esta investigação é de análise qualitativa, a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários e análise documental que explicitem as fontes de legitimação do mercado, via as empresas contratantes de seguros ambientais.

Como limite geográfico desta análise sobre a demanda na construção social do mercado de Seguros Ambientais, elegemos o estado do Rio Grande do Sul, dada a necessidade de um recorte espacial para delimitação das empresas que contratam seguros de natureza ambiental e melhor análise da questão. Bem como, é um dos estados no Brasil, em que identificamos uma amostra representativa da presença de companhias seguradoras que atuam tanto em âmbito brasileiro como internacional e pela presença de atividades poluidoras de significativo impacto ambiental dependência de Indústrias de potencial poluidor.

### **Considerações finais**

Esta perspectiva, de questionamento moral do papel dos mercados e do papel do dinheiro sobre determinados bens e valores, sob a dimensão da Sociologia econômica, também permeia esta proposta, conforme, Steiner (2004) aborda estas questões sobre os chamados mercados contestados; já Barbosa (2016) considera que todos os mercados serão passíveis de

contestação.

Assim, a proteção da natureza sob o aspecto sociológico, transita também nestas discussões morais sobre o significado do risco neste mercado, diante das críticas sobre a exploração dos recursos naturais, por hora sacralizados, naturalizados ou ressacralizados no mercado (ANDRADE e FERREIRA, 2007). E é nesta perspectiva também que o valor monetário dos riscos ambientais pode ser investigado, desde a sua construção que utiliza dispositivos de avaliação de riscos, passando pelo cálculo do preço das apólices<sup>5</sup> e chegando a verificação de cobertura efetiva de danos ao Meio ambiente a partir da ocorrência de acidentes ambientais. Nesse sentido, entendemos pertinente a continuidade dos estudos sobre este mercado no sentido de se alcançar as possibilidades de seus efeitos sobre a ampliação da proteção ambiental.

## Referências

- ANDRADE, Maristela; FERREIRA, Rogério. A sacralidade da natureza no pensamento ecológico: reflexos na gestão das unidades de conservação – Ucs. **Gaia Scientia**, 2007, 1 (1): 85-94. Recife.
- BECK, Ulrich, **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo. Editora 34, 2010.
- \_\_\_\_\_. A Política na Sociedade de Risco. Tradução de Estevão Bosco. **Ideias Campinas** |n. 1 |nova série| 2º semestre, 2010.
- BARBOSA, Lívia; GOMES, Laura G. Mercados Contestados. **Revista Antropolítica**, n. 41, Niterói, p.10-24, 2. sem. 2016.
- BRASIL, **Lei de política Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 16 mai. 2017.
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risco e Cultura**: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- FOURCADE, Marion; KIERAN, Healy. 2007. “Moral Views of Market Society”. **Annual Review of Sociology** 33, 2007: 285-311.
- \_\_\_\_\_. Cents and Sensibility: Economic Valuation and the Nature of “Nature”. **American Journal of Sociology**. Vol. 116, Nº 6 (May 2011), pp.1721 – 77. Published by: The University

---

<sup>5</sup> A apólice é o documento gerado na contratação do seguro, ela contém o valor de cobertura e as regras determinadas pelo contrato de seguro.

of Chicago Press, 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

LAMONT, M. Para uma conexão necessária entre a Sociologia da Valoração e da Avaliação com a Sociologia Econômica e das Finanças (Tradução). **NORUS**, v. 1, p. I, 2013.

MOTTA, Ronaldo S. **Valoração e precificação dos recursos ambientais para uma economia verde**. Gramkow, Camila L.; Prado, Paulo Gustavo. Coordenadores. Política Ambiental Economia verde: desafios e oportunidades. Conservação Internacional - n. 8, jun. 2011 – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011 p. 179 - 190.

PAULA, Elder; Moraes, Maria. O conflito está no ar: povos da floresta e espoliação sob o capitalismo verde. **Revista Estudos de Sociologia**. Araraquara. v. 18, n. 35 (2013)

POLANYI. K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. Tradução de Leopoldo Waizbort; *Mana*, vol.11, n.2, 2005.

STEINER, P. A doação de órgãos: a lei, o mercado e as famílias, pp. 101-128. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 16, n. 2. Novembro 2004.

STEINER, P. TREPEUSCHE, M. Contested markets: morality, market devices and vulnerable populations. **China Journal of Social Work**, 2015. Vol. 8, No. 3, 204–216, <http://dx.doi.org/10.1080/17525098.2015.1082491>.

ZELIZER. Human Values and the Market: The Case of Life Insurance and Death in 19th-Century America. **American Journal of Sociology**, Vol. 84, No. 3 (Nov., 1978), pp. 591-610, 1978.

# Cultura de inovação no Parque Científico e Tecnológico da UFRGS – Zenit

Alane da Motta Braz Medeiros<sup>6</sup>  
Sandro Ruduit Garcia<sup>7</sup>

## Resumo

Parques científicos e tecnológicos são arranjos institucionais constituídos pela interação entre universidades, empresas e governos que se baseiam na transferência de conhecimento e tecnologia. Tais organizações têm certa finalidade educacional de disseminar uma cultura de inovação no ambiente regional (Arbix e Consoni, 2011; Paim, 2018; Ruduit-Garcia, 2015). O Parque Zenit tem como atribuições apoiar a criação e seleção de empresas startups e spin-offs acadêmicos por meio de iniciativas como o AcelerEA e as Quartas de Inovação. A presente pesquisa visa a analisar a constituição e difusão de uma cultura de inovação, mediante a identificação de valores e normas que orientam ações de inovação no Parque Zenit. A cultura de inovação pode ser, resumidamente, definida como um conjunto de valores sociais que constituem normas sociais e legais, transformando-se - de uma maneira não automática - em ações voltadas à inovação (Bruno-Faria e Fonseca, 2014; Giddens, 2005). Adotou-se como indicadores para a análise: a) concepção de inovação, ciência & tecnologia, atores considerados importantes e expectativas sobre impactos da inovação b) regras legais e convenções sociais; c) interações internas, externas, formais e informais. A partir do que foi pesquisado até o momento, pôde-se constatar que no processo de implantação do parque parece ganhar força a concepção de que a inovação depende de trocas de conhecimentos e informações entre atores diversos, devendo contribuir para a sustentabilidade. Tais valores têm ocasionado mudanças de regras, como editais e regulamentos conjuntos entre incubadoras e em acordos de maior abertura de laboratórios e núcleos de startups. Nesse sentido, as ações orientam-se para a geração de maior volume de interações internamente à universidade, assim como prospecção de vínculos externos.

**Palavras-chave:** Zenit; Economia; Inovação.

## Introdução

O presente estudo de iniciação científica analisa a constituição de uma cultura de inovação – através da identificação de valores e normas que orientam interações – em Parques Científicos e Tecnológicos, tendo como objeto empírico específico o Parque Científico e Tecnológico da UFRGS - Zenit. O Parque Zenit tem como atribuições o apoio em relação à criação e seleção de empresas startups e spin-offs acadêmicos, a fim de promover a inovação, por meio de iniciativas como o AcelerEA, as Quartas de Inovação, o Núcleo de Apoio à Gestão da Inovação, entre outras. Adotou-se como indicadores para a análise: a) a concepção de

---

<sup>6</sup> Graduanda em Ciências Sociais, BIC (UFRGS), alanedmbm@gmail.com

<sup>7</sup> Doutor em Sociologia, PPGS (UFRGS), sruduitgarcia@gmail.com

inovação, ciência & tecnologia, atores considerados importantes e expectativas sobre impactos da inovação - referente aos valores; b) as regras legais e convenções sociais - em relação às normas; c) as interações internas, externas, formais e informais, para expressar as ações para inovação. Optou-se pela separação da análise em duas fases: a primeira referente ao período inicial de implantação do Parque – englobando o período de 2011 a 2015 – e a segunda após a virada conceitual do mesmo (2015 até o momento atual), estratégia alternativa adotada devido a entraves institucionais decorrentes de questões relacionadas à constituição de uma área física do Parque.

### **Referencial teórico**

Os Parques Científicos e Tecnológicos são caracterizados por serem arranjos institucionais constituídos pela interação entre três esferas – universidades, empresas e governos – e baseiam-se na transferência de conhecimento e tecnologia das universidades para as empresas, com vistas ao processo de inovação. Tais organizações híbridas têm, entre outros propósitos, certa finalidade educacional de disseminar uma cultura de inovação no ambiente regional (ARBIX; CONSONI, 2011; PAIM, 2018; RUDUIT-GARCIA, 2015). A cultura de inovação pode ser, resumidamente, definida como um conjunto de valores sociais - o que se concebe de importante – que constituem normas sociais e legais, transformando-se - de uma maneira não automática – em ações voltadas à inovação (BRUNO-FARIA; FONSECA, 2014; GIDDENS, 2005).

### **Metodologia**

Os procedimentos metodológicos envolvem a análise de conteúdo referente aos dados qualitativos de entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro líderes envolvidos no processo de implantação do parque, bem como de dados secundários, como regimentos, editais e informações contidas no website do Parque Zenit. A categorização dos dados observou os indicadores antes apresentados.

### **Discussão dos resultados**

A partir da análise de conteúdo dos dados das entrevistas, pôde-se inferir que algumas prioridades e desejos manifestados pelos líderes do parque Zenit, tais como a questão da transferência de C&T para a sociedade e a valorização de recursos humanos capacitados mostraram-se constantes durante as duas fases abordadas. Já em *relação a valores*, como impacto social e sustentabilidade, articulação e conexão entre atores, pôde-se constatar uma abordagem mais enfática durante a segunda fase do parque.

Tais valores refletem-se em algumas *mudanças nas normas do parque*, como a elaboração de um edital único para todas as incubadoras, o qual traz à tona valores traduzidos em regras que anteriormente não “apareciam” de maneira tão marcante. O maior enfoque nesta questão da padronização de documentos e a criação de programas como o AcelerEA permitiu a realização de ações conjuntas, caracterizando sobretudo uma concretização dos valores de conexão e articulação.

Durante toda a fase 1 e até o ano de 2019 os editais de pré-incubação e de incubação das incubadoras do Parque Zenit eram separados, marcando a autonomia das mesmas. Com a unificação dos editais foi padronizado um modelo comum para todas as incubadoras. A partir de uma análise comparativa entre o edital de incubação da incubadora CEI do ano de 2013 e o edital de incubação unificado do ano de 2019, pôde-se constatar que tanto no edital da primeira fase quanto no da segunda o grau de inovação aparece como um dos critérios para seleção de projetos, destacando-se o estímulo à mesma. Nota-se que no edital unificado a questão referente ao impacto social e ambiental aparece como critério de avaliação para a incubadora CEI, além disso, para a incubadora Germina, tais fatores ganham ainda mais destaque entre os critérios de seleção, sendo priorizados projetos que tenham especificamente empreendimentos nas áreas de Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade. De uma maneira geral, conteúdo tecnológico, grau de inovação dos produtos e/ou serviços ofertados e os potenciais de impacto econômico, social e ambiental são os fatores principais para incubação no Parque Científico e Tecnológico da UFRGS.

Já em relação às *interações e ações do parque*, pode-se relatar uma correlação destes valores e normas traduzidos e operacionalizados tanto internamente quanto externamente. O valor relacionado à conexão refletiu-se na constituição de uma variedade maior de parcerias e associações durante a segunda fase de implantação do parque, destacando-se as realizadas com o Tecnopuc, parque tecnológico da PUCRS, através do projeto Aliança Porto Alegre, juntamente também com o Tecnosinos, e a parceria com a empresa Jimo, que trouxe soluções inovadoras.

Além disso, a questão da conexão e articulação traduziu-se significativamente no que tange à percepção de uma efetiva aproximação das incubadoras do parque, que mesmo que autônomas, em um formato setorial, durante a segunda fase desenvolveram um maior reconhecimento, pertencimento e visibilidade em relação ao parque, assim como passaram a interagir e cooperar de maneira mais articulada a partir de um esforço por parte dos líderes do

parque – principalmente durante a segunda fase – no que tange uma maior sinergia entre as incubadoras, conectando e potencializando as mesmas.

Com os entraves referentes à área física, os líderes do parque Zenit constituíram uma estratégia alternativa, viabilizando que o mesmo pudesse ampliar a sua visibilidade interna e externa, a partir da ideia de um maior foco no que tange os serviços que o parque tem a oferecer às empresas e à sociedade. A partir do ano de 2015, foram criados programas e projetos como a rede de laboratórios associados ao parque (que foi elaborada com o mapeamento dos laboratórios existentes na universidade) e o AcelerEA (outro projeto que constituiu-se a partir da concretização de um valor importante para o parque: a conexão e articulação, levando à unificação de ações das incubadoras e suas empresas).

Outros projetos a se destacar são a criação das quartas de inovação que, tal qual outros eventos, foi criado com o intuito de conectar os agentes do parque e ampliar os serviços no que se refere à capacitação empreendedora e difusão de uma cultura de inovação; a constituição da incubadora Germina, que tem como um de seus enfoques a incubação de empresas que visam a questão da sustentabilidade e a valorização do potencial regional; e a criação de um escritório de inovação na cidade de Farroupilha, projeto com o objetivo de promover a educação empreendedora na região, constituindo também o primeiro passo para a criação de um campus da universidade na serra gaúcha, um desejo antigo da UFRGS, como resultado de inovação aberta, construindo um “ambiente de inovação sem muros”. Os dados da análise de conteúdo são organizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Mudanças no Parque Zenit

2012-2015 - Fase 1	2015 - atual - Fase 2
<p><b>Valores</b></p> <p>Transferência de conhecimento; Recursos humanos capacitados; parcerias; Validação; Tradição da universidade, impacto social; Debate negociação; Função Social, diálogo comunidade.</p>	<p><b>Valores</b></p> <p>Transferência de conhecimento; Conexão Prioridade: spin-offs; Aproximação; Inserção regional e posterior internacional; Sustentabilidade; Eco na sociedade; Tangibilidade; Inovação aberta; Presença, universidade; Recurso humano capacitado; Tecnologia social.</p>
<p><b>Normas</b></p> <p>Parque, recursos, terreno, salas ocupadas, autossustentação; Administração, aceleração, processo decisório; CONSUN, participação das unidades, tipos de empresas, custos da gestão; Posição contrária, órgão especial, universidade, pedido de vista.</p>	<p><b>Normas</b></p> <p>Editais, sustentabilidade, impacto social, redução impacto ambiental, Regimento pertencimento, incubadoras; Conselho, alvos estratégicos; Orçamento limitado, dependência PDI, ações baixo custo ou gratuitas; Edital único das incubadoras, simplificação, sincronização; Conexão, serviços.</p>
<p><b>Interações</b></p> <p>Incubadoras, autonomia, esforço para articulação; Rede de laboratórios associados, oferecimento de conhecimento para a comunidade interna e externa; Questão área física, mecanismo incrementação de interações; Benchmark, junção de informações, discussão modelo jurídico; Modelo inicial, aproximação física com laboratórios; Pouca visibilidade; Conflitos atividades com a SEDETEC; Lentidão implementação, apoio e interesse, desconexão processos novos; Aulas públicas, comunidade acadêmica, debate; Bloqueio, entrada, reitoria, barramento CONSUN, aprovação; Abertura, diálogo, outras forças políticas, debate público.</p>	<p><b>Interações</b></p> <p>Eventos, quartas de inovação; Apoio, financiamento de ações, logo; AcelerEA, ação palpável, serviço; Calendário unificado, ações conjuntas; Mapeamento, fluxo de atividades; Rede de laboratórios, atendimento, credenciamento; Transformação, parque quarta geração; Independência da área física; Reconhecimento, posicionamento de marca; Facilitação, mudança de cultura; Parceria Jimo, solução, conexão; Parceria prefeitura, criação CRC; Germina, atendimento da região; Escritório de inovação, Farroupilha, região, promoção inovação; Ex. modelo ideal, Porto Digital - Recife; Abertura, associações, articulação atores; Parceria, acordo Tecnopuc, fortalecimento. atividades em comum.</p>

Fonte: Pesquisa empírica, Porto Alegre, 2019.

## Conclusão

Pode-se concluir que os valores do Parque Zenit tiveram influência significativa nas mudanças de normas do mesmo, constituindo de uma maneira não automática (já que houve esforços para que tal aproximação e articulação ocorresse) interações e ações com vistas ao

processo de inovação, comparando-se as duas fases do arranjo institucional. Destaca-se a unificação dos editais das incubadoras, constituindo uma atuação alinhada, bem como, no caso das interações e ações, a criação de programas e iniciativas tais como o AcelerEA e as Quartas de Inovação, além da constituição de parcerias como com a Tecnopuc, a Prefeitura de Porto Alegre e a empresa Jimo, ampliando e reforçando as redes de colaboração, o maior reconhecimento e visibilidade por parte das incubadoras constituintes do Parque, assim como a criação da incubadora Germina, voltada para projetos relacionadas ao meio ambiente.

### **Referências**

ARBIX, G.; CONSONI, F. Inovar para transformar a universidade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.26, n.77, p. 205-224, 2011.

BRUNO-FARIA, M.F.; FONSECA, M.V.A. Cultura de Inovação: Conceitos e modelos teóricos. Maringá: **RAC**, v.18, n. 4, pp. 372-396, Jul/Ago, 2014.

GIDDENS, A. Cultura e Sociedade. In: **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, p.37-58, 2005.

PAIM, T. G. S. **A construção das Redes de Inovação: O Parque Científico e Tecnológico da UFRGS e sua implicação social nas empresas**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, 2018.

RUDUIT-GARCIA, S. Arranjos universidades-empresa e governo: evidências de um survey no Sul do Brasil. In: Guimarães, S. e Pecqueur, B. **Inovação, território e arranjos cooperativos: experiências de geração de inovação no Brasil e na França**. Marseille: OpenEdition Press, p.80-105, 2015.

## A Uberização da coleta seletiva, uma nova forma de exploração

Alexandro Cardoso<sup>1</sup>  
Cristiano Nicola Ferreira<sup>2</sup>

### Resumo

O presente resumo tem por objetivo apresentar reflexões sobre as novas formas de trabalho na era da economia digital, mais precisamente, o advento do uso de aplicativos celulares e sua contribuição para a flexibilização das relações de trabalho das/dos catadoras/res de materiais recicláveis pertencentes ao universo da reciclagem de resíduos sólidos. Esses aplicativos buscam simplificar o contato entre catadoras/res de materiais recicláveis e as/os geradoras/res de resíduos sólidos, construindo uma forma subjetiva de inclusão social, geração de trabalho e renda, assim configurando uma nova modalidade de exploração de trabalhadoras/res denominada *uberização*. Buscaremos refletir a participação, relação e responsabilidades de geradores, empresas e poder público no serviço da coleta seletiva. Por meio de aplicativos, contrata-se o serviço sem a obrigatoriedade de pagamento, ficando o trabalho e as decorrências para sua realização sob responsabilidade da/o catadora/or de materiais recicláveis. Esta modalidade não gera compromisso para a/o contratante que passa a não se preocupar com seu consumismo; desloca a obrigatoriedade do poder público de executar, bem como, valorizar as organizações coletivas de catadoras/es. Neste mesmo sentido, afeta a logística reversa, retirando a obrigatoriedade das empresas privadas geradoras de resíduos. Com a uberização da coleta seletiva, a responsabilidade da/do gerador/a, o gerenciamento e gestão de resíduos pelas prefeituras e empresas privadas é direcionada/atribuída somente às/aos catadoras/res individualizados.

**Palavras Chaves:** Uberização, Coleta Seletiva, Catador/a de Materiais Recicláveis.

### A Uberização da coleta seletiva, uma nova forma de exploração

Atualmente, a demanda por serviços mediados pelo uso de aplicativos em telefones celulares tem aumentado exponencialmente, já fazendo parte da vida cotidiana de bilhões de usuários. Com isso, são de grande importância debates acerca desta nova modalidade de trabalho. Este artigo tem como objetivo expor e iniciar a discussão sobre a uberização da coleta

---

1 Alexandro Cardoso, Catador de Materiais Recicláveis, estudante de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: alexmncr@gmail.com.

2 Cristiano Nicola Ferreira, estudante de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: nicolaferreira.cristiano@gmail.com.

seletiva demandada por usuários do aplicativo Cataki<sup>3</sup> e aceita por catadoras/es cadastrados. A coleta ocorre sem nenhum pagamento em dinheiro pelo serviço, desta forma, ampliando as dificuldades enfrentadas pela categoria organizada em associações e cooperativas.

Conforme o Ministério do Meio Ambiente, a coleta seletiva é um serviço de coleta diferenciada que recolhe resíduos sólidos secos, previamente separados na origem ou fonte geradora, os quais têm reciclabilidade e possível retorno à cadeia produtiva. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) coloca a obrigatoriedade deste serviço para todas as cidades brasileiras, as quais devem apenas encaminhar os rejeitos para aterros sanitários, sendo proibida a destinação em lixões à céu aberto (BRASIL, 2010).

A maioria dos municípios opta pela coleta seletiva privatizada, bem como as empresas se posicionam e disputam este serviço pela sua energia financeira. Há ainda a coleta seletiva realizada pelas catadoras/es individuais, que realizam este serviço utilizando carrinhos, carroças e outros equipamentos, este serviço, apesar de marginalizado, desvalorizado e não pago, é o maior responsável pelos atuais índices de reciclagem, ou seja, é principalmente, “pelas mãos das catadoras e catadores de materiais recicláveis, que realizam 90% da reciclagem” (IPEA, 2011).

Os aplicativos marcam forte presença na vida de usuários, os quais, geralmente, sentem-se satisfeitos com os serviços, atendimento, prazos de cumprimento e, principalmente, com os preços. Para a realização do serviço de transporte, a exemplo do Uber, o demandante paga pelos serviços, indo uma parte do pagamento para a empresa dona do aplicativo e, a outra, ao motorista. Porém, quem mantém todos os custos de manutenção de veículo e criação do ambiente para exercer a atividade é, exclusivamente, o motorista.

Já aplicativos de coleta seletiva, a exemplo do Cataki, não obrigam o pagamento em dinheiro pela realização do serviço. Tanto o gerador quando o dono do aplicativo Cataki, entendem que o pagamento pelo trabalho é a doação de resíduos sólidos, desta forma, a/o catadora/o que aceitar fazer parte do serviço, obrigatoriamente, responsabiliza-se a pagar todo custeio do trabalho, igualmente como os motoristas de Uber, só que sem pagamento em dinheiro. Desta forma, o pagamento do custeio vem da venda dos materiais recicláveis. Com isso, pode-se afirmar que a catadora ou catador paga para trabalhar, uma vez que os resíduos

---

3 O Cataki é um aplicativo disponível para celulares Android e iPhone (iOS) que serve para que geradores de resíduos demandem a coleta seletiva para catadores de materiais recicláveis, ambos cadastrados. O app faz o mapeamento de catadores de materiais recicláveis mais próximos dos geradores.

sólidos somente tornam-se materiais recicláveis com valor, depois do trabalho de coleta, separação e preparação dos recicláveis. Ou seja, antes do trabalho das/os catadoras/es, ao invés de terem valor, são meramente resíduos sólidos, caracterizando-se como um grande problema ambiental mundial, figurando como uma das principais pautas da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os resíduos são um problema ambiental, seus impactos negativos para a natureza ainda estão sendo investigados. O secretário-geral da ONU, António Guterres, lembrou no dia mundial do meio ambiente que as partículas de microplástico que estão no oceano “superam as estrelas de nossa galáxia”. Também convidou a sociedade global a “vencer a poluição por plástico”, e que “nosso mundo está sendo inundado por resíduos plásticos prejudiciais”, afirmando que “todos os anos, mais de 8 milhões de toneladas acabam nos oceanos”. Isso é uma evidência da importância do trabalho das/os catadoras/es, em transformar um mau ambiental, os resíduos, num bem econômico e social, os materiais recicláveis (GUTERRES, 2018).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelece objetivos, tal como o gerenciamento integrado de resíduos sólidos e reciclagem. Aplicativos como o Cataki podem contribuir, entretanto, devem ter alterações na forma de seu funcionamento. Conforme o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PMIRGS, aprovado em 2013, em Porto Alegre, são geradas diariamente 2 mil e 200 toneladas de resíduos sólidos. Deste universo, cerca de 30%, aproximadamente 660 toneladas, são potencialmente recicláveis secos que devem ser encaminhados à reciclagem através de programas de educação ambiental, coleta seletiva e triagem dos resíduos. A coleta seletiva através de aplicativos pode ampliar estes dados, entretanto, é importante que haja um aprofundamento quanto a possíveis problemas da ordem social do trabalho, para que não sejam ampliadas as lacunas de exclusão social e exploração de trabalhadoras e trabalhadores (PMGIRS, p. 53, 2013).

O maior investimento na reciclagem realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre é justamente na logística, ou seja, na coleta dos resíduos. São vários os serviços, desde coletas especiais, containerizada, coletas convencionais. De acordo com o portal de transparência da Prefeitura de Porto Alegre, a coleta seletiva tem um custo anual médio de R\$ 9.697.131,70 e a triagem dos resíduos R\$ 700.000,00. Os valores referentes à triagem de resíduos, em contrato assinado em dezembro de 2019, serão destinados a 10 associações e cooperativas de catadoras/es de materiais recicláveis, sendo que outras 10 foram excluídas, não

receberão por não cumprirem com as obrigações e burocracias contratuais. Enquanto as empresas privadas focam na coleta seletiva, por concentrar altos investimentos e lucros (90% do total), para as cooperativas sobram apenas à triagem (Porto Alegre, 2019).

Desta forma, os aplicativos, ao invés de contribuírem com a organização coletiva da categoria em associações e cooperativas, as quais são ligadas pela solidariedade, fazem o inverso, criando um ambiente de desagregação, colocando a competição, sendo que somente podem ter acesso a esta coleta, aquelas catadoras e catadores que tiverem estrutura de coleta, como veículo (caminhão, kombi, moto especial para coleta, carrinho), celular compatível com o aplicativo, internet e o conhecimento de como manipular o aplicativo, ou seja, possivelmente apenas uma parte da categoria que tiver estrutura, terá acesso aos recicláveis.

O uso de aplicativos pode ampliar a marginalização e a concorrência entre a categoria. Nos bairros nobres há maior geração de resíduos como latinhas de alumínio, garrafas PET, papelão, recicláveis com mais valor, em relação aos bairros periféricos, onde há menos resíduos gerados e de menor valor, papeis coloridos, caixas de leite, latas ferrosas, sendo nestes bairros onde a maior parte da categoria reside. Desta forma, pode haver uma concentração de demanda de serviços nos bairros centrais daquelas catadoras/es que tiverem mais equipamentos, gerando a concorrência e fragmentação da organização coletiva prevista na PNRS, não permitindo, por exemplo, que haja contratos de prestação de serviços com os devidos pagamentos à categoria quando organizada coletivamente em cooperativas.

Com a demanda de serviços via aplicativos, surgem diferentes condições de reestruturação também do mundo do trabalho. Tratando do contexto do mundo globalizado, podemos observar a interligação entre estas tecnologias e as mudanças das relações de trabalho. Ou seja, as trabalhadoras e trabalhadores não têm vínculo direto com a empresa dona do aplicativo e, tampouco, tem seus direitos garantidos por quem contrata seu trabalho, apenas recebem um valor combinado pela demanda de serviço. No caso das catadoras/res é mais acentuado, pois além de não recebem em dinheiro, não possuem direitos trabalhistas, aposentadoria, arcam com todos os custos para a realização do trabalho em meio ao trânsito, onde há possibilidades de ocorrência de acidentes.

A partir da exposição anterior, com o uso de aplicativos como o Cataki para a coleta seletiva, percebe-se a ampliação da desvalorização das cooperativas. Justamente porque as prefeituras se eximem de contratarem as mesmas para realizarem a coleta seletiva; as empresas fabricantes de embalagens e as empresas distribuidoras de produtos não pagam pela sua geração

de resíduos, ficando os custos da logística reversa inteiramente com as catadoras e catadores de materiais recicláveis. Em outras palavras, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), qual tem a responsabilidade e os recursos financeiros para a gestão de resíduos se exime de seus compromissos.

Esta chamada era globalizada traz diferentes formas de trabalho em vários setores, entre eles transportes, alimentação, hotelaria e até mesmo na coleta seletiva de resíduos sólidos (GIDDENS, 1991. QUIJANO, 2002. IANNI, 2008. SASSEN, 2010). Uma destas formas se dá pela demanda de serviços através de aplicativos para smartphones. No decorrer dos esforços para as reflexões sobre o uso de aplicativos na coleta seletiva, apresentadas neste resumo expandido, surgiram alguns questionamentos que merecem ser aprofundados futuramente. Uma das principais é a hipótese de que o uso de aplicativos para a coleta seletiva, pelo menos nos moldes do aplicativo Cataki, rompem com a lógica da Economia Solidária e do cooperativismo. Sendo assim, como trabalho futuro, busca-se pesquisar, empiricamente, as consequências causadas pelo uso de aplicativos nas associações de economia solidária.

## Referências

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GUTERRES, **Antônio**. **Mundo está sendo ‘inundado’ por lixo plástico, diz secretário-geral da ONU**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/mundo-esta-sendo-inundado-por-lixo-plastico-diz-secretario-geral-da-onu/>> Acesso em: 16 dez. 2019

IPEA. **Relatório Situação Social dos Catadores de Materiais Recicláveis do Brasil** <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao\\_social/131219\\_relatorio\\_situacao\\_social\\_mat\\_reciclavel\\_brasil.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacao_social_mat_reciclavel_brasil.pdf)> Acesso em: 09 dez. 2019.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Coleta Seletiva**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis/reciclagem-e-reaproveitamento>> acesso em: 25 out. 2019.

PORTO Alegre. **Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos** Disponível em: <[https://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p\\_secao=161](https://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=161)> acesso em: 19 out. 2019.

PNRS. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)> acesso em: 24 out. 2019.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade, poder, globalização e democracia”. São Paulo: **Novos Rumos**, v.17, n. 37, p. 4-28, 2002.

PORTO Alegre. **Portal Transparência e Acesso à Informação**. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/transparencia/default.php?p\\_secao=11](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/transparencia/default.php?p_secao=11)> Acesso em: 19 dez. 2019

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

# **População idosa e o mercado de consumo: como o mercado perpetua efeitos excludentes aos idosos?**

Ana Clara Heinen Petalas<sup>1</sup>

## **Resumo**

A população idosa no Brasil e no mundo vem aumentando seu tamanho exponencialmente, e estimativas do IBGE (2010) demonstram que, no ano de 2050, pelo menos um quinto da população será constituída pela terceira idade. O processo de envelhecimento faz-se inevitável e a forma como o compreendemos reflete uma carência na gestão dos processos sociais de envelhecimento. Assim, o presente trabalho busca solucionar a seguinte problemática: de que forma o mercado de consumo produz efeitos sociais excludentes aos idosos? E, desta forma, tem como objetivo aprofundar o estudo do comportamento de consumo em idosos e de que maneira as marcas poderiam investir em produtos para estes, visto que se trata de uma temática latente e pouco explorada pela literatura existente. A metodologia de análise baseou-se em indicadores teóricos a partir dos referenciais conceituais. As experiências de chegada à terceira idade refletem uma necessidade generalizada de ressignificação dos estereótipos e de como estes são absorvidos pelo mercado de consumo. O teórico desengajamento do idoso alia-se com as mudanças nas estruturas sociais e de relações entre os atores, de forma que o potencial de compra desta população cresce gradativamente e, ao mesmo tempo, a falta de produtos desenvolvidos ou até adaptados para um manuseio mais simplificado surge como preocupação real à medida em que este empecilho acabaria por privar os idosos da aquisição de produtos desejados. Conclui-se que as demandas não atendidas pelo mercado de consumo, agregados a fatores sociais excludentes da população idosa, não permitem que os hábitos de consumo sejam continuados após o ingresso na terceira idade. Dessa forma, caberia a este mercado propor abordagens mais acolhedoras, fazendo com que o processo de envelhecimento não seja caracterizado por uma ruptura tão grande com as práticas já estabelecidas na meia idade.

**Palavras-chave:** Idosos; Mercado de consumo; Efeitos excludentes.

## **Introdução**

A população idosa no Brasil e no mundo vem aumentando seu tamanho exponencialmente, de forma que estimativas do IBGE (2010) demonstram que, no ano de 2050, pelo menos um quinto da população será constituída pela terceira idade. É perceptível que fenômenos como a globalização e o desenvolvimento de tecnologias associadas ao consumo ocasionam um movimento de diminuição da participação social ativa dos idosos.

O potencial de consumo da população idosa cresce gradativamente e, ao mesmo tempo, há uma falta de produtos desenvolvidos ou até mesmo adaptados para um manuseio mais simplificado, o que particulariza uma preocupação real à medida que este empecilho acaba por excluir os idosos

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Sociais/UFRGS. Contato: ana.heinenp@gmail.com

da possibilidade de consumo destas mercadorias. Assistimos, então, à emergência de reivindicações relacionadas ao consumo deste público.

O presente trabalho buscará solucionar a seguinte problemática: de que forma o mercado de consumo produz efeitos sociais excludentes aos idosos? E, desta forma, terá como objetivo aprofundar o estudo do comportamento de consumo em idosos. Para a investigação exploratória desta problemática – baseada em indicadores teóricos de desengajamento e especificação do consumo – é necessário dizer que as abordagens teóricas existentes, sozinhas, são limitadas, e que, portanto, apenas com a junção de três diferentes perspectivas que se direciona a uma resolução desta.

### **Envelhecimento econômico e gestão social**

O processo de envelhecimento populacional não afeta apenas as interações sociais entre os atores, mas também a maneira como a sociedade se estrutura. Entre as principais consequências deste processo de envelhecimento, a partir de uma perspectiva econômica, estão as alterações nos padrões de consumo, bem como mudanças na autonomia e utilização de fundos previdenciários.

A popularização da internet e a diversificação de seus usuários, a globalização e movimentos de consumo com foco na experiência do usuário proporcionam uma lacuna na acessibilidade, utilização e segmentação destes produtos para o grupo idoso, que possui liberdade financeira, mas não encontra produtos acessíveis e que sejam fáceis de usar. Este movimento é apontado por Melo et.al. (2017, p. 609): “Há uma *geração de idosos mais atualizada, participativa e exigente*, protagonizando inúmeras relações de consumo, não mais restrita apenas à contratação e à utilização dos serviços relacionados à saúde.”

À medida que se percebe uma modificação no formato da pirâmide populacional de forma a se verificar um número cada vez maior pertencendo à faixa etária de 60 anos ou mais, há uma carência na gestão dos processos sociais de envelhecimento. Sendo assim, o mercado deve adequar-se à medida que a população cresce e envelhece, pois este deve buscar acompanhar as necessidades dos grupos e investir em demandas comuns a eles.

## **O envelhecimento como processo social**

O fenômeno social do envelhecimento pode ser compreendido como plural e com potencialidade de ser vivenciado coletivamente. Cápua et. al. (2018) o compreende como um processo que dura a vida toda, e que a velhice só pode ser compreendida a partir do desenvolvimento psicossocial do indivíduo. Portanto, as experiências de chegada à terceira idade refletem uma necessidade generalizada de ressignificação dos estereótipos e de como estes são absorvidos pelo mercado de consumo.

Algumas teorias sociais do envelhecimento buscam compreender especificamente o processo de envelhecimento na contemporaneidade e suas implicações em relação à participação social dos idosos. A teoria do desengajamento de Cumming e Henry (1961) propõe uma tentativa de explicação do envelhecimento a partir das mudanças na relação entre os indivíduos e a sociedade. A chegada ao terceiro estágio da vida e, com ele, o pressionamento social pelo abandono de atividades tem como resultado uma diminuição nas interações sociais deste indivíduo com os demais.

Desta forma, podemos perceber este desengajamento social no mercado, que reproduz as vertentes excludentes da própria sociedade, uma vez que não permite ao idoso uma inclusão neste mercado: os idosos é que se adaptam às mercadorias, quando deveria ser o contrário, reforçando assim a perda de autonomia do indivíduo idoso frente ao processo social de envelhecimento.

## **Terceira idade e o mercado de consumo**

Como argumenta Freitas (2017, p. 51) “Consumir significa existir socialmente ou, em outras palavras, estar integrado à sociedade”. Como a sociedade, o mercado também absorve os estereótipos sociais projetados acerca da terceira idade. A falta de produtos com um manuseio mais simplificado faz-se uma preocupação real à medida que este empecilho acaba por excluir os idosos da possibilidade de consumo destas mercadorias, como já vimos anteriormente.

Existe um potencial de mercado subaproveitado e necessidades específicas que não são atendidas. Assim, a dificuldade de inclusão mascara o desejo do consumo: os idosos não querem deixar de participar e experimentar estas novidades, porém, não as compreendem e estão muito

distantes da linguagem das novas tecnologias. Portanto, obstáculos de inclusão da terceira idade no consumo são também obstáculos de participação social desta população.

### **Considerações finais**

Ao que tudo indica, as demandas não atendidas pelo mercado de consumo agregam a fatores sociais excludentes da população idosa ao não permitir que os hábitos de consumo sejam continuados após o ingresso na terceira idade. Dessa forma, caberia a este mercado propor abordagens mais acolhedoras, fazendo com que o processo de envelhecimento não seja caracterizado por uma ruptura tão grande com as práticas já estabelecidas na meia idade, diminuindo os efeitos do desengajamento inexorável e propondo uma estabilização na qualidade de vida desta população. “Os esforços futuros devem contemplar não apenas o incentivo à atividade, mas os aspectos que influenciam o desengajamento social associado à má adaptação dos idosos” (PINTO; NERI, 2017, p.272)

### **Referências**

- CÁPUA, et. al. Um olhar sociológico sobre alguns pontos essenciais do processo de envelhecimento e aposentadoria. In: R. Istoe, F. Manhães, & C. H. Souza (Orgs.), **Envelhecimento Humano em Processo** (p. 112-125). Rio de Janeiro: Brasil Multicultural, 2018.
- ALONSO, C.; GIUSTINA, A. Tendências de mercado da Terceira Idade Curitibanense. Dissertação (Pós-Graduação em Marketing e Vendas), Universidade do Conestado. Curitiba, 2015.
- COLOMBO, J. Reflexões acerca das contribuições das tecnologias no desenvolvimento de atividades, relações e identidades sociais de idosos. Porto Alegre: **Intexto/UFRGS**, v. 2, n. 23, p. 120 -132, julho/dezembro 2010.
- DOLL, et. al. Atividade, desengajamento, modernização: teorias sociológicas clássicas sobre o envelhecimento. Porto Alegre: **Estudos Interdisciplinares sobre envelhecimento**, v. 12, p. 7-33, 2007.
- FREITAS, F. Simmel e a cidade moderna: uma contribuição aos estudos da comunicação e do consumo. São Paulo: **Revista de Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 4, nº 10, jul. 2007.
- GIDDENS, A. A velhice. In: **Sociologia**. Porto Alegre: Editora Penso, 6ª edição, 1982.
- GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Ed. LTC, 4ª edição, 1963.
- MARQUES, P.; CARLOS, S. A cultura da atividade e o trabalho com idosos. Passo Fundo: **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, p. 61-69, jul./dez. 2006.

MATOS, C. L. Envelhecimento, Terceira Idade e Consumo Cultural. Bahia: **III Encontro Baiano de Estudos da Cultura**, abril de 2012.

MELO, et. al. Consumo e perfil social demográfico dos diferentes arranjos domiciliares de idosos no Brasil: análises a partir de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, n. 20(5), p. 607 – 617, 2017.

WANDELEY, M. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social, 2001.

SILVA, N. N. & XAVIER, M. P. A terceira idade como foco das propagandas midiáticas de consumo. São Paulo: **Psic. Rev.**, v. 21, p. 203 – 215, 2012.

**Pesquisa traça perfil de consumo dos brasileiros acima de 60 anos** (outubro de 2016). Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2016-11-01/idosos.html>>. Acesso em 1 de mai. de 2019.

J. PINTO; A. NERI. Trajetórias da participação social na velhice: uma revisão sistemática da literatura. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. n. 20(2), p. 260 – 273, 2017.

ZANON, et. al. Envelhecimento populacional e mudanças no padrão de consumo e na estrutura produtiva brasileira. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 30, p. 546 – 567, 2013.

# **Poder eleito, poder exercido: Ciclos políticos e econômicos no Brasil do século XXI**

Alexsander Dugno Chiodi<sup>1</sup>

## **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo identificar de que forma a configuração político-econômica brasileira no século XXI pode ser analisada mediante iniciativa do Presidente da República. Para tal, foram pesquisadas bibliografia especializada e fontes de dados secundários para a caracterização do ciclo econômico-social e político do último vintênio. Destacam-se as iniciativas da Presidência da República, tendo como modelo de análise a teoria da escolha racional. As análises preliminares sugerem que a América Latina apresenta uma reestruturação que remete a exploração histórica da região, em que as novas formas de organização reprodutiva reeditam os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas de foco no setor primário. Essa configuração financia um projeto socioeconômico que não hesita em flexibilizar os direitos de seus cidadãos, tornando o campo social um universo de competição generalizada.

**Palavras-chave:** Ciclos político-econômicos; América Latina; Neoliberalismo.

## **Introdução**

A América Latina do século XVI estava inserida no comércio mundial pelo processo extrativo e de exportação, na forma de colônias de Portugal e Espanha. Essa configuração permaneceu vigente por quase 300 anos. No século XX, uma série de períodos democráticos, golpes, contra golpes, ditaduras civil-militares reacendem o grande barril de pólvora local. O novo milênio, por sua vez, iniciou proclamando a liberdade, a paz, a redução das desigualdades e uma ordem social mais justa. No contexto local, a redemocratização do Brasil representava a grande esperança, em que as decisões sociopolíticas voltam a ser tomadas por um Poder Executivo diretamente eleito. Tendo este panorama, questiona-se como a configuração político-econômica brasileira no século XXI pode ser analisado mediante iniciativa do Presidente, tendo como objetivo geral identificar o individualismo metodológico do Presidente da República. Para tal, foram pesquisadas bibliografia especializada e fontes de dados secundários para a caracterização do ciclo econômico-social e do ciclo político brasileiro do último vintênio.

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Sociais, UFRGS, alexdchiodi@gmail.com

## Ciclos Macroeconômicos e o Contexto Regional

Rego e Marques (2003) identificam um panorama histórico dos ciclos econômicos no continente latino-americano. Estes são orientados, desde o século XVI, à exportação de matérias-primas ao Estado do centro do capital. Os Governos Centrais, Impérios e Nações latino-americanas buscaram a especialização em forma de monocultura para a inserção no mercado mundial através das *commodities*. Trezentos anos depois, o continente parece estar se reconfigurando, sob “novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas”. (OSORIO, 2012, p. 104). A América Latina não aproveitou a “janela de oportunidades” (idem, 2012, p. 105) aberta pelas novas tecnologias, e vem trilhando um caminho de desindustrialização, em que a atividade exportadora de *commodities* e produtos de baixa complexidade têm cada vez mais participação no Produto dos países, como demonstrado materialmente no *Anuario estadístico de America Latina y el Caribe 2008*, da CEPAL, em que o expressivo avanço das exportações de matérias-primas acompanha contração do terceiro setor. Pode-se atribuir estes números ao aumento de preços dos produtos da cesta de exportação das economias latino-americanas até a crise de 2008.

## Ciclo Político Brasileiro

Do ano 2000 até 2019, o Brasil realizou cinco processos eleitorais para Presidência da República, que resultou na eleição e reeleição de Luiz Inácio “Lula” da Silva (PT. 2002-2006), Dilma Rousseff (PT. 2010-2014) e Jair Bolsonaro (PSL. 2018). Além disso, ocupava o cargo Fernando Henrique Cardoso (PSDB. 1998) e Michel Temer (PMDB), após o processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

O Banco de Asserções Programáticas<sup>2</sup> é uma boa fonte de indicadores para o presente trabalho, por abordar política social, comercial, fiscal, de gasto público, monetária, financeira e de regulação. Com seu uso, é possível quantificar o índice de ideologia política de cada candidatura à Presidência da República, atribuindo um valor numérico para a ideologia do pacote político apresentado no projeto de governo de cada candidatura, e outra nota para as ações realizadas

---

<sup>2</sup> Foram pensadas em questões que investigam a presença ou ausência de 66 asserções nos programas de governo, divididas em sete categorias (política social, comercial, fiscal, de gasto público, monetária, financeira e de regulação). Dentro de cada categoria, dependendo do caso, pode haver asserções positivas (P) e negativas (N), ou pode ser investigada a existência de uma proposição específica. Dessa forma se caracteriza a ideologia de direita e esquerda de cada Programa de Governo, de cada Partido que realizou pelo menos 30% dos votos naquela eleição.

durante a gestão do partido ou coligação eleita. Com uso dessa ferramenta, é possível identificar que as ações do Governo Federal brasileiro apresentavam uma ideologia programática de centro-direita, até a eleição de Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), quando realiza a inflexão para a centro-esquerda. O PT apresenta uma ideologia de esquerda em 1998, centro-esquerda em 2002 e, desde então, rumou estavelmente ao centro. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), principal partido de oposição ao PT, manteve-se no campo de centro e centro-direita. Os dois partidos encontravam-se próximos ao centro, sendo as pautas fiscais, monetárias e comerciais, as que apresentavam maior congruência.

### **Teoria da Escolha Racional**

Essa forma de individualismo metodológico pretende “entender os fenômenos sociais, eminentemente coletivos, a partir de modelos explicativos da ação individual.” (CAMPOS; BORSANI; AZEVEDO, 2016, p. 101). Há um debate nessa área em torno dos dois modelos - o do oportunismo e de modelos partidários. No modelo oportunista, os governos manipulam os instrumentos que lhe cabem para obter um bom desempenho econômico a curto prazo, anterior às eleições, com o objetivo de manter-se no poder, mesmo que esta ação reverbere em custos no médio prazo. Dessa forma, as manipulações macroeconômicas na América Latina apresentam resultados vantajosos ao Governo, pois ele pode fazer uso de sua hipertrofia para mascarar índices, empregos temporários, adiar reformas financeiras que acarretariam a subida dos preços, a troco de um processo inflacionário ou uma queda no Produto em anos vindouros. No modelo partidário, não é a maximização dos votos, mas os objetivos de implementar uma carta de políticas públicas que guiará os partidos políticos. As inclinações ideológicas levam o eleitorado a escolher entre um partido ou coalizão. Este modelo prevê uma diferença comportamental nas ações de partidos de “esquerda” e de “direita” do espectro político. Enquanto partidos e coalizões de direita buscarão a estabilidade financeira nos mecanismos do mercado, redução de impostos, aqueles de esquerda tendem a ser distributivistas, apostam no aumento do gasto público, na intenção de aumentar a produtividade e diminuir o desemprego.

Para o funcionamento deste modelo, é importante que os partidos mantenham uma coerência ideológica, não realizando saltos e clivagens, permitindo que o eleitor seja capaz de diferenciá-los. Com a maturação, há uma tendência dois partidos realizarem um caminho ao centro

e tornarem-se homogêneos, similares, sendo a sua posição original no espectro político e as bandeiras que uma vez apoiaram a única forma de distingui-los.

### **Apresentação da Literatura**

Borsani (2001) faz uma análise sobre o papel das eleições na evolução de indicadores macroeconômicos. As conclusões apresentadas dão respaldo ao modelo oportunista, visto que mesmo quando o governo controla a maioria legislativa, os índices econômicos apenas demonstram expressivo aumento no ano eleitoral.

Madalozzo e Chebib (2017) buscam entender a influência pessoal nas escolhas políticas quando na ascensão das esquerdas latino-americanas. Os autores identificaram o indivíduo latino-americano na centro-direita, mas com preferências partidárias à esquerda. Atribuem esse fato curioso à aproximação dos partidos ao centro político, e os desapontamentos com as soluções econômicas neoclássicas das privatizações da década de 80 e 90.

Milanez e dos Santos (2012) identificam a tendência de acirrar uma competição entre os países, em algo conhecido como “*race to the bottom*”, e definem como “neoextrativismo” o “modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho” (MILANEZ, SANTOS, 2012, p.119). A crítica marxista à noção de neoextrativismo dá-se por este ser identificado de formas

por demais descritivas e pobres para dar conta da nova situação, pois desvinculam a atual exportação de matérias-primas e alimentos, com seus consequentes efeitos nocivos para o meio ambiente, do fato de que a maior parte dessa produção, gerada em núcleos produtivos reduzidos, é destinada a mercados externos e a um reduzido mercado interno com alto poder de consumo, levando ao declínio dos salários e à conseguinte pobreza geral, uma vez que a população trabalhadora local deixa de comparecer como elemento na realização da mais-valia (OSORIO, 2012, p.104).

### **Conclusões Preliminares**

Pode-se, dentro dos limites científicos de pesquisa deste trabalho, apresentar duas hipóteses ao problema inferido. Primeiro que o Brasil, assim como a América Latina, acentuou a atividade exportadora de *commodities*, e essa configuração financia um projeto socioeconômico e uma “visão de mundo” neoliberal. Segundo que tal “visão de mundo” fora incentivada racionalmente pelos três primeiros Presidentes da República eleitos neste período que, mesmo divergindo na orientação

política, promoveram o mesmo projeto. Sob as hipóteses apresentadas, PT e PSDB formariam a dualidade requerida pelo modelo partidário da teoria da escolha racional, quando o eleitor percebe dois partidos distintos, mas não tão distintos a ponto de distanciar-se do eleitor mediano. Nesse cenário, está o conflituoso financiamento massivo que os dois governantes do PT realizaram no setor primário que, ideologicamente, posiciona-se contra as suas bandeiras originais. Apostando neste setor para ser o motor do crescimento do PIB, de olho no imenso capital que os *commodities* passaram a movimentar na primeira década do século, o PT financiou a difusão e o crescimento da agenda neoliberal: que, muito mais do que uma ideologia, funda uma “nova razão de mundo”, tornando o campo social em um universo de competição generalizada. Essa competição se estende aos Estados, que, de forma racional e na busca pela competitividade, não hesitam em flexibilizar os direitos de seus cidadãos, forçando o indivíduo a “conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.16). O Estado, no neoliberalismo, não quer reduzir o seu tamanho e influência. Foram os Estados mais poderosos do sistema capitalista que globalizaram a lógica de concorrência universal.

Quanto ao Estado, com o qual alguns ainda contam ingenuamente para ‘controlar’ os mercados, a crise mostrou até que ponto ele se fez o coprodutor voluntário das normas de competitividade, à custa de todas as considerações de salvaguarda das condições mínimas de bem-estar, saúde e educação da população. Mas a crise mostrou também que o Estado, pela defesa incondicional que fazia do sistema financeiro, era parte interessada nas novas formas de sujeição do assalariado ao endividamento de massa que caracteriza o funcionamento do capitalismo contemporâneo’.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 31)

Também se aponta que a América Latina vive, senão uma remodelação econômica, uma reestruturação com bases na vocação exportadora de *commodities* da região. Sob este ponto de vista, entende-se que os governos locais - já com um Poder Executivo hipertrofiado por heranças autoritárias e tendências de centralização do papel estatal, identificariam no crescimento econômico a forma de superação da desigualdade social, através da vinculação de *royalties* à programas sociais, e designaram que este papel caberia ao setor primário - aquele cujas terras e riquezas que crescem sobre e penetram sob ela, tem como dono uma classe social muito bem constituída, com uma visão de muito e interesses muito objetivos e práticos - o que foi aqui definido como neoliberalismo. De forma racional, os dois Presidentes de governos progressistas do País teriam financiado e dado condições materiais e simbólicas para que esta classe impusesse sua forma de interpretar o mundo e as relações sociais sobre toda a sociedade. De forma sistemática e fazendo uso intensivo da publicidade e propaganda, o governo criaria diversas formas de aceitação,

argumentos que justificam moralmente o investimento público e a aprovação de leis que flexibilizam o agronegócio e a mineração, tratando-os como de “*interesse nacional*”, “*interesse público*”, fontes que “*não devem ser desperdiçadas*”; Elas seriam “*geradoras de riqueza*”, “*vetores de desenvolvimento nacional*” (MILANEZ; DOS SANTOS, 2013).

Esses resultados são comuns e vão além da coloração do governo da ocasião e das alianças políticas que o sustentam. Isso indica tendências profundas que as forças políticas que chegaram ao poder executivo não conseguem reverter, pois é na própria lógica do capitalismo latino-americano, em sua atual versão histórica do padrão exportador de especialização produtiva, que opera um núcleo concentrador e simultaneamente pauperizador. Ademais, tudo isso se produz seja em fórmulas estatais mais ou menos autoritárias, seja em formas mais ou menos democráticas. Para aquela lógica [do capitalismo latino-americano], as formas de governo parecem não ter maior incidência e sentido (OSORIO, 2012, p.132)

## Referências

**Anuario estadístico de América Latina y El Caribe 2009.** Santiago de Chile: CEPAL, ECLAC, 2009.

BORSANI, Hugo. **Eleições e economia: Instituições Políticas e Resultados Macroeconômicos na América Latina, 1979-1998.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. Eleições e desempenho macroeconômico na América Latina (1979-1998), Rio de Janeiro: **Dados** [online], v. 44, n. 3, p. 481-512, out. 2001.

CAMPOS, M.; BORSANI, H.; AZEVEDO, N. Méritos e limites da teoria da escolha racional como ferramenta de interpretação do comportamento social e político. São Leopoldo: **Ciências Sociais UNISINOS**, v. 52, n. 1, p. 100-112, jan. 2016.

FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. **Padrão de reprodução do capital: Contribuições da teoria marxista da dependência.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

MADALOZZO, Regina Carla; CHEBIB, Afonso Mariutti. Political Preferences and Individual Choice: A Latin American's Countries Perspective. Curitiba: **Rev. Sociol. Polit.** [online]. v. 25, n. 63, p. 3-25, 2017.

MARQUES, Rosa Maria; REGO José Márcio and VIGNOLI, Francisco Humberto. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.

MILANEZ, Bruno; DOS SANTOS, Rodrigo Salles. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. Manaus: **R. Pós Ci. Soc.** v. 10, n. 19, jan. 2013.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de. **Representação Programática em 16 Democracias Presidencialistas: América Latina, 2000-2010.** Orientação, Luis Gustavo Mello Grohmann. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. 226 f. Tese (doutorado), Programa

de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2014.

OSORIO, Jaime. **Fundamentos del análisis social. La realidad social y su conocimiento.** Xochimilco: FCE, 2001.

# Efeitos das tecnologias digitais no sistema de saúde: notas de pesquisa em Porto Alegre

Fábio Santos Moraes Duarte<sup>1</sup>

## Resumo

Esta pesquisa propõe-se a estudar aspectos dos reflexos das tecnologias digitais no sistema de saúde no contexto do acordo União Europeia – Mercosul. Especialmente descrevendo as alterações que ocorrem nas redes que abastecem os serviços de saúde e os “hospitais 4.0”. Indaga-se centralmente sobre: qual o impacto da digitalização nos serviços de saúde, em ambientes médicos e “hospitais 4.0”? Segundo o plano de integração, decreto nº 8936/2016, a digitalização dos serviços é a estratégia dos órgãos do governo para a transformação digital dos serviços públicos oferecidos aos seus usuários. Até o momento foram realizadas 3 entrevistas. O grupo de entrevistados deverá ser composto por 15 pessoas. As entrevistas vêm sendo concedidas por médicos e profissionais que trabalham na área da saúde. O roteiro de entrevista será semi-estruturado, contando com auxílio de um gravador. Após a transcrição, os dados serão analisados para sistematização dos resultados. Ao partir-se da premissa de que a revolução tecnológica é substituição do fator humano das relações de cura e tratamento supõe-se que o impacto tecnológico representa uma mudança não apenas qualitativa – substituição dos médicos por manufatura avançada – mas também quantitativa, ou seja, a redução dos serviços para usuários, especialmente aqueles de baixa renda, representando implicações do desenvolvimento tecnológico em relação aos tratamentos e serviços diferenciados e oferecidos aos usuários e clientes de serviços médicos.

**Palavras-chave:** Digitalização; Atendimento em Saúde; Mercado.

## Introdução

O acordo firmado entre União Europeia e Mercosul pode impactar a área da saúde por meio da importação de manufatura avançada, representando incremento tecnológico nos hospitais e ambientes médico-hospitalares. Hospitais hiperconectados são expressões tecnológicas da 4ª revolução industrial, marcada pela digitalização dos serviços e modernização da área da saúde cuja expressão é o hospital 4.0. Este expressa a transformação tecnológica que tem impactado a área da saúde. Pode ser descrito como um ambiente informatizado onde os recursos e os serviços médicos são interligados por uma plataforma digital. Esse é o modelo de inovação que tem guiado os serviços de saúde e que estão entrelaçados ao crescimento da indústria, mas também à capacidade de firmar acordos comerciais internacionais. No início de julho de 2019, após 20 anos de discussão, o acordo entre 28 países da União Europeia e quatro do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela UFRGS/ fabiojorgejorge@gmail.com

Uruguai) foi fechado. Promete aumentar a competitividade dos produtos europeus no Mercosul assim como a influência desses países na União Europeia. As inovações tecnológicas devem alterar a prestação de serviços e a rotina de trabalho dos profissionais de saúde. Pretende-se nesta pesquisa, ainda em realização, responder a seguinte pergunta: No contexto do acordo entre União Europeia e Mercosul, qual é o impacto da manufatura avançada nos serviços de saúde e ambientes médico-hospitalares cujo modelo vem sendo chamado de “hospital 4.0”?

O acordo União Europeia Mercosul reúne uma série de medidas relacionadas ao desenvolvimento econômico dos blocos existentes na Europa e América Latina (BRASIL, 2019, p.5). Esse acordo permite prever a mudança no perfil nacional em relação a aquisição de bens industriais importados. A entrada de máquinas e equipamentos médicos têm previsão de desregulamentação de suas tarifas num prazo entre 0 e 7 anos. Já os químicos têm um prazo mais curto, de 0 a 4 anos (BRASIL, 2019, p.3). O acordo abre espaço para a entrada de novos bens de capital no país. Estimula a competição da economia interna e sugere a aceleração das inovações em tratamento e serviços médicos. O impacto da manufatura avançada faz-se relevante na medida em que envolve questões como aumento de preços no acesso a serviços e exames médicos. Além disso, o custo de manutenção dos hospitais pode se elevar devido à aquisição de maquinário importado. Há proteções comerciais no acordo assinado contra surtos de importação, uma medida que visa proteger o mercado interno. Há que se pensar nas alterações profissionais e econômicas. A avaliação de tecnologias de saúde visa a otimizar a coordenação do incremento tecnológico impulsionado pela velocidade com que este fenômeno se desenvolve no mundo, mas também pela pressão exercida pelo alto volume de dados oriundos de novas tecnologias empregadas por empresas multinacionais. Os hospitais modernizados estão no contexto do ciclo de vida das tecnologias (BRASIL, 2019, p.22). Dessa forma, o estudo sobre “hospitais 4.0” são ao mesmo tempo um estudo sobre a extensão dos serviços de saúde à maioria da população. Essa seria uma vertente do impacto.

No contexto do acordo entre União Europeia e Mercosul, a proposta é estudar e descrever o impacto da manufatura avançada no sistema de saúde na cidade de Porto Alegre (um polo nacional na área de saúde), especialmente nos ambientes médicos no rumo dos “hospitais 4.0” e nas redes que abastecem os serviços de saúde.

Na segunda revolução industrial a produção de bens de consumo se podia fazer em grande escala. Para alguns autores (STENGERS, 2002, p.13-15) é necessário um julgamento da história da ciência, em relação a autonomia da comunidade científica para decidir a respeito do seu modo e prioridades para fazer ciência. Vive-se um novo ápice dessa discussão sobre um modelo de impulsionamento tecnológico e de alternativas de renovação da economia em função da geração de empregos e redistribuição sob a forma de benefícios sociais. A autonomia da comunidade científica foi o núcleo do ciborgue (KIM, 2004) na Segunda Revolução Industrial. Foi igualmente o sucesso da automação embora a convivência com a miséria e o desemprego desde o século XVIII. Num exercício de previsão, a quarta revolução industrial poderá ser a confirmação da formação do exército de miseráveis e não progresso tecnológico. As inovações tecnológicas substituem a mão de obra por ciborgues, reforçando a continuidade da cibernética (WIENER, 1968).

No âmbito desse debate, apresentam-se a seguir os fundamentos teóricos em que esta pesquisa se assenta. São dois pontos de vista, um descreve a *Sociedade de Risco* (Beck, 2010). O segundo descreve os mercados (Polanyi, 2000) e sua origem. Na *Sociedade de Risco* (Beck, 2010) afirma-se que os riscos civilizatórios são um barril de necessidades cujo fundo não se encontra. São, além disso, intermináveis e não se pode reduzi-los. Um dos lados dessa moeda é o risco *big business*. Noção que traz à tona a prática de lucro sobre riscos ambientais e tragédias econômicas. Justamente o que não se percebe quando a ideia de desenvolvimento civilizatório está baseada na ciência, atrelado a expansão e mercantilização dos riscos da lógica capitalista do desenvolvimento. Com riscos a economia torna-se autorreferencial independentemente da satisfação do ambiente e das necessidades humanas. Trata-se de orgia econômica e social aonde não importam os resultados e nem o que acontece ao redor. A expansão do mercado, também sustentada pela lógica capitalista de desenvolvimento, é defendida e suportada independentemente de seus resultados ainda que o benefício social seja mínimo. Estudar os riscos inerentes ao incremento tecnológico na saúde encontra melhor ângulo junto à investigação sociológica.

O que os riscos sociais têm a ver com os problemas de mercado? Para Polanyi (2000) uma economia de mercado é aquela dirigida pelos preços de mercado. Um sistema capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem interferências externas. Segundo o autor, apesar da insistência acadêmica, o ganho e o lucro jamais desempenharam um papel preponderante na vida humana. Eles teriam um papel apenas secundário na vida econômica. O autor afirma que o lucro e a troca

são expressões de algo superior. Pode-se falar em aspectos superiores como Deus, religião e misticismo, mas antes é preciso admitir que algo dá sustentação ao mercado. No atual momento histórico, o ganho e o lucro parecem ser o primeiro objetivo do mercado. A reciprocidade e a redistribuição além de estarem relacionadas ao sexo, família, parentesco e a chefia comum – caráter territorial – garantem a ordem na distribuição. Acrescenta-se, no entanto, que são necessidades de sobrevivência. Já que pessoas são pacientes em potencial, quanto mais prevenidos, menor a necessidade de cuidados médicos.

Essas formulações teóricas, que deverão ser melhor desenvolvidas no prosseguimento da pesquisa, autorizam algumas hipóteses de trabalho, como orientação para a investigação de campo. Considerando a relação entre política e economia, supõe-se que as decisões políticas tendem a afetar as progressões econômicas do país, sendo que a inserção do país em acordos comerciais tende a estimular a maior entrada de maquinário no país (manufatura avançada) com propensão de superação dos médicos no “hospital 4.0”. Em suma, a revolução tecnológica tende à substituição do fator humano nas relações de cura e tratamento.

Até o momento já foram realizadas três entrevistas na cidade de Porto Alegre, com profissionais que aceitaram colaborar com a proposta da pesquisa. No total, o grupo de entrevistados deverá ser composto por 15 pessoas. As entrevistas deverão ser concedidas por médicos e também profissionais que trabalham na área da saúde. As entrevistas serão semiestruturadas e contarão com auxílio de um gravador. Após transcrição os dados serão analisados (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008, p. 228) para sistematização dos resultados. Pretende-se utilizar a análise estrutural de co-ocorrência a fim de procurar encadear os elementos do discurso dos entrevistados que possam trazer percepção ordenada e autêntica das respostas em relação aos problemas estudados por esta pesquisa.

Os três profissionais são médicos e auxiliar de enfermagem. Com relação aos aspectos favoráveis, todos disseram que gostam do retorno positivo dos pacientes ao fim dos tratamentos que realizam, mas também gostam de acompanhar o progresso dos tratamentos que conduzem. A ausência de rotina nas terapias é um fator favorável. Dentre os aspectos negativos desses trabalhos aparece a falta de tempo para realizar tratamentos adequados, como também a falta de equipamentos em local de trabalho. A diferença do nível de qualidade entre profissionais é um fator que pesa negativamente entre os entrevistados. Entre as perspectivas futuras dos profissionais estão

a continuidade da formação, o desejo de trabalhar em hospitais e o aperfeiçoamento de si enquanto profissional. Há a exigência de constante “recriação” como forma de acompanhar as mudanças em curso nas atividades. Em relação ao contexto profissional, percebiam a profissão em que estão de uma forma idealizada. As dificuldades são maiores no exercício da profissão do que antes de ingressar nela. O cuidado com pacientes foi entendido como um trabalho de “ação”. Ou seja, quem cuida de pessoas não pode “ficar parado”. Os entrevistados acreditam que mudanças políticas em governos afetam sua profissão. No entanto 2/3 não acreditam que sua atividade profissional pode sofrer modificações prejudiciais em função do incremento tecnológico, nem mesmo acreditam que os médicos possam ser superados pela tecnologia. Percebem mudanças nos equipamentos de trabalho, especialmente prontuários eletrônicos que antes eram anotados em planilhas e o acesso às áreas internas de hospitais, que agora são feitos por leitura eletrônica de crachá. Sentem que o incremento tecnológico exerce novas formas de controle levando ao cumprimento de novas tarefas. Sentem que estão exercendo mais tarefas durante o trabalho relacionado à presença da internet. O conceito de “hospital 4.0” era conhecido por apenas um dos três entrevistados. A ideia de monitorar pacientes por meio de câmeras obteve apoio dos entrevistados, embora tenha sido ressaltada que profissionais da saúde devam estar sempre próximos dos pacientes. *Big Data* também foi visto como uma ferramenta que pode ser utilizada para prever suicidas em potencial a partir da previsão de características.

Uma observação dos resultados da pesquisa em relação as hipóteses momentaneamente propostas nos permite concluir provisoriamente que os entrevistados percebem os impactos das alterações tecnológicas em suas atividades profissionais. Não consideram que a tecnologia seja algo nocivo à sua profissão. Acreditam que toda modificação tecnológica surge para o auxílio de suas atividades. Assim, a modificação qualitativa não é considerada como uma possibilidade. Não sentem que o incremento tecnológico é a supressão dos médicos das relações de cura e tratamento. Com relação à modificação quantitativa, acreditam que o incremento tecnológico facilitará o acesso de serviços aos usuários. Além de aumentar a capacidade de abrigar informações sobre saúde e cuidados. Embora reconheçam que questões político partidárias interfiram em seu trabalho, essa influência é percebida como generalizada (presente em todas as profissões), inevitável e não nociva à atividade profissional que realizam. O que nos permite concluir que os possíveis riscos desse mercado, evocados por nossa perspectiva teórica, não se verificaram no campo pesquisado, até esse momento.

## Referências

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**. Rumo a uma outra modernidade. São Paulo. Ed. 34, p. 7-57, 2007.

BRASIL. **Acordo de Associação Mercosul – União Europeia**. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/2019/2019\\_07\\_03\\_\\_Resumo\\_Acordo\\_Mercosul\\_UE.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/2019/2019_07_03__Resumo_Acordo_Mercosul_UE.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2019.

BRASIL. **Avaliação de tecnologias em saúde**: ferramentas para a gestão do SUS. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Área de Economia da Saúde e Desenvolvimento. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Área de Economia da Saúde e Desenvolvimento. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

KIM, Joon Ho. **Cibernética, Ciborgues e Ciberespaço**: Notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 10, n. 21, p. 199-219, jan./jun. 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000. p.49-88.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa. Ed. Gradiva, 2008.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

WIENER, Norbert. **Cibernética e Sociedade**: O uso humano de seres humanos. São Paulo: Cultrix, 1954.

# Reflexões sobre desenvolvimento endógeno local e cidadão: um diálogo transdisciplinar

Guilherme Tenher Rodrigues<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo visa a reflexão das teorias acerca do desenvolvimento endógeno local e cidadão, especialmente a partir dos estudos da década de 70, quando o projeto de desenvolvimento fundamentado em escalas territoriais menores (localidades) se tornou uma alternativa ao projeto nacional de industrialização. Assim, com contribuições de autores na área das Ciências Sociais, Geografia e Economia, o presente estudo estrutura uma abordagem transdisciplinar concernente à importância da escala local para o desenvolvimento endógeno, bem como a (re)organização institucional necessária para potencializar fenômenos socioeconômicos, aumentar a participação dos atores locais e reforçar as diretrizes democráticas. Por fim, faz-se algumas considerações pertinentes ao papel da cidade como agente ativo no processo político-administrativo e como *locus* do desenvolvimento endógeno local, considerando discussões acerca de possíveis vicissitudes, possibilidades, limites e demais desdobramentos.

**Palavras-chave:** Reflexão Teórica; Desenvolvimento Endógeno Local; Cidade.

## Introdução

A noção de desenvolvimento local surgiu, segundo Arocena (2002), a partir das crises que envolveram o norte do mundo, em especial a Europa, na década de 70. A crise provocou na sociedade da época um esforço para pensar outras formas de se desenvolver, sendo estes projetos movidos não (apenas) pela mudança quantitativa, mas principalmente uma evolução qualitativa, superando as formas anteriores de organização. Todavia, não bastava pensar apenas no desenvolvimento como projeto nacional, pois a realidade demonstrava que, mesmo em países desenvolvidos, as disparidades regionais eram inegáveis, pois se observava áreas hiperindustrializadas coexistindo com regiões sócio e economicamente marginalizadas. (AROCENA, 2002). Desta forma, o projeto de desenvolvimento fundamentado em escalas territoriais menores (localidades) se tornou uma alternativa ao projeto nacional de industrialização por alguns motivos traduzidos no fato da dimensão local preservar de maneira mais efetiva o tecido social, as diferenças territoriais, a complexidade dos mecanismos de negociação, as especificidades

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. E-mail: [gtenher@unisinis.br](mailto:gtenher@unisinis.br); [gtenher@edu.unisinis.br](mailto:gtenher@edu.unisinis.br)

dos recursos naturais, bem como a integração entre o lugar de trabalho e o lugar de vida. (AROCENA, 2002).

### **Contribuições sociais e geográficas para o estudo sobre Desenvolvimento Endógeno Local: Milani e Martins**

É fundado neste pensamento que este texto está estruturado. Nele, observa-se um aprofundamento na importância do tratamento da escala local como um ponto de partida para o processo de desenvolvimento endógeno. Com algumas contribuições de autores na área das Ciências Sociais e Geografia, é possível entender que pensar em desenvolvimento local requer dedicação e sensibilidade suficiente para compreender a complexidade inerente à realidade e à completude da condição humana demandada pelos habitantes. Para Martins (2002), a concepção de “local” pode ser expressa como o lugar onde a essência da convivência humana pode ser observada, bem como o espaço onde estão situados os desafios e potencialidades do desenvolvimento. Essas inter-relações institucionais e pessoais cotidianas são capazes de construir identidades territoriais. Portanto, o enfoque socioespacial dado ao processo de desenvolvimento local não apenas abarca a territorialidade e localização dos fatos, como também observa estes últimos através da significação social. Ademais, o território na escala local pode ser considerado como um fator para o desenvolvimento e não apenas *locus* de suporte para as ações humanas, pois o território é capaz de definir as limitações e potencialidades do processo de desenvolvimento independente da comunidade. (MARTINS, 2002). Em outras palavras, Martins (2002) assevera que o território é capaz de definir as limitações e potencialidades do processo de desenvolvimento independente da comunidade. O fator “local” incita a concepção de inovação e execução do pensamento inovativo através de empreendedorismos e planejamentos que busquem solucionar problemas sociais, econômicos e ambientais. Logo, o cenário local estimula a reflexão da realidade cotidiana sem negligenciar o fato de ambos serem influenciados por múltiplas interações e determinações presentes em outras formas de escala (nacional e global).

Milani (2003) percebe a complexidade dinâmica do processo de desenvolvimento local por meio de vários agentes sociais envolvidos e afirma que, haja vista que o elemento “desenvolvimento” se relaciona com variáveis qualitativas voltadas à transformação social, é essencial pensar que este movimento expressa a ação *pari passu* de determinantes econômicos, sociais e culturais.

## **Contribuições econômicas para o estudo sobre Desenvolvimento Endógeno Local: Arocena e Vázquez Barquero**

O campo da Economia auxilia na discussão com uma importante contribuição para compreender as relações institucionais entre atores sociais locais. A título de exemplo, contempla-se os possíveis modos de desenvolvimento local extraídos de um estudo prático desenvolvido por Arocena (2002), isto é, modos caracterizados pelo grau de integração dos processos e pela celeridade de respostas adaptativas ao entorno, ou seja, uma tipologia que abrange desde localidades com alta integração interinstitucional e harmonia no processo de realização de atividades econômico-produtivas e manifestações socioculturais até locais com grande desarticulação entre instituições e desenvolvimento dual (centro-periferia, campo-cidade). Arocena (2002) também arquitetou uma taxonomia para os tipos de atores envolvidos nos processos de desenvolvimento local, constituídos e caracterizados através do comportamento das elites dirigentes (bem articuladas ou não), atores político-administrativos (flexibilidade institucional) e interação com os demais atores/locais (relação de dependência ou poder de negociação). Finalmente, Arocena (2002) discorre sobre a identidade local, fruto ou causa das formas de interação e desenvolvimento relacional e econômico entre os diferentes agentes. Assim, lugares se diferem pela forma como a comunidade local se utiliza de sua história (ou da falta dela) como fator de estímulo para refletir o presente e desenvolver projetos para o futuro, uma arena que permite o enfrentamento da tradição, nostalgia e desprendimento com o passado.

O *efeito H* engendrado por Vázquez Barquero (2001) também se apresenta como um instrumento de identificação e desvelamento do modo de desenvolvimento das localidades. Este efeito se apresenta como uma arquitetura “harmoniosa” entre fatores pertencentes às dimensões políticas, à organização da produção, à inovação, à flexibilidade institucional e ao desenvolvimento urbano do território em um mundo comercialmente/economicamente conectado. Os elementos presentes no *efeito H* são considerados vetores para o processo de desenvolvimento local endógeno. Mais do que sua importância individual, é válido destacar a essencialidade das interações entre estes elementos. Pois, sem o estímulo deste sistema institucional, haverá dificuldades na redução dos custos de produção, transação e no incentivo à atuação das empresas. De maneira tautológica, pode-se dizer que o bom funcionamento da rede e da interação entre inovações e difusão do conhecimento, flexibilidade e complexidade institucional, organização flexível da produção e

desenvolvimento urbano e territorial são capazes de reduzir custos de informação e possíveis incertezas, tornando os processos produtivos mais ágeis e eficientes (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

### **A Cidade como *Locus* do Desenvolvimento Endógeno Local**

Por fim, chega-se aos estudos da cidade como *locus* de desenvolvimento endógeno local. Nesta seção, Castells e Borja (1996) foram utilizados para discorrer a respeito da importância da cidade no desenvolvimento local e até mesmo como é dada sua função de “nó” de propulsão da economia mundial. Para estes estudiosos, a cidade possui um posicionamento político-estratégico essencial na atual configuração econômica global. Esta ambiciosa proposta de Castells e Borja (1996) se torna fundamental ao passo que eles entendem que o governo da cidade passa a contar com novas atribuições de governança. Eles dividem em cinco grandes temas as novas competências e funções dos setores dirigentes citadinos, são eles: i) bloco econômico: o governo da cidade deve promover a economia local através da criação de zonas empresariais, ecossistemas financeiros, campanhas internacionais para atrair investidores, etc; ii) bloco urbanístico, de moradia e meio ambiente: o governo da cidade deve possuir competência administrativa para decidir e promover grandes obras públicas financiadas pelo Estado, recuperar áreas urbanas obsoletas, gerir programas de moradia e delegar projetos de meio ambiente; iii) bloco de segurança pública e de justiça: coordenar forças policiais municipais para garantir a segurança em locais e edifícios públicos, bem como inovar em políticas preventivas e repressivas (tráfico de drogas, xenofobia, proteção ao meio ambiente, discriminação social e racial, entre outras), além de possibilitar maior cooperação social entre as governanças e diferentes hierarquias judiciais; iv) bloco social e cultural: gerir e coordenar a cooperação público-privada em programas sociais de moradia, urbanização básica, comunicação com a periferia, criação de programas de geração de emprego em atividade como manutenção de infraestrutura, ecologia urbana, por exemplo, e ofertar atividades culturais com o propósito de atratividade e integração; v) bloco de infraestruturas de serviços urbanos, transportes e comunicações: financiar a infraestrutura e serviços básicos de transporte, fornecimento de água, saneamento básico, mantendo o poder de negociação frente às companhias que atuam como monopólio natural. E prover um ambiente favorável para investimentos em novos campos de infraestrutura e de comunicação, por exemplo.

Em seguida, apresenta-se os pensamentos de Compans (1999) e Sassen e Lynd (2017) como posição crítica em relação ao papel da cidade no processo de desenvolvimento dado o contexto contemporâneo de globalização. Os principais pontos expressados por Compans (1999) são a relação local-global e a cautela a ser tomada em relação ao desenvolvimento local estratégico pautado na globalização. Para a autora, ainda existe uma barreira de integração para as cidades dos países em desenvolvimento serem consideradas *global cities*. Nota-se que as grandes companhias utilizam destes países apenas a mão de obra precária e com baixa remuneração enquanto instalam os setores de serviços altamente especializados nas economias centrais e, portanto, setores estratégicos para o desenvolvimento da cidade/local. Esta configuração pode apresentar várias explicações que vão desde os diferentes graus de estabilidade macroeconômica entre as nações, cidades historicamente bem estruturadas, qualificação da mão de obra, instituições públicas e privadas, até chegar a fatores culturais. Ademais, a esfera regional e nacional (em especial a ação política e estatal) é negligenciada, colocando em segundo plano o volumoso dispêndio de recursos públicos que seriam utilizados para o “embelezamento da cidade” através de obras de infraestrutura, melhorias de espaços públicos, operações imobiliárias e provisão de equipamentos urbanos necessários para atrair apenas investidores.

Por fim, é importante destacar que, além dos recursos econômicos e financeiros, o alto custo social proveniente da fração de habitantes excluídos do projeto de desenvolvimento se manifestaria por meio da precarização das relações de trabalho, do aumento da economia informal, do subemprego e da violência, por exemplo, fenômenos de dualização social até mesmo observados nas *global cities* como Los Angeles e Nova York (COMPANS, 1999). Finalmente, Sassen e Lynd (2017) também se posicionam de maneira crítica na abordagem de um planejamento urbano estratégico pautado em princípios empresariais ou corporativos. Eles consideram as cidades como sistemas complexos, porém incompletos. Esta característica intrínseca e ambígua que não pode ser completamente controlada permitiu que estes espaços perdurassem por décadas, séculos, resistindo a vários regimes governamentais, assim como modos distintos de organização econômica. Eles apontam a cautela que deve se tomar ao tratar a cidade (e o espaço urbano) como produto, em especial com as novas tecnologias financeiras.

## Referências

AROCENA, José. **El desarrollo local: un desafío contemporáneo**. Uruguay: Taurus - Universidad Católica, 2002. 239 p. Disponível em: <http://biblioteca.municipios.unq.edu.ar/modules/mislibros/archivos/Arocena.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. São Paulo: **Novo Estudos: CEBRAP**, [S. l.], n. 45, p. 152-166, julho 1996. Disponível em: [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%C2%BA%2045,%20julho%201996.%20\(pp.152-166\)\\_0.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%C2%BA%2045,%20julho%201996.%20(pp.152-166)_0.pdf). Acesso em: 21 mar. 2019.

COMPANS, Rose. O Paradigma das Global Cities nas Estratégias de Desenvolvimento Local. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], Maio 1999. Disponível em: [http://www.uesc.br/cursos/pos\\_graduacao/especializacao/planejamento/arquivos/compans\\_rose.pdf](http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/especializacao/planejamento/arquivos/compans_rose.pdf). Acesso em: 20 mar. 2019.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. Campo Grande: **Interações** [S.l.], fev. 2002. ISSN 1984-042X. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/570/607>>. Acesso em: 26 fev. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.20435/interacoes.v3i5.570>

MILANI, CARLOS. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: Lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **IV Conferência Regional ISTR – LAC. 4., 2003, San José, Costa Rica. Anais eletrônicos**. San José: La Sociedad Civil, p. 1 – 30, 2003. Disponível em: <http://www.lasociedadcivil.org/wpcontent/uploads/2014/11/carlosmilanip.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SASSEN, Saskia; S. LYND, Robert. The City: A Collective Good? **Brown Journal of World Affairs**, [S. l.], v. XXIII, p. 119-126, 2017. Disponível em: <http://saskiasassen.com/PDFs/BrownJnl2017%20City%20Colectv%20good%20copy.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2019.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

# Transferência de Tecnologias na Indústria de Energia Eólica: Respostas da Weg aos Incentivos do BNDES

Leonardo Prates Fabris<sup>1</sup>

## Resumo

A presente pesquisa visa examinar os incentivos e regras de um tipo específico de estratégia concebida à indústria de energia eólica brasileira (Plano de Nacionalização Progressiva – PNP), oriunda de uma das instituições centrais ao desenvolvimento brasileiro (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), e, conseqüentemente, discutir resultados para a absorção e transferência de tecnologias no setor, com base no estudo da experiência específica de uma empresa do setor, a WEG S.A, localizada em Jaraguá do Sul – SC. O problema teórico da pesquisa pode ser expresso na seguinte questão: que tipos de efeitos as instituições de fomento, como os bancos de desenvolvimento, provocam na formação de redes de interação entre empresas e na transferência de tecnologia na área de energia eólica? Há duas perspectivas predominantes que tem subsidiado tal debate: a Nova Economia Institucional e a Escola do Estado Desenvolvimentista (*Developmental State*). Ambas são relevantes para contextualizarmos o debate sobre o desenvolvimento econômico moderno em sua relação Estado-mercado. Todavia, demonstram suas limitações também na medida em que tomam como fato consumado nesse processo os agentes (empreendedores, burocratas, trabalhadores, consumidores) estritamente motivados pela ótica do cálculo racional/instrumental – pressuposto da economia neoclássica –, para então se focarem predominantemente na análise macrosociológica dos estímulos institucionais. Dessa forma, o estudo toma como pressuposto o *approach* presente na Nova Sociologia Econômica (NSE), com viés crítico tanto à interpretação neoclássica quanto à desenvolvimentista para a compressão da agência econômica e empresarial. Assim, há espaço para se entender como, de forma empírica, os agentes econômicos adéquam sua conduta às instituições e, até certo ponto, disputam para que vigore sua vontade nelas.

**Palavras-chaves:** Energias Renováveis; Tecnologia; Desenvolvimento;

## Introdução

A presente pesquisa visa examinar os incentivos e regras de um tipo específico de política concebida à indústria de energia eólica brasileira (Plano de Nacionalização Progressiva – PNP), oriunda de uma das instituições centrais ao desenvolvimento brasileiro (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), e, conseqüentemente, discutir resultados para a absorção e transferência de tecnologias no setor, com base no estudo de caso específico de uma empresa do setor, a WEG S.A, localizada em Jaraguá do Sul – SC.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela PUC/RS, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e pesquisador do Rede Inova – Rede de Estudos da Inovação. Contato: [leonardopratesfabris@gmail.com](mailto:leonardopratesfabris@gmail.com).

O PNP, mais precisamente, é um programa de normas de conteúdo local previstas para a fabricação de aerogeradores, voltado a empresas interessadas em se tornar fornecedoras credenciadas do Banco. Basicamente, o montante aportado em empréstimo efetuado pelo BNDES a um investidor do ramo só pode ser utilizado para a aquisição de turbinas eólicas credenciadas em seu sistema, que leva em conta o nível de nacionalização existente na produção de tais bens. Por sua vez, cabe referir que a empresa WEG, fundada em 1961, em Jaraguá do Sul (SC), é uma das maiores fabricantes mundiais de equipamentos eletroeletrônicos para uso industrial e geração, transmissão e distribuição de energia. Seu modelo de negócios é baseado na integração vertical, flexibilidade de produtos e inovação tecnológica. No segmento nacional de aerogeradores, é a única empresa atuante de capital brasileiro, sendo as demais instaladas no país filiais de multinacionais estrangeiras.

Dessa forma, a proposta da presente pesquisa justifica-se por diferentes razões: a) desloca o eixo usual na discussão teórica sobre bancos de desenvolvimento; b) enfoca o setor de energia eólica com reconhecido potencial para contribuir ao desenvolvimento do país; e c) seleciona uma experiência empresarial de destacado crescimento em nosso contexto nacional.

O problema teórico da pesquisa pode ser expresso na seguinte questão: *que tipos de efeitos as instituições de fomento, como os bancos de desenvolvimento, provocam na formação de redes de interação entre empresas e na transferência de tecnologia na área de energia eólica?* Tal problema é dirigido a partir das seguintes perguntas empíricas:

- a) Quais são as características do PNP do BNDES, em termos de benefícios e regras de contrapartidas e reciprocidade das empresas?
- b) Quais são as redes de interação formadas pela empresa WEG S. A. em atenção aos benefícios e regras do Plano?
- c) Quais resultados em transferência de tecnologia são obtidos a partir das referidas redes?

### **Revisão bibliográfica e referencial teórico**

Há duas perspectivas predominantes que tem subsidiado o debate referente a políticas industriais e instituições de modo geral: a Nova Economia Institucional (NEI) (ACEMOGLU et

al., 2005; NORTH, 1991; NORTH et al., 2007) e a Escola do Estado Desenvolvimentista (*Developmental State*) (AMSDEN, 2009; CHANG, 2004; CHANG, 2008; MAZZUCATO, 2014; WADE, 1990). Ambas são relevantes para contextualizarmos o debate sobre o desenvolvimento econômico moderno em sua relação Estado-mercado. Todavia, demonstram suas limitações ao se focarem predominantemente na análise macrossociológica dos estímulos institucionais. Portanto, tal ótica limita-se a analisar os incentivos e as instituições atuantes no processo de desenvolvimento, sem levar em conta a agência daqueles contemplados por elas. Esses estudos somente permitem avaliar qual arranjo institucional é mais apropriado a cada conjuntura. Sem embargo, não explicam por que, em certos casos, tais arranjos falham, não sendo eles os exclusivos determinantes nesse fenômeno.

Dessa forma, a pesquisa toma como pressuposto o *approach* presente na Nova Sociologia Econômica (NSE) para a compressão da agência econômica e empresarial, com viés crítico tanto à interpretação neoclássica da NEI quanto à desenvolvimentista do *Developmental State*. Assim, há espaço para se entender como, de forma empírica, os agentes econômicos adéquam sua conduta às instituições e, até certo ponto, disputam para que vigore sua vontade nelas. No caso aqui tratado, o suporte da literatura sociológica referente ao plano das interações e da ação social (FLIGSTEIN, 2001; GRANOVETTER, 2007) e de redes (BLOCK, 2008; BLOCK et al., 2017; CASTELLS, 1996; EVANS, 1993; EVANS, 1995; OLIVEIRA, 2008) dos agentes econômicos permite atualizar esse debate, uma vez que se foge da noção de arranjos institucionais formais representados por entes abstratos e homogêneos. Do contrário, o pesquisador fica preso a uma noção excessivamente funcionalista sobre o processo de desenvolvimento.

## **Metodologia**

Toma-se como delineamento metodológico a abordagem qualitativa, mediante o desenho de estudo de caso da empresa WEG e suas relações de cooperação com outras empresas e com instituições de natureza diversa (universidades, governo, associações) a fim de cumprir as metas instituídas no Plano de Nacionalização Progressiva para aerogeradores.

A coleta de dados é baseada em três técnicas de investigação:

- a) Coleta de dados secundários, como relatórios públicos de entidades nacionais (BNDES, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEólica) e relatórios anuais da própria WEG;
- b) Entrevistas semiestruturadas com gestores de entidades atuantes no setor de energias renováveis (BNDES, ABEEÓLICA) e de empresas do ramo (fabricantes de bens de capital, distribuidoras e gestoras de energia);
- c) Observação não participante mediante visitas orientadas ao Complexo Eólico de Santana do Livramento – RS (realizada em agosto de 2019) e à planta industrial da WEG S. A. em Jaraguá do Sul – SC (realizada em outubro de 2019);

A análise de dados é baseada na reconstrução analítica do Plano de Nacionalização Progressiva do BNDES (como dimensão do conceito de “instituição”), verificando de que modo ele afetou as estratégias e redes de interação da Empresa WEG S. A. (dimensão dos conceitos “transferência de tecnologias” e “redes”). Cumpre destacar que não se trata da realização de análise estrutural de redes (caráter quantitativo), mas de análise relacional de redes (caráter qualitativo), tomando-se a empresa selecionada como “ego” – ou centro analítico – para a reconstrução do conteúdo de suas relações com outras organizações (GODECHOT, 2015; MAILLOCHON, 2015).

## **Resultados**

Verificou-se a relevância do BNDES para o desenvolvimento do complexo eólico brasileiro, em razão da forte correlação entre a expansão do mercado e a participação do BNDES através do PNP a partir de 2012. Ademais, destaca-se a atenção que a instituição dedicou para compreender as necessidades e as limitações do setor de aerogeradores nacional, mas ainda querendo manter o foco em uma política que permita a evolução gradual para a produção de bens de maior conteúdo tecnológico. Assim, pelas características aferidas do PNP do Banco, é possível concluir que a forma institucional adotada pelo BNDES no presente caso demonstra que o Banco submete as empresas envolvidas a uma série de contrapartidas. Todavia, as prioridades do Plano se limitam à formação de um mercado nacional de aerogeradores, internalizando seus componentes mais sofisticados sem necessariamente contemplar se a tecnologia utilizada para tal é produzida internamente ou obtida do exterior.

No caso da atuação da WEG, os vínculos instituídos com as demais empresas e entidades do setor são fortes. Pode-se relacionar o surgimento do PNP com a institucionalização de um mercado nacional propenso a práticas de transferência de tecnologia. No entanto, conforme acima mencionado, esse fenômeno não ocorre como resultado direto do formato institucional concebido pelo Banco: a WEG ainda se mostra uma exceção no contexto nacional, sendo a única empresa interessada em desenvolver projetos para máquinas utilizando tecnologia desenvolvida aqui. Para isso, a empresa forma redes com instituições acadêmicas e outras empresas para conceber equipes de engenheiros e grupos de P&D nacionais. Outras empresas de origem estrangeira, credenciadas pelo BNDES também, somente nacionalizaram a produção, enquanto toda a inovação tecnológica de suas turbinas eólicas se concentra nas matrizes. Nesse sentido, vislumbra-se um grau de autonomia na estratégia empresarial concebida pela WEG, não sendo tais resultados um reflexo direto de políticas governamentais.

## Referências

ACEMOGLU, Daron et al. Institutions as a Fundamental Cause of Long-Run Growth. In: AGHION, Philippe; DURLAUF, Steven. **Handbook of Economic Growth, volume 1A**. Amsterdam: North Holland, cap. 6, pp. 385-464, 2005.

AMSDEN, Alice. **A ascensão do “resto”**: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo, Editora UNESP, 2009.

BLOCK, Fred. Swimming Against the Current: The Rise of a Hidden Developmental State in the United States. **Politics & Society**, Newbury Park, v. 36, n. 2, p. 169- 206, June 2008.

\_\_\_\_\_ et al. Como se dá a inovação dentro do Estado Desenvolvimentista em Rede? Por Alegre: **Sociologias**, n. 46, p. 102-134, set./dez. 2017.

CASTELLS. Manuel. **The rise of the network society**. Cornwall: T. J International Limited, 1996.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. Um estudo sobre a relação entre Instituições e Desenvolvimento Econômico – algumas questões teóricas fundamentais. Rio de Janeiro: **OIKOS – Revista de Economia Heterodoxa**, n. 10, ano VII, pp. 13-31, 2008.

EVANS, Peter. **Embedded autonomy**: states and industrial transformation. Princeton: Princeton University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. O Estado como problema e solução. São Paulo: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, nº 28-29, pp. 107-157, abr. 1993.

FLIGSTEIN, Neil. **The Architecture of Markets: An Economic Sociology of Twenty-First-Century Capitalist Societies**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GODECHOT, Olivier. Interpretar as redes sociais. In: PAUGAN, Serge (Coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, cap. 16, p. 270-289, 2015.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica (Revista de Administração de Empresas)**, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007.

MAILLOCHON, F. Por que a análise das redes? In: PAUGAN, Serge (Coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015. cap. 9, pp. 156-170.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor**. São Paulo: Portfólio-Pinguim, 2014.

NORTH, Douglass. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 5, n. 1, pp. 97-112, Winter 1991.

\_\_\_\_\_ et al. **Limited Access Orders in the Developing World: A New Approach to the Problems of Development**. The World Bank Policy Research Working Paper n. 4359, Washington, pp. 1-48, Sept. 2007.

OLIVEIRA, Luísa. **Sociologia da Inovação**. Lisboa: Celta, 2008.

WADE, Robert. **Governing the market: economic theory and the role of government in East Asian industrialization**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

# As mercadorias “sem” trabalho e o totemismo: hipóteses para equivalência das trocas mercantis

Luiz Lentz Junior<sup>1</sup>

## Resumo

Um dos dilemas das ciências sociais é compreender o mecanismo que possibilita as trocas das mercadorias no capitalismo. A pergunta de fundo é: qual é o elemento que torna as mercadorias comparáveis umas às outras? Cujo intuito final é o de compreender a lógica pela qual as mercadorias ganham preços. Este problema ganha em complexidade quando se reconhecem singularidades materiais entre as mercadorias (ex. um telefone e uma geladeira). Como mercadorias tão diferentes (fisicamente falando) podem ser comparadas para fins de troca? A este respeito a teoria do valor, aquela elaborada por Marx, continua nos dando elementos para pensar o trabalho como o “conteúdo/substância” presente em todas as mercadorias. Porém, é o próprio Marx que nos antecipa a “eliminação” constante do trabalho (no caso “trabalho vivo”), durante processo de produção capitalista, por meio da automação. Neste trabalho procuramos refletir como as mercadorias, com cada vez menos “trabalho”, poderão continuar sendo trocadas e precificadas. O reflexo desta dinâmica, a economia permanente de trabalho durante o processo produtivo, tem levado alguns autores, especialmente Orléan (2014), a refletir sobre as outras substâncias da mercadoria, que para além do trabalho, possa ser referência para as trocas. A respeito, utilizaremos os estudos de Émile Durkheim sobre religião. Mais precisamente, observa-se com atenção a forma na qual o autor explica o processo de significação dos objetos por meio dos processos de totemismo. Seria possível então traçar um paralelo sobre a reflexão de Durkheim e o processo de objetivação dos aspectos simbólicos (significados) nas mercadorias? Será esta a tentativa, mesmo que ainda preliminar, neste trabalho. De investigar e de sistematizar tais questões.

**Palavras-chaves:** Trocas Mercantis; Valor; Sociologia Econômica.

## Introdução

Um dos dilemas das ciências econômicas e sociais é compreender o mecanismo que possibilita as trocas das mercadorias no capitalismo. A pergunta de fundo é: qual é o elemento que torna as mercadorias comparáveis umas às outras? Cujo intuito final é o de compreender a lógica pela qual as mercadorias ganham preços. Este problema ganha em complexidade quando se reconhecem singularidades materiais entre as mercadorias (ex. um telefone e uma geladeira). Como mercadorias tão diferentes (fisicamente falando) podem ser comparadas para fins de troca?

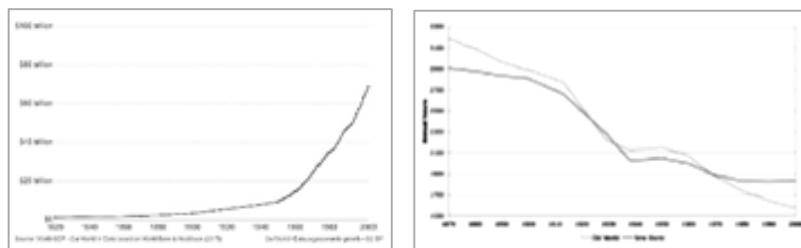
Esta preocupação não é nova, aliás, foi exaustivamente debatida por diversos autores, Adam Smith, Ricardo e posteriormente Marx elaboraram as suas teorias sobre o valor das mercadorias (Valor-Trabalho), condicionando o trabalho como substância comum a todas elas. Walras (1986)

por sua vez, aponta que esta substância não seria o trabalho, mas sim a escassez, a determinar a equivalência entre as mercadorias. Mas como, perante o modo de produção capitalista, a escassez pode ser vista como substância se a mesma pode ser produzida artificialmente?

A este respeito a teoria do valor, aquela elaborada por Marx, continua nos dando elementos para pensar o trabalho como o conteúdo presente em todas as mercadorias. Isto porque, para Marx, só numa sociedade onde as relações entre os indivíduos evoluíram para a forma mercantil, as coisas podem ter valores. Ou seja, só numa sociedade onde os homens se relacionam entre si via o produto de seus trabalhos no mercado, estes, homens e resultante de seus trabalhos, podem ser equiparáveis.

No entanto é o próprio Marx que nos antecipa a “eliminação” constante do trabalho (no caso “trabalho vivo”), durante processo de produção capitalista, por meio da automação. Marx observa como o processo de concorrência afeta os preços finais dos produtos de modo a premiar os maiores capitais, na medida em que o mesmo ocorre pela busca de tecnologias cada vez mais poupadoras de trabalho (GRESPLAN, 2011). Os dois gráficos abaixo nos ajudam a melhor entender a dinâmica prevista por Marx. Conforme estes dados, desde a revolução industrial, estamos economizando trabalho no processo produtivo.

Figura 1 – Número de horas anuais de trabalho entre de 1870 e 2000 entre velho e novo mundo, e, ao lado, o Produto Interno Bruto mundial



Fonte: HUBERMAN; MINNS, 2007; WORLD BANK & MADDISON, 2017.

O reflexo desta dinâmica, a economia permanente de trabalho, tem levado alguns autores, especialmente Orléan (2014), a refletir sobre nova “substância” da mercadoria, que para além do trabalho, possa ser referência para as trocas. De certa forma tensionaremos a discussão sobre como as mercadorias ganham preço e são trocadas no mercado. Em outras palavras, como as mercadorias com cada vez menos trabalho, poderão continuar sendo trocadas e precificadas.

Não estamos sustentando aqui que o trabalho tenha deixado de ser uma referência do valor e das trocas e nem que seja a única, mas antes de tudo, estamos tentando hipnotizar sobre a existência de outras bases em que as mercadorias estão sendo equalizadas e trocadas.

A este respeito chamam a atenção os estudos de Émile Durkheim sobre religião (DURKHEIM, 1996). Mais precisamente observa-se com atenção a forma na qual o autor explica o processo de significação dos objetos por meio dos processos de totemismo. Sobre o totemismo Durkheim diz: “(...) o totem é antes de tudo um símbolo, a explicação material de alguma coisa. (Durkheim apud Weiss, 2012). Weiss (2012) complementa: “Portanto a questão acerca da origem das crenças totêmicas demanda que se identifique em que consiste essa “outra coisa”, que é o que confere verdadeiramente a sacralidade atribuída ao totem” (WEISS, 2012).

Seria possível então traçar um paralelo sobre a reflexão de Durkheim e processo de objetivação dos aspectos simbólicos (significados) nas mercadorias?

Será esta a tentativa, mesmo que ainda preliminar, neste trabalho. De investigar e de sistematizar tais questões. Para isto, as próximas sessões serão organizadas desta forma: i) na primeira parte faremos um breve comentário sobre a questão dos preços na economia; ii) a segunda tratará de uma reflexão sobre a teoria marxista sobre valor e trabalho; iii) e por último faremos uma análise das teses de Durkheim sobre o processo de sacralização dos objetos e a sua possível relação com a “substância” das mercadorias.

### **O problema dos preços, um breve comentário**

Os preços, para os economistas que seguem a escola marginalista<sup>4</sup>, servem essencialmente para sinalizar a escassez de um determinado produto. Para tal, o pressuposto é que as empresas são “tomadoras de preços” no mercado, e se organizam observando taxas que se apresentam em base à demanda, estabelecida pelo grau de utilidade (sinalizadoras de escassez), que são determinadas pelas escolhas individuais (racionais e maximizadoras) dos agentes.

Tal fato pressupõe que os produtos tenham qualidades “únicas”, e que os atores possuem plena racionalidade, a fim de determinar o exato grau de utilidade de cada mercadoria. Os preços, nestes casos, sinalizariam com “exatidão” a demanda por cada unidade de determinado produto. Os preços, sob a visão dos economistas clássicos (Smith, Ricardo e Marx), possuem uma outra “substância”: o valor, que por sua vez possui o trabalho como essência. Não discutiremos aqui as

controvérsias referente a teoria valor-trabalho destes autores. O que estamos assumindo é que o trabalho, sob a sua forma abstrata, ainda é uma referência para as equivalências, mas não a única. Observaremos tais questões mais de perto na próxima sessão.

### **O trabalho como substância do valor e elemento das trocas**

A análise do trabalho nos primeiros capítulos do O Capital é importante para colocá-lo como essência do valor, elemento que permite a equiparação entre mercadorias. Do trabalho concreto provém a capacidade humana de, ao partir de uma determinada necessidade, criar um objeto. Por exemplo, a capacidade de fabricar uma cadeira, um instrumento musical e uma peça teatral tem relação com o trabalho concreto humano.

Porém o que tem mais intrigante e interessante na análise inicial de Marx é que os diferentes trabalhos concretos, por si só, não atribuem valor às mercadorias, pois na prática eles são tão diferentes uns dos outros que não poderíamos então ter um ponto comum de comparação. Mas como então podemos comparar mercadorias tão diferentes umas das outras (música, automóvel, livro, geladeira etc.)? Porque, para Marx, todas elas são parte de um trabalho social comum. De fato, isso só pode ser visto assim em uma economia onde todos são iguais. Mas esta ideia do valor, por sinal, muito mais sofisticada que as teorias sobre valor- trabalho elaboradas até então, é colocada em prova quando Marx avança em sua análise. Assim, quando toma lugar o assalariamento o trabalho não explica mais os preços nem a mais-valia (excesso de produção, em termos de valor, em relação ao valor pago pela força de trabalho dos operários). Queremos mostrar que desde o começo, a teoria de Marx já apontava para a contradição posta à teoria do Valor para a explicação ao processo de valorização das mercadorias.

Mas ao observar o processo de negação do trabalho por parte do capital em concorrência, podemos então, a partir de Durkheim, observar o mecanismo de que possibilita construção social de outra(s) “substância” (s) para as mercadorias.

### **As mercadorias “sem” trabalho e o totemismo: hipóteses para equivalência das trocas mercantis**

O nosso interesse no trabalho de Durkheim se deve ao fato de ele conseguir, a despeito das críticas – especialmente à aquelas relacionadas ao modo cartesiano do seu método sociológico

(WEISS, 2012) –, de maneira satisfatória, mostrar como ocorre o processo de produção de significados essencialmente sociais.

Para o autor o elemento mais simples da religião pode ser considerado o totemismo, onde a crença principal se dá no totem – “o totem é, antes de tudo, expressão material de alguma coisa” (DURKHEIM É, 2007, p. 260) –, esta coisa, segundo o autor, tem forma dupla: ela exprime o Deus totêmico, mas também é o símbolo daquela determinada sociedade (DURKHEIM É, 2007, p. 260). Trata-se de um símbolo que traduz as características daquela comunidade (clã). Nas palavras de Durkheim: “O deus do clã, o princípio totêmico, não pode, pois, ser outra coisa senão o próprio clã, mas hipostasiado e representado para as imaginações sob as espécies sensíveis do vegetal ou do animal que servem no totem” (DURKHEIM, 1996, p. 261). As análises de Durkheim podem extrapolar as noções sobre os fenômenos religiosos, isto porque é possível observar os mecanismos de “totemização” em outras esferas da vida social, por exemplo entre os produtores de mercadorias.

Não temos como não pensar, por exemplo, que a Apple (empresa de telefones e computadores), não tente por meio de “rituais” específicos (ex. espetáculos de lançamento, festas, vendas em pontos determinados), “totemizar” o seu símbolo maior, neste caso uma maçã. O movimento de “totemização comercial” pode nos ajudar a pensar a forma na qual se atribui significados (simbólicos), que transferem uma certa “autoridade moral” à determinada mercadoria. Ainda, podemos pensar como as mercadorias, para além da sua materialidade, adquirem um significado simbólico específico (oriundo de crenças), e como podem ser atribuídos a elas aspectos relacionados à “coerção social”.

Seria possível então encontrar relação entre os preços e os processos de “totemização das mercadorias”? Talvez isto seja possível somente na medida que se estabelece algum tipo de crença que possa fazer com que as mercadorias sejam reconhecidas “equivalentes”. Em outras palavras, qual seria por exemplo a substância que torna equivalente, os computadores ou telefones da Apple, produzidos cada vez mais por complexos robôs?

As emoções, ou determinadas emoções, poderiam ser a que torna possível a equivalência das mercadorias “sem trabalho”? Estamos tentando aqui, no campo das hipóteses, interpretar algum tipo de elemento, construído socialmente, que possa junto/além do trabalho, explicar o processo de equivalência e troca das mercadorias. Sustentando que os preços, mesmo em mercadorias “sem trabalho” não existem isoladamente, se apresentam atrelados ou representados por algum elemento

de base social. O que podemos supor é que, sendo a “substância” das trocas um “sentimento” socialmente constituído e objetivado, podendo este ser o trabalho, como também qualquer outro, desde que possibilite a equivalência entre mercadorias, os preços não podem, então, estar alijados deste processo. Em outras palavras, os preços devem responder aos atos constituídos socialmente.

## **Conclusões**

Este trabalho procurou trazer novos elementos para explicar o processo das trocas na economia capitalista. Para tal, procuramos mostrar o porquê a análise marginalista não explicar corretamente este fenômeno, para além disto, mostramos também as limitações da teoria de Marx para avançarmos com a discussão. Procuramos então mostrar as novas possibilidades de análise ao recuperar os estudos de Durkheim.

## **Referências**

- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista** (2º Ed.). [s. l.], 2012.
- DURKHEIM É. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Martin Fontes, 2007.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins, 1996. Disponível em: <<http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:As+formas+elementares+da+vida+religiosa#0>>
- FIANI, Ronaldo. Teoria económica clássica e teoria económica marginalista. São Paulo: **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 40, 1990.
- GRESPLAN, Jorge. As formas da mais-valia: concorrência e distribuição no Livro III de O capital. São Paulo: **Crítica Marxista**, [s. l.], v. 33, p. 9–31, 2011.
- HUBERMAN, Michael; MINNS, Chris. The times they are not changin’: Days and hours of work in Old and New Worlds, 1870-2000. **Explorations in Economic History**, [s. l.], v. 44, n. 4, p. 538–567, 2007.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultura, 1996
- MARX, Karl. **O Capital Crítica da Economia Política. Livro III. O processo global de produção capitalista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ORLÉAN, André. **The Empire of Value**. Cambridge- 2014

WEISS, Raquel. Durkheim e As Formas Elementares da Vida Religiosa: o Problema da Religião na Obra de Durkheim. Porto Alegre: **Debates do NER**, [s. l.], v. 13, n. 22, p. 95–119, 2012.

# Dinâmicas interpessoais no aplicativo de caronas pagas Blablacar

Mara Beatriz Nunes Gomes<sup>1</sup>

Marcus Vinicius Spolle<sup>2</sup>

## Resumo

Em seu portal eletrônico, o aplicativo BlaBlaCar (2018) é definido como “[...] o maior app de caronas do mundo. Conectamos pessoas indo para o mesmo destino [...]” (BLABLACAR, 2018). Através dele, durante o intervalo temporal e espacial da carona paga, condutores e caroneiros constroem interações sociais que provavelmente não aconteceriam sem a intervenção desse mediador digital. Nesse contexto, mobilizados no sentido de compreender os elementos que circundam esse fenômeno socioeconômico, elaboramos um microexercício etnográfico realizado frente à miniobservação das dinâmicas estabelecidas entre os usuários dessa plataforma digital. Em trabalho de campo, investigamos a rota Pelotas/RS x Porto Alegre/RS (ida e volta), durante duas viagens realizadas entre os meses de julho a setembro de 2018, abordando a interação entre 06 (seis) pessoas distintas, divididas em 02 (dois) grupos diferentes, com permanência apenas da observadora. A partir do experimento, diagnosticamos que o aplicativo pesquisado promove socialidade (PISCITELLI, 2017) diante do compartilhamento de experiências entre condutores e caroneiros, ao mesmo tempo em que funciona como uma alternativa econômica de redução de custos no percurso das viagens. Entretanto, tais achados não esgotam a discussão, pois ela aciona questionamentos acerca das fronteiras entre a zona da prestação econômica e o *care* (ZELIZER, 2011). Nesse sentido, frente às novas formas de socialização trazidas pela realidade digital, problematizamos as conexões que se estabelecem nas dinâmicas interpessoais dos usuários do aplicativo BlaBlaCar, focalizando o debate na precificação da vida privada mediada pelo consumo colaborativo (BOTSMAN e ROGERS, 2011).

**Palavras-chave:** Caronas pagas; Dinâmicas interpessoais; Socialização.

## Introdução

A partir da perspectiva etnográfica de Beaud e Weber (2007), este trabalho representa extrato de pesquisa, ainda fase de estruturação<sup>3</sup>, focalizada na observação do grupo social formado pelos usuários da plataforma digital de caronas pagas BlaBlaCar, adotando como base de amostra o trecho rodoviário entre as cidades de Porto Alegre e Pelotas, ambas localizada no Estado do Rio

---

<sup>1</sup> Especialista em Direito, aluna de mestrado Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) - [mbng.adv@gmail.com](mailto:mbng.adv@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia, docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) - [sociomarcus@gmail.com](mailto:sociomarcus@gmail.com).

<sup>3</sup> Pretendemos desenvolver a pesquisa em profundidade no âmbito do projeto “Interseccionalidades e tecnologias da informação: novas formas sociais, subjetivas e de identidade”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPel.

Grande do Sul (RS).

Em seu portal eletrônico oficial o aplicativo BlaBlaCar é definido como “[...] o maior app de caronas do mundo. Conectamos pessoas indo para o mesmo destino, permitindo viagens sem baldeações para qualquer lugar [...]”<sup>4</sup>. Esse cenário de compartilhamento de experiências entre condutores e caroneiros/passageiros, bem como da socialidade<sup>5</sup> construída eles, desperta olhares acerca das questões econômicas que orbitam em torno dessa dinâmica das caronas remuneradas. A plataforma Blablacar traz como abordagem a proposta de uso compartilhado do automóvel, frente a uma perspectiva de ressignificação do consumo, na medida em que propõe a “[...] utilização coletiva de um bem [...]”<sup>6</sup>.

E dessa forma, frente uma estratégia de marketing ancorada na interação social, o aplicativo as caronas pagas funcionaria como uma alternativa de redução de custos, na modalidade de consumo colaborativo, constituindo “um novo mecanismo econômico e social promissor que começa a equilibrar as necessidades individuais com as das nossas comunidades e as do planeta”, segundo defendem Botsman e Rogers (2011, p. 53). Ao referirem-se a essa concepção quase hegemônica, Andrade e Pinto (2014, p. 2) caracterizam o evento como “[...] um sistema em que as pessoas dividem recursos sem perder liberdades pessoais apreciadas e sem sacrificar seu estilo de vida.”

Nesse horizonte de mercantilização das atividades privadas, a dinâmica das caronas pagas também nos conduz a diálogos sobre os limites entre as esferas do pessoal e do econômico. Tal dualidade permeia esse tipo de interação em que há dificuldade de se traçar um limite entre os campos, acionando para o debate as relações de *care*, as quais segundo Zelizer (2011, p. 380), incluem “[...] qualquer tipo de atenção pessoal, constante e/ou intensa, que visa melhorar o bem estar daquela ou daquele que é seu objeto. Assim, pode-se definir um leque de “atenções pessoais constantes e/ ou intensas” [...]’.

Frente a essa contextualização, e a partir dessas premissas teóricas, ao focalizarmos nas caronas pagas do Blablacar, problematizamos neste trabalho as fronteiras entre a zona da prestação econômica e o *care*, trazendo para o centro do debate a precificação da vida privada mediada pelo

---

<sup>4</sup>Fonte: BLABLACAR. Disponível em: <https://www.blablacar.com.br/how-does-car-sharing-work>. Acesso em: 06 set. 2018.

<sup>5</sup> Piscitelli (2017, p. 3) dialoga com socialidade a partir do “[...] sentido outorgado a essa noção por Marilyn Strathern (1988), como criação e manutenção das relações sociais.”

<sup>6</sup> BASTOS e PATRIOTA, 2017.

consumo colaborativo, que se intensifica diariamente frente às novas formas de socialização trazidas pela realidade digital.

### **Caminhos metodológicos**

O campo de pesquisa escolhido foi o trecho rodoviário<sup>7</sup> entre as cidades de Porto Alegre, capital do RS, e Pelotas, quarto município com maior população no Estado<sup>8</sup>, em razão do fluxo migratório diário com forte presença de trabalhadores e estudantes, conectando as regiões da Capital do RS e da cidade de Pelotas. Ou seja, o cenário empírico aguça o desejo pela realização de uma observação etnográfica, aqui entendida dentro do estatuto do observador como o relato de um percurso (SILVA, 2009).

O minixercício etnográfico foi realizado em duas etapas, no intervalo entre o final do mês de julho e o início de setembro de 2018. Sendo que um dos percursos percorridos se efetivou na direção Pelotas - Porto Alegre e outro em sentido inverso. Nas duas ocasiões, em que permaneceu fixa apenas a observadora, os dois grupos observados eram formados por agentes distintos, totalizando uma amostra de seis pessoas diferentes<sup>9</sup>. Assim construímos um minixercício etnográfico frente à “[...] observação direta dos comportamentos culturais [...]” do grupo social pesquisado (WEBER, 2009).

### **Rumo à Capital**

Neste trajeto realizado no final da tarde de um domingo nublado, no mês de julho de 2018, a condutora “AG” saiu de Piratini/RS e parou na estação rodoviária de Pelotas/RS onde embarcaram “L”, “A” e “MB” (a observadora). Enquanto “AG” e “L” seguiram até suas residências em Canoas/RS, “A” e “MB” desembarcaram na rodoviária de Porto Alegre/RS em razão de compromisso profissional na manhã seguinte na Capital. A partir dos diálogos ocorridos

---

<sup>7</sup> O trajeto com 260 km de distância entre as cidades pesquisada corresponde a um tempo médio de viagem de 03h08min. Fonte: Portal Distância entre cidades. Disponível em: <http://www.distanciascidades.com/distancia-pelotas-porto-alegre-37274.html>. Acesso em: 14 set. 2018.

<sup>8</sup> Segundo dados de estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso: 20 jan. 2020.

<sup>9</sup> Os nomes dos participantes foram preservados, com a identificação apenas das letras iniciais (exemplo: Mara Beatriz foi reduzido para MB). Para fins de organização da abordagem, o experimento foi dividido em razão dos trechos percorridos: viagem no sentido Pelotas - Porto Alegre e viagem no sentido Porto Alegre - Pelotas.

durante a viagem, alguns indicativos sobressaíram:

1) “AG”: mulher de aproximadamente trinta anos de idade, branca, natural de Piratini/RS (onde residem seus familiares), mora em Canoas e trabalha na grande Porto Alegre/RS. Narrou que faz uso do aplicativo para dividir os custos da viagem, conversar e assim evitar o constante sono que sente quando dirige por muitas horas seguidas. Demonstrou interesse por alimentação saudável, musculação, reprogramação mental e música sertaneja. Não relatou vínculos matrimoniais ou presença de filhos.

2) “L”: homem de aproximadamente trinta anos de idade, branco, morador de Canoas, cidade onde frequenta a faculdade na área de exatas com bolsa do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Relatou que usa frequentemente o BlaBlaCar para pegar carona no trajeto pesquisado. Informou ser casado e também um casamento anterior, que resultou em um filho e ambiente conturbado com a ex-mulher. O caroneiro também narrou dificuldades de adaptação no atual casamento, pois a sua companheira não compreenderia a prioridade das suas metas profissionais. Beneficiário de auxílio-doença em razão de acidente que resultou em sequelas de mobilidade, “L”, que sonha ser professor universitário e estudar no exterior, mostrou-se refratário à universidade pública e ao funcionalismo público em geral.

3) “A”: mulher de aproximadamente quarenta anos de idade, negra, funcionária pública com residência em Pelotas/RS e usando o aplicativo pela primeira vez. Não desenvolveu maiores reações de interação com o grupo, exceto a contrariedade quanto a alguns apontamentos formulados por “L” - por exemplo, reclamações sobre a negligência da ex-mulher na educação dos filhos, a suposta superioridade sociocultural dos gaúchos que moram na região da Serra, críticas à criação pela UFPel de vagas para imigrantes haitianos, entre outros pontos de divergência discursiva.

4) “MB”: a observadora. Residente de Pelotas/RS, mulher de 32 anos de idade, estudante do mestrado em sociologia na UFPel e funcionária pública, que utilizou o BlaBlaCar pela primeira vez nessa viagem. Assim como “A” demonstrou contrariedade aos discursos críticos formulados por “L”.

### **Retornando ao interior**

Neste trajeto realizado na tarde de uma sexta-feira chuvosa do mês de setembro de 2018, o condutor “M” saiu de Florianópolis/SC com destino final a Jaguarão/RS, parando na estação

rodoviária de Porto Alegre/RS, onde embarcaram “W” e “MB” (a observadora), ambos com destino final em Pelotas/RS. Com base nos diálogos efetivados durante a viagem, alguns apontamentos tornam-se mais relevantes:

1) “M”: homem de 37 anos de idade, branco, oriundo de Jaguarão /RS e residente de Palhoça - Santa Catarina (SC), vive do comércio de automóveis, trazendo carros de SC para vender no RS, motivo pelo qual realiza o percurso da viagem rotineiramente, tanto ofertando quanto pegando caronas. “M” está no segundo casamento e não pretende ter mais filhos, além do único filho que já possui fruto da sua primeira união. Padrasto de um menino de colo, acredita que a mãe, sua atual companheira, flexibiliza demais a educação da criança e por isso tenta corrigir essa falha.

2) “W”: homem de 37 anos, branco, professor universitário da rede privada na área da computação, trabalha e reside metade da semana em Pelotas e a outra metade em Porto Alegre, usando o aplicativo frequentemente, seja como condutor ou caroneiro. Casado e pai de três crianças, com mães distintas, manifestou o desejo de ter mais um filho. Assim como “M”, também acredita que as mães são mais flexíveis na educação dos filhos e que isso é prejudicial para o desenvolvimento da criança. “W” fez mestrado em uma universidade federal, porém desistiu da esfera pública em razão do acirrado clima de rivalidade entre os integrantes desse universo, desejando retornar à rede federal de ensino, local em que lecionou por dois anos na condição de professor substituto.

3) “MB”: a observadora. Residente de Pelotas, mulher de 32 anos de idade, negra, estudante do mestrado em sociologia na UFPel e funcionária pública. Foi o segundo uso do aplicativo e novamente como caroneira.

### **Considerações Finais**

Ainda sobre o tema do consumo colaborativo Markus e Orsi (2016, p. 119) pontuam esse ato deve envolver “[...] benefícios para ambas às partes do processo, além de tornar os cidadãos ativos em grupos e na sociedade.” Mas de fato, nas caronas pagas, todos ganham? Em qual plano fica a socialização e a relação de cuidado dessa atividade diante da inserção do caráter monetário da transação econômica?

Compreendemos que não é possível subliminar a influência do dinheiro nas relações no contexto das caronas pagas, e tampouco categorizá-las exclusivamente sob o prisma das relações

de *care*, pois examinamos as caronas e um pouco mais. Assim, na continuidade da pesquisa, adensaremos o olhar sobre as dinâmicas relativas a esse tipo de consumo colaborativo mediado pela inovação tecnológica; porém, sem a intenção de adjetivar de boa ou má essa precificação da vida privada, mas no sentido observar de que modos essas relações funcionam (ZELIZER, 2011).

## Referências

ANDRADE, H. G. C., PINTO, M. R. O que é meu é seu?! – Seria o Consumo Colaborativo uma Inovação Social? *In: VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo*, Rio de Janeiro, 24 set. 2014.

BEAUD, Stéphane. WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Porto Alegre: Vozes, p. 9-16 e 191-205, 2007.

BARROS, A. C. P.; PATRIOTA, K. R. M. P. Consumo colaborativo: perspectivas, olhares e abordagens para um conceito em construção. São Paulo, **Signos do Consumo**, v. 9, n. 2, p. 4-15, jul./dez. 2017.

BOTSMAN, R.; ROGERS, R. **O que é meu é seu: como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo**. São Paulo: Bookman, 2011.

MARKUS, K.; ORSI, D. F. O. Um Estudo do Consumo Colaborativo no Brasil e nos Estados Unidos da América. São Paulo: **Revista Organizações em Contexto**, v. 12, n. 24, p. 117-129, 2016.

PISCITELLI, Adriana. “#queroviajarsozinhasemmedo”: novos registros das articulações entre gênero, sexualidade e violência no Brasil. Campinas: **Cad. Pagu**, n. 50, 175008, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332017000200309&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200309&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 12 ago. 2019.